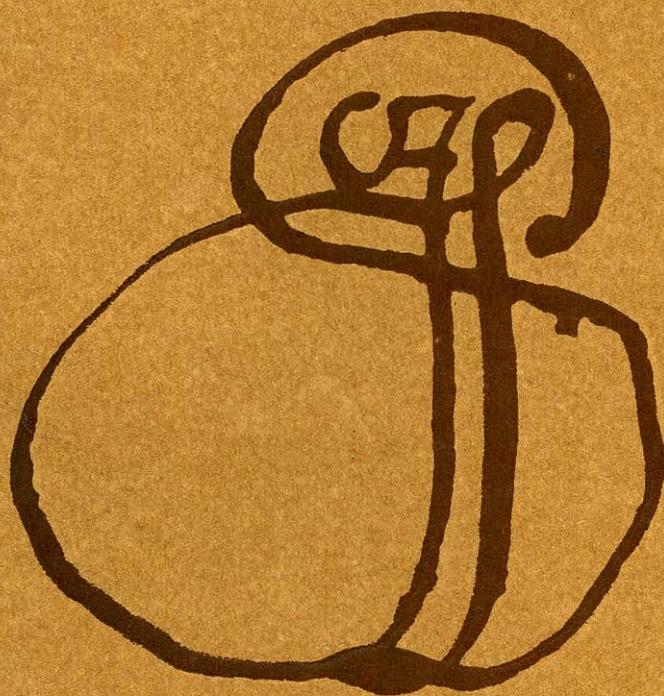


# ACERVO

ISSN 0102-700-X

REVISTA DO ARQUIVO NACIONAL

VOLUME 21 • NÚMERO • 01 • JAN/JUN • 2008



A CORTE NO BRASIL  
200 ANOS

CASA CIVIL - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA



ARQUIVO NACIONAL

Presidência da República  
Arquivo Nacional

# ACERVO

REVISTA DO ARQUIVO NACIONAL

RIO DE JANEIRO, v. 21, NÚMERO 1, JANEIRO/JUNHO 2008

© 2008 by Arquivo Nacional  
Praça da República, 173  
CEP 20211-350 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil

**Presidente da República**

Luiz Inácio Lula da Silva

**Ministra-Chefe da Casa Civil da Presidência da República**

Dilma Vana Rousseff

**Secretária-Executiva da Casa Civil da Presidência da República**

Erenice Alves Guerra

**Diretor-Geral do Arquivo Nacional**

Jaime Antunes da Silva

**Coordenador-Geral de Acesso e Difusão Documental**

Haroldo Mescolin Regal

**Coordenadora de Pesquisa e Difusão do Acervo**

Maria Elizabeth Brêa Monteiro

**Editora**

Cláudia Beatriz Heynemann

**Conselho Editorial**

Jaime Antunes da Silva, Haroldo Mescolin Regal, Inez Stampa, Maria Elizabeth Brêa Monteiro, Maria Esperança de Resende, Maria Izabel de Oliveira, Marilena Leite Paes, Mauro Domingues de Sá, Mauro Lerner Markowski, Renato Diniz, Samuel Maia dos Santos, Valéria Maria Morse Alves e Wanda de Cassia Santos Ribeiro

**Conselho Consultivo**

Ana Maria Camargo, Angela Maria de Castro Gomes, Boris Kossoy, Célia Maria Costa, Elizabeth Carvalho, Francisco Falcon, Helena Ferrez, Helena Corrêa Machado, Heloísa Liberalli Belotto, Ilmar Rohloff, Jaime Spinelli, Joaquim Marçal, José Carlos Avelar, José Sebastião Witter, Léa de Aquino, Lena Vânia Pinheiro, Margarida de Souza Neves, Maria Inez Turazzi, Marilena Leite Paes, Regina Maria Wanderley e Solange Zúñiga

**Preparação e Revisão**

Alba Gisele Gouget, Mariana Simões e Maria Rita Aderaldo

**Tradução e Pesquisa de Imagens**

Viviane Gouvêa

**Projeto Gráfico**

André Villas Boas

**Editoração Eletrônica e Ilustração**

Judith Vieira

**Capa**

Alzira Reis e Tânia Cuba

**Digitalização de Imagens**

Flávio Ferreira Lopes

**Pesquisa Bibliográfica**

Mariana Lambert e Renata William

---

Acervo: revista do Arquivo Nacional. —  
v. 21 n. 1 (jan./jun. 2008). — Rio de Janeiro:  
Arquivo Nacional, 2008.  
v.21; 26 cm

Semestral  
Cada número possui um tema distinto  
ISSN 0102-700-X

1. A Corte no Brasil: 200 anos - Brasil -  
I. Arquivo Nacional

CDD 981

Apresentação

5

Entrevista com Maria Beatriz Nizza da Silva

11

Chegada da Corte - 200 anos

Romantismo e cientificismo

Francisco José Calazans Falcon

29

Alegrias e Infortúnios dos Súditos Luso-Europeus e Americanos

A transferência da corte portuguesa para o Brasil em 1807

Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves e Guilherme Pereira das Neves

47

Sobre o Tamanho da Comitiva

Jurandir Malerba

63

A Crise do Império e a Questão da Escravidão

Portugal e Brasil, c.1700 - c.1820

Kirsten Schultz

83

O Cativo na Arte

Representações oitocentistas do comércio de escravos no Brasil

Roberto Conduru

97

Ópera e Celebração

Os espetáculos da corte portuguesa no Brasil

Paulo Mugayar Kühl

115

Da Expedição Científica à Ficcionalização da Viagem  
Martius e seu romance indianista sobre o Brasil

Karen Macknow Lisboa

133

Entre a Brandura e a Força

Maria Elizabeth Brêa Monteiro

149

Perfil Institucional  
O Museu D. João VI

Sonia Gomes Pereira

161

Bibliografia

# A P R E S E N T A Ç Ã O

“É como se a mãe-pátria pretendesse vincar fundamente de sua presença atuante uma terra que logo depois terá de abandonar à sua sorte. Com efeito, 1821, que representa o *terminus ad quem* desta pesquisa, ainda é nitidamente, no Brasil, um ano português, assim como 1822 já é em todos os sentidos o ano brasileiro, se aceitarmos conhecida observação de Oliveira Lima”. Contradições do que seria uma descolonização conduzida por portugueses europeus, nas palavras de Sérgio Buarque de Holanda, qualificam esse tempo joanino no prefácio a *Cultura e sociedade no Rio de Janeiro* (1808-1821), de Maria Beatriz Nizza da Silva. A professora é a entrevistada deste número e responde sobre o significado da chegada da Corte para o Rio de Janeiro e para as capitânias, os efeitos em Portugal e as perspectivas historiográficas sobre o tema.

Transcorridos duzentos anos, tem-se a tarefa de eleger aspectos que iluminem

1808: a historiografia e os temas de sua escolha (com os pressupostos teóricos que a informam) constituem, em si, a densa e renovada história do período joanino no Brasil. Esse difícil e essencial começo, também uma síntese, fica a cargo do artigo de Francisco Calazans Falcon, que descreve a dupla trajetória em que se imbricam história e memória para compreendermos a produção dos historiadores entre o início do século XIX e a década de 1870, e daí ao limiar dos anos 1930. Entre a crônica e o discurso histórico, Varnhagen, Capistrano e Oliveira Lima se destacam em torno do fato reivindicado como fundador.

Essa inflexão situa-se em margens distintas, em um dos pontos em que se esgarça a continuidade entre a Corte e a colônia. “Alegrias e infortúnios dos súditos luso-europeus e americanos”, de Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves e Guilherme Pereira das Neves, mostra como se opuseram os sentimen-

tos de abandono e esperança a partir da viagem e da instalação da corte no Rio de Janeiro. Localizada na raiz do movimento liberal de 1820 e da Independência, a decisão de se estabelecer na colônia ultramarina singularizou o acontecimento que, em poemas, memórias, jornais e registros oficiais, é também um desfecho.

Mas antes, a cena do desembarque já trai um conflito, o da extensão da comitiva real que chega ao Rio de Janeiro, lugar de visibilidade do impacto da presença da corte no meio urbano e na própria lógica do Império. Para Jurandir Malerba, autor do artigo que desdobra a polêmica em torno desses números, muito mais que os 514 indivíduos relacionados no documento correspondente cruzaram o oceano. Além dos resultados específicos, o que mobiliza em seu artigo é, especialmente, a discussão historiográfica, a

metodologia conduzida a partir da cultura política que move aquela sociedade, com mercês, famílias, pessoas, categorias historicamente constituídas.

As invasões napoleônicas abalam a lógica de Antigo Regime e, em consequência das alterações operadas no *status* da colônia, a realidade da escravidão que sustenta e permeia o império português. A professora norte-americana Kirsten Schultz demarca o período entre o século XVIII e o marco de 1820 para refletir sobre “A crise do império e a questão da escravidão”. Em seu artigo, percorremos as ruas da cidade colonial ao som dos batuques que ecoavam em ouvidos como os de Souza Coutinho e Lavradio. A literatura cristã ou ilustrada e as massas de escravos nos centros urbanos punham em dúvida a metropolização do Brasil e os imaginados ideais que deveriam acompanhar esse processo.



Embarque da família real para o Brasil em 1807.

Álbum comemorativo da Exposição de Estampas Antigas sobre Portugal, 1946

Nas vilas e cidades brasileiras, com suas massas de escravos, passa a desfilar um tipo até então muito raro, o viajante europeu, além dos portugueses, e que vinha geralmente em missões artísticas ou científicas. Responsáveis pela produção de uma extensa iconografia, povoaram o Oitocentos que emerge do artigo de Roberto Conduru. Esse tempo (que deve ser conectado também aos 120 anos da Abolição) e um espaço específico – o dos mercados de escravos – estão presentes na obra de artistas como Rugendas, Debret e Enders, que respondem às circunstâncias do tráfico e ao regime da escravidão e, diz o autor, enunciam ainda a autonomia da arte em relação às demais esferas.

Reconhecer essa clivagem pode deslocar as explicações habituais concernentes à ópera na corte de d. João. Esse gênero de espetáculo traz o teatro para a sede do poder e, para Paulo Kühl, embora possa pertencer ao conjunto dos projetos civilizatórios, expressa em grande medida o desejo próprio da corte de continuidade das encenações comuns à sociedade europeia. O artigo analisa ainda a montagem de *O triunfo da América*, com música de José Maurício N. Garcia e texto de Gastão Fausto da Câmara Coutinho, por meio do próprio libreto, mostrando o estranhamento que a ópera provoca, um sentimento inerente à presença da corte.

É desse modo, por olhares viajantes e línguas estrangeiras, que se prefiguram narrativas históricas, romances, mesclados ao discurso naturalista. De Karen

Lisboa, “Da expedição científica à ficcionalização da viagem” analisa o romance *Frey Apollonio*, de autoria de Von Martius (membro da expedição científica que se integrou à comitiva da imperatriz Leopoldina), fruto de sua viagem ao Brasil entre os anos 1817-1820. O livro, que só foi publicado 160 anos após seu término, tem como enredo uma missão capuchinha e estabelece a relação seminal entre romance e relato de viagem. Explorando os dilemas da colonização europeia, vista como processo civilizador, e projetada sobre a mata equatorial, a obra de Martius, contrastada com autores precedentes vistos na perspectiva romântica, é analisada sob o prisma de sua inscrição indianista.

No nosso *romance* histórico, o índio foi objeto da política joanina. A legislação, as guerras, o trabalho escravo (disfarçado ou não), práticas que constituíram a tragédia indígena, assumem um formato no século XIX dado pela primazia da questão de terras, ainda que não se esquecesse do uso da mão-de-obra. O que se descreve está no artigo “Entre a brandura e a força”, de Maria Elizabeth Brêa Monteiro, conduzido através da legislação, dos relatos de viajantes, da correspondência entre autoridades, passando por Botocudos, Coroados, Kayapo, Mura, que nos conduzem, sempre, a uma origem.

O Perfil Institucional é do Museu D. João VI, integrante da Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro. De autoria de Sonia Gomes Pereira, tem fôlego para seguir o percurso inicia-

do em 1816 com a Academia de Belas Artes. Conhecemos aqui os desdobramentos ocorridos a partir de então, até que coleções e políticas se sedimentassem.

E é também como instituição típica dos projetos oitocentistas, herdeira do pro-

cesso revolucionário francês e descendente da tradição lusa, que o Arquivo Nacional, em seus 170 anos, publica este número de *Acervo*. Em manuscritos, mapas, livros raros, iconografia, o patrimônio arquivístico que conserva interpela hoje os seus intérpretes.

**Cláudia Beatriz Heynemann**

Editora

# Entrevista com Maria Beatriz Nizza da Silva

Maria Beatriz Nizza da Silva nasceu em Portugal e formou-se em Ciências Históricas e Filosóficas pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, em 1961. Foi professora titular de Teoria e Metodologia da História da Universidade de São Paulo, pela qual se aposentou em 1990, de História do Brasil na Universidade Portucalense Infante D. Henrique e na Universidade Aberta de Lisboa. Orientou diversas dissertações



e teses e é autora de vários livros e artigos, entre eles, *Cultura no Brasil Colônia* (1981); *Sistema de casamento no Brasil colonial* (1984); *História da família no Brasil colonial* (1998); *A cultura luso-brasileira: da reforma da Universidade à Independência do Brasil* (1999); *Donas e plebéias na sociedade colonial* (2002); *Ser nobre no Brasil* (2005); e *A Gazeta do Rio de Janeiro, 1808-1822: cultura e sociedade* (2007). Também colaborou

com artigos para a revista *Acervo*, do Arquivo Nacional.

**Acervo:** *Com as comemorações dos 200 anos da corte no Brasil, é inevitável perguntar: O que rememoramos? Qual o sentido desse bicentenário? A produção historiográfica brasileira sobre o sentido do período joanino é vasta; o que desponta de mais novo ou surpreendente? Há revisões?*

**Maria Beatriz:** As chamadas comemorações não são mais do que um pretexto para a produção de eventos e de publicações sobre um determinado tema, e portanto tornam-se extremamente úteis. No caso dos 200 anos da corte no Brasil, é de notar que elas se realizam sobretudo no Rio de Janeiro e não em escala nacional, certamente porque foi a cidade que mais transformações sofreu com a presença do monarca em terras brasileiras. Não creio que a produção historiográfica brasileira sobre o período joanino seja tão vasta assim, e as comemorações certamente vão trazer novos estudos e a publicação de novas fontes, como foi o caso da correspondência de d. Leopoldina e de d. Carlota Joaquina. Mas ainda há muitos personagens a serem estudados, e nota-se um vazio historiográfico no que se refere à ação do governo joanino em relação às capitanias.

**Acervo:** *A historiografia assinala inúmeras transformações que incidem sobre a vida cultural e intelectual. O período joanino teria sido no Brasil, como define Antonio Candido, a nossa época das Luzes?*

**Maria Beatriz:** Não há dúvida de que a grande mutação foi de caráter cultural. É difícil hoje tentar compreender o que foram três séculos de colonização sem imprensa num território tão vasto como o Brasil. A elite colonial mal podia se expressar, a menos que encontrasse em Lisboa um mecenas disposto a publicar-lhe as obras. É evidente que as ordens religiosas, jesuítas, beneditinos etc. recorriam a seus próprios meios de publicação com a ajuda dos respectivos conventos em Portugal, mas para os laicos a via da imprensa era extremamente árdua. Muitos textos produzidos nesses três séculos só foram conhecidos no século XIX. Ora, a Impressão Régia e a tipografia de Manuel Antônio da Silva Serva na Bahia vieram acelerar a divulgação do saber científico e até modificar a forma de ensino, com a publicação das obras mais necessárias à medicina, à história natural etc. Por outro lado o aumento da população da nova sede da monarquia incrementou o comércio livreiro, e pode-se dizer que no Rio de Janeiro era possível encontrar as obras mais recentes nas várias áreas da cultura da época, inclusive novelas e romances.

**Acervo:** *O que os anos 1807-1808 representam para os historiadores portugueses? A presença da corte no Brasil é relevante do ponto de vista da história de Portugal?*

**Maria Beatriz:** É preciso deixar claro que, para a historiografia portuguesa, o período em que a monarquia teve sua sede no Rio de Janeiro é tão traumático quanto o processo separatista e a inde-

pendência do Brasil com d. Pedro como imperador, e por essa razão os 13 anos de permanência de d. João no Brasil são mal estudados, a não ser que o gênero biográfico assim o exija, como foi o caso com a biografia de d. João VI na coleção do Círculo de Leitores sobre os reis de Portugal. Para a historiografia portuguesa é mais relevante estudar a situação européia que levou à partida da corte e depois as invasões francesas, e analisar como os portugueses atuaram nessas circunstâncias de guerra e de dificuldades, do que saber o que o monarca fez enquanto esteve no Rio de Janeiro. O livro que estou terminando agora, e que penso publicar em Portugal, destina-se precisamente a preencher essa lacuna.

**Acervo:** *No mundo das idéias, a invasão pelo exército napoleônico e a subsequente vinculação aos ingleses veio a marcar a supremacia de alguma tendência? Um conservadorismo em resposta à Revolução Francesa, a vitória do pensamento liberal inglês, enfim, qual o legado político e cultural desse momento?*

**Maria Beatriz:** O que se passou em Portugal não tem nada a ver com o Brasil. Por ocasião da ocupação de Lisboa por Junot houve quem pedisse a Napoleão uma Constituição semelhante à que ele dera ao ducado de Varsóvia e também a aplicação do código civil napoleônico em Portugal; muitos militares portugueses serviram nos exércitos franceses na Europa; alguns nobres apoiaram a presença francesa e nada tinham contra um monarca escolhido por Napoleão. A reação por assim dizer nacionalista partiu

do clero português que insuflava do púlpito as camadas populares contra os invasores que roubavam a prata das igrejas e não respeitavam a casa de Deus.

Longe do palco dos acontecimentos e da guerra, o que se observou no Brasil foi uma violenta reação antiinglesa, apesar de toda a propaganda desenvolvida por d. Rodrigo de Sousa Coutinho, depois conde de Linhares, e por José da Silva Lisboa. A abertura dos portos em 1808 inicialmente só beneficiou os ingleses, e as classes mercantis de Salvador e do Rio de Janeiro temeram a concorrência. Mas o mais grave foram os tratados de 1810 com a Inglaterra e o compromisso de d. João procurar abolir o tráfico de escravos gradualmente. Sobretudo causaram revolta as apreensões de embarcações baianas feitas pela Marinha inglesa. Foi muito difícil fazer aceitar no Brasil o liberalismo econômico pregado por Adam Smith, como foi difícil também fazer acreditar na "filantropia" da Inglaterra na questão do tráfico negroiro.

**Acervo:** *A chegada da corte é um acontecimento para todas as capitanias? De que maneira ela repercute na então América portuguesa? E ainda, que efeitos podem ser percebidos no Império, de modo geral?*

**Maria Beatriz:** Este é um tema que ainda tem de ser aprofundado pelos historiadores. Estou convencida, contudo, de que a capitania da Bahia, ou melhor, a cidade de Salvador passou por transformações equivalentes àquelas que ocorreram no Rio de Janeiro, sobretudo do ponto de vista cultural. Aliás a Bahia apa-

rece como um caso interessante na medida em que as principais mudanças aconteceram ali por iniciativa privada. Enquanto no Rio a Imprensa Régia pertencia à Coroa, em Salvador foi um capitalista, Manuel Antônio da Silva Serva, que resolveu aplicar seus capitais no empreendimento de uma tipografia. Do mesmo modo a Biblioteca Pública da Bahia foi criada graças ao espírito associativo da elite baiana, enquanto no Rio a Biblioteca Real tardou a ser posta à disposição dos leitores, pertencendo estes sobretudo ao círculo cortesão. Quando as pesquisas avançarem em relação às demais capitanias, talvez cheguemos à conclusão de que os avanços durante o período joanino não foram tão grandes assim, se excetuarmos algumas melhorias nas comunicações com a abertura de estradas e caminhos e com o afastamento, ou até o extermínio, de nações indígenas que atacavam os viajantes e impediam a colonização. A guerra aos Botocudos insere-se nessa estratégia de avançar a colonização no interior e de melhorar as comunicações, inclusive as fluviais.

**Acervo:** *A senhora coordenou e escreveu em uma obra intitulada O império luso-brasileiro. Qual o sentido do luso-brasileiro? Além de expressar um projeto ilustrado, ele se prolonga na historiografia? Trata-se de fato de uma identidade?*

**Maria Beatriz:** Devo esclarecer que o título da coleção para a qual me convidaram não foi escolhido por mim, mas pelos professores Oliveira Marques e

Joel Serrão. Nos meus estudos, quando uso a expressão “luso-brasileiro” é apenas no sentido cultural, como expliquei exaustivamente no livro publicado em Portugal, em 1999, *A cultura luso-brasileira: da reforma da Universidade à Independência do Brasil*. Como não é fácil encontrar esta obra no Brasil, transcrevo aqui o parágrafo inicial da introdução: “Historiografias de cunho nacionalista, quer em Portugal quer no Brasil, têm menosprezado o fato de que a elite culta da metrópole e da colônia, sobretudo depois da reforma pombalina da Universidade de Coimbra e da criação da Academia Real das Ciências de Lisboa, não só circulava de um para outro lado do Atlântico, como praticamente fazia as mesmas leituras e recebia a mesma formação. Pouco importava que um d. Francisco de Lemos, reformador da Universidade, tivesse nascido no Brasil, ou que José Clemente Pereira, um dos apoiantes de d. Pedro na independência, fosse natural do bispado da Guarda. Se lermos o que escreveram ignorando suas naturalidades, será difícil detectar se eram coloniais ou metropolitanos.” A elite letrada de Portugal e Brasil possuía grande mobilidade geográfica e suas carreiras na magistratura ou na administração implicavam a circulação de um continente para o outro.

**Acervo:** *A senhora se dedicou à vida privada, ao cotidiano, à moda, aos casamentos; esses temas podem ser classificados como os de uma história cultural? Em que tendência ou perspectiva seus estudos se inscrevem?*

**Maria Beatriz:** Os meus estudos desde a década de 1970 sobre o casamento, a família e o sistema de transmissão do patrimônio familiar pertencem simultaneamente a duas áreas, a história social e a história cultural, na medida em que lidam com grupos sociais e ao mesmo tempo com normas, sejam elas jurídicas ou religiosas. Já o estudo do cotidiano leva em conta a distinção entre vida urbana e vida rural, assim como se prende mais às condições espaciais desse dia-a-dia. Quando escrevo sobre formas de moradia, sobre o traje, a alimentação, os meios de transporte, sobre trabalho e festa, sobre religiosidade e crenças, sobre violência, doença e atitudes perante a morte, como fiz no meu livro *Vida privada e cotidiano no Brasil na época de d. Maria I e d. João VI* (Lisboa, 1993), a espacialidade e a sociabilidade adquirem um peso maior, bem como a cultura oral que podemos conhecer principalmente através da documentação inquisitorial.

**Acervo:** *Existem acervos tradicionais para a pesquisa do período joanino, como o fundo Negócios de Portugal do Arquivo Nacional. A senhora indicaria algum conjunto documental que ainda está por ser*

*explorado ou mesmo o uso de fontes de outra natureza, como os periódicos?*

**Maria Beatriz:** Nunca trabalhei com o fundo Negócios de Portugal, mas as informações que tenho a seu respeito, e sobretudo o livro recente de Ana Canas Delgado Martins, diretora do Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa, intitulado *Governança e arquivos: d. João VI no Brasil*, fazem-me crer ser esse fundo mais importante para as relações entre a corte no Rio de Janeiro e os governadores do Reino, e também sobre a situação europeia, do que propriamente para a história do Brasil joanino. Há contudo fundos no Arquivo Nacional que ainda não foram suficientemente explorados, por exemplo, os que se referem ao Ministério do Reino e ao Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, estando ainda por fazer uma análise sistemática de sua documentação sobretudo no que diz respeito, por um lado, às relações do governo central com as capitânias, e, por outro, aos contatos com a Intendência Geral da Polícia e a vigilância contra os espiões de Napoleão e os emissários da América espanhola.

**Entrevista concedida em dezembro de 2007 a Cláudia Heynemann. Colaborou Fabiano Vilaça dos Santos.**

**Francisco José Calazans Falcon**

Livre-docente da Universidade Federal Fluminense, professor da Universidade Salgado de Oliveira.

# Chegada da corte - 200 anos

## Romantismo e cientificismo

Este artigo analisa a historiografia brasileira, de começos do século XIX até os arredores de 1930, do ponto de vista das narrativas que

ajudaram a construir uma certa imagem da vinda do príncipe d. João à testa da corte portuguesa, em 1808, principalmente os textos produzidos por F. A. Varnhagen, J. Capistrano de Abreu e M. de Oliveira Lima.

*Palavras-chave: celebração; memória; Rio de Janeiro joanino; chegada da família real; abertura dos portos.*



The present article analyses Brazilian historiography, from the early nineteenth century through the 1930's. It does so taking the narratives that contributed to

build up a specific image of prince João's arrival as the head of the Portuguese court back in 1808 as major standpoint. The writings of F. A. Varnhagen, J. Capistrano de Abreu e M. de Oliveira Lima were the main concern of this work.

*Keywords: celebration; memory; joanin Rio de Janeiro; arrival of royal family; opening of Brazil's ports to foreign trade.*

### INTRODUÇÃO

O ano de 2008 situa-se em nosso horizonte de expectativas como signo de um acontecimento histórico fundador cuja comemoração se constitui em exigência que é ao

mesmo tempo histórica e memorialista: os duzentos anos da chegada da família real portuguesa e da respectiva corte ao território da América portuguesa, sob a chefia do então príncipe regente d. João e de sua mãe, a rainha d. Maria I. Enquanto comemoração, nela es-

tão associadas a História e a Memória, não como coisas separadas mas, sim, entrelaçadas.

Muito já se escreveu e com certeza muito ainda será escrito sobre a “transferência da corte portuguesa para o Brasil”, tradicionalmente denominada, de maneira um tanto rebarbativa, convenhamos, de “transmigração da família real portuguesa” para seus domínios na América. Tal como ocorreu em 1908, quando as comemorações sublinharam principalmente o “Centenário da Abertura dos Portos”, muito se irá discutir acerca das interpretações propostas para os acontecimentos de 1808, em especial sobre o sentido que se lhes deve atribuir numa perspectiva de longo prazo da história do Brasil e também, por que não, para a história de Portugal.

No final do mês de janeiro de 1808, na cidade do Salvador, onde havia aportado uma parte da frota lusa, exatamente aquela que conduzia o príncipe d. João, foi publicado o decreto de “abertura dos portos do Brasil às nações amigas”, fato este associado por muito tempo à inteligência, conhecimentos de economia política e prestígio intelectual de José da Silva Lisboa, futuro visconde de Cairu. Em anos mais recentes, uma crí-

tica mais *realista* veio atribuir a decisão do príncipe d. João ao cumprimento de promessa constante do acordo com as autoridades britânicas antes da retirada de Lisboa, numa interpretação que evidentemente desloca o próprio eixo da discussão acerca da *abertura dos portos*.

Em março do mesmo ano, já no Rio de Janeiro, onde chegou finalmente a seu término a viagem da corte lusitana, teve início a transformação da acanhada cidade-capital colonial na sede do que se pretendia viesse a ser um “novo e poderoso império”. Situa-se aí a etapa inicial de um processo de múltiplas mudanças que, no seu conjunto, configuram a adaptação da monarquia absolutista lusa, agora estabelecida nos trópicos, às implicações do processo bastante complexo de *interiorização da metrópole* – principal consequência da travessia do Atlântico pela corte lisboeta.<sup>1</sup>

Chegada da corte e mudanças subsequentes tendem a situar-se de um ou outro lado da linha divisória, um tanto precária e bastante nebulosa, que separaria os discursos históricos propriamente ditos das elucubrações ficcionais de um imaginário eminentemente popu-



VUE DE LA VILLE VUEE PRÈS DE L'ÉGLISE DE N. S. DE LA GLORIE.

Vista da cidade do Rio de Janeiro tomada da Igreja de N. S. da Glória.  
Jean-Baptiste Debret, *Voyage pittoresque et historique au Brésil*, 1834-1839

lar acerca de pessoas, fatos e circunstâncias. Em comum, apenas a própria ideologia comemorativa. Como evidências desta afirmação, encontram-se, de um lado, produções amplamente difundidas pela mídia nas quais se destacam as reconstituições de fatos e personagens, não raro em termos francamente caricatos, e, de outro, o significativo crescimento de trabalhos de historiadores cujo objeto de estudo e pesquisa é exatamente a transferência da corte lusa e suas conseqüências para o Brasil e Portugal, até, pelo menos, 1821-1822.

Não apenas o ano de 1808, é claro, mas tudo o que se lhe seguiu até o regresso do já então d. João VI a Portugal, em 1821, ou, se assim preferirmos, até o “Grito do Ipiranga”, em 1822, constitui objeto de comemoração reivindicado simultaneamente pela História do Brasil e pela Memória Nacional. Na verdade, coube a esta última transformar o evento – a chegada de d. João às terras brasileiras e a sua presença aqui, até 1821 – num dos mais conhecidos dos “lugares de memória” de nossa *consciência coletiva*. Não tanto um lugar físico, ou material, mas uma representação simbólica.

Assim, ao longo de dois séculos contrapôs-se, ao realismo histórico, típico das visões historiadoras, uma outra visão, típica do imaginário coletivo, de natureza eminentemente simbólica. Cada uma dessas “visões” contém sua própria lógica – e sua verdade particular –, sendo necessário ao tratar de uma delas não perder de vista a outra, sobretudo quan-

do expressam percepções distintas ou até mesmo opostas de um mesmo evento e de suas circunstâncias.

Compreende-se então que a comemoração deste segundo centenário dos acontecimentos de 1808 está a exigir de todos nós uma percepção razoavelmente crítica, tanto das diferenças como das relações entre a história e a memória, a fim de podermos melhor situar aí o lugar da comemoração. Segundo Pierre Nora, as comemorações expressam antes de tudo a(s) forma(s) de nos relacionarmos com o passado, embora nada acrescentem à compreensão do passado em si mesmo.<sup>2</sup>

#### COMEMORAR – ENTRE MEMÓRIA E HISTÓRIA

Comecemos por uma visita ao termo *comemoração*. Comemorar, na opinião de Ankersmit,<sup>3</sup> como *ato de lembrar alguma coisa*, sugere que *comemoração* significa um evento social e público. Assim, ao contrário do (re)lembrar, ou da lembrança, comemorar é lembrar junto, ao passo que o relembrar é antes de tudo um assunto privado. Torna-se então um tanto problemática a distinção estabelecida por Hobsbawm<sup>4</sup> entre o caráter privado e incerto da memória e o caráter público e verídico da história. Se a memória não é necessariamente privada, ela pode também participar da revelação pública da verdade. Nas origens do termo *comemoração* está o verbo latino *commemorare* – trazer à memória e, também, lembrar alguém de alguma coisa –, a meio cami-

nho, portanto, entre a memória propriamente dita e o seu objeto ou conteúdo, de um lado, e a ação de lembrar algo.

A comemoração apóia-se então na memória, mas esta última, segundo Halbwachs,<sup>5</sup> reduz-se a duas atitudes: a autobiográfica e a histórica, as quais se implicam reciprocamente. A memória possui assim uma dimensão subjetiva e outra social, ou, se preferirmos, há uma memória pública que coexiste com a memória privada. Catroga,<sup>6</sup> citando Ricoeur, sublinha que *recordar é em si mesmo um ato de alteridade*, quer dizer, a memória é um processo relacional e intersubjetivo. Mais importante, porém, é o fato de que a memória é uma construção seletiva do passado. Cada indivíduo retém de maneira afetiva uma parte de seu próprio passado. Todavia, se recordar é também esquecer, é compreensível que se tente preencher as lacunas da amnésia de modo a construir uma continuidade coerente. Daí, ainda segundo Catroga,<sup>7</sup> o caráter totalizador e teleológico da recordação, pois se trata de uma espécie de previsão ao contrário em que a história e a ficção se misturam. No limite, a evocação pode não se restringir a evocar o passado mas a desejar transformá-lo, ou seja, acabar o que ficou inacabado, como assinalou Walter Benjamin – é a consciência da dívida.<sup>8</sup>

Uma das características da memória é a de confundir a representação do passado com a realidade passada, cercandose sempre que possível de elementos garantidores da fidelidade do narrado,

“esquecendo-se do esquecido que ela mesma constrói”. Assim, segundo Todorov,<sup>9</sup> quanto maior for a dimensão coletiva e histórica da memória, maior será a margem para a sua *invenção* e para o seu uso e abuso. Longe de ser a voz verdadeira do passado, a recordação é quem dá futuros ao passado, “numa atividade de re-presentificação que, se não for praticada, será devorada pela corrupção do tempo”. Assim, para desempenhar a sua função social, a memória necessita das liturgias típicas das comemorações centradas nos traços-vestígios daquilo que já não mais existe – linguagem, imagens, relíquias, lugares, escrita, monumentos. Entende-se assim a lógica dos *lugares de memória* analisados por Pierre Nora – a associação indispensável da re-presentificação à espacialização.<sup>10</sup>

Do ponto de vista de Paul Ricoeur,<sup>11</sup> seria talvez excessivo afirmar, quer a existência de uma diferença radical, quer a de uma identidade entre memória e história. Trata-se aí, segundo ele, de uma “relação indecisa”. A recordação e a historiografia, por intermédio da imaginação memorial e da imaginação histórica, constroem representações, ou re-presentificações, que interrogam os indícios e traços que ficaram do passado. Assim, se em termos ontológicos o acontecido já não mais existe, no campo das re-presentificações ele continua a ter futuro(s). A dialética entre a memória e o esquecimento também se acha presente na historiografia: daí a necessidade de muitas cautelas em re-

lação aos textos historiográficos, sobretudo quando se trata de testemunhos da memória, como vem a ser o caso na chamada *história oral*.

Desenvolvemos talvez um pouco além da conta a problemática das relações entre a memória e a história, pois, não apenas o nosso tema tem tudo a ver com ela, mas também o panorama atual da produção historiográfica parece ter-se transformado em arena de um conflito entre as duas. Basta-nos lembrar neste caso dois textos: um de François Dosse, *L'histoire et la guerre des mémoires* (2007), outro de Philippe Joutard, *Reconciliar história e memória?* (2007). Quisemos também deixar claro que nem subsumimos a memória na história, ou vice-versa, nem tampouco as entendemos como entidades completamente separadas uma da outra.

Apesar de não ser nossa intenção acrescentar mais um texto comemorativo a tantos já existentes, jamais poderemos eliminar, ou mesmo separar com rigor, história e memória no contexto de uma abordagem historiográfica como esta. Nosso tema apresenta-se, assim, ao mesmo tempo, como objeto de história e como lugar de comemoração – e de memória! Enquanto objeto de história, pertence à história da história sua análise no contexto da produção historiográfica que lhe é pertinente. Como objeto de comemoração, uma espécie de lugar simbólico da memória coletiva, compete às diferentes instâncias culturais recordá-lo, cabendo aí à mídia um lugar de destaque na atualidade.

Dessa forma, comemorar 1808 é tanto um exercício de recordação, em que a memória se incumbe de lembrar aspectos significativos dos acontecimentos de começos do século XIX, aspectos que não devem cair no esquecimento, como um objeto historiográfico cuja importância se revela através da investigação e da interpretação históricas acerca de sua natureza e significação. O difícil, neste caso, é assinalar com precisão os lugares que competem à memória e à história na idéia que hoje se faz daquele evento. Entre a crônica e o discurso histórico situam-se variadas mediações, daí a necessidade de marcar suas respectivas diferenças. A crônica, mais colada aos próprios acontecimentos, confere veracidade às construções da memória; o discurso histórico, apegado às variadas formas de fontes documentais, busca elaborar sua própria visão do objeto de comemoração, a partir, inclusive, da crítica rigorosa das próprias crônicas e de outros relatos contemporâneos.

Todavia, em tempos de comemorações ancoradas em determinadas datas e fatos, é sempre bastante difícil tentar separar em cada matéria produzida a respeito de um certo *evento fundador* o que pertence de fato à história e o que provém da elaboração memorial, mesmo porque é típico de tais matérias comemorativas a reivindicação comum de uma mesma pertença à história. Aliás, seria dos mais interessantes um trabalho de investigação que pudesse acompanhar, passo a passo, o surgimento das diferentes imagens, relatos, ditos populares, que

ajudaram a construir, aos poucos, a memória coletiva a respeito dos tempos de “D. João charuto”.

## HISTÓRIA DA HISTÓRIA

A historiografia dos acontecimentos de 1808 caracteriza-se, de um ponto de vista bastante abrangente, pelo debate implícito ou explícito entre os historiadores de algumas posições e tendências mais gerais que, por assim dizer, permeiam os enfoques acerca do significado mais amplo da transferência da corte portuguesa para os seus domínios americanos. Apenas para exemplificar, lembremos dicotomias muito conhecidas, como continuidade e ruptura; conservadorismo e liberalismo; reação *versus* revolução; romantismo *versus* cientismo; ou, enfim, o choque interpretativo entre a ênfase historiadora, ora no espaço das experiências, ora, ao contrário, no horizonte de expectativas.

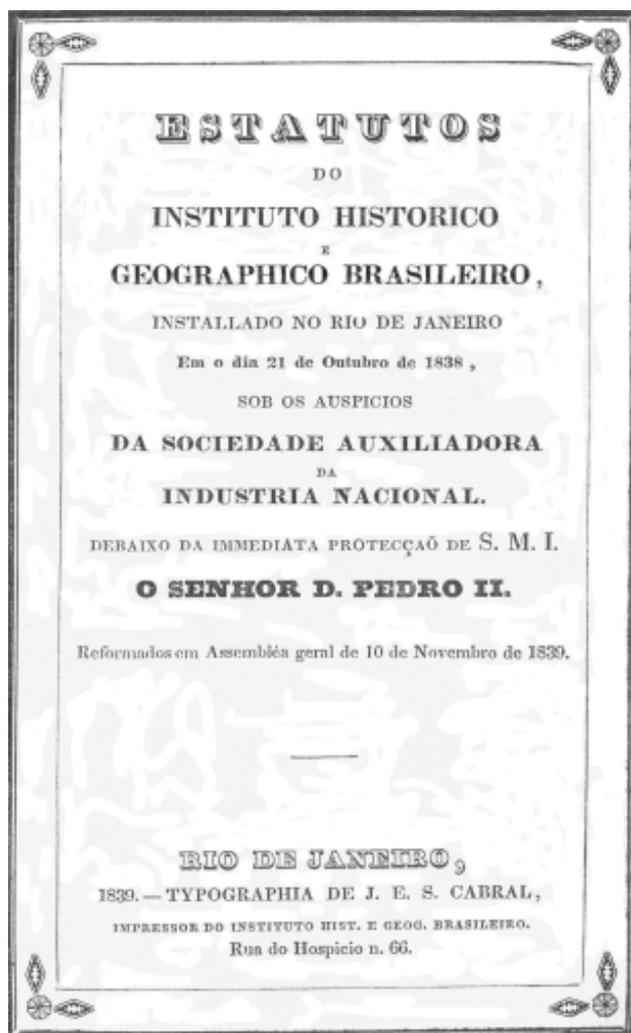
Escrever a história da história da chegada da corte portuguesa ao Brasil é uma tarefa impossível dentro dos parâmetros de um artigo como este. Afinal de contas, a historiografia brasileira dos séculos XIX e XX é pródiga em referências aos acontecimentos de 1808. A grande maioria dos historiadores refere-se à chegada de d. João: alguns se preocupam com a narração dos acontecimentos, outros preferem abordar as interpretações propostas para o evento, e, por último, há aqueles que dão prioridade ao significado da transferência da corte lusa. Existem, assim, narrativas francamente des-

critivas, ao lado de interpretações que ora privilegiam o significado mais ou menos imediato do evento, ora tentam situá-lo numa perspectiva de médio ou longo prazo em relação ao processo histórico brasileiro.

A fim de melhor percebermos os caminhos da produção historiográfica sobre o nosso tema, optamos por uma abordagem que considera quatro períodos ou *momentos historiográficos* sucessivos. Não se trata, porém, de uma periodização canônica. Iglésias, por exemplo,<sup>12</sup> propôs uma divisão em três momentos: o primeiro, de 1500 a 1838, correspondendo ao período colonial e ao princípio do nacional, compreenderia livros que são mais crônicas históricas do que história, ou seja, livros que são mais fontes do que obras elaboradas; o segundo, de 1838 a 1931, corresponderia à fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundamental para uma tomada de consciência nacional, com a pesquisa e publicação de séries documentais, e o desenvolvimento de um conceito de história que teve como ponto culminante a *História geral do Brasil*, de Francisco Adolfo de Varnhagen; enfim, o terceiro, de 1931 aos dias atuais, teria como ponto de partida a reforma do ensino realizada por Francisco Campos. Como se poderá ver, a seguir, a diferença maior entre os *momentos* apontados refere-se ao período de 1870 a 1930, o qual, acreditamos, deve ser distinguido daquele que o antecede.

1 – A historiografia da época do romantismo – de começos do século XIX até mais ou menos 1870; 2 – A his-

toriografia científicista e/ou historicista, de 1870, aproximadamente, até o final da década de 1920; 3 – A historiografia *modernista* dos novos *descobridores do Brasil*, de 1930 até 1945-1950; 4 – A historiografia *contemporânea*, de 1950 aos dias atuais. Convém observar, no entanto, que a referência a esses momentos visa apenas a situar os textos por nós selecionados na perspectiva mais ampla da história da história do Brasil, sem qualquer intuito de exaustividade



*Estatutos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, 1839*

quanto à produção historiográfica, inclusive em termos do tema que constitui nosso objeto atual de estudo.

Passemos então às características historiográficas desses dois primeiros momentos.

### **Dos começos do século XIX até 1870-1880 – Varnhagen**

Ainda muito próximos dos acontecimentos de 1808-1821, cronistas, sobretudo estes, e alguns historiadores ativeram-se em geral a um tipo de narrativa factual, minuciosa, não raro pitoresca, acompanhada de uma ou outra reflexão a respeito do significado da mudança da corte. Crônicas, relatos de viajantes, relatórios consulares, correspondência diversa, constituem a base textual das variadas narrativas da instalação da corte joanina no Rio de Janeiro. Representam tais narrativas as primeiras formas então assumidas pela preocupação em oferecer aos leitores uma perspectiva suficientemente precisa e pormenorizada acerca dos comportamentos das principais personalidades, seu cotidiano, assim como a descrição das principais *circunstâncias* locais: a cidade, seus habitantes, composição social, costumes e hábitos os mais diversos, tipos de habitações, atividades econômicas, formas de convivência política e social.

Destaca-se, em primeiro lugar, a *History of Brazil*, editada por

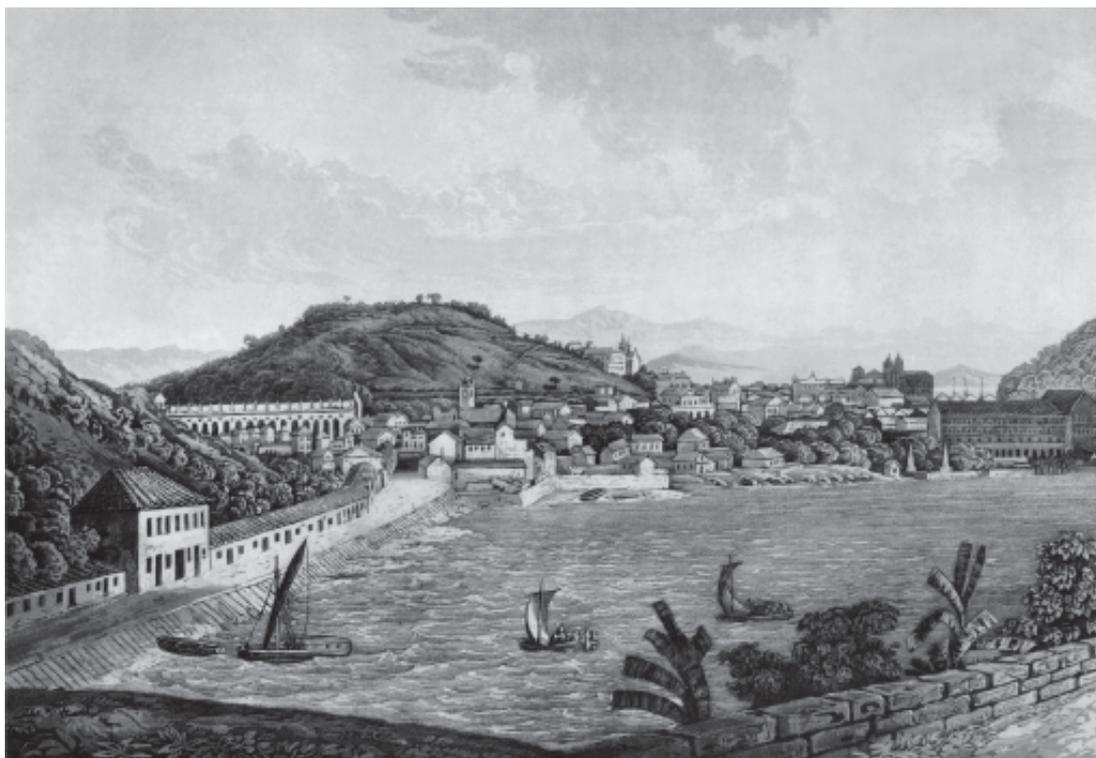
Robert Southey, entre 1810 e 1819,<sup>15</sup> bastante elogiada por Capistrano de Abreu e Oliveira Lima, em 1907, e analisada, em anos mais recentes, por Maria Odila da Silva Dias.<sup>14</sup> Dentre os que então escreveram diversas crônicas ou anais a respeito dos principais sucessos do período, merecem ser aqui lembrados: José da Silva Lisboa e Luís Gonçalves dos Santos, entre os cronistas,<sup>15</sup> e Pizarro e Araújo e Baltazar da Silva Lisboa, entre os autores de anais referentes ao Rio de Janeiro.<sup>16</sup>

#### *A História geral do Brasil*

Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878), autor de numerosos trabalhos, tem, como obra principal, a *História geral do Brasil*, e, em segundo lugar, a *História da Independência do Brasil*, edita-

da a primeira em 1854, em Madri, e em 1857 no Rio de Janeiro (2. ed. ampliada, Rio de Janeiro: Laemmert, 1877), e a segunda, postumamente, na *Revista do IHGB*, 1916, t. LXXIX (reeditada na mesma revista em 1938, v. 175).<sup>17</sup>

Contemporâneo da época do romantismo, tal como o foi também seu coetâneo, o historiador luso Alexandre Herculano, Varnhagen parece ter assimilado muito da estética romântica, especialmente em seus textos de cunho mais literário. Como historiador, Varnhagen aproxima-se metodologicamente da *escola histórica alemã*, de Humboldt e Ranke, quer dizer, do historicismo ou *historismo* em termos do que seria a epistemologia do conhecimento histórico presente em sua concepção do trabalho historiador,<sup>18</sup> o que não



Rio, visto, do morro da Glória. Maria Dundas Graham, *Journal of a voyage to Brazil*, 1824

o afasta, convém frisar-se, de muitos dos pressupostos românticos no plano ontológico. Tal como Ranke, tende a definir a história como um esforço de reconstituição integral do passado, a partir da fidelidade absoluta aos acontecimentos comprovados em fontes documentais fidedignas. Enfim, Varnhagen pode à primeira vista parecer um empirista *positivista*, da mesma forma que Ranke, mas, também neste caso, uma análise mais atenta permite-nos perceber que o seu *empirismo* não é de natureza filosófica – como o empirismo britânico –, mas apenas uma exigência metodológica em prol da pesquisa documental e da erudição tal como era então comum na historiografia romântica. Entretanto, como sublinhou Iglésias: “Pouco se interessou por outro aspecto inovador de então, a teoria, para fundamentar esforço do historiador, colocando-o além da narrativa, na busca da compreensão ou da interpretação.”<sup>19</sup>

Convém aqui sublinhar a sua visão predominantemente política, ou seja, seu verdadeiro culto do Estado enquanto realização maior do espírito humano na história: “Saber identificar o momento concreto para atuar é tarefa do homem de Estado; orientá-lo, discernindo entre o emaranhado de acontecimentos o fio condutor da história, é tarefa do historiador”.<sup>20</sup>

A Nação, o Estado e o Homem Brasileiro, eis as categorias do pensamento de Varnhagen postas em relevo por Odália.<sup>21</sup> Ora, ao colocar a monarquia absoluta portuguesa como personagem principal do processo político que, atra-

vés do *descobrimento, colonização e estabelecimento da corte nos trópicos*, marca as origens do Estado e da nação brasileiros, Varnhagen constrói em perspectiva teleológica uma visão essencialmente branca e europeia da história da colônia, na qual o Estado é força tutelar e instrumento da formação de uma nova nação.<sup>22</sup> Deriva destas premissas a perspectiva de continuidade, ou seja, o caráter não traumático da transição da situação de colônia ao estatuto de país independente.

Na opinião de Iglésias, Varnhagen foi um dos maiores trabalhadores da história do Brasil, “para cuja bibliografia contribuiu decisivamente, criando um modelo de síntese que seria muito adotado e repetido”, isto é, os famosos *quadros de ferro de Varnhagen*, como os denominou Capistrano de Abreu.

Vejam agora como Francisco Adolfo de Varnhagen, visconde de Porto Seguro, apresenta o episódio da “transmigração da família real”, na sua *História geral do Brasil*, seção L, intitulada “Chegada do príncipe ao Brasil. Sua administração”.<sup>23</sup>

Logo ao início, Varnhagen, retomando o fio da narrativa iniciada na seção XLVIII, que culminara na partida da real família de Lisboa, já anuncia ao leitor a natureza de seu estado de espírito: “e já nos tarda o sair-lhes a todos ao encontro, e com os braços abertos se a ingenuidade da expressão não ofende a majestade”.<sup>24</sup> A seguir, em relativamente poucas páginas, Varnhagen condensa algumas das idéias mais constantes e profundas de

sua visão da história do Brasil. Primeiro, o tom de admiração respeitosa pela tradição monárquica lusa cuja continuidade a transferência da corte para o Brasil parece assegurar. Afirma, então: “E em verdade o senhor D. João foi, se não o primeiro imperador, pelo menos o *primeiro a proclamar a idéia de fundar no Brasil um novo império*”.<sup>25</sup>

Preocupa-se Varnhagen menos com os acidentes e peripécias da chegada da comitiva régia – tão do agrado dos cronistas e dos amantes da *petite histoire* e seus episódios anedóticos, até os nossos dias – e muito mais com as realizações do governo de d. João e seus ministros, sublinhando sempre o sentido de tudo que foi construído na nova metrópole como preparação daquilo que já estaria inscrito na lógica da administração portuguesa: o caminho necessário e inevitável para a constituição da futura nação independente. Em poucas páginas, nosso historiador desenvolve a idéia principal de sua interpretação da história do Brasil: a da continuidade entre a Colônia e o Estado imperial e, conseqüentemente, o papel já predeterminado historicamente que desempenha a *transmigração da família real* lusa para o Brasil.<sup>26</sup>

### **A historiografia cientificista**

Os historiadores, a partir da década de 1870, tendem a assumir uma perspectiva mais crítica, menos áulica talvez, acerca do percurso histórico correspondente à formação colonial e ao Estado imperial. As preocupações maiores têm a ver não só com a construção do próprio Estado e a formação da nação, mas,

principalmente, com a natureza social de um e outro, tendo em vista uma dupla hipoteca: da escravidão negra e das relações com as populações indígenas. Infelizmente, o excelente texto de Iglésias interrompe-se neste ponto. Um título bastante vago – “Além Varnhagen” – anuncia a parte que se segue, brilhante em vários momentos, sem dúvida, mas sem aquela tessitura que com toda certeza gostaria de ter produzido como quadro de referência das relações entre as obras dos diversos autores que vão a seguir expostos, cada um de *per si*.

Coube a Capistrano de Abreu, num duplo sentido, como continuação e como visão crítica, liderar a sucessão de Varnhagen. Ao lugar-comum da continuidade, iria ele opor a perspectiva da ruptura, mas, sobretudo, à visão historiadora voltada para fora, estabeleceu ele uma visão contrária, direcionada para dentro, para o interior, o *sertão*, introduzindo com força no discurso histórico o papel da geografia e o peso da presença do índio durante o processo de exploração e conquista das imensas extensões interiores. Trata-se então de uma história bastante distinta daquela escrita por Varnhagen, tanto em sua temática quanto na forma de abordagem.

No contexto social e intelectual que caracteriza a produção historiográfica do período de 1870-80 a 1930-31, as narrativas e avaliações da transferência da corte portuguesa para o Brasil tendem a interessar-se menos pelos pormenores históricos da chegada e estabelecimento da família real e mais pela inter-

pretação do seu significado, quer dizer, do sentido que as transformações então desencadeadas deram ao processo de independência política e à estruturação política e social do Império. Muitos deles, aliás, contemporâneos da queda do Império e dos primeiros anos da República, tentam perceber nos acontecimentos de 1808 algumas hipóteses explicativas dos próprios rumos da história do Brasil ao longo do século XIX. Pode-se então afirmar que, paralelamente ao lento trabalho de construção da memória de 1808, as interpretações históricas, tanto aquelas produzidas por historiadores como as que foram escritas por outros tipos de intelectuais – literatos, sociólogos, políticos –, tendem a incluir em suas avaliações do período de d. João VI no Brasil suas próprias inclinações e preocupações presentistas, monarquistas ou republicanas. Mas foi também ao longo desse período, provavelmente, que ganharam seus lugares na memória coletiva de 1808 alguns dos temas e ícones mais identificados, em termos do senso comum, com fatos e pessoas da época joanina em terras brasileiras.

*João Capistrano de Abreu (1853-1927)*

Trata-se por excelência de um historiador do período colonial, isto é, do *Brasil-colônia* (com perdão dos caçadores de anacronismos de plantão). Dois de seus textos fundamentais, *Capítulos de história colonial* e *Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil*,<sup>27</sup> não se preocupam, como nos parece lógico, com os eventos de 1808 nem tampouco com o

processo de independência. No último capítulo do primeiro dos livros citados, significativamente intitulado “Três séculos depois”, Capistrano escreveu:

Vida social não existia, porque não havia sociedade; questões públicas tampouco interessavam e mesmo não se conheciam: quando muito sabem se há paz ou guerra, assegura Lindley.<sup>28</sup> É mesmo duvidoso se sentiam, não uma consciência nacional, mas ao menos capitania, embora usassem tratar-se de patricio e paisano. Um ou outro leitor de livro estrangeiro podia falar na possibilidade da independência futura, principalmente depois de fundada a república dos Estados Unidos da América do Norte e divulgada a fraqueza lastimável de Portugal.

Não se inquiria, porém, o meio de conseguir tal independência vagamente conhecida, tão avessa à índole do povo a questões práticas e concretas. Preferiam divagar sobre o que se faria depois de conquistá-la por um modo qualquer, por uma série de sucessos imprevistos, como afinal sucedeu. Sempre a mesma mandriice intelectual de Bequimão e dos Mascates!<sup>29</sup>

Que nos desculpem essa citação um tanto longa. Acreditamos, porém, que ela é bastante ilustrativa de alguns dos pontos essenciais que marcam a revisão crítica dos “quadros de ferro” de Varnhagen levada a cabo por Capistrano de Abreu. Representou este último, de fato, uma verdadeira mutação historiográfica, pois, agora, em lugar da continuidade, havia ruptura, em

vez da teleologia do Estado, a formação da nação se desloca da esfera político-administrativa e do protagonismo da monarquia absoluta metropolitana para o campo social e econômico: é o povoamento, a dimensão espacial ou geográfica da conquista e ocupação do território – as explorações, os caminhos antigos. A nação surge assim como muito variada regionalmente, tendo como pano de fundo aquele *sertão* ignorado até então pela historiografia. Ao passar, conforme expressão sua, de uma *história externa* para uma *história interna*, Capistrano irá pôr em destaque a importância do elemento indígena na constituição do povo brasileiro, em oposição à nação branca e europeia entrevista por Varnhagen.<sup>30</sup>

Como já se poderia antecipar a partir da leitura do parágrafo final do texto anteriormente citado, Capistrano atribui a *sucessos imprevistos* a conquista da independência política. Em seus *Ensaios e estudos*, 2ª série,<sup>31</sup> encontra-se um artigo intitulado “28 de janeiro”, publicado no *Jornal do Commercio* de 28 de janeiro de 1908, em comemoração ao 1º Centenário da Abertura dos Portos. Nesse artigo, Capistrano faz um longo retrospecto dos principais acontecimentos europeus desde a reunião dos Estados Gerais em Versalhes, em maio de 1789. A seguir, aborda os acontecimentos ibéricos com atenção especial à correspondência entre o príncipe regente d. João e Napoleão Bonaparte, imperador dos franceses. Na realidade, Capistrano privilegia a exposição dos fatos que caracterizam a difícil situação da corte portuque-

sa, pressionada pelas ameaças francesas e britânicas. Daí então, em breves palavras, a partida da corte para o Brasil, em 29 de novembro, e a chegada à cidade do Salvador, Bahia, em 22 de janeiro de 1808. Finalmente, alguns comentários à carta régia de 28 de janeiro que abriu os portos do Brasil ao comércio das *nações amigas*. Até onde podemos perceber, Capistrano se mostra mais propenso a atribuir a decisão régia a antigas e reiteradas pressões britânicas, agora verbalizadas por lord Strangford, e, quanto ao mais, limita-se a transcrever um manuscrito de Tomás Antônio de Vila Nova Portugal, no qual consta que José da Silva Lisboa e Antônio da Silva Lisboa teriam convencido o ministro de Estado d. Fernando José de Portugal da importância de “fazer assinar por El-Rei o decreto para abrir todos os portos do Brasil às nações estrangeiras”.<sup>32</sup>

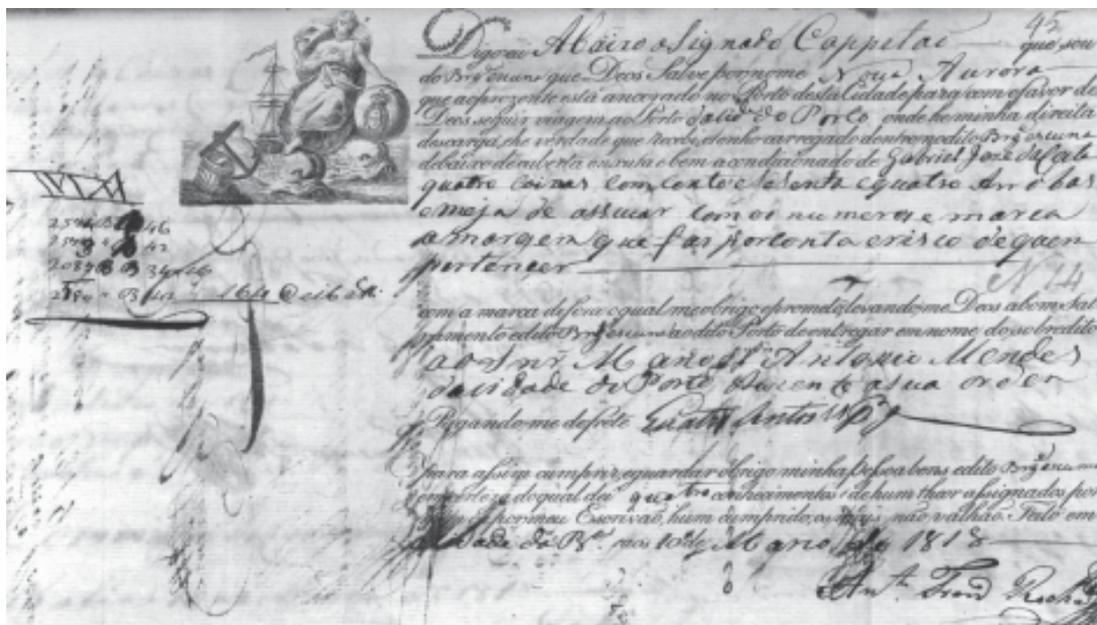
Além dos trabalhos produzidos por Capistrano de Abreu, observa-se, ao longo do mesmo período citado, que continuaram a aparecer obras escritas no velho estilo, isto é, crônicas e anais, bem como se pode notar a presença de alguns autores que cultivam um certo eruditismo, não raro mais aparente que real. Tal seria, por exemplo, o caso dos textos produzidos por João Manuel Pereira da Silva e por Alexandre José de Melo Moraes, pai e filho.<sup>33</sup> Segundo Iglésias, na linha erudita cabem os maiores louros aos estudiosos regionais, como, apenas para exemplificar, João Francisco Lisboa.<sup>34</sup> Ainda devem ser citados, na impossibilidade de aqui analisá-

los, historiadores como Joaquim Caetano da Silva, Gottfried H. Handelman, Candido Mendes de Almeida, Joaquim Norberto de Sousa e Silva, João Coelho Gomes, José Maria da Silva Paranhos Júnior, o barão do Rio Branco, e, especialmente, Manoel Bomfim.<sup>35</sup> Mencionamos estes nomes apenas para que se tenha uma visão da variedade de textos históricos que foram produzidos à época de Capistrano. Não consta que tenham ido além de uma consolidação das narrativas e interpretações a respeito de 1808. Outra coisa, porém, seria a análise teórica de seus respectivos discursos.

*A culminação de um século de história e memória: M. de Oliveira Lima (1867-1928)*

Entre intelectuais significativos de fins do século XIX e começos do XX, a exemplo de Joaquim Nabuco, Eduardo Prado, Silvio Romero e Euclides da Cunha, preferimos fixar-nos naquele que mais de perto

abordou o tema que de fato nos interessa, d. João VI no Brasil – o historiador e diplomata Oliveira Lima.<sup>36</sup> Sua preocupação maior foi sempre com a *formação histórica da nacionalidade brasileira*,<sup>37</sup> sublinhando o surgimento precoce de um ideal nacionalista, já no século XVI, e o papel dos movimentos nativistas, especialmente a resistência pernambucana às invasões holandesas.<sup>38</sup> Na biografia intelectual que dele elaborou, Gilberto Freyre chamou-o de “Oliveira Lima, Don Quixote Gordo”.<sup>39</sup> Segundo o juízo de Iglésias, Oliveira Lima representa uma outra fase na historiografia brasileira, ao superar a crônica e a erudição vazia de senso crítico. Capistrano o considerava um tanto superficial, e é verdade que suas principais referências eram os seus amigos europeus ou europeizados. Seja como for, pesquisou e escreveu muito. Brigou também ou desentendeu-se com colegas de carreira e com historiadores



Recibo de carga do brigue escuna Aurora, Salvador, 10 de março de 1818

em função da sua facilidade em criticar e polemizar.

A obra *D. João VI no Brasil* caiu sob medida na comemoração do primeiro centenário da chegada da família real e da corte portuguesa ao Brasil. Contra os detratores da personalidade do príncipe d. João, as críticas ao parasitismo da corte, e as ironias sobre as querelas intermináveis entre anglófilos e francófilos, Oliveira Lima optou pela análise o mais objetiva possível, no seu entender, da documentação farta e arduamente pesquisada em acervos europeus e norte-americanos. Assim, relativizando aqui e ali, contrapondo sempre à *petite histoire* o balanço minucioso das realizações, com ênfase na preparação das condições de possibilidade do processo de independência, Oli-

veira Lima de certa maneira cristalizou uma visão positiva das principais personagens e ações mais diretamente associadas às grandes transformações da ex-colônia. Ao pretender ser apenas um historiador bem informado e isento, Oliveira Lima desenhou e fixou as linhas mestras de uma imagem que consagrava em seus aspectos mais positivos a época de d. João, elevando-a à categoria de lugar simbólico por excelência da própria memória nacional.<sup>40</sup>

Ao buscar o refúgio do Brasil, onde fundou (ou refundou) seu governo, d. João colocou o imenso oceano entre ele e Napoleão. Custou-lhe muito deixar Portugal, embora não tenha sido realmente uma fuga, mas, sim, uma inteligente estratégia de sobrevivência. “Fundador da nacionalidade brasileira”, como tido na

*Carta Real* Conde da Ponte do Alca. Concelho, Governador  
da Liberdade do e Capitão General da Capitania da Baía  
de Todos os Santos, Alcaide e Príncipe Regente vos  
envio muito saudar, como aquelle que Amo.  
Atendendo a Representação que foy feita me  
tir a Real Cédula Real Interdita sobre se  
deixar interrompido, e suspensão o Comercio da  
da Capitania com grave prejuizo dos Alca.  
Vasculos, e da Real Interdita, em  
razão das Críticas, e publicas circumstancias  
da Europa, e querendo dar sobre este importante  
objeto alguma providencia prompta, e ad-  
apta para remediar o prejuizo de tal natureza,  
L... Real Ordenação interina, e provisoria

Registro da abertura dos portos brasileiros  
ao comércio exterior, Salvador, 29 de janeiro de 1808

República, d. João foi alvo de uma simpatia coletiva, impulsiva e sincera. Mesmo a partir de 1820, quando a revolução liberal portuguesa agitava seus partidários em vários pontos da terra brasilica, os virulentos panfletos, publicados no Rio de Janeiro, tendiam a poupar o monarca e não empregavam a seu respeito senão expressões de amizade e de veneração.

A crítica histórica não faz senão fortalecer hoje uma feliz intuição nacional... Como é que o bom senso ou, antes, o bom gosto da posteridade não haveria de descobrir, sob o exagero das caricaturas grotescas, que os publicistas interessados parciais têm esboçado, os traços verdadeiros de sagacidade e de bondade.<sup>41</sup>

Fomos buscar todas essas avaliações críticas acerca de d. João e sua época em outro dos textos de Oliveira Lima, desta vez de síntese, onde de maneira mais concisa ele refuta antigas versões e descaracteriza velhas caricaturas. É assim, prossegue o nosso historiador, que

Numerosas anedotas burlescas, e mesmo brejeiras, muito raramente autênticas, correm mundo a respeito desse soberano, que nossos pais menoscabavam um pouco, por causa das histórias que tinham ouvido contar por nossos avós, mais sensíveis aos ridículos das aparências que ao valor dos resultados. Faltava-lhe realmente uma qualidade: a firmeza, e vós sabeis que a zombaria persegue facilmente aos fracos.<sup>42</sup>

Longa em demasia seria a análise dos trinta capítulos em que se estrutura o grande livro de Oliveira Lima, desde “A partida” até “A desilusão do regresso”. Ao longo de suas 790 páginas desenvolve-se a narrativa minuciosa e precisa de uma época decisiva da história do Brasil. Assim, somente a título de amostra, veja-se como o autor distingue os motivos imediatos do embarque – “a conselho do governo britânico e escoltadas as suas naus por navios britânicos –, e os de natureza mediata: “uma inteligente e feliz manobra política e não uma deserção covarde”, manobra esta que já estava, há muito tempo, presente no horizonte de possibilidades da monarquia lusa em caso de grave ameaça à sua sobrevivência.

Estilo narrativo e descritivo, mais voltado para as questões políticas, diplomáticas e militares, assim como para as intrigas palacianas, Oliveira Lima não deixou de dedicar capítulos preciosos à justiça, aos índios, à cultura, à revolução de 1817 em Pernambuco, e assim por diante.

Breves indicações, sumárias apreciações. Na verdade, o grande livro de Oliveira Lima não poderia ser aqui resumido de modo apropriado. Trata-se de texto extremamente denso, trabalhado com rigor documental, no qual o autor buscou reconstituir a totalidade de um processo complexo e dos mais ricos em sua diversidade de aspectos. Algo que não fora tentado até então e que não seria ultrapassado até os dias de hoje. Um clássico da historiografia nacional, segundo Wilson Martins, igualmente apreciado por Gilberto Freyre, José Veríssimo e Octavio Tarquínio de Souza.<sup>43</sup>

A obra historiográfica de Oliveira Lima situa-se a meio caminho de um período que, como já anunciamos, tem Capistrano de Abreu como sua figura exponencial. A produção historiográfica de tal período abrange contribuições não só, ou não tanto, de historiadores propriamente ditos como de outros intelectuais pertencentes a variadas especializações no campo das humanidades, alguns mais chegados à perspectiva historiográfica de Capistrano, outros dele distanciados ou mesmo em franca oposição. Note-se que não se trata aqui de amizades ou laços pessoais, que, de fato, existiram em muitos casos, mas da afinidade maior ou menor com uma certa maneira de escrever história, fora das preocupações hegemônicas da política e dos fastos militares. Uma outra maneira, portanto, de abordar o problema da nação e do povo brasileiros. Tais seriam assim os casos de

Joaquim Nabuco, Silvio Romero, Euclides da Cunha, Alfredo de Carvalho, Nina Rodrigues, Manoel Bomfim, João Ribeiro, entre os principais.<sup>44</sup>

#### CONCLUSÃO PARCIAL

O entorno de 1930 é sempre um território minado para o historiador. Todavia, é impossível evitá-lo. Ainda que se relegue a Revolução de 1930 a uma espécie de pano de fundo, não se pode ignorar que, um pouco antes, um pouco após aquele ano, vários fatos marcam o processo historiográfico brasileiro: 1927 é o ano da morte de J. Capistrano de Abreu; 1931 é a Reforma Francisco Campos; 1933 são os primeiros trabalhos realmente inovadores de Caio Prado Júnior e de Gilberto Freyre, logo seguidos por *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda (1936).

## N O T A S

1. SILVA DIAS, Maria Odila Leite. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005. p. 7-37.
2. NORA, Pierre et al. *Les lieux de mémoire*. v. I: La République. Paris: Gallimard, 1984. p. XIV.
3. ANKERSMIT, F. R. Commemoration and national identity. *Textos de História – Memória, Identidade e Historiografia*. Brasília: UnB, v. 10, n. 1-2, p. 16-18, 2002.
4. HOBBSAWM, E. W. The historian between the quest for the universal and the quest for identity. *Diógenes*, n. 168, 1994. p. 51-64.
5. CATROGA, Fernando. *Memória, história e historiografia*. Coimbra: Quarteto, 2001, p. 16-17, numa referência, também, a M. Halbwachs, *La mémoire collective*. Paris: Albin Michel, 1997.
6. *ibidem*, p. 17, numa citação de P. Ricoeur, *Entre mémoire et histoire*, *Projet*, n. 248, 1996-1997.
7. *ibidem*. p. 20-21.

8. ibidem. p. 21 e 49.
9. TODOROV, T. *Les abus de la mémoire*. Paris: Arléa, 1995.
10. NORA, Pierre. *Les lieux de mémoire*, v. III. Paris: Gallimard, 1992.
11. CATROGA, F. op. cit. p. 44, 49.
12. IGLÉSIAS, Francisco. *Historiadores do Brasil*. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000. p. 23-24.
13. SOUTHEY, Robert. *History of Brazil, 1810, 1817, 1819*. 3 v.
14. SILVA DIAS, Maria Odila da. *O fardo do homem branco: Southey, historiador do Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1974.
15. Como exemplos de historiografia do princípio do século XIX, podem ser referidos: José da Silva Lisboa, o qual, como cronista, escreveu: *Memória dos benefícios políticos do governo de el-rei nosso senhor d. João VI (1818)* e *História dos principais sucessos políticos do Império do Brasil (1830)*; Luís Gonçalves dos Santos, *Memórias para servir à história do Reino do Brasil, divididas em três épocas de felicidade, honra e glória*, escritas no Rio, em 1821, e publicadas em Lisboa, em 1825; Cf. IGLÉSIAS. op. cit. p. 51.
16. Pizarro e Araújo escreveu e editou em nove tomos as *Memórias históricas do Rio de Janeiro e das províncias anexas...*, em 1820-22; Baltazar da Silva Lisboa, autor dos *Anais do Rio de Janeiro*, em sete volumes, publicados entre 1834 e 1835.
17. ODÁLIA, Nilo (org.). *Varnhagen*. São Paulo: Ática, 1979. Cf. às páginas 24-30 uma bibliografia parcial de Varnhagen. No presente trabalho utilizamos a nona edição integral, em 5 tomos reunidos em 3 volumes, revista e anotada pelo prof. Helio Vianna. São Paulo: Melhoramentos, 1978. Todas as citações que se seguem referem-se a esta última edição.
18. WEHLING, Arno. *Estado, história, memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p. 60-66.
19. IGLÉSIAS, Francisco. op. cit. p. 72.
20. WEHLING, Arno. op. cit. p. 74.
21. ODÁLIA, Nilo. *As formas do mesmo: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna*. São Paulo: Unesp, 1997. p. 31-42.
22. ibidem. p. 25-27 e 45-47.
23. VARNHAGEN, F. A. de. *História geral do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1978. v. 3.
24. ibidem. p. 89.
25. ibidem. p. 90.
26. ibidem. p. 89-110.
27. ABREU, J. Capistrano de. *Capítulos de história colonial e Os Caminhos antigos e o povoamento do Brasil*. Brasília: Ed. UnB, 1982.
28. LINDLEY, Thomas. *Narrative of a voyage do Brazil*, London, 1905, p. 275, apud ABREU, Capistrano de. *Capítulos de história colonial*. op. cit. p. 196-197.
29. ABREU, J. Capistrano de. *Capítulos de história colonial*, capítulo 11. p. 199-200.
30. ODÁLIA, Nilo. *As formas do mesmo*. p. 14-17.
31. ABREU, J. Capistrano de. *Ensaio e estudos* (Crítica e história), 2ª série. Rio de Janeiro; Brasília: Civilização Brasileira; INL, 1976. p. 41-60.
32. ibidem. p. 59-60.
33. Esses autores e suas respectivas obras vão citados por F. Iglesias, op. cit., às páginas 96 e 97. São escritores "de larga produção, mas de reduzido alcance, por vícios de várias espécies".
34. IGLÉSIAS, F. op. cit. p. 97-98.
35. ibidem. p. 98-117.
36. LIMA, M. de Oliveira. *D. João VI no Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996. Prefácio de Wilson Martins. Segundo Iglesias, op. cit. p. 135-138, Oliveira Lima publicou muitos volumes, todos de história ou de viagens, porém o mais importante deles é o *D.*

*João VI no Brasil*, acusado como responsável pelo culto do período, sendo certo, no entanto, que "o texto é grandioso..., o mais importante até hoje sobre período decisivo da trajetória nacional".

37. LIMA, M. de Oliveira. *Formação histórica da nacionalidade brasileira*. Prefácios de Gilberto Freyre, José Veríssimo e M. E. Martinenche. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997 (ed. original em francês, 1911).
38. *ibidem*. p. 151-169. Na página 156 o autor insere citação de Euclides da Cunha que resume a interpretação deste último sobre as circunstâncias que explicam e justificam as características de d. João VI como o homem absolutamente necessário ao meio e ao momento histórico do Brasil.
39. FREYRE, Gilberto. Prefácio da edição brasileira da *Formação histórica da nacionalidade brasileira*, de M. de Oliveira Lima, 1944.
40. O texto de Oliveira Lima demonstra, na prática, até que ponto se confundem, no esforço de reconstituição de um certo passado, História e Memória. Dai decorre provavelmente o conflito das interpretações/avaliações, entre os historiadores, a respeito da obra magna do referido historiador.
41. LIMA, M de Oliveira, *D. João VI no Brasil*, capítulos 1, 2 e 3.
42. *ibidem*, p. 159 e ss. (Emancipação intelectual); p. 271 e ss. (O tráfico de escravos ); p. 465 e ss. (Administração e justiça: os interesses agrícolas e industriais); p. 487 e ss. (O tratamento dos índios).
43. IGLÉSIAS, F. op. cit. p. 135-141; LIMA, M. de Oliveira, *Formação histórica da nacionalidade brasileira*, p. 151-169.
44. IGLÉSIAS, F. op. cit. p. 142-179.

---

Recebido em 11/12/2007

Aprovado em 27/12/2007

**Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves**

Professora titular da Uerj, pesquisadora do CNPq, cientista do Nosso Estado/Faperj, pesquisadora principal do Pronex/Faperj/CNPq intitulado "Dimensões da cidadania", coordenado por José Murilo de Carvalho.

**Guilherme Pereira das Neves**

Professor associado I da UFF, pesquisador do CNPq, nível 2, e pesquisador principal do projeto Pronex/Faperj/CNPq intitulado "Raízes do privilégio", coordenado por Ronaldo Vainfas.

# Alegrias e Infortúnios dos Súditos Luso-Europeus e Americanos

## A transferência da corte portuguesa para o Brasil em 1807



Este trabalho pretende analisar os sentimentos despertados pela transferência da corte portuguesa para o Brasil em 1807, tanto nos súditos lusos da Europa como nos súditos da América. Se, lá, o acontecimento gerou um sentimento de orfandade e abandono, aqui, as esperanças alçaram vôo com a presença inédita de um soberano. Do processo, resultaram o movimento português de 1820 e a Independência do Brasil.<sup>1</sup>

*Palavras-chave: Invasões napoleônicas; corte portuguesa; Representações políticas.*

This paper intends to analyse the feelings aroused in the Portuguese subjects in Europe as much as in America by the transfer of the Portuguese court to Brazil in 1807. If the event begot a sense of orphanhood and neglect there, here, the unprecedented presence of a sovereign made hopes take flight. Results of this process were the Portuguese movement of 1820 and the Brazilian Independence.

*Keywords: Napoleonic Invasions; Portuguese Court; Political representations.*

"Duas coisas se não podem exatamente descrever; nem a alegria e entusiasmo do povo do Brasil com a chegada da Família Real, nem a tristeza e consternação do povo de Lisboa (depois de todo o reino) com a sua partida."<sup>2</sup>

**E**m Lisboa, ao longo do mês de novembro de 1807, cresceram as murmurações em relação aos possíveis acontecimentos políticos que ameaçavam abalar o império português naquele momento. Comentários sobre a movimentação das tropas francesas – inicialmente concentradas na fronteira com a Espanha e, em seguida, em marcha para invadir Por-

tugal – ocupavam as conversas nos cafés, local de preferência para a discussão, com “demasiada liberdade” (como se dizia na época), de todos os objetos relacionados à situação política da Europa. Versos, boatos, pasquins e notícias diversas traduziam a angústia de uma população que assistia, sem saber ao certo o que estava em jogo, à indecisão da corte portuguesa, que buscava conservar-se neutra e acabava tornando o país vulnerável, ao mesmo tempo, diante de duas nações inimigas entre si, a França e a Inglaterra.

Afinal, desde a assinatura do Tratado de Tilsit entre França e Rússia, em julho de 1807, a situação agravara-se. Resolvidas as pendências no Leste Europeu, os franceses voltaram sua atenção para o Oeste, ou seja, para a Península Ibérica. Os acontecimentos precipitaram-se. Após uma série de concessões portuguesas em face das exigências francesas, em 11 de novembro de 1807, o *Moniteur Universel*, jornal oficial da França imperial, publicava não só o Tratado de Fontainebleau com a Espanha, que dividia Portugal em três partes, como a decisão de Napoleão Bonaparte de destronar a dinastia de Bragança.<sup>3</sup> A essa altura, na esperança de ainda aplacar a ira do temível corso, foram decretadas, entre 20 de outubro e 5 de novembro, medidas contrárias aos

interesses da Inglaterra em Portugal, como o fechamento dos portos a seus navios, o seqüestro dos bens e a prisão dos súditos britânicos residentes no país, as quais colocaram o tradicional aliado em pé de guerra, com a ameaça velada de bombardear Lisboa, como fizera com Copenhague menos de dois meses antes.

Assim, diante da notícia de que tropas francesas já tinham entrado em território português, “havendo-se esgotado todos os meios de negociação e não havendo esperança alguma discreta que por tais expedientes se removesse o perigo iminente que ameaça a existência da Monarquia, soberania e independência de S. A. R.”, na madrugada de 25 de novembro, o Conselho de Estado decidiu a partida da corte portuguesa com destino ao Brasil. A solução não era nova, nem deixara de haver preparação para implementá-la. No entanto, cumpria acelerar o embarque, pois curto era o tempo disponível.<sup>4</sup>

Analisar tanto os sentimentos dos súditos lusos na Europa e na América, quanto o impacto causado em suas vidas pela transferência da corte portuguesa para o Brasil é a proposta deste trabalho. Se, do lado de lá do Atlântico, restou um sentimento de orfandade e abandono, do lado de cá, as esperanças alçaram vôo, com a presença inédita de um soberano em terras americanas. Com o passar dos anos, desse processo resultaram transformações que possibilitaram à antiga colônia projetar-se como a peça central do mundo luso-brasileiro, convertendo-se no pólo geográfico em relação ao qual se definiam as principais



Assinatura de Napoleão Bonaparte,  
Tratado de paz entre França e Portugal, 1801

opções do sistema imperial. Somada às dificuldades enfrentadas por Portugal, essa posição acabou por inverter, não só na prática, como também na sensibilidade dos contemporâneos, a concepção tradicional: se o reino europeu via-se reduzido a uma posição de inferioridade, o Rio de Janeiro passava a adquirir o lugar de metrópole, inclusive em relação ao restante da América portuguesa. Desses descontentamentos resultaram, ao final do processo, tanto o Movimento Liberal português de 1820 e suas vicissitudes ao longo das décadas seguintes, quanto a independência do Brasil e as hesitações da nova nação.

\* \* \*

A opção extrema da transferência da corte para os domínios da América fora aventada inicialmente, nas condições difíceis da Restauração de 1640, pelo padre Antônio Vieira e, posteriormente, não deixou de ser lembrada em outros momentos de tensão. Por conseguinte, não surpreende que tenha sido retomada no início do século XIX frente à grave situação política internacional em que Portugal tentava garantir sua neutralidade. Em 1801, quando da Guerra das Laranjas, contra a Espanha, d. José Maria de Souza, morgado de Mateus, em parecer de 14 de abril, recomendava que o príncipe regente se retirasse para o Brasil, “donde ameaçaria todas as colônias espanholas” e poderia vir a fundar “o maior império do Mundo”.<sup>5</sup> O marquês de Alorna, em carta ao príncipe, após a derrota portuguesa nesse conflito, revelava idêntica opinião. Importava que a dinastia de Bragança continuasse

a reinar, não sucedendo “à sua Coroa, o que sucedeu à de Sardenha e de Nápoles e o que talvez entre no projeto das grandes potências que suceda a todas as Coroas de segunda ordem na Europa”. E continuava:

V. A. R. tem um grande império no Brasil e o mesmo inimigo que ataca agora com tanta vantagem, talvez tremma e mude de projeto, se V. A. R. o ameaçar de que se dispõe a ir ser imperador naquele vasto território, adonde pode facilmente conquistar as colônias Espanholas e aterrar em pouco tempo as de todas as potências da Europa.<sup>6</sup>

A idéia de preservar a monarquia portuguesa comandava tais raciocínios, mas merece destaque que seus autores vislumbrassem a possibilidade de constituir igualmente um novo *império*, que poderia, inclusive, vir a englobar as colônias espanholas, uma opção que não deixou de ser novamente ventilada em 1807.

Depois de argumentar durante anos que, sem os domínios ultramarinos, Portugal em breve não passaria de uma província



Selo do Tratado de paz entre França e Portugal, 1801

de Espanha, também Rodrigo de Souza Coutinho, em 1803, insistia que a europeia não era “a melhor e mais essencial parte da Monarquia”, posto que, depois que ela tivesse sido devastada “por uma longa e sanguinolenta guerra”, ainda restava “ao soberano e aos seus povos” a oportunidade de criar um poderoso império no Brasil, “donde se volte a reconquistar o que se possa ter perdido na Europa”.<sup>7</sup> Nesse caso, no entanto, o ministro pressupunha uma perspectiva mais ampla, de acordo com as reflexões que vinha fazendo desde que fora representante diplomático de Portugal em Turim, que não implicava apenas em um deslocamento transitório da corte, mas que representava, sobretudo, uma profunda reforma do império português como um todo, conduzida de acordo com os princípios ilustrados que partilhava.

Portanto, o que se discutiu e decidiu nas reuniões do Conselho de Estado português ao longo dos meses de agosto a novembro de 1807, com a presença de d. Rodrigo, não era algum plano inusitado e, sim, uma idéia que ressurgia nos momentos de tensão internacional, como era este, frente à pressão napoleônica. Dessa forma, após os últimos preparativos, naturalmente tumultuados, o embarque da corte ocorreu no final da tarde de 27 de novembro, retardando-se, contudo, a partida, sob a proteção da esquadra inglesa, que bloqueava o Tejo, até 29, em função dos ventos desfavoráveis. No dia seguinte, entravam em Lisboa as tropas de Junot.

Se a partida há muito já estava planejada, como precaução, a sua execução, em curto prazo, acabou trazendo inúmeros

*N. A. R. tem hum grande Imperio no Brazil, e o mesmo inimigo que ataca agora com tanta vantagem, talvez que tremá, e mude de projecto, se N. A. R. o ameaçar de que se dispõem a ler ser Imperadores n'aquelle vasto territorio, adonde pode facilmente conquistar as Colonias Hespanhoas, e aterrar em pouco tempo a de todas as Potencias da Europa. Por tanto he preciso que N. A. R. mande armada com toda a pressa todos os seus Navios de Guerra, e todos os de transporte, q. n. acharem na Baixa de Lisboa - que metá nelle a Princesa,*

Carta do marquês de Alorna  
aconselhando o príncipe d. João a sair de Portugal, 1801

problemas, pois a relutância e a indecisão em partir propiciaram o açodamento e a desordem que caracterizaram o momento do embarque. “Nos dias 27, 28 e 29 de novembro de 1807, a desgraça, a desordem e o espanto existiam por toda a parte em Lisboa, quer em terra quer em mar: palácios se despiam, com a maior rapidez”; casas eram fechadas; “ricos móveis e carros de elevado custo embarcavam sem as devidas cautelas ou tiveram de ser abandonados nas praias”.<sup>8</sup> Na descrição dos contemporâneos, “apareceram pelas ruas e pelas praias de Belém bandos errantes de pessoas de ambos os sexos e de todas as idades, em cujos rostos estavam pintadas a mágoa e a desesperação”. Baús, pacotes, caixas amontoavam-se ao longo do cais no Tejo, abandonados, sem conseguir embarque. As provisões da esquadra, algumas se tinham “consumido com o tempo, outras por descaminhos”. Os tonéis de água de certas naus tinham-se extraviado, sendo necessário fazer outros, de “madeira nova”, o que era impróprio: “tudo foi confusão e desarranjo para se aprontar em poucos dias o puro indispensável para uma viagem tão distante”.<sup>9</sup>

A partida, ainda que não fosse uma fuga precipitada e repentina, trouxe muitos transtornos tanto para aqueles que ficaram na antiga sede do império português, como para os que partiram:

Copiosas e tristes lágrimas derramaram-se por esta ocasião, uns choravam a separação de pais, maridos e filhos e mais pessoas queridas; outros a criticar a posição da pátria in-

vadida por exército inimigo: estes a recordarem-se dos males que iam sofrer ficando sem protetores e no meio dos terríveis franceses; aqueles ao lembrarem-se dos incômodos e perigos de tão longínqua viagem.<sup>10</sup>

Além disso, a maior parte das famílias, em conseqüência da confusão reinante, acabou por se dividir no embarque, ao entrar no primeiro navio que encontrasse; “as bagagens, em grande parte, ficaram em terra, e muita da que embarcou foi em navios onde não iam seus donos, e isto fez com que a corte sofresse grandes privações na sua longa viagem para o Brasil”. Registradas anos depois em suas memórias, eram essas as observações de um menino de cinco anos, José Trazimundo, futuro marquês de Fronteira e Alorna, que permaneceu em Portugal, mas presenciou a despedida de vários membros de sua família para o Brasil. Afirmava ainda que nunca se esquecerá das “lágrimas” que viu derramar “tanto ao povo, como aos criados da Casa Real e aos soldados que estavam no largo de Belém”. Muitos tinham a convicção de que davam “o derradeiro adeus à pátria e aos amigos, pela avançada idade que já contavam”.<sup>11</sup>

A retirada da corte e a conseqüente acefalia da monarquia – enquanto “a autoridade soberana boiava no oceano”, como exprimiu o embaixador em Londres, Domingos de Souza Coutinho – quebravam o pacto entre senhor e vassalos, revestindo-se de uma enorme dimensão simbólica para as populações do Antigo Regime, ao criar um sentimento de ausência do

monarca, imagem de uma *orfandade* política. Com certo exagero de cortesão, Acúrsio das Neves, fortemente ligado ao príncipe regente, traduziu a situação ao retratar o embarque deste último:

Queria falar e não podia; queria mover-se e, convulso, não acertava a dar um passo: caminhava sobre um abismo, e apresentava-se-lhe à imaginação um futuro tenebroso e tão incerto como o oceano a que ia entregar-se. Pátria, capital, reino, vassallos, tudo ia abandonar repentinamente, com poucas esperanças de tornar a pôr-lhes os olhos, e tudo eram espinhos que lhe atravessavam o coração.<sup>12</sup>

Concebendo-se a monarquia como uma família, em cuja cabeça encontrava-se o rei, na figura de um pai, como uma espécie de viga mestra, indissolúvelmente unido à nação, o autor dessas linhas, fiel aos princípios do Antigo Regime, reconhecia assim o papel singular que a presença física do soberano exercia entre seus súditos.<sup>13</sup>

Diante da situação, falava-se, na época, de um “sussurro melancólico e confuso do povo” ou de um *povo indiscreto*, que não sabia como expressar aquilo que estava sentindo. Outros súditos revelavam um profundo inconformismo, como o intratável José Agostinho de Macedo, cujas *Reflexões imparciaes, ou parecer acerca da situação de Portugal depois da sahida de S. A. R. para a América* consideravam artificial e forçada a emigração da corte, ficando “Portugal europeu no estado de não poder subsistir como reino independente, nem continuando a

guerra, nem depois de feita a paz”. Além disso, desmembrado do Brasil, não julgava que Portugal pudesse voltar a ser uma monarquia, o que fazia aflorar, em sua ótica, o perigo republicano numa sociedade despojada de seu rei e de uma parcela de sua mais alta nobreza.<sup>14</sup>

Entre as elites intelectuais e politizadas, já marcadas pelas idéias da Ilustração, a partida da corte produziu distintas reações. José Liberato Freire de Carvalho, redator do *Investigador Português em Inglaterra* (1814-1818) e do *Campeão Português* (Londres, 1819-1821 e Lisboa, 1822-1823), considerou a “retirada” ou, antes, a “fugida tumultuosa” um ato de covardia do governo. Para ele, essa atitude era resultado de “um ministério imbecil”, “vendido à política estrangeira” e presidido por um “príncipe sem caráter, fraco e medroso”, que não soube ou não quis “fazer a paz nem a guerra”. Além disso, pedira aos portugueses que “recebessem como amigos, os seus conquistadores” e “obedecessem ao invasor”.<sup>15</sup> Da mesma forma, em jornais igualmente publicados em Londres, anos mais tarde, João Bernardo da Rocha Loureiro afirmou que estava “em Lisboa no quase milagroso dia em que S. A. R. partiu daí para os seus estados da América”. Segundo seu testemunho, o acontecimento “dava ares de um despejo de casa aonde prendeu o fogo”, tendo ouvido “propósitos de blasfêmia e desesperação” da maioria do povo de Lisboa, que se via “abandonado por esse modo em mãos de franceses”.<sup>16</sup> Cabe destacar, por outro lado, que os dois redatores, após a expulsão definitiva dos franceses, tinham emi-

grado para a Inglaterra em virtude de perseguições que sofreram por parte da regência do reino, ao criticarem o Antigo Regime português e defenderem o estabelecimento de instituições livres.

No entanto, nem todos os ilustrados viram na transferência da corte essa imagem negativa. Francisco Soares Franco, médico da Real Câmara e partidário de reformas, mas não de uma revolução, ao traduzir e corrigir um escrito publicado em Londres, admitiu a conveniência da ação do príncipe regente como a única esperança de salvação para Portugal, que, assim, pôde manter sua honra, sua segurança, sua glória, assim como a do nome de português. Um rei abandonava a Europa transformada em “verdadeiro asilo de ignomínia debaixo do cetro de um corso”, indo residir no Novo Mundo, para fugir dessa tirania. Era no Brasil que Portugal podia transformar-se em uma potência. Era no Brasil que, “libertado da tirania de Bonaparte e da ignomínia da Espanha”, Portugal poderia puni-los e “vingar-se de todos os males”.<sup>17</sup>

Paralelamente, Hipólito José da Costa, nascido no Brasil, emigrado para a Inglaterra, fugindo das malhas da Inquisição em Lisboa, no primeiro número do *Correio Braziliense*, publicado em Londres, justificava a transferência da sede da monarquia para o Rio de Janeiro, considerando a “sábua política do príncipe regente de Portugal em mudar a sua corte para o Brasil”, a fim de não se repetir o que sucedera com os soberanos espanhóis. Destacava ainda a im-

portância de fundar-se o novo “Império do Brasil”, afirmando mesmo o direito da dinastia de Bragança de “se apossar daquela parte das colônias espanholas, que lhe ficarem ao alcance de suas forças”. Referendando-o, uma proclamação anônima aos portugueses, transcrita no mesmo jornal, justificava a partida em função do perigo inevitável. Ao mesmo tempo, não só confortava o povo ao dizer que “vosso príncipe arriscou-se nos mares para vos assegurar a vossa Independência e dar um eterno apoio às vossas esperanças!”, como o exortava para “que com o vosso príncipe ao lado desafiéis o mundo inteiro”.<sup>18</sup>

De uma maneira mais característica do Antigo Regime, apesar da saudade que a ausência da família real deixava entre os “pastores do Tejo”, opiniões favoráveis à decisão vieram também à luz em diversas odes de homenagem.

Vai, ó meu bom Pastor, Pai verdadeiro,  
Vai do Brasil gozar o doce abrigo;  
Benigno o justo Céu seja contigo,  
Quanto aos vis o declamo justiceiro.<sup>19</sup>

Outros versos instavam que a travessia do Atlântico transcorresse sem problemas, a fim de preservar a dinastia de Bragança e de modo que fosse possível proclamar a nova força do império português ao estender-se pelos mares afora. “Com pasmo, o mundo contempla extasiado: A Régia Lusa Prole o mar transpondo / Por intacta manter de opróbrio a vida”. E acrescentava:

– Se a América feliz desfruta agora  
Nossas prerrogativas,

É porque Jove quer que a  
Lusa glória,  
Por difíceis trabalhos se acrisole.  
Se Proteu mais dissera,  
Com pasmo a Lei do Fado executaríeis,  
Que ao fim do Orbe o do Luso Império estende.<sup>20</sup>

De modo semelhante, o já mencionado Acúrsio das Neves considerava que a Europa devia assombrar-se com esse sucesso, pela sua novidade e por seus resultados. Sem dúvida, diante da fúria napoleônica, outros soberanos europeus de reinos periféricos tinham procurado abrigo em terras de sua soberania. Carlos Emanuel IV, rei do Piemonte, apesar da invasão do reino por tropas francesas em 1798, manteve sua soberania ao deslocar-se para a Sardenha, onde se conservou a sede da monarquia até o final dos conflitos napoleônicos. De igual maneira, quando da invasão francesa em 1799 (e novamente em 1806), o soberano de Nápoles foi transportado para a Sicília, junto com a família real, escoltado pelos navios do almirante inglês Nelson.<sup>21</sup>

Se outras cortes haviam saído do berço de suas sedes, nenhuma delas havia, contudo, cruzado um oceano. Portugal foi a única potência européia de segunda ordem, nesse período, cuja soberania, ainda que exercida por d. João do outro lado do Atlântico, preservou-se através de um novo império, ao qual o antigo reino logo se viu incorporado. Tal atitude constituía para alguns um fato inacreditável. Em carta ao cônsul português com data de dezembro de 1807, o primeiro ministro do imperador do Marrocos não deixou de

manifestar sua preocupação com a saída do príncipe regente e sua real família para os estados do Brasil, mas, ao mesmo tempo, congratulava-se com a “real resolução” tomada por d. João, uma vez que iria ser “um soberano independente nos seus vastos Estados; do que é melhor do que ficar a ser por outrem governado e muito mais por aqueles que não têm religião, nem boa fé”.<sup>22</sup>

Apesar de tantos entusiasmos, prevaleceu, contudo, para aqueles que permaneceram na metrópole, uma situação de angústias e de maus pressentimentos. Ao contrário, enquanto perdurasse a crise na Europa, o Brasil tornava-se a sede da monarquia, fato cujas conseqüências de longo alcance para as regiões portuguesas de ambos os lados do Atlântico não eram tão difíceis de prever, em particular, a nova dimensão do império, em que Rodrigo de Souza Coutinho insistia.

À viagem de quase sessenta dias, sem o alívio de qualquer escala, não faltaram tempestades e doenças, separando-se alguns navios do corpo principal da esquadra por força das condições de navegação. A nau em que vinha o príncipe regente aportou na Bahia, em 22 de janeiro de 1808. Era o primeiro monarca a pisar no Novo Mundo. Após o desembarque, ele seguiu da Ribeira até a Sé, para assistir a um *Te Deum*, com o maior aparato possível que a terra podia oferecer. Alas de militares, da nobreza, religiosos e confrarias de quase todas as freguesias acompanhavam-no em procissão. Pelas ruas do trajeto, as casas estavam todas “armadas de cortinas e as janelas de colchas de

várias qualidades". Salvas ecoavam de todas as fortalezas e de alguns navios. "Em uma palavra, tudo (era) alegria".<sup>23</sup>

Manifestações e súplicas insistiram para que Sua Alteza Real optasse por estabelecer-se na cidade de Salvador. Justificavam o pedido não só em virtude de a Bahia ser "a cidade metropolitana", a antiga residência do vice-reinado, mas, sobretudo, em função "da notoriedade do caráter sensível e extremamente afetoso" que distinguia seus habitantes.<sup>24</sup>



EXECIT MONUMENTUM ARE PERENIUS.

Gravura alegórica à retirada providencial da corte portuguesa. Ângelo Pereira, *Os filhos de el-rei d. João VI*, 1946

D. João, entretanto, após pouco mais de um mês, continuou seu caminho, entrando, em 7 de março de 1808, na baía da Guanabara.

Com notícias certas da partida de Sua Alteza Real de Lisboa, confirmadas pela chegada à cidade das naus extraviadas no percurso, os preparativos no Rio de Janeiro não demoraram a ter início, revelando as esperanças suscitadas na América pelo auspicioso acontecimento. Já em 16 de janeiro, reunia-se o Senado da Câmara em ato de vereança, com a presença do juiz presidente e mais vereadores,

o qual, decidido a dar "todas as provas de seu amor, da sua fidelidade e do seu respeito, para com Sua Alteza Real, Sua Augusta Mãe e as outras demais pessoas reais", acordou "unanimemente que se deviam fazer todas as despesas que fossem precisas em tais ocasiões". Entre as iniciativas previstas, incluíam-se: a realização, no dia da chegada de Sua Alteza Real, de um *Te Deum* na igreja do Carmo, sem descuidar da música indispensável ao ato; o oferecimento, a Sua Alteza Real e a todas as demais pessoas reais, de um refresco; a apresentação dos cumprimentos do Senado da Câmara, por si e em nome do povo, a Sua Alteza Real e membros da comitiva; o estabelecimento de luminárias na cida-

de e seus arrabaldes por oito dias sucessivos; a imediata divulgação, por editais, do fato, de modo que todo o povo pudesse preparar-se, esmerando-se nas demonstrações de gozijo; a distribuição, pelo Senado, da cera necessária para as casas que ficavam de frente para o palácio e para aquelas situadas na praia de d. Manuel, aonde iriam residir os criados da corte, assim como a iluminação, com gosto e elegância, do paço e do largo à sua volta por meio de pirâmides, balaústres e galerias de madeira pelos ditos oito dias; da mesma forma, nesse local, havia de distribuir-se “com simetria, a música dos regimentos para que, por turno, celebre com seus instrumentos, tão extraordinário sucesso”; cabia ainda à instituição animar o povo a formar danças e dar outros testemunhos de sua alegria; por fim, após os oito dias de festas, competia celebrar um outro *Te Deum* na catedral, com a presença de todas as corporações e pessoas distintas da cidade, convidadas pelo Senado.<sup>25</sup>

Após a chegada da corte, ao reunir-se novamente, o Senado quis registrar a importância de seu papel nos acontecimentos, posto que, quando

(...) nos anais da História Portuguesa e na do Gênero Humano, se há de escrever o memorável fato da saída do Príncipe Regente Nosso Senhor dos seus Reinos, e sua vinda para esta sua Cidade e Estados por motivo da guerra da Europa, que foi ultimamente persegui-lo e inquietá-lo no meio de sua antiga Corte e Cidade de Lisboa

tomava por suposto que também se há “de escrever na mesma História o espírito com que este Senado o recebeu.” Tais preocupações demonstravam a importância de que se revestia para a cidade a presença dos soberanos. Em consequência, ao descrever o “imenso povo luzido” que acompanhava o cortejo com expressões de “viva o nosso príncipe”, destacava o número de pessoas de ambos os sexos que enchiam as ruas Direita e do Rosário “no seu pavimento e nas casas”, emitindo “expressões sinceras de respeito” e das quais os olhos vertiam “inúmeras lágrimas que confirma(vam) a sinceridade de seus corações”.<sup>26</sup>

Merece igualmente menção, na descrição dessas festas, que se achavam ligadas “com a história de um sucesso, que em todos os tempos, fará impressão aos corações portugueses”, um curioso quadro, sob forma de luminária. Ao alto, ficava o retrato de d. João, entre festões de rosas. Em seguida, de um lado, a figura de Lísia, com semblante lacrimoso; de outro, a África, de joelhos, colocava à disposição suas riquezas, enquanto a América, de manto real e borzequins, oferecia o coração que tinha nas mãos. Abaixo, a pintura da nau, em que tinha vindo S. A. R. e, na parte inferior, as quadras:

América feliz tens em teu seio,  
Do novo Império o Fundador Sublime:  
Será este o País das Santas Virtudes,  
Quando o resto do Mundo é todo crime.  
Do grande Afonso a Descendência  
Augusta,  
Os Povos doutrinou do Mundo antigo:

Para a Glória esmaltar do novo Mundo  
Manda o Sexto JOÃO o Céu amigo.

*Dístico à figura de Lísia*

Não chores Lísia  
Os nossos soberanos  
Descansam entre  
Os seus americanos

*Dístico à nau*

E depois de sulcares  
Os mares largos,  
Terá assento etéreo,  
Como a d'Argos.

Iluminado de maneira indireta, o quadro fazia um prospecto encantador na obscuridade da noite.<sup>27</sup>

Apesar desses arroubos, um manuscrito de 1815, do cirurgião da saúde e da Casa Real José Antônio de Freitas, talvez avaliasse melhor as ambigüidades envolvidas:

V. A. R. não vê que, quando o Brasil se alegra de receber a V. A. R., Lísia chora a sua ausência! Oh! Segredos Divinos! Oh! Natureza apontadora de fatos! Oh! Deus! Oh! Monarca Sagrado e Virtuoso Príncipe! Uma terra se festeja; outra chora! Uma se veste de luto e se cobre de tormentosa cena pela Tua Retirada; outra, desvanecida de se ver Contigo, mostra sua face risonha! Aqui se alegram os Astros; em Portugal, se cobrem de nuvens pretas!<sup>28</sup>

Já Luiz Gonçalves dos Santos, testemunha ocular do processo, em suas *Memórias para servir à história do Brasil* (1825), emprestava àquelas manifestações de regozijo e felicidade uma ambição mais alta,

que também se enraizava com a presença da corte no Rio de Janeiro.

Possa este, para sempre memorável dia, ser celebrado com universal júbilo por toda a América portuguesa, por uma dilatada série de séculos, como aquele em que começou a raiar a aurora da felicidade, prosperidade e grandeza, a que algum dia o Brasil se há de elevar, sendo governado de perto pelo seu soberano. Sim, nós já começamos a sentir os saudáveis efeitos da paternal presença de tão ótimo príncipe, que, sendo todo para os seus vassallos, não perderá um só momento de promover a felicidade dos seus Estados do Brasil, a mais bela, e rica porção do globo; do que já Sua Alteza Real nos deu as mais evidentes provas, que muito alentam as nossas esperanças, de que viera ao Brasil a criar um grande império.<sup>29</sup>

Esperança essa, de um grande império, que consta explicitamente do prefácio que o bispo José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho – personagem do círculo de d. Rodrigo – escreveu, em 1811, para a nova edição de seu *Ensaio sobre o comércio* (1816), quando declarava alegrar-se, que “a minha Pátria vai gozar das prerrogativas de primeiro império do Novo Mundo”.<sup>30</sup> No entanto, a criação dessa nova unidade política, sonhada pelo padre Perereca, como Gonçalves dos Santos ficou conhecido, pelo criador do Seminário de Olinda e, com certeza, por muitos outros, exigia uma profunda transformação, tanto da capital,

quanto das engrenagens que faziam mover o mundo luso-brasileiro.

No início do Oitocentos, a cidade do Rio de Janeiro ainda se mostrava tipicamente colonial. Espremida entre o mar e uma série de manguezais insalubres, delimitada por ruas estreitas e tortuosas, com casas desprovidas de comodidades e serviços públicos precários, faltava-lhe, na expressão de uma testemunha, “gente branca, luxo, boas estradas”.<sup>31</sup> A maior preocupação consistiu em difundir hábitos e adotar políticas públicas que tornassem o Rio de Janeiro o mais semelhante possível a Lisboa. Multiplicaram-se, desse modo, as obras em quase todas as ruas, e novas habitações passaram a ser construídas. Uma série de providências procurou tornar mais regular e abrangente a novidade da vacinação contra a varíola, tendo em vista, sobretudo, os escravos e a população pobre em geral. Enquanto isso, o mercado consumidor propiciado pelos recém-chegados e pelos habitantes locais, preocupados em imitar as modas da corte, favoreceu o desenvolvimento do comércio de luxo, emprestando à cidade ares de capital europeia; porém, na cidade, ecoava o enorme burburinho das ruas, produzido por indivíduos de raças, cores, línguas e costumes distintos, que deixavam o visitante estrangeiro aturdido.

Alterava-se, assim, decisivamente o estilo de vida no Brasil. De um lado, a instalação, na cidade, de uma sociedade de corte, cujos hábitos e exigências tendiam a difundir-se pela população, con-

tribuía para aquilo que Nöbert Elias denominou *processo civilizador*.<sup>32</sup> De outro, ainda que a estadia da corte fosse temporária, havia necessidade de que as instituições políticas se estabelecessem e enraizassem, a fim de que a monarquia portuguesa pudesse continuar a funcionar. Como resultado, a recriação do aparelho central do Estado português em terras americanas despertou a antiga colônia para uma modernização segundo padrões europeus e, talvez de maneira menos evidente, nas condições de Antigo Regime então ainda prevalentes, passou a funcionar como um poderoso pólo de dinamismo econômico, fazendo girar em torno da corte e de suas múltiplas repartições uma inédita quantidade de serviços e de oportunidades.

Apesar disso, os primeiros atos da regência joanina no Brasil acabaram impostos pela conjuntura do momento, definida pelas guerras napoleônicas. Em primeiro lugar, a abertura dos portos da colônia às nações amigas, em 28 de janeiro de 1808, quando d. João ainda se encontrava na Bahia. A medida implicou, no entanto, uma profunda modificação para o império português, pois representava o fim do monopólio comercial pela metrópole, que definia a situação colonial do Brasil de acordo com as concepções mercantilistas. Ainda que inicialmente obscurecida pelos efeitos muito mais graves da ocupação francesa e das lutas que se seguiram, a decisão assentou, porém, um duro golpe em Portugal continental. Uma vez expulsos

os invasores e restabelecida a paz, as casas de comércio portuguesas, assim como as manufaturas locais, que se tinham desenvolvido no final do século XVIII, logo descobriram que, apesar de não estarem excluídas do mercado brasileiro, expunham-se, doravante, à competição dos produtos e negociantes de outras nacionalidades, em particular, os ingleses, em condições bastante desvantajosas, que resultavam da assinatura dos tratados de Aliança e Amizade e de Comércio e Navegação com a Inglaterra, em 1810.

Tais estímulos positivos, contudo, não deixaram de criar, com o passar dos anos, outros resultados e tensões inesperadas no interior do império. “Não podemos deixar de considerar que a Monarquia Portuguesa tem dois interesses distintos, o Europeu e o Americano, os quais nem sempre se podem promover juntamente, mas que não devem em caso nenhum sacrificar um ou outro”, afirmava, em 1819, Pedro de Sousa e Holstein, conde de Palmela, percebendo com clareza as questões em torno das quais se orientava a política da Coroa portuguesa entre a paz europeia de 1814 e o retorno de d. João VI à Euro-

pa, em 1821.<sup>33</sup> A transferência da corte para o Rio de Janeiro, a ocupação de Portugal pelos franceses (e a presença inglesa, em seguida) e os tratados comerciais de 1810 com a Inglaterra haviam criado profundas cesuras no império português. De um lado, ficara a antiga metrópole, exangue, com a perda de suas funções anteriores e desprovida da proximidade de um soberano, que, nos quadros mentais do Antigo Regime, representava a possibilidade de correção das injustiças sofridas. De outro, a antiga colônia do Brasil, vivendo o poderoso influxo de sua recém abertura ao mundo, num momento de guerras, que valorizava as matérias-primas que produzia, e, sobretudo, com acesso ao círculo de poder à volta de d. João. Nessas condições, conservar a unidade do império, como a lucidez de Palmela, discípulo de Rodrigo de Souza Coutinho, fazia ver, exigia a atenção tanto aos interesses portugueses quanto aos brasileiros, “sem sacrificar um ao outro”. Tarefa quase, senão de todo, impossível, uma vez que se aprofundava a distância entre as partes de cada lado do Atlântico do império português, ao mesmo tempo em que cresciam os ressentimentos, nas demais regiões da América, provocados



Vista geral da cidade do Rio de Janeiro.

Jean-Baptiste Debret, *Voyage pittoresque et historique au Brésil, 1834-1839*

pela hegemonia que o Rio de Janeiro, como Corte, assumira.

Em 1818, a aclamação do príncipe como o monarca d. João VI, do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, emprestou uma nova dimensão à opção cada vez mais clara pela via americana da monarquia portuguesa, que o áulico José da Silva Lisboa logo procurou enaltecer com a sua *Memória dos benefícios políticos do governo de d. João VI*, vinda então à luz no Rio de Janeiro. Também o padre Luís Gonçalves dos Santos tece uma curiosíssima narrativa para explicar e descrever o acontecimento. Segundo ele, já com a proclamação do Reino Unido em 16 de dezembro de 1815,

(...) o índio do Brasil havia deposto o cocar, e as plumas, com que se adornara até (então), e recebido da munificente mão do senhor d. João VI a brilhante coroa, que cinge hoje a sua fronte, e o real manto de púrpura, com que cobre a sua antiga nudez; já o seu nome tinha feito célebre entre os povos da terra, que à porfia correm de todas as partes a demandar os seus portos; já os poderosos monarcas europeus enviam ante o trono, o primeiro ereto, e firmado na América, embaixadores, enviados e ministros, a prestar as suas congratulatórias homenagens, ou a tratar de interesses recíprocos dos seus vassallos; (...) já finalmente vimos com a maior exultação entrar na sua capital a filha de um César, para dar a mão de esposa ao príncipe herdeiro do seu imenso, e

riquíssimo império; quando para cúmulo de tanta honra chegou também o dia da sua glória com a exaltação ao trono do primeiro soberano, que cingiu a coroa no Novo Mundo. Tal foi o dia 6 de fevereiro deste presente ano de 1818, dia sempre glorioso, e memorável dos fastos brasileiros, em que vimos representar-se na praça principal desta Corte do Brasil a cena mais magnífica, e brilhante, que se pode imaginar (...).<sup>34</sup>

Fato inédito, a aclamação de d. João VI na América reforçava a ascendência do Rio de Janeiro sobre o restante do país, assim como o peso político da parte brasileira no interior do império, aspecto este que não podia deixar de melindrar os sentimentos dos súditos no continente europeu.

**D**e Londres, os jornais publicados por portugueses cada vez mais acentuavam a inversão de papéis entre Brasil e Portugal e insistiam que o centro do império devia retornar àquela nação. Nesse sentido, o *Campeão Português, Amigo do Rei e do Povo*, de autoria do já citado José Liberato de Carvalho, afirmava que Portugal encontrava-se reduzido “a uma progressiva decadência, sendo obrigado a constantes sacrifícios, “ora em homens, ora em dinheiro”, que se destinavam ao Brasil. Portanto, os portugueses encontravam-se “sem rei e quase sem pátria”, gemendo em silêncio e permanecendo “órfãos”.<sup>35</sup> Atribuía-se, assim, ao processo de autonomia do

Brasil, consolidado com a sua elevação a Reino Unido, o estado lastimável em que se encontravam a economia e as finanças em Portugal, que fora duramente atingido não só com a transferência volumosa e contínua de créditos públicos e particulares para a Corte do Rio de Janeiro, como também com os pesados encargos militares e a drástica recessão no comércio luso-brasileiro. Além disso, a virtual tutela inglesa sobre Portugal e a ausência do soberano abalavam a auto-estima dos portugueses. Sinal desse mal-estar, após a aclamação de d. João VI, o jornal *O Português* passou a denominar de “governo Tupinambá” a corte no Brasil.

No interior de uma mesma cultura política, bastante homogênea, as alegrias e os infortúnios de outrora, de um lado e outro do Atlântico, começavam a encontrar projetos distintos para traduzir as diferentes modalidades de apreensão do mundo, que se foram desenvolvendo ao longo desses anos. Em Portugal, no intervalo tumultuado entre a partida da corte, no final de 1807, e a volta de d. João VI à Europa, em 1821, a ausência do rei, substituída pela mão forte de uma debilitada regência do reino, trouxe à tona essas tensões. É verdade que, de um lado, indivíduos cada vez mais numerosos esperavam que as luzes de um governo esclarecido fossem capazes de trazer as ansiadas reformas, como o pequeno grupo de afrancesados que, em maio de 1808, tinha levado a Junot uma representação, solicitando um projeto de consti-

tuição para Portugal. Do outro, porém, permaneciam em vigor as trevas representadas pelos mecanismos de repressão do Antigo Regime, tais como a censura, a delação e a Inquisição, assim como subsistia o medo de qualquer conspiração contra a união sagrada do trono com o altar, o que levava a enxergar não só princípios de sedição nos mais triviais pretextos, mas igualmente jacobinos perigosos em quaisquer indivíduos de comportamento ou idéias um pouco desviantes das normas predominantes. Dessa incongruência, resultou, no reino, a conspiração de Gomes Freire de 1817, severamente reprimida, assim como, na América, *mutatis mutandis*, a revolta pernambucana do mesmo ano, igualmente sufocada a ferro e fogo. Lá, os liberais afrancesados de 1808, não obstante, sobreviveram, acabando por dar origem ao *partido* que fez a Regeneração de 1820. Cá, liberais ou não, no Rio de Janeiro, permaneciam satisfeitos com a hegemonia alcançada sobre o império como um todo, que lhes permitia viver à sombra da corte, que lhes oferecia oportunidades cotidianas e lhes acenava com maiores benesses no futuro.

Esse equilíbrio precário rompeu-se na segunda metade de 1820. Em agosto, o movimento liberal do Porto deu início ao processo de substituição de mitos e representações mágicas das monarquias tradicionais por outras linguagens políticas, herdeiras dos princípios de 1789, em que a palavra constituição servia de conceito central. No Brasil,

agora desprovido do primeiro rei aclamado na América, o choque propiciado pela literatura de circunstância trazida do reino, e logo reproduzida e alargada aqui, não tardou a revelar a incompatibilidade entre as duas principais partes do império. Ao divórcio de 1822 seguiu-se, porém, o aparecimento de tensões no seio das elites, que o fascínio da corte encobria, e o ressurgimen-

to daquelas contradições entre o Rio de Janeiro e as províncias, que somente muito mais tarde encontraram uma solução, por mais insatisfatória que fosse. Doravante, Brasil e Portugal haveriam de percorrer caminhos distintos, ignorando-se em geral um ao outro, embora partilhassem, mais do que gostariam de reconhecer, alegrias e infortúnios muito semelhantes.

## N O T A S

1. Agradecemos a Fabiano Vilaça dos Santos, doutorando da USP, e Ana Carolina Galante, mestranda da Uerj, a pesquisa e transcrição de diversos documentos que integram este texto.
2. Jornada do sr. d. João VI ao Brasil, em 1807. Códice original anônimo em PEREIRA, Ângelo. *Os filhos de el-rei d. João VI*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1946. p. 114.
3. São inúmeras as descrições sobre os acontecimentos políticos desses últimos momentos da corte portuguesa em Lisboa. Ver, especialmente, OLIVEIRA LIMA, Manuel de. *D. João VI no Brasil* (1908). 3. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996. PEREIRA, Ângelo. *D. João VI: o príncipe e o rei: a retirada da família real para o Brasil*. v. 1. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1956. PEREIRA, Ângelo. *Os filhos de el-rei D. João VI*. MANCHESTER, Alan K. A transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro. In: KEITH, Henry H.; EDWARDS, S. F. *Conflito e continuidade na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970. p. 177-217. SCHWARCZ, Lília M. (com Paulo Cesar de Azevedo e Angela Marques da Costa). *A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. O'NEIL, Thomas. *A viagem da família real portuguesa para o Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio; Secretaria das Culturas, 2007.
4. Das decisões finais, participaram apenas seis dos 18 conselheiros nomeados em 1796: alguns haviam falecido, como o duque de Lafões, outros estavam em missão no exterior ou tinham sido afastados do cargo, como é o caso de José de Seabra da Silva. Cf. MARTINS FILHO, Enéas (org.). *O Conselho de Estado português e a transmigração da família real em 1807*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1968. p. 3-4 e, para a citação, p. 70-71.
5. Parecer de d. José Maria de Sousa. In: PEREIRA, Ângelo. *D. João VI: a retirada...* v. 1. p. 86.

6. ARQUIVO NACIONAL. Rio de Janeiro. Coleção Negócios de Portugal. Caixa 712, pac. 2, doc. 3. Carta do Marquês de Alorna aconselhando d. João a vir para o Brasil. 30 de maio de 1801.
7. Parecer de Rodrigo de Souza Coutinho de 16 de agosto de 1803. In: PEREIRA, Ângelo. op. cit. p. 131. Ver ainda COUTINHO, Rodrigo de Souza. Memória sobre o melhoramento dos domínios de Sua Majestade na América (1797 ou 1798). In: \_\_\_\_\_. *Textos políticos, econômicos e financeiros (1783-1811)*. Introdução e direção de edição André Mansuy Diniz Silva. Lisboa: Banco de Portugal, 1993. p. 47-66.
8. IHGB. Lata 345, doc. 7, s.d. MAIA, Emílio Joaquim da Silva. Estudos históricos sobre Portugal e Brasil.
9. ACÚRSIO DAS NEVES, J. *Obras completas de José Acúrsio das Neves: história geral da invasão dos franceses em Portugal e da restauração deste reino*. Estudos introdutórios de Antonio Almodovar e Armando de Castro. v. 1. Porto: Afrontamento, 1984. p. 224.
10. IHGB. Lata 345, doc. 7, s.d. MAIA, Emílio Joaquim da Silva. Estudos históricos sobre Portugal e Brasil.
11. BARRETO, José Trazimundo Mascarenhas (dom). *Memórias do marquês de Fronteira e d'Alorna*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1926. p. 30-33.
12. ACÚRSIO DAS NEVES, J. *Obras completas de José Acúrsio das Neves: história geral da invasão dos franceses em Portugal e da restauração deste reino*. Estudos introdutórios de Antonio Almodovar e Armando de Castro. v. 1. Porto: Afrontamento, 1984.
13. ACÚRSIO DAS NEVES, J. *História geral da invasão dos franceses...* v. 1, p. 223. Para uma visão das semelhanças do ocorrido em Portugal com a Espanha e suas possessões, ver GUERRA, François-Xavier. *Modernidad e independencias: ensayos sobre las revoluciones hispánicas*. México: Mapfre; Fondo de Cultura Económica, 1993. p. 150-156.
14. apud SILVA, Innocencio Francisco da. *Memórias para a vida íntima de José Agostinho de Macedo*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1898. p. 57-58.
15. Cf., respectivamente, CARVALHO, José Liberato Freire de. *Ensaio histórico-político sobre a constituição e governo do reino de Portugal*. 2. ed. mais correta e aumentada. Lisboa: Imprensa Nevesiana, 1843, p. 197, e CARVALHO, José Liberato Freire de. *Memórias da vida de...* (1855). Introdução de João Carlos Alvim. 2. ed. Lisboa: Assírio e Alvim, 1982, p. 36.
16. O Portuguez (1814), apud BOISVERT, Georges. *Un pionnier de la propagande libérale au Portugal: João Bernardo da Rocha Loureiro (1778-1853)*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian; Centro Cultural Português, 1982. p. 70.
17. SOARES FRANCO, Francisco. *Exame das causas que alegou o Gabinete de Tulherias para mandar contra Portugal os exércitos francês e espanhol, em novembro de 1807*. Lisboa: Imprensa Régia, 1808, passim, e *Reflexões sobre a conduta do príncipe regente de Portugal, revistas e corrigidas por...* Coimbra: Real Imprensa da Universidade, 1808. p. 9.
18. CORREIO BRAZILIENSE ou ARMAZEM LITERÁRIO, Londres, v. 1, n. 1, jun. 1808, p. 57-65 (citação à p. 61), e n. 4, set. 1808, p. 329-330.
19. J. P. R. de C. *Idílio pastoril, sentimental, queixas maviosas e saudades ternas dos pastores do Tejo na ausência dos seus amabilíssimos maiores*. Lisboa: Imprensa Régia, 1808. p. 8.
20. LOPES, Joaquim José Pedro. *Ode à saída da real família portuguesa para o Brasil*. No dia, eternamente memorável, de 29 de novembro de 1807. Porto: s.d., 1808. p. 3 e 6.
21. GODECHOT, Jacques. Piémont-Sardaigne. In: TULARD, Jean (dir.). *Dictionnaire Napoléon*. Nouvelle édition, revue et augmentée. v. 2. Paris: Arthème Fayard, 1999. p. 505. GODECHOT, Jacques. Naples. In: TULARD, Jean (dir.). op. cit. p. 375-376.
22. ACÚRSIO DAS NEVES, J. *História geral da invasão dos franceses...* v. 1. p. 317.
23. IHGB. DL 399, doc. 2. Passagem da senhora d. Maria I, a rainha de Portugal, do príncipe regente d. João e mais família real pela cidade da Bahia para o Rio de Janeiro. Manuscrito anônimo. Agradecemos a gentileza da colega Regina Wanderley ao chamar a atenção para este documento. A transcrição do original foi realizada por ela.
24. IHGB. Lata 102, pasta 3 (1808). Súplica da Câmara da cidade da Bahia para se estabelecer a corte ali com preferência à cidade do Rio de Janeiro.

25. BIBLIOTECA NACIONAL. Rio de Janeiro. Divisão de Manuscritos. II-35,4,1. Preparatórios (preparativos) no Rio de Janeiro para receber a família real.
26. idem.
27. *Relação das festas que se fizeram no Rio de Janeiro*, quando o príncipe regente N. S. e toda a Sua real família chegaram pela primeira vez àquela capital. Ajuntando-se algumas particularidades igualmente curiosas e que dizem respeito ao mesmo objeto. Lisboa: Impressão Régia, 1810. p. 7-9.
28. BIBLIOTECA DA AJUDA (Lisboa). Oração em ação de graças por motivos da feliz salvação de S. A. R. o príncipe regente Nosso Senhor chegada a salvamento a este país capital do Rio com os fatos mais notáveis acontecidos no Norte pela sua ausência e no Brasil pela sua respeitável presença oferecida ao amor da nação por José Antonio de Freitas cirurgião da Saúde e da Casa Real. 49-111. 39 n. 19. Rio de Janeiro, 1815. 24 ff.
29. SANTOS, Luís Gonçalves dos. *Memórias para servir o reino do Brasil*. v. 1. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1981. p. 187.
30. MORAES, Rubens Borba de (dir.). *Obras econômicas de J. J. da Cunha Azeredo Coutinho (1794-1804)*. Apresentação de Sérgio Buarque de Holanda. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966. p. 62.
31. Carta do conde de Palmela para a condessa, sua mulher, 22 de junho de 1821, apud NORTON, Luís. *A corte de Portugal no Brasil*. 2. ed. il. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: INL, 1979. p. 85.
32. ELIAS, Norbert. *O processo civilizacional*. v. 1. Lisboa: Dom Quixote, 1989.
33. ALEXANDRE, Valentim. *Os sentidos do Império: questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime português*. Porto: Afrontamento, 1993. p. 329-369. Citação à p. 355.
34. SANTOS, Luís Gonçalves dos. *Memórias...* v. 2. p. 151.
35. *O Campeão Portuguez, Amigo do Rei e do Povo*. Londres, n. 1, jul. 1819, e n. 3, ago. 1819.

---

Recebido em 21/11/2007  
Aprovado em 03/12/2007

**Jurandir Malerba**

Professor da Unesp. Autor, entre outros,  
de *A corte no exílio* e *A Independência brasileira: novas dimensões*.

# Sobre o Tamanho da Comitiva



Não há consenso entre os especialistas sobre o número de pessoas que acompanharam a família real de Lisboa para o Rio de Janeiro em 1808. Este ensaio pretende fornecer uma contribuição a esse debate, argumentando a favor da plausibilidade da tese de que comitiva era constituída por cerca de 15 mil pessoas.

*Palavras-chave: fuga da corte portuguesa para o Brasil; comitiva de d. João; Brasil joanino.*

There is no consensus among specialists on the extent of the entourage that escorted the Portuguese royal family from Lisbon to Rio de Janeiro in 1808. This essay aims at to contribute to this debate by arguing in favor of the consolidated thesis that defends that 15 thousand people is a plausible number.

*Keywords: escape of Portuguese royal family to Brazil; prince João's entourage; joanin Brazil.*

Já faz mais de uma década que pesquisei sobre a permanência da família real no Rio de Janeiro, com vistas à confecção da minha tese de doutorado. Desde que foi publicada, com o título *A corte no exílio*, intelectuais de nomeada, pertencentes ou não ao meio

acadêmico, distinguiram essa obra ao comentá-la publicamente. Entre meus leitores, tive o privilégio de receber a crítica abalizada de profissionais como Marco Morel, Gilberto Vasconcelos, José Carlos Barreiro, Iara Lis Souza, Luiz Geraldo Silva, Manolo Florentino, Antonio

Lázaro de Almeida Prado e Neill Macaulay, entre outros.<sup>1</sup>

Um tópico levantado na época, em uma resenha, chamou-me a atenção. Dizia respeito ao número de pessoas que acompanharam a família real de Lisboa para o Rio de Janeiro em 1807-1808. Em generosa resenha sobre o meu livro, um dos maiores conhecedores da história do Rio de Janeiro no primeiro quartel do século XIX, o historiador Marco Morel,<sup>2</sup> referia-se à boa oportunidade que ele suscitava para se reverem aspectos importantes do período

joanino, entre os quais a maneira como se deu a instalação da corte no Rio de Janeiro. Foi Morel quem primeiro me alertou para o consenso da historiografia quanto ao número de pessoas que teriam feito a travessia atlântica junto com a família real. Esse número, que soava exagerado ao pesquisador dos primeiros jornais e panfletos que circularam na corte, gira em torno dos 15 mil embarcados. Contra esse consenso, Morel evoca a tese do arquiteto Nireu Cavalcanti, defendida em 1997 e até aquele momento inédita, intitulada *A cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro: as suas*



D. Carlota Joaquina do Brasil. Ângelo Pereira, *Os filhos de el-rei d. João VI*, 1946

muralhas, sua gente, os construtores (1710-1810), na qual,

(...) após trabalhar com habitual seriedade em documentação diversificada e refletir sobre ela, conclui que na comitiva de 1808 chegaram apenas 211 pessoas, além de 14 membros da família real, sucedidos por 233 em 1809, o que dá um total de 458 pessoas. Como imaginar que 15 mil homens e mulheres (8% da população de Lisboa) fugiram em segredo e que o Rio de Janeiro teve sua população aumentada em 20% de um dia para o outro? As embarcações não comportavam tanta gente.<sup>3</sup>

Outro leitor do meu livro, logo após sua publicação, também questionou o número de 15 mil trânsfugas, apoiando-se na mesma obra do arquiteto e historiador Nireu Cavalcanti. Adeldo Gonçalves, em resenha intitulada "A boa vida da corte no Rio de Janeiro", depois de estranhar que eu tenha aceitado sem crítica a tese consagrada da historiografia – como a obra de José Luiz Soriano, segundo a qual 15 mil pessoas teriam aportado por aqui –, afirma que eu seguia o exemplo de outros historiadores desavisados, como Lilia Schwarcz e Nestor Goulart. Nosso grande pecado era justamente desconhecer a tese de Nireu Oliveira Cavalcanti, em que "garante que não chegou a quinhentos o número de pessoas que acompanharam d. João, contando inclusive os 14 membros da família real. O curioso é que boa parte das fontes primárias consultadas por Cavalcanti também está citada na bibliografia de Malerba".<sup>4</sup>

Em seguida, Gonçalves constrói seu argumento apresentando os manuscritos e as obras impressas que corroborariam a tese dos quinhentos migrados. Depois de relacionar todas as fontes em que se ampara Cavalcanti, oriundas de diversos arquivos portugueses e brasileiros, defende que aquele estaria mais bem fundamentado do que toda a historiografia, pois, além das fontes primárias que dão suporte ao seu livro, tem a seu favor a própria lógica:

Não dá para admitir que fosse possível acomodar oito, 12, 13, 15 ou 20 mil pessoas nas naus que zarparam de Lisboa pouco antes da chegada do esfrangalhado exército de Junot (...). Além disso, a decisão foi tomada em apenas dois dias, quando o príncipe regente soube do iminente avanço da tropa de Junot, o que tornaria impossível arregimentar tanta gente.<sup>5</sup>

E arremata:

*Portanto, pode-se facilmente concluir que tudo o que se escreveu sobre a influência da corte no Rio de Janeiro está superdimensionado, o que inclui a informação de que milhares de cariocas foram desalojados para ceder suas residências aos que chegavam. Esse tipo de situação até ocorreu, mas não nas proporções que se lê na maioria dos livros que tratam do assunto. Como, infelizmente, Malerba não elucida esta questão, embora o seu trabalho mereça muitos elogios, a esperança é que algum editor mais atilado se disponha a publicar o mais rápido possível a tese de Nireu Cavalcanti.*<sup>6</sup>

Não posso deixar de dizer que considerei curiosa a defesa fiel e intransigente por Gonçalves da tese de Cavalcanti. Mais ainda porque tive a oportunidade de vê-lo reiterá-la em outros momentos, particularmente em resenhas que fez a obras de outros autores. O questionamento da tese consagrada na historiografia de que 15 mil pessoas acompanharam d. João é mais contundente ainda, por exemplo, na resenha que ele faz da obra de Carlos Eugênio Líbano Soares sobre capoeiragem escrava no Rio de Janeiro. Depois dos elogios, aponta os dois momentos em que o resenhado pecara ao mencionar o número fatídico de 15 mil. Afirma que fizera referência ao número sem citar as fontes porque não haveria qualquer fonte a referendá-lo.

*É uma balela que vem sendo irresponsavelmente repetida por muitos historiadores, inclusive em trabalhos recentes. Se o erro é aceitável em historiadores 'alérgicos' ao pó dos arquivos, que preferem quase sempre repetir o que lêem em obras impressas, é inadmissível em Soares, decididamente um pesquisador nato. Se tivesse prestado menos reverência à brasilianista Mary C. Karasch e consultado mais o seu companheiro de Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (ANRJ), Nireu Cavalcanti, ou lido a sua tese de doutoramento, *A cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro: as muralhas, sua gente, os construtores, 1710-1810* (Universidade Federal Fluminense), não teria repetido o disparate.<sup>7</sup>*

Neste momento da leitura, senti-me o mais logrado dos historiadores – daqueles que, por não terem experiência de pesquisa em arquivo, engrossam o número dos irresponsáveis que vivem a repetir balelas e disparates. É possível que eu, como Líbano Soares, tenha incorrido no “velho vício acadêmico que obriga mestrandos e doutorandos a só citar autores consagrados pela cúpula ‘intelectual’”. Só isso poderia explicar nossa falha.

*Afinal, Cavalcanti prova, com base em documentos do ANRJ e da Biblioteca do Palácio da Ajuda, de Lisboa, que não passou de 250 o número de pessoas que embarcaram com o príncipe regente a 29 de novembro de 1807, fugindo das tropas napoleônicas. E que, no decorrer de 1808, chegaram, no máximo, mais 250.<sup>8</sup>*

Mas enganam-se aqueles que pensam se encerrar aí o círculo dos historiadores desenganados que vivem a papagaiair as invencionices e os disparates propalados pela historiografia. Outros três historiadores ingênuos receberam a crítica impiedosa de Adolto Gonçalves, por reiterar a insana (termo de Gonçalves) tese dos 15 mil. Em sua contribuição ao livro *Via-gem incompleta: a experiência brasileira, a grande transação*, organizado por Carlos Guilherme Mota, Nestor Goulart Reis Filho

(...) passa adiante a balela de que 12 mil portugueses vieram com a família real, concluindo que, ‘com suas carruagens e outros modos de vida e a intensificação da vida política, contribuíram certamente para mudan-

ças nas formas de uso e vivência das ruas e praças' (do Rio de Janeiro).<sup>9</sup>

Em *Depois das caravelas: as relações entre Portugal e o Brasil (1808-2000)*, o historiador Amado Luiz Cervo também incorreu no pecado de afirmar que d. João, na fuga, "levava consigo 36 navios da esquadra portuguesa e uma comitiva de aproximadamente 15 mil pessoas".<sup>10</sup> No entanto, ameniza Gonçalves:

(...) até que os dois historiadores foram "comedidos" porque Lilia Moritz Schwarcz, em *As barbas do imperador* (Companhia das Letras, São Paulo, 1998), pág. 35, *aumentou o disparate para 20 mil. Nenhum dos três historiadores cita as fontes documentais em que teriam colhido a informação. Provavelmente, repetiram dados que leram em livros impressos mais antigos. E pior: não pararam nem para refletir.*<sup>11</sup>

O alívio para Gonçalves é que a verdade voltou a reinar, uma vez que essa informação foi documentalmente desmentida na tese de doutoramento de

Nireu de Oliveira Cavalcanti! "Segundo o pesquisador, não chegou a 250 o número de pessoas que acompanharam o príncipe regente e sua mãe, a rainha d. Maria I, nas 19 naus que zarparam de Lisboa, sob a proteção inglesa, às vésperas da chegada da tropa invasora do general Junot."<sup>12</sup>

Ainda recentemente Gonçalves volta à carga contra a desavisada historiografia que, a exemplo de Oliveira Lima, continua repetindo o número primeiramente auferido por O'Neill dos 15 mil migrados na fuga, sem se preocupar, porém, em ir ao Arquivo:

Nireu Cavalcanti, autor de *O Rio de Janeiro setecentista* (Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2004) foi o único historiador, até agora, que esteve no ANRJ para conferir essas listas. Fez as contas e concluiu que o número de pessoas que desembarcaram no Rio de Janeiro em 1808 e 1809 não passou de 444, 'entre as quais 60 membros da família real e da alta nobreza portuguesa que chegaram ao



Planta da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, 1812

Rio de Janeiro nos dois anos em questão'. Mas a maior parte dos historiadores ainda prefere se aferrar aos números de O'Neill porque, afinal, é mais fácil repetir o que já está impresso. E ninguém gosta de admitir erros ou corrigir equívocos.<sup>13</sup>

Antes de contrapor, ao questionamento visceral de Adeldo Gonçalves, os procedimentos por meio dos quais acabei concordando que o número dos migrados com d. João rondava os 15 mil, talvez ajude a redimir meus erros mostrar de quem estou acompanhado nesse desvario. Portanto, vamos a um pequeno passeio pela historiografia. Luz Soriano<sup>14</sup> calcula que, para o Brasil, havia migrado metade do capital português, junto com cerca de 15 mil pessoas. Rocha Martins<sup>15</sup> fornece detalhes minuciosos da fuga e calcula em cerca de 13.800 o número dos fugitivos. Pandiá H. Castello Branco, em texto apresentado no I Congresso de História Nacional organizado pelo IHGB, reitera o número clássico: "Era tão numeroso o séqüito de d. João, que foi preciso equipar uma esquadra de oito naus, 12 brigues, três fragatas e duas charruas, saindo ao todo cerca de 15 mil pessoas, a maior parte composta de nobres, ministros, funcionários, negociantes e creados (sic)".<sup>16</sup> Já Luis Norton, em seu livro cuja primeira edição é de 1938, afirma que "cerca de 15 mil pessoas procuraram alojamento na esquadra (composta de oito naus, três fragatas, dois brigues, uma escuna de guerra e uma charrua de mantimentos)".<sup>17</sup>

Em sua síntese da história do Brasil, de 1947, fazendo coro com a maioria dos autores referidos, Pedro Calmon destaca o grotesco do espetáculo do embarque.

Jamais sucedera coisa semelhante: a emigração d'um governo, com as suas principais pessoas, os seus arquivos, os seus livros, o seu mobiliário, tudo o que pode ser removido, empacotado, instalado nos porões dos barcos, enquanto o povo, comovido e triste, só tinha cóleras e injúrias para os 'afrancesados', os suspeitos de colaboração com o inimigo... *Umaz dez mil pessoas acumularam-se nas oito naus, quatro fragatas e quatro brigues e corvetas. Onde trezentas eram demais, apertaram-se 1.600.*<sup>18</sup>

Calmon menciona dados fornecidos por um observador direto desses acontecimentos, José Teodoro Biancardi. Em suas *Cartas americanas*, cuja primeira edição é de 1809, diz Biancardi que o príncipe regente ficara na nau "Príncipe Real" com mais 1.600 pessoas; dona Carlota, na "Afonso", com outras 1.200; as infantas, na "Rainha", com 1.500; na "Count Heinrich", embarcaram 1.300; na "Martim de Freitas", outras mil; na "Príncipe do Brasil", mais 600, e assim por diante.<sup>19</sup>

Com a verve irônica que caracteriza sua clássica *História do Império*: a elaboração da Independência, Tobias Monteiro fornece detalhes pitorescos do embarque, a exemplo de d. Maria, que, depois de um longo período de reclusão causado pela

insanidade mental, teve lampejos de lucidez durante o tumulto do embarque, ao ordenar aos berros “Não corram tanto! Acreditarão que estamos fugindo!” e indagando-se “por que fugir sem ter combatido?”. Monteiro cita suas fontes: “Rubio colhe essa informação na obra de Bouchot, *História de Portugal e suas colônias*. Também de Monglave, insere as mesmas frases da rainha na *Correspondance de d. Pèdre I*, e Oliveira Martins, na sua *História de Portugal*.” Quanto ao tamanho da comitiva, é ponderado:

Cerca de 15 mil pessoas reuniram-se a bordo da esquadra. Talvez este número, citado por mais de um historiador, não seja exagerado; a marquesa de Abrantes conta 13.800; Oliveira Lima recorda o cálculo de um oficial inglês, segundo o qual, só a bordo do *Príncipe Real*, onde vinha d. João, acumulavam-se mil e seiscentas pessoas. Muita gente dormia no tombadilho, ou nem sempre achava onde dormir.<sup>20</sup>

Alan Manchester, em texto escrito em 1967, intitulado justamente “A transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro”, detalha minuciosamente a operação, desde a tomada da decisão – que, no auge dos conflitos decorrentes do bloqueio continental, começou na sessão do Conselho de Estado em 12 de agosto de 1807 –, o embarque, até a instalação da corte no Rio de Janeiro. No tocante ao embarque, afirma:

Com Junot em Abrantes o tempo tornou-se extremamente limitado. Embora quase todos eles precisassem ser transportados de Mafra, o embarque dos membros da família real correu bem. Variam muito as estimativas, mas aproximadamente umas 10 mil pessoas tomaram os navios entre a manhã de 25 e a noite de 27 de novembro.<sup>21</sup>

Em nota, Manchester escrutina suas fontes: Ângelo Pereira, Thiers, Tobias Monteiro, Pereira da Silva, Boiteux e muitas fontes primárias, avaliando inclusive o tamanho da frota.

Suo Príncipe de Beira vindo de Lisboa com  
 51 dias de viagem. Domingos José dos Santos  
 de Brito como a figura da Portuguesa, não encontrou mais  
 embarcações, nem de mais novidade alguma, nem de  
 me de figura no nordeste da Bahia com tempo.  
 Domingos José dos Santos

Papéis relativos à vinda da família real para o Brasil, 1808

Há de se convir que não se trata de historiadores inexperientes. Em que Soriano, Rocha Martins, Pedro Calmon, Luis Norton, Oliveira Lima, Oliveira Martins, Tobias Monteiro, Otávio Tarquínio de Sousa, Alan Manchester embasavam-se para se expor publicamente, ao emitir e reiterar a tese de que a comitiva que acompanhou a família real girava em torno de 15 mil almas? E todos nós, posteriores – que não temos no sangue o dom da perspicácia e somos alérgicos ao pó dos arquivos e tomados pelo velho vício acadêmico de citar apenas “autores consagrados pela cúpula ‘intelectual’ –, só fizemos repetir, geração após geração, tais “balelas e disparates”.

De minha parte, acredito que vale a pena aceitar o desafio da crítica e oferecer a réplica. O exercício é válido, sobretudo, em função de dois fatores. Primeiro, porque essa questão, à exceção talvez do interesse dos especialistas em história naval,<sup>22</sup> não constitui em si um objeto de reflexão.<sup>23</sup> Mas ao senso comum ela soa importante. As efemérides do bicentenário da transferência da corte vão ensejar esse tipo de discussão, inclusive nos grandes meios de comunicação. Trata-se, por-

tanto, de obrigação ética dos historiadores a precisão dos fatos. Em segundo lugar, e mais importante para mim, cabe discutir essa questão por um imperativo metodológico: como se produz conhecimento histórico? E mais, quem, como e onde se valida esse conhecimento?

Gonçalves se impressiona com o fato de que “parte das fontes primárias consultadas por Cavalcanti também está citada na bibliografia de Malerba”. Trata-se, é claro, do códice 730, *Papéis relativos à vinda da família real para o Brasil (Relação das pessoas que vieram e das naus que fizeram o transporte)*,<sup>24</sup> 1808, pertencente ao Arquivo Nacional, e da *Relação das pessoas que saíram desta cidade para o Brasil, em companhia de S.A.R., no dia 29/11/1807*, do acervo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Como eu disse antes,<sup>25</sup> o códice do Arquivo Nacional é bem menos completo do que a listagem do IHGB. Em todo o códice 730, há apenas dois mapas mais detalhados. À página 12, encontra-se o “mapa do atual estado do Bergantim de S.A.R. o Voador, cuja soma atinge 150 pessoas”.<sup>26</sup> À página 16, temos o outro “mapa do estado atual da guarnição da



Frente principal do edifício..., que faz o centro na rua do Ouvidor, Rio de Janeiro, 1812

fragata Minerva, que soma 326 pessoas”.<sup>27</sup> Portanto, um total de 476 pessoas, próximo dos 458 migrados levantados por Gonçalves e Cavalcanti.

Na *Relação das pessoas*, existente no IHGB, encontramos todos os nomes que são familiares aos estudiosos do período, os grandes títulos, os serviçais. Vemos que embarcaram grandes famílias, como a do duque de Cadaval, os marqueses de Vagos, Torres Novas, Anadia, Angeja, Bellas, os condes de Belmonte, Caparica, Redondo e Cavalheiros, o marquês do Lavradio. E mais os estadistas da coroa, como d. Rodrigo de Souza Coutinho, Thomas Antonio Vilanova Portugal, d. Fernando José de Portugal. O círculo estreito da corte certamente concorreu para servir ao rei, como atesta a presença de pessoas como Francisco Rufino de Souza Lobato, Inácio da Costa Quintela, José de Oliveira Pinto Botelho Mosqueira, o físico-mor do reino Manoel Vieira da Silva e José Correia Picanço, primeiro cirurgião da Câmara – e mais uma bateria de varredores, reposteiros, damas e demais serviçais. E comerciantes famosos, como Joaquim José de Siqueira e Manoel Velho da Silva, cujos nomes são seguidos da indicação “negociantes”.<sup>28</sup> Ombreando esses homens e mulheres de alto coturno, havia anônimos a servi-los, como Bernardo José, “homem pardo, criado de varrer”, que acompanhou a família do duque de Cadaval, ou um tal Miguel José, “preto, criado de Francisco de Paula Maggesi”.

Mas não é tanto a qualidade desses nomes o que aqui nos interessa. Quem toma

a *Relação das pessoas* existente no IHGB e enumera os nomes lá constantes chega a um total de 514 pessoas. Eis o desafio metodológico. Acontece que, em história, dois mais dois nem sempre – a rigor, quase nunca – somam quatro. A lista, que parece, à primeira vista, exata, fornece indicações valiosas, principalmente quando é lacônica. Por exemplo, junto ao nome do marquês de Vagos, filho, há a indicação “e alguns criados”. Antônio Araújo de Azevedo também veio escoltado por “alguns criados”. O mesmo acontece com o marquês de Angeja. Consta que o conde de Belmonte, sua mulher e o conde seu filho vieram acompanhados por “criados e criadas”. Quem visa saber o tamanho da comitiva precisa responder a essas questões: quantos eram esses criados? Teriam vindo sós ou traziam suas famílias?

E por falar nisso, são inúmeras as indicações de pessoas que vieram com suas “famílias”. A rigor, das 514 que compõem a *Relação*, mais de cinquenta vieram acompanhadas por familiares, entre elas:

O conde de Caparica, d. Francisco de Menezes da Silveira e Castro, com sua mulher e filhos;

O conde de Cavalheiros, sua mulher, irmão, e família;

José Egidio Alves de Almeida, com sua mulher e família;

D. Josefa Joaquina Marianna Breco da Silveira, viúva do desembargador José Mauricio da Gama, com duas filhas e um filho;

Francisco Inácio, capitão-de-fragata, com sua família;

Francisco José Beiras, piloto, com sua família;

João..., morador da rua do Paço dos Negros, com a sua família;

José Alves Victória, sargento-mor reformado com a sua família;

João Correa, escrivão das naus, com sua família;

João Batista de Azevedo Coutinho e Montauri, com sua família;

Antonio Gomes, mestre da nau Príncipe do Brasil, com a sua família;

O capitão-tenente ocupado no Serviço da Esquadra, com sua família;

Francisco Joaquim, capitão-de-fragata, com sua família;

João Manoel, oficial do contrato do Tabaco, com sua família;

Vasco José de Paiva, capitão-tenente, com sua família;

Francisco Ignácio Gerardo, capitão-de-fragata, com a sua família;

Henrique da Fonseca Prego, capitão-de-mar-e-guerra, com sua família;

Francisco Bonifácio, sargento-de-mar-e-guerra com a sua família;

Anna Joaquina, viúva e filhos, assistente na rua de São Felix;

Joaquim Manoel de Paiva, escrivão da mesa dos Vinhos, e sua família;

Francisco Gomes, segundo-tenente com a sua família;

João..., contramestre de navios, com a sua família;

Manoel Francisco, taberneiro, assistente na travessa do Pasteleiro, com a sua família;

Mônica Palmilhadeira, assistente na dita travessa, com a sua família;

Antonio do Rosário, mestre das naus, com a sua família;

Sebastião Pedro de Mello Povoas, guarda Marinha, com suas tias;

Manoel da Silva Franco, e a sua família, na rua Bella da Rainha;

José Maria de Azevedo, Feitor do Pescado, com seus irmãos reposteiros e seus tios;

Luis Gomes, reposteiro da Casa Real, com sua família;

José de Almeida, mestre carteiro, e sua família;

Thomas Antonio Carneiro, criado particular de S.A.R., com sua família;

Joaquim Bernardo, cabeleireiro, e sua família, assistente em Queluz de Baixo;

João Brusco, varredor do quarto do príncipe, com a sua família;

Pedro Fortuna, cozinheiro da Casa Real, com a sua família;

Antonio Pedro Fortuna, dito, com a sua família;

João Duarte, cozinheiro da dita (Casa Real), com sua família;

Vicente Paulino, mestre da cozinha real, e sua família;

José Alvarenga, contramestre da dita (cozinha), e sua família;

José Pedro, cozinheiro, com a sua família;

José Leite, tenente do Regimento de Infantaria nº 4, com sua família;

José Caetano, fiel dos Portos, com a sua família;

Luis Fernandes, cozinheiro com a sua família;

Manoel Simões, cozinheiro com a sua família;

Antonio Faustino Lamprea, com a sua família;

Thomas Franco, capitão-de-fragata, com toda a sua família;

Francisco Xavier de Noronha Torrezão, oficial da Secretaria de Estado com a sua família;

O capitão-tenente João da Fonseca, com a sua família;

João Inglês, porteiro da Cana, com a sua família;

Vicente José, contramestre dos navios, com sua mulher e filhos;

Francisco Pedro, Mestre da Ribeira, com a sua família;

Felipe Antonio, Guardião da Ribeira, com a sua família;

José Maria, capitão-de-mar-e-guerra, e sua família;

José Maria, capitão-tenente de Brigada da Marinha, com sua mulher e filhos.<sup>29</sup>

São os detalhes que me chamam a atenção. Seria uma mera questão de estilo do

autor dessa lista diferenciar que uma pessoa tenha vindo “com sua família” ou, no caso de “Thomas Franco, capitão-de-fragata, com *toda* a sua família”? Não creio. Note-se que o autor da lista diferencia “famílias”, reiteradamente mencionadas, de outras ocorrências. Por exemplo, Vicente José, contramestre dos navios, veio acompanhado “com sua mulher e filhos”, assim como José Maria, capitão-tenente de brigada da Marinha, “com sua mulher e filhos”, o mesmo sendo válido para o conde de Caparica. Quer isso dizer que “mulher e filhos” não são sinônimos de “família”? Para além dessa distinção, na listagem discrimina-se ainda quando os acompanhantes são apenas “irmãos”, “suas tias”, “sua mulher” ou “seus irmãos reposteiros”. Portanto, considerando o conhecimento assentado sobre a família patriarcal estendida presente em Portugal e trazida para o Brasil desde a época da colonização, podemos supor que “família” envolve, para além do núcleo pai, mulher e filhos, mais alguns círculos concêntricos de agregados, inclusive não-consangüíneos.<sup>30</sup>

É, no mínimo, temeroso fazer-se uma contagem simples a partir das listas onomásticas oferecidas pelas fontes disponíveis, sem se atentar para essas outras informações escondidas nas suas entrelinhas.

Há ainda outros questionamentos a se fazer a essa documentação. Obviamente, quando consideramos todos os relatos sobre o tumulto do embarque, reiterado por simplesmente todos os autores citados neste ensaio, há que se considerar que nem todas as pessoas embarcadas foram efeti-

vamente cadastradas. Sobre este último ponto, posso indicar pelo menos quatro indícios, encontrados ao acaso.

Em primeiro lugar, o caso do segundo-tenente da Armada Real Paulino Joaquim Leitão, que oferecera um daqueles poemas encomiásticos, destilando todo o ardor da mais devota vassalagem, ao príncipe regente: “A Esquadra Portuguesa que transportou aos Estados do Brasil os soberanos de Portugal, elogio oferecido a Sua Alteza Real o príncipe regente nosso Senhor”. Leitão acompanhou a família real; na dedicatória a d. João, depois de todos os encômios, oferta e expõe o motivo de ser de sua obra:

É por tão plausível motivo, Real Senhor, que eu confio em que V.A.R. se não dignará aceitar, e defender debaixo dos seus régios auspícios (visto que me é necessário um mecenas, e que ninguém mais o pode ser em assuntos de semelhante natureza) este limitado tributo da minha gratidão, este irrefragável testemunho dos meus incansáveis esforços para me tornar útil por todos os modos.<sup>31</sup>

O segundo caso consta no fundo Casa Real e Imperial do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro e diz respeito ao pedido de aumento de vencimentos feito por um mestre de dança do Paço, de resto negado pelo visconde do Rio Seco. Pedro Colona reclamava do seu diminuto ordenado, que vinha recebendo pelo real bolsinho particular; as treze moedas e meia por mês que passou a receber no Rio eram insuficientes para suas despesas, sobretudo o aluguel de casas, “por

serem muito caras no presente”. Roga que tenha seu pago equiparado ao do maestro Marcos Antonio Portugal, que

(...) recebe mais cinqüenta moedas para casas, além dos mais criados, que Vossa Majestade foi servido fazer-lhe a mesma graça; e porque o suplicante se acha empenhado para suprir as indispensáveis despesas da sua numerosa família. Implora a piedade, e generosidade de Vossa Majestade, para que seja servido contemplar o suplicante na mesma conformidade que se pratica com Marcos Antonio; visto ser o suplicante um dos mestres mais antigos, e ter a honra de servir a Vossa Majestade há cinqüenta anos.<sup>32</sup>

O terceiro exemplo remonta ao segundo dia de janeiro de 1818, quando vemos chegar às secretarias de Estado outra contenda por causa do famigerado sistema de aposentadorias. Um proprietário de casas reclamava o recebimento do aluguel por meio do sistema, já que em sua casa se instalara, no ano anterior, o padre José de Carvalho Sousa. Em minuta ao rei, seu secretário lhe explicava que:

Ao lugar de confessor não é nato o pagamento das casas; e por conseguinte o meu parecer é que o suplicante o deve haver do referido padre, que quer chamar ao seu lugar essa obrigação, a exemplo dos padres *frei Antonio Abrantes, e Mazzoni, a quem Vossa Majestade por graça especial fez mercê em atenção a terem acompanhado a Vossa Majestade para esta Corte*. O pagamento que

o suplicante agora requer, devia pretender quando o referido padre pediu a aposentadoria, para ele, ou as pagar adiantadas por seis meses segundo a lei, ou apresentar o título pelo qual mostrou-se que a renda havia ser paga pela Real Fazenda.<sup>53</sup>

Ora, os nomes de Antonio Abrantes e João Mazzoni constam entre os oito padres e freis listados na *Relação das pessoas que saíram desta cidade para o Brasil*, mas o solicitante padre José de Sousa Carvalho, que também acompanhou o príncipe regente na travessia atlântica, não consta ali!<sup>54</sup>

Por fim, em quarto lugar e como mais um exemplo das práticas de solicitação de graças e da generosidade do soberano, encontrei no fundo da Casa Real e Imperial do Arquivo Nacional um pedido de graça de um pintor, que explica seu merecimento nestes termos:

Antonio José Nunes, pintor pensionado por S. A. R., e discípulo do primeiro pintor da Câmara e Corte, Domingos Antonio de Siqueira, *teve a honra de acompanhar a S.A. para esta cidade do Rio de Janeiro, vindo na nau Príncipe Real, e em companhia do ilustríssimo e excelentíssimo marquês de Angeja*, e desde que chegou tem estado empregado com obras que S.A.R. lhe incumbiu (...).<sup>55</sup>

Há uma minuta escrita pelo visconde de Rio Seco que resume tudo isso, nesse teor: “Antonio Jose Nunes, pintor pensionado e empregado no Real Serviço de V.A., teve a honra de acompanhar a V.A.R. E não ten-

do de que subsistir pede a V.A.R. a mercê de lhe mandar contribuir uma pensão.”<sup>56</sup>

Esse documento data de 5 de setembro de 1808, seis meses após o desembarque da família real. Embora conste que o marquês de Angeja se fez acompanhar de criados, o nome de Antonio José Nunes também não consta da *Relação*.

A questão que aqui se impõe é: quantos mais acompanharam a família real na fuga de Lisboa para o Rio de Janeiro e não se encontram contabilizados nos registros oficiais?

Por fim, merecem atenção as conjecturas de Kenneth Light, especialista em história naval. Light pondera que, no número de 15 mil pessoas aceito pela historiografia, estariam incluídas as guarnições da esquadra naval; mesmo se estas estivessem incompletas, acredita ele, aquele número nunca seria inferior a seis mil pessoas. Quanto ao número de embarcações, concorda que não se pode ter certeza. O livro de quartos da nau capitânia “Hibernia” reportava, a 29 de novembro de 1807, que 56 navios estavam à vista: 16 da esquadra portuguesa, nove do esquadrão britânico e, por conseguinte, 31 navios mercantes.<sup>57</sup>

Em suma, a resposta para a questão do tamanho da comitiva da família real que aportou no Rio de Janeiro em 1808 não pode ser reduzida a uma mera discussão algébrica. Tanto é assim que os historiadores se deparam com ela há quase duzentos anos. Porém, a matemática dos historiadores, que não pode ser tão exata quanto a dos engenheiros, arqui-

tetos e jornalistas, reclama de nós o respeito pelos que nos precederam e nos autoriza a aceitar como plausíveis as avaliações de que, com a família real, veio uma comitiva cuja dimensão pode oscilar entre seis e 15 mil pessoas. Esse é um dado realmente fundamental para quem entende que os historiadores almejam contar a história “tal como aconteceu”, à moda dos preciosismos dos antiquários, para quem a história que

nos falta conhecer jaz perdida no silêncio dos arquivos. Porém, independentemente da precisão, a história do período joanino veio se escrevendo sempre, e cada vez melhor, desde o século XIX. Acredito que assim continuará, antes que algum iluminado encontre o documento perdido que resolveria de uma vez por todas a questão do tamanho da comitiva. Se é que ele existe. Enquanto isso, a história segue.

## N O T A S

1. Cf. SOUZA, Iara Lis Carvalho. O rei na América. *Espaço Plural*, Centro de Estudos, Pesquisas e Documentação da América Latina (Cepedal), ano III, n. 7, 2001. p. 32. BARREIRO, José Carlos. Para além de uma história das elites. *Espaço Plural*, ano III, n. 7, 2001. p. 31. SILVA, Luiz Geraldo. O espetáculo da monarquia. *Espaço Plural*, ano III, n. 7, 2001. p. 1; p. 30. VASCONCELOS, Gilberto. Começo tropical do teatro da política. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 13 nov. 2000. ALMEIDA PRADO, Antônio Lázaro. Saber contar a história. *Voz da Terra*, Assis, 27 dez. 2000. PIRES, Pablo. Revoluções da corte. *O tempo*, Belo Horizonte, 4 nov. 2000. Caderno Magazine. SARAIVA, Renata. O espetáculo da realeza no Rio de Janeiro do século XIX. *Valor*, Rio de Janeiro, 23 out. 2000. PISA, Daniel. Dores e charmes de uma nação entre dois mundos. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 7 jan. 2001. Caderno 2. MACAULAY, Neill. A corte no exílio. *Hispanic American Historical Review*, ano 85, v. 1, p. 138-139, 2005. Resenha.
2. MOREL, Marco. Civilizados e radicais no século XIX. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 9 dez. 2000. Caderno Idéias. p. 5.
3. *ibidem*.
4. GONÇALVES, Adelto. A boa vida da corte no Rio de Janeiro. *Jornal da Tarde*, Rio de Janeiro, 21 out. 2001. Caderno de sábado. p. 20.
5. *ibidem*.
6. *ibidem*. Grifo meu.
7. GONÇALVES, Adelto. Capoeiragem: rebeldia e habilidade negra no Rio. Resenha a SOARES, Carlos Eugenio Líbano *A capoeira escrava e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro (1808-1850)*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2001b. Disponível em: <[http://www.unicamp.br/cecult/resenhas\\_vh/resenha\\_capoeira1.pdf](http://www.unicamp.br/cecult/resenhas_vh/resenha_capoeira1.pdf)>. Acesso em: 9 fev. 2007. Grifos meus.
8. *ibidem*. Grifo meu.
9. REIS FILHO, Nestor Goulart. Urbanização e modernidade entre passado e futuro: (1808-1945). In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira, a grande transação*. São Paulo: Ed. Senac, 2000. p. 83-117. *passim*.

10. CERVO, Amado Luiz. *Depois das caravelas: as relações de Portugal e o Brasil (1808-2000)*. Lisboa: Instituto Camões, 2000. passim.
11. GONÇALVES, Adelto. Invenções e disparates. Disponível em: <<http://blog.comunidades.net/adelto/index.php?op=arquivo&pagina=100&mmes=07&anon=2005>>. Acesso em: 24 set. 2007. Grifo meu.
12. *ibidem*.
13. GONÇALVES, Adelto. D. João revisitado. Disponível em: <<http://blog.comunidades.net/adelto/index.php?op=arquivo&idtopico=226711>>. Acesso em: 1 abr. 2008. Texto de 9 de fevereiro de 2008.
14. SORIANO, Simão José da Luz. *História de el-rei d. João VI primeiro rei constitucional de Portugal e do Brasil em que se referem os principais atos e ocorrências do seu governo bem como algumas particularidades de sua vida privada*. Lisboa: Universal, 1866. p. 59.
15. MARTINS, Rocha. *A corte de Junot em Portugal*. Lisboa: Gomes de Carvalho, 1910. p. 23.
16. BRANCO, Pandiá H. de T. Castello. A corte portuguesa no Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 1, p. 417-436, 1914. Particularmente, p. 425.
17. NORTON, Luís. *A corte de Portugal no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979. p. 14.
18. CALMON, Pedro. *História do Brasil*. v. 4: O império 1800-1889. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1947. p. 25. Grifo meu.
19. Calmon refere-se a BIANCARDI, José Theodoro. *Cartas americanas, publicadas por...* Lisboa: Alcobia, 1820. Em obra anterior, a biografia de d. João VI, Calmon já apresentava aqueles números, com uma colorida descrição do embarque: "(Napoleão) Calculara reunir em Bayona os reis da península num desterro comum – e eis que um deles, o mais astuto, se metia nos seus barcos, com quinze mil pessoas (...) e abalava para ultramar mudando de nação!". Cf. CALMON, Pedro. *O rei do Brasil: vida de d. João VI*. 2. ed. aum. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1943. p. 109.
20. Tobias Monteiro refere-se à obra de BOUCHOT, August. *Histoire du Portugal et ses colonies*. Paris: Hachette, 1854. As Cortes mandavam imprimir as cartas trocadas entre d. Pedro e d. João e distribuí-las avulsamente para os deputados. Eugène de Monglave traduziu-as para francês e publicou-as em Paris, em 1827. Cf. MARTINS, J. P. Oliveira. *História de Portugal*. 3. ed. emendada. Lisboa: Viúva Bertrand, 1882. (A primeira edição é de 1879.) Tobias Monteiro refere-se às memórias de Laure Permont, mulher do general Junot, primeiro duque de Abranches. Cf. ABRANTES, Laure Junot, duchesse d'. *Mémoires de mme. la duchesse d'Abrantès, ou souvenirs historiques sur Napoléon, la Révolution, le Directoire, le Consulat, l'Empire et la Restauration*. Paris: Ladvocat, 1831-1835. Também LIMA, Manuel de Oliveira. *D. João VI no Brasil (1808-1821)*. v. 3. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olimpio, 1945; MONTEIRO, Tobias. *História do império*. v. 1: A elaboração da independência. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981. p. 66-67. Otávio Tarquínio de Sousa não oferece um montante, um total de pessoas que teriam embarcado com a família, mesmo aproximadamente, mas atenta à qualidade da comitiva, depois de referir-se à polêmica historiográfica em torno da composição da frota – o que, de resto, até hoje não se resolveu categoricamente! Cf. SOUSA, Otávio Tarquínio de. *A vida de d. Pedro I*. São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, 1988. p. 54 ss.
21. MANCHESTER, Alan. A transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro. In: HENRY, H. Keith; EDWARDS, S. F. *Conflito e continuidade na sociedade brasileira*. Tradução de José Lourenço de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970. p. 177-217. O trecho citado encontra-se na página 183.
22. Vale a pena destacar o trabalho de Kenneth Light, que, em correspondência com o autor, pondera que as oito naus de linha, quatro fragatas, uma corveta, dois brigue e uma charrua trouxeram pouco mais de seis mil pessoas ao Brasil na viagem da família real em 1808. Cf. LIGHT, Kenneth. A viagem da família real para o Brasil (1807-1808). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, ano 158, n. 397, p. 1035-1044, out.-dez. 1997. LIGHT, Kenneth. *Carta para Jurandir Malerba*. Rio de Janeiro, 15/01/2003.
23. A tese que eu defendo em *A Corte no exílio* prescinde desse dado. Importa mais, para sustentá-la, que a população do Rio de Janeiro praticamente dobrou durante os 13 anos em que a família real permaneceu no Brasil, embora esse número também não seja consensual. Não há censos precisos para a população do período. Louis de Freycinet estima a população fluminense em 60 mil almas em 1808; aproximadamente 130 mil, dez

anos depois (segundo o marquês do Lavradio); 150 mil em 1821 é a estimativa de Henderson: "(...) two-thirds of which are negroes, mulattoes, and others, exhibiting every variety of complexion". Spix e Martius calcularam em 120 mil almas a população da cidade e 420 mil a província. SPIX, J. B. von; MARTIUS, von. *Viagem pelo Brasil*. Tradução de Lúcia F. Lahmeyer. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1981. Cf. FREYCINET, Louis de. *Voyage au tour du monde. Interpris par ordre du Roi (...) Exécuté sur les corvettes de S. M. L'Oranie et la Physicienne, pendant les années 1817, 1818, 1819 et 1820*. Paris, Chez Pillet Aîné Imprimeur-Libraire, 1827 (8 v), v. 1, p. 193; HENDERSON, James. *A history of Brazil, comprising its geography, commerce, colonization, aboriginal inhabitants, &c.* Londres: Longman, Hurst, Rees, Orme and Brown, 1821, p. 72. Mawe, em 1808, arriscava em 100 mil habitantes a população do Rio. Cf. MAWE, John. *Travels in the interior of Brazil, particularly in the gold and diamond district of that country, by authority of the Prince of Portugal...* Londres: Longman, Hurst, Rees, Orme, and Brown, 1812, p. 97; Denis dizia haver "no início do século" cerca 80 mil e ao seu tempo 260 mil almas. Cf. DENIS, Fernand. *Brasil*. v. 1 Trad. Lisboa: L. C. da Cunha, 1844, p. 175. Luccock, em minha opinião o mais rigoroso observador estrangeiro do Rio joanino, apresenta a cifra de 60 mil, dos quais um terço composto de brancos ou mulatos claros. Cf. LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Trad. Milton de S. Rodrigues. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975, p. 28; Ernst Ebel, que esteve no Rio em 1824, fala em 180 mil a 200 mil almas, "dos quais dois terços são negros". Cf. EBEL, Ernst. *O Rio de Janeiro e seus arredores em 1824*. Trad. Joaquim de S. Leão F<sup>o</sup>. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1972, p. 187. Cf. IHGB - Mss. Corte e província do Rio de Janeiro. Mapa da população da... 1821, 7 fls. (lata 77).

24. ANRJ. *Papéis relativos à vinda da família real para o Brasil*. (Relação das pessoas que vieram e das naus que fizeram o transporte.) 1808. Códice 730.
25. MALERBA, J. *A corte no exílio*. Civilização e poder no Brasil às vésperas da Independência. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, capítulo 1, nota 1, p. 310.
26. Na listagem que gentilmente me forneceu Kenneth Light, esse número é de 135 pessoas. Cf. LIGHT, Kenneth. *Carta para Jurandir Malerba*. Rio de Janeiro, 15/01/2003.
27. 349 nas contas de Light. Duas embarcações que têm referências no códice 730 – a fragata Andorinha, página 19, e o navio Conceição, p. 21 – não constam na listagem de Light, assim composta: naus de linha – Príncipe Real, Afonso Albuquerque, Rainha de Portugal, Conde D. Henrique, Martim de Freitas, D. João de Castro, Medusa, Príncipe do Brasil; fragatas – Golfinho, Minerva, Urânia, Thetis; corveta – Voador; brigues – Lebre, Vingança; escuna – Curiosa. Cf. Light, *ibidem*.
28. Para um tratamento prosopográfico desses nomes, ver Malerba, *A corte no exílio*, Civilização e poder no Brasil às vésperas da Independência. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, capítulo 5.
29. IHGB. *RELAÇÃO das pessoas que saíram desta cidade para o Brasil, em companhia de S.A.R., no dia 29/11/1807*, lata 490, pasta 29.
30. Para citar apenas dois clássicos: FREYRE, Gilberto. *Casa grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime patriarcal*. 7. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1952; e HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 17. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1984.
31. LEITÃO, Paulino Joaquim. *A esquadra portuguesa que transportou aos Estados do Brasil os soberanos de Portugal, elogio oferecido a Sua Alteza Real o príncipe regente nosso Senhor por...* Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1820.
32. ANRJ. Casa Real e Imperial. Caixa 2, pacote 2, doc. 104. Grifo meu.
33. *ibidem*.
34. ANRJ. Casa Real e Imperial. Caixa 2, pacote 3, doc 137.
35. ANRJ. Casa Real e Imperial. Caixa 1, pacote 2, n. 19. Grifo meu.
36. *ibidem*.
37. LIGHT, Kenneth. *Carta para Jurandir Malerba*. Rio de Janeiro, 15/01/2003.

**Kirsten Schultz**

The Cooper Union for the Advancement of Science and Art, Nova York, NY

# A Crise do Império e a Questão da Escravidão Portugal e Brasil, c.1700 - c.1820



Este artigo apresenta uma visão geral dos debates acerca do império português e da escravidão em fins do século XVIII e início do XIX. Mereceram atenção especial o modo pelo qual as invasões napoleônicas em Portugal e a transferência da corte para o Rio de Janeiro renovaram as discussões sobre a instituição da escravidão, e a preocupação, articulada pelas autoridades reais e pela Intendência de Polícia da Corte, em definir o caráter da escravidão na nova corte.

*Palavras-chave: escravidão; império português; Intendência de Polícia; Rio de Janeiro; metropolização.*

This article provides an overview of debates on empire and slavery in the late eighteenth and early nineteenth centuries in the Portuguese empire. Particular attention is paid to the ways in which the Napoleonic invasion of Portugal and the transfer of the court to Rio de Janeiro renewed debates on the institution of slavery and to the concerns, articulated by royal officials and Rio's police intendant, with defining the features of slavery within the new royal court.

*Keywords: slavery; Portuguese empire; police intendency; Rio de Janeiro; metropolitanization.*

A invasão napoleônica da península Ibérica em 1807-1808 representou um clímax dramático para a crise imperial pela qual Portugal vinha passando desde o século XVIII. No final do século XVII, o lendário

império na Ásia entrava em declínio, enquanto o Brasil emergia como uma possessão rica não apenas em recursos agrícolas, mas também minerais, extraídos para benefício da metrópole. Embora a economia do império prosperasse, sua vi-

abilidade se encontrava ameaçada pelo que o conselheiro do rei Rodrigues da Costa descreveu, em 1732, como uma distribuição desigual dos bens econômicos e políticos. Em contraste com o potencial aparente do Brasil, Portugal era um país pequeno, geopoliticamente frágil frente ao resto da Europa. À medida que a emigração diminuía ainda mais a população portuguesa, a perspectiva de se encontrar riquezas no Brasil ameaçava exacerbar o desequilíbrio, exaurindo a lógica do império. Como especulou Rodrigues da Costa, “a maior parte e a mais rica não sofrerá ser dominada pela menor, mais pobre”.<sup>1</sup> Em novembro de 1807, a Coroa decidiu mudar a corte para o Brasil, o que aparentemente resolveria o dilema. A partir da sua nova moradia, no Rio de Janeiro, súditos portugueses proclamavam que a mudança para o Brasil salvara a monarquia portuguesa tanto da ameaça de Napoleão, quanto do que um conselheiro descrevia como os “excessos” da Revolução Francesa, revelando o Brasil como o lugar certo para a conquista da glória imperial que a monarquia portuguesa vira recusada em solo europeu. Ainda assim, a reconfiguração do espaço imperial originou novas contradições e ameaças. Se o Brasil deixara de ser colônia, como certos homens de Estado começaram a argumentar, como compreender então a existência de realidades coloniais, em especial a instituição da escravidão? Neste trabalho examino as ramificações desse dilema no contexto da invasão napoleônica e as transformações no império luso-brasileiro que a precederam.

## O SÉCULO XVIII LUSO-BRASILEIRO

**E**m Portugal e no seu império, o século XVIII foi uma época de reformas. Os conflitos militares portugueses com os holandeses haviam passado, assim como as incertezas advindas com a Restauração que pôs fim à União Ibérica. Os funcionários da Coroa portuguesa poderiam voltar sua atenção para as circunstâncias econômicas e políticas do reino e suas possessões ultramarinas. De acordo com eles, tais circunstâncias muito exigiriam da Coroa: o Estado da Índia sofrera perdas irreparáveis, tanto para rivais europeus como para a resistência local.<sup>2</sup> Os conseqüentes prejuízos comerciais traziam também uma diminuição de prestígio. Na Europa, a difícil situação de Portugal manifestava-se no Tratado de Methuen, de 1703, segundo o qual a Inglaterra controlaria o setor de produção de vinho do Porto – um arranjo que, de acordo com Duc de Choiseul, ministro de Luís XV, significava que “Portugal deveria ser visto como uma colônia inglesa”.<sup>3</sup>

Mas as bases do prestígio português não estavam totalmente perdidas. À medida que o poder português na Ásia e Europa se enfraquecia, seu potencial na América aumentava. No último quartel do século XVII, a busca por depósitos mineiros no interior do Brasil intensificou-se, e acabou por produzir resultados: minas de ouro e diamante. Na década de 1720, intelectuais de Salvador da Bahia, admitindo que o Brasil se tornara, literalmente, a jóia da coroa portuguesa, reivindicavam o reconhecimento de que o poder

imperial havia de fato se transferido do Leste para o Oeste. As aspirações na Ásia, proclamou um poeta, resultaram em desilusão, pois a Ásia confrontara a realidade de que a América, “Elevada, sublime, e soberana,/ não só te não consente a primazia/ mas com heróico zelo/ nem ainda te aceita em paralelo (...)”.<sup>4</sup> Na Europa, Luís da Cunha, embaixador em Paris e delegado nas negociações de Utrecht, apresentou à Coroa uma avaliação mais dramática das recentes transformações políticas e econômicas. Reconhecendo a inversão da hierarquia imperial que posteriormente Montesquieu atribuiria ao império espanhol, Cunha propôs que a corte real se transferisse para o Brasil, para defender “os interesses de comércio” e forjar a expansão territorial no Novo Mundo.<sup>5</sup>

Embora a proposta de Luís da Cunha fosse, naquele momento, deixada de lado, ela refletia uma consciência das transformações no império e da ascendência do Novo Mundo que orientaram a política e a prática portuguesas durante o século XVIII, em especial os esforços para tornar a administração da economia brasileira mais eficiente. Com a negociação do Tratado de Madri (1750), os portugueses também asseguraram a reivindicação sobre os territórios na bacia amazônica. Então, durante o reinado de José I (1750-77), seu poderoso primeiro-ministro, o marquês de Pombal, procurou substituir os já decadentes lucros da economia de mineração pela instalação e comercialização da agricultura no Amazonas, além de estender concessões às novas com-

panhias de comércio. Para intensificar o controle real sobre seus territórios na América, a Coroa portuguesa fundou novas vilas e cidades, organizou regimentos locais de cavalaria e infantaria auxiliar e criou juntas da fazenda em cada capitania.<sup>6</sup> Embora os problemas na administração colonial persistissem depois da morte de José I e da subsequente queda de Pombal, o legado do marquês incluía uma nova geração de homens de Estado que haviam sido educados no contexto das reformas universitárias por ele iniciadas. No último quartel do século XVIII, Rodrigo de Sousa Coutinho, diplomata e estudioso de ciências naturais, apoiava consistentemente o argumento de Pombal segundo o qual a Coroa deveria explorar de forma mais intensa e eficiente seu território americano, como forma de contrapor a fragilidade de Portugal na política imperial européia.<sup>7</sup>

Contudo, os tratados, as fortalezas e os agentes alfandegários não poderiam resolver todos os problemas da administração imperial, e nem erguer uma ponte que cobrisse o vasto espaço colonial e atravessasse o mar que separava a autoridade real do seu território na América. Por isso, como argumentou Rodrigo Monteiro, a Coroa também buscou consolidar sua imagem na América e cultivar a fidelidade dos seus vassallos ao longo dos séculos XVII e XVIII. Os brasileiros eram convocados a participar de comemorações suntuosas do círculo de eventos do cotidiano real, corroborando assim tanto a sua lealdade coletiva à Coroa quanto a sua filiação à comunidade

de imperial. Entretanto, como explicou Pedro Cardim, essa celebração local da monarquia também sublinhava a “subalternização” política do Brasil. Enquanto em Portugal as cidades não apenas comemoravam os referidos eventos, mas também ocasionalmente recebiam o monarca em suas aparições públicas, no Brasil a sua ausência fazia supor “que a realeza achava que esse território era indigno de ser visto”.<sup>8</sup> O que Rodrigues da Costa, conselheiro do rei, descrevia como “dificuldade de recurso à Corte”, para os que residiam no Brasil poderia ser entendido como ausência de uma prática visível de justiça.<sup>9</sup> Portanto, a compreensão mais ambiciosa da Coroa no que se refere à “sua função colonizadora” (para usar o termo de Monteiro) – manifesta em seus esforços para revitalizar a extração de riqueza e também a sua administração – não implicava um entendimento inovador das hierarquias políticas

dentro do império.<sup>10</sup> Se, na correspondência imperial do século XVIII, o Brasil deixou de ser discutido como uma “conquista”, foi porque o conceito igualmente subordinante de “colônia” o suplantara.

De fato, no final do século XVIII, mesmo enquanto Sousa Coutinho, então ministro da Marinha e Negócios Ultramarinos (1796-1801), buscava promover a “consolidação, e reunião de todas as partes da monarquia”, integrando brasileiros nos níveis mais altos da administração imperial,<sup>11</sup> funcionários da Coroa servindo no Brasil levantavam dúvidas acerca do potencial para unidade e lealdade dos vassallos americanos do rei. Entre os relatos otimistas referentes à agricultura tropical e sugestões para aumentar a eficiência institucional, encontramos referências à natureza problemática da população brasileira. O marquês de Lavradio explicava, em 1779, que, uma



Africanos de Benguela e Angola. Johann Moritz Rugendas, *Voyage pittoresque dans le Brésil*, 1835

vez que a maioria da população se constituía de “povos de gentes de pior educação, de um caráter o mais libertino, como são negros, mulatos, cabras, mestiços, e outras gentes semelhantes”, a desordem social seria inevitável. O alerta foi repetido quase na íntegra por seu sucessor, o vice-rei Luís de Vasconcelos e Sousa, ao fim de sua estadia no Brasil.<sup>12</sup> Cronistas residentes no Brasil ao final do século XVIII também apontam a escravidão institucionalizada e a população de escravos, ex-escravos e seus descendentes como uma fonte de criminalidade, vadiagem, promiscuidade sexual e doenças.<sup>13</sup> Em Salvador, Luís dos Santos Vilhena argumentava que tais circunstâncias negativas permeavam todos os aspectos da vida no Brasil, pois o espaço público tinha de ser definido por algo que não era a cultura e os costumes portugueses: “batuques bárbaros”, danças de

rua e a cacofonia de “línguas diversas”.<sup>14</sup> Vilhena e Lavradio alertavam que essas diferenças culturais e sociais ameaçavam a autoridade política. Vilhena escreveu que a dependência do trabalho escravo tornou a população branca e pobre da Bahia ociosa, arrogante e insubordinada. Assim ele apresentou o problema ao seu correspondente: “Por que só há de querer mandar quem nada mais soube que obedecer?”. Os pobres, os errantes, as pessoas de cor, imaginava Lavradio, eram da mesma forma suscetíveis a agendas políticas subversivas trazidas por visitantes estrangeiros indesejáveis. Para conter o potencial subversivo e auxiliar a defesa e segurança locais, Lavradio apoiava a instauração de regimentos de milícias de homens de cor.<sup>15</sup>

Tanta preocupação com as consequências da escravidão datava da experiência por-



**Africanos de Benguela e Angola**

tuguesa com o apresamento e o tráfico de africanos. Contudo, esses relatos são de um tempo em que, por todo o mundo atlântico, a instituição da escravidão vinha sendo alvo de intenso escrutínio e críticas, tanto de homens instruídos como de homens de Estado.<sup>16</sup> Dentre os estudos mais elaborados a respeito do assunto encontravam-se os dos jesuítas estrangeiros que residiam no Brasil. A obra de Jorge Benci, *Economia cristã dos senhores no governo dos escravos* (1700), censurava os maus-tratos aplicados aos escravos, testemunhados por ele quando vivia em Salvador, em fins do século XVII.<sup>17</sup> Observações similares foram feitas por André João Antonil em *Cultura e opulência do Brasil* (1711). Todavia, embora Benci e Antonil criticassem a forma de escravidão praticada e os hábitos arraigados – e embora ambos recomendassem formas de garantir a moralidade do regime –, nenhum deles desafiava as resistentes justificativas para a escravidão que permeavam o discurso cristão. Como prisioneiros de guerra, argumentava Benci, os escravos haviam sido poupados da morte e portanto tinham a obrigação de obedecer, enquanto os proprietários tinham o dever cristão de serem justos com seus escravos ao alimentar, punir e no trabalho.<sup>18</sup>

Em meados do século XVIII, a literatura dedicada às reformas era mais ampla e menos condescendente. Em *Etíope resgatado, empenhado, sustentado, corrigido, instruído, e libertado...*, de 1758, Manuel Ribeiro Rocha, português residente no Brasil, repetia as antigas críticas

aos maus-tratos, mas oferecia também uma nova proposta ao limitar a duração da escravidão como forma de trabalho na colônia.<sup>19</sup> Em 1764, um panfleto anônimo publicado em Lisboa desafiava muitas idéias européias acerca da África e dos africanos citadas para justificar a escravidão.<sup>20</sup> A obra *Nova, e curiosa relação de um abuso emendado...*, diálogo entre um mineiro e um letrado passado em Portugal, reiterava muitos argumentos contra punições cruéis, incitando os proprietários a aceitarem as regulamentações locais, e, acima de tudo, atacando todas as explicações bíblicas relativas às origens das diferenças apresentadas pelos africanos e as preocupações dos europeus com os negros. “Tenha um homem a cor que tiver, é certo que é filho de Adão”, afirmava o letrado, em resposta ao que dissera o mineiro: “os negros não são gente como nós”. “É um abuso (contra a razão) introduzido entre muitas pessoas, imaginarem que os pretos foram nascidos só para serem escravos”, avança a explicação do primeiro, já próximo do fim do diálogo. Ainda assim, e como em outros tratados de meados daquele século que apresentavam posições antiescravistas, *Nova, e curiosa relação* não condenava a instituição da escravidão em si, fosse de um prisma moral ou jurídico. Embora explicasse ao mineiro que “os pretos não são nossos escravos porque são pretos”, ele também observava, sem aprofundar a questão, que “há outras razões políticas e permitidas para se reputarem como tais”, para justificar a prática da escravidão.<sup>21</sup>

Já no último quartel do século XVIII, as análises reformistas da escravidão parecem ter atingido seu auge no mundo luso-brasileiro. O comentário mais contundente e extenso a respeito da escravidão feito naquela época era uma defesa da instituição que nada tinha de ambígua. Ex-proprietário de engenho nascido no Brasil, o bispo Azeredo Coutinho apontava os fundamentos bíblicos para a escravidão, em *Análise sobre a justiça do comércio do resgate dos escravos da costa da África* (1798). Contudo, sua principal preocupação era definir a “razão política” para a escravidão no contexto de uma economia colonial. Adaptando argumentos característicos do iluminismo europeu contra a escravidão, Azeredo Coutinho se opunha ao ideal dos “direitos naturais” e liberdade absoluta, insistindo que os homens nasciam em sociedade e que, portanto, a sociedade, e apenas ela, definiria seus direitos. Descrevendo um encontro mutuamente benéfico entre “nações civilizadas” e “nações bárbaras”, ele argumentava que os portugueses tinham o direito de defender seus interesses nacionais por meio do tráfico de escravos e do uso de africanos escravizados na produção agrícola. Afinal de contas, explicava, os lucros que Portugal obtinha em razão do “grande comércio da Europa” eram produto do seu comércio colonial com tabaco, algodão, café e arroz, “uma riquíssima agricultura, que vem suprir a que falta a Portugal no terreno da Europa”. “Que seria da agricultura das colônias, e por consequência de Portugal, ele perguntava, se aqueles “que se dizem defensores da humanidade” conseguis-

sem acabar com o tráfico de escravos?<sup>22</sup> Portanto, a questão imperial passou das lamúrias enunciadas no início do século XVIII – a vulnerabilidade e fragilidade econômica de Portugal sem seus territórios ultramarinos – para uma justificativa da manutenção, tanto do tráfico de escravos, quanto do uso de mão-de-obra escrava no trabalho agrícola na virada do século XIX.

Fosse a escravidão crucial para a viabilidade do império e, sobretudo, para a economia de Portugal, como insistia Azeredo Coutinho, ou fonte de vulnerabilidade e perigo, como sugeriam alguns funcionários que trabalhavam no Brasil, no final do século XVIII, ela era compreendida como prática exclusivamente colonial. Em 1761, um decreto estabelecia que escravos africanos que aportassem em Portugal seriam declarados livres; e, em 1773, um segundo decreto libertava todos os escravos do reino. Portanto, embora o século XVIII se definisse, para os portugueses, pela emergência de um império americano (ou luso-brasileiro), ele ainda estava marcado por distinções políticas, sociais e culturais entre a metrópole e a colônia.<sup>23</sup> Em *Nova, e curiosa relação*, publicado em Portugal depois do primeiro decreto, tais diferenças afloravam no diálogo do mineiro com o letrado. Depois de mencionar os infames excessos em relação a trabalho e má alimentação sofridos pelos escravos no Brasil, o mineiro explica que a sua contenda com o seu próprio escravo surgiu quando ele renegou um acordo de alforria. O escravo reagira, segundo ele,

servindo-o com um zelo mínimo; e o mineiro, por sua vez, retaliou, tentando “vendê-lo para o Brasil, só para que lá com rigoroso castigo acabasse a vida”. Essa possibilidade levou o escravo a apelar para sua irmandade local, cujos privilégios impediam tal venda.<sup>24</sup> Essa troca sugere que, embora para os homens de Estado a noção do potencial brasileiro contrabalançasse a fragilidade de Portugal em meio às outras nações, o império oitocentista também se definia pelas diferenças que continha. O Brasil era uma colônia porque, como argumentava Azeredo Coutinho, sua agricultura sustentava a economia metropolitana. E seu aspecto era colonial porque marcado pela brutalidade exigida para sustentar um regime escravista em expansão, e para disciplinar uma população que era tão africana quanto europeia. As contradições apresentadas pela civilidade europeia em relação à rigidez colonial encontrariam sua exposição máxima no Brasil, quando o império de Portugal se defrontou com o desafio napoleônico.

#### ESCRavidÃO E METROPOLIZAÇÃO

Quando Napoleão anunciou seus objetivos imperiais para a península Ibérica, exigindo adesão ao bloqueio continental imposto à Inglaterra, os esforços realizados pelos portugueses para manter a política de neutralidade ruíram. A partir daquele momento, uma escolha teria de ser feita: capitular diante de Napoleão ou apoiar os ingleses. Embora o governo português percebesse que seu império corria risco em ambos os casos, muitos ar-

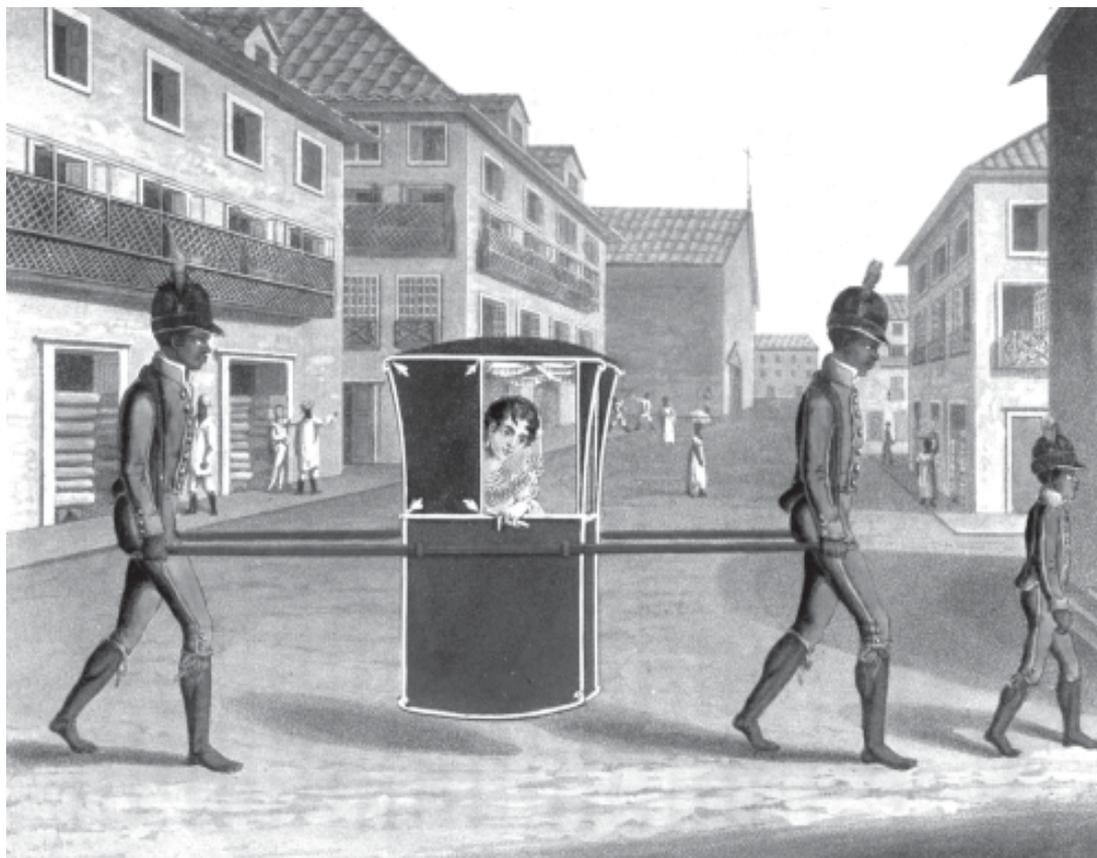
gumentavam que abandonar uma aliança histórica com a Inglaterra daria aos britânicos, donos de uma força naval superior, uma oportunidade para se aposar de territórios portugueses na América. O príncipe regente d. João optou pela aliança com os ingleses, acompanhada de sua partida do reino para evitar a própria captura, deixando o governo nas mãos de uma regência.<sup>25</sup> Uma vez no Brasil, membros da corte portuguesa procuravam responder ao desafio francês. Como argumentava José da Silva Lisboa, economista político e homem de Estado, na América a corte portuguesa poderia “erguer frente altiva, para se fazer respeitar das nações amigas, e suplantar assaltos de inveja e malignidade de quaisquer perturbadores públicos”.<sup>26</sup>

A despeito dessa retórica, a presença do monarca e da corte real em solo americano levantou questões imediatas acerca do *status* do Brasil e da configuração política do império. De fato, passava a ser “absurdo”, como explicava Silva Lisboa, “considerar colônia a *terra de residência do soberano*”.<sup>27</sup> Outro expatriado português explicava que, com a transferência da corte, “se mudou a política da Europa e talvez do universo”: a presença de d. João emprestava um certo “tom ao Novo Mundo e fez desaparecer o nome de colônia”.<sup>28</sup> Quando, em 1815, a Coroa elevou o Brasil à condição de “reino”, o evento foi comemorado localmente com a invocação de metáforas seculares acerca do triunfo da civilização europeia sobre a selvageria indígena. A “anti-ga nudez” da América, escreveu um cro-

nista no Rio, cobria-se agora com a “coroa brilhante” e “o real manto de púrpura” do próprio monarca português.<sup>29</sup>

Livrar-se do nome “colônia”, contudo, não significou automaticamente o fim das práticas e realidades coloniais. A instituição da escravidão, em particular, contradizia francamente a metropolização do Brasil, o que a colocava sob escrutínio renovado. Tanto Salvador, onde d. João desembarcou, quanto a capital Rio de Janeiro eram cidades em que a população escrava era abundante.<sup>30</sup> Os exilados de Portugal reagiam à população do seu novo local de moradia repetindo as lamentações comuns no século XVIII sobre a

imoralidade que supostamente permeava as sociedades escravistas. Um exilado alegava que o Brasil era uma “Babilônia moderna”, onde a escravidão corrompia tanto escravos quanto seus donos.<sup>31</sup> Um trabalho sobre educação explicava que as crianças portuguesas criadas por escravos e vivendo no meio deles sofriam uma confusão destrutiva de hierarquias sociais e aprendiam uma fusão entre as línguas africana e portuguesa.<sup>32</sup> Em um tratado sobre o clima local, o estudioso português Manuel Vieira da Silva denunciava o que ele chamava de promiscuidade e falta de higiene produzidas pela introdução de africanos recém-chegados nos lares dos residentes das cidades. O



Uma senhora indo a uma visita. Henry Koster, *Travels in Brazil*, 1816

trabalho era tão barato, ele alegava, que a maioria dos moradores sucumbira a “uma vida ociosa” e de vícios.<sup>33</sup>

Entretanto, essas reclamações não impediram a continuação do uso do trabalho escravo na cidade. Ao contrário: concomitantemente à crescente utilização dos escravos na agricultura no interior do estado do Rio de Janeiro, a demanda por serviços e trabalhadores pessoais para a cidade, cujos portos agora se encontravam abertos, levou ao aumento da população escrava em geral no Rio de Janeiro, na década de 1810. De acordo com o intendente de polícia da Corte, ao longo da década que se seguiu à instalação da família real, a população dobrou, chegando a oitenta mil, mas o aumento do número de escravos na cidade deu-se numa proporção pelo menos duas vezes maior do que a de exilados e imigrantes europeus. Como relatou o intendente, os exilados logo adquiriram escravos “ao modo do país, por haver dificuldade de achar brancos, como em Portugal, por os seus serviços”.<sup>34</sup> O arquivista real, Luís Marrocos, que reclamava que a vida no Brasil era como uma penalidade, contou, alarmado, como os escravos “freqüentemente” assassinavam, envenenavam, estupravam seus mestres. Ele endossava o uso do “terror” contra os escravos, nos processos de disciplina e punição, embora admitisse os benefícios da propriedade de escravos: “o meu preto é muito manso”, escrevia ele, satisfeito, ao seu pai, em 1811, “e tem-me muito respeito”.<sup>35</sup> Exilados, incluindo membros da corte real, também

adotavam a prática de comprar escravos com o objetivo de alugá-los como trabalhadores em obras públicas. Embora a prática de alugar escravos fosse aparentemente legal, de acordo com o intendente de polícia, o “desejo de tirar logo lucro deles (escravos recém-chegados)” resultava que menos atenção era dada à sua disciplina e à inculcação de moralidade religiosa.

A recém-criada instituição da Intendência de Polícia assumiu a tarefa de policiara prática da escravidão que, como os cronistas e funcionários de fins do século XVIII registraram, era fonte de desordem bem antes da chegada de d. João. Muito da atividade da intendência envolvia prender e (como admitiu em um ofício o intendente de polícia) atormentar escravos. As razões dadas para as detenções oficiais variavam de roubo, perturbação da ordem e posse de armas, até agressão e homicídio; as punições incluíam chibatadas, trabalhos forçados, ou ambos. Embora essas ações policiais pretendessem apoiar os proprietários de escravos, elas também permitiam que a intendência, em nome da Coroa, definisse os aspectos da escravidão na cidade. De fato, o intendente esforçou-se por reformar ou restringir algumas das práticas da escravidão que se afiguravam inadequadas ao novo *status* de corte da cidade. Ele considerava os padrões de higiene no mercado e no cemitério de escravos no mínimo deficientes, além de caracterizar a prática de chibatadas públicas como “verdadeiramente indecente dentro de uma Corte”.<sup>36</sup> Essas tentati-

vas de metropolizar a escravidão, realizadas para aprimorar a ordem na capital real, poderiam levar à confrontação com proprietários de escravos. Uma sentença de trabalhos forçados em consequência de uma suposta vadiagem, por exemplo, removeria temporariamente um escravo do serviço do seu dono. Para muitos proprietários, este potencial para intervenção no relacionamento entre eles e seus escravos tornou-se mais ameaçador à medida que os escravos passaram a usar a intervenção real como uma estratégia. Poucos meses depois da transferência da corte, de acordo com os registros da intendência, alguns escravos se aproveitavam de momentos em que não se encontravam sob vigilância para

visitar o palácio e denunciar castigos excessivos, requerer intervenção real em conflitos e pedir que a Coroa resolvesse polêmicas ligadas à sua busca por alforria.<sup>37</sup>

Embora historicamente a concessão de mercês pelo soberano incluísse escravos e pessoas de cor residentes em todos os territórios portugueses, o intendente aconselhava a Coroa a não estender o direito de petição aos escravos do Rio. “A idéia”, ele avisava, de “que S.M. proteja a sua causa, os fará arredar dos serviços de seus senhores para serem pretendentes de sua liberdade; e desenganados de a não conseguirem, se desviarão de tornar a casa e serviços dos srs.



O MERCADO DOS ESCRAVOS

O mercado de escravos, Sir Henry Chamberlain,  
*Vistas e costumes da cidade e arredores do Rio de Janeiro em 1818-1820, 1943*

e aí se tornam fugitivos, salteadores de estrada, e inimigos mais perigosos dos senhores”.<sup>38</sup> Para incentivar a Coroa a desconsiderar as petições de escravos e desencorajar os cativos a se aproximarem do palácio em busca de desagravo, o intendente lançou dúvidas sobre a veracidade das suas reivindicações e alertou que o aumento da população negra livre levaria à “anarquia”. Como alternativa, propunha aos solicitantes escravos buscar soluções no sistema judicial estabelecido.

Contudo, a persistência de solicitantes escravos – alguns dos quais citavam as desvantagens insuperáveis com que se defrontavam nos processos judiciais, posto que estes favoreciam “os ricos” – forçava o intendente e outros funcionários reais a assumirem um papel na mediação das contendas. Punições excessivas, em especial, eram freqüentemente vistas como motivo legítimo para se buscar desagravo, uma vez que a crueldade contribuía, de acordo com o intendente, para a desordem pública na cidade. Assim, nos anos de 1810, conforme os escravos abordavam o palácio para resistir a tais punições, tornou-se “costume”, segundo o intendente, colocá-los sob custódia protetora enquanto suas solicitações eram analisadas, “para não dever-se fomentar a insubordinação dos escravos nesse país”. E, argumentava o intendente em correspondência à Coroa, havia a necessidade de uma “medida fixa” que reduziria os maus-tratos e acabaria com a “ilimitada liberdade”, generalizada, “malentendido e arbitrário domínio” que os

proprietários assumiam em relação aos escravos. “[A]s leis de Sua Majestade”, explica o intendente, “podiam jamais sofrer que um senhor desumano pudesse ter mais liberdade do que a autoridade pública” a respeito dos escravos: em outras palavras, a autoridade absoluta da monarquia se enfraquecia sempre que os proprietários de escravos agiam de forma que o monarca não poderia. Numa época em que a idéia republicana vinda da Europa e dos Estados Unidos representava um desafio, os apelos dos escravos à autoridade real absoluta – e, portanto, seu respeito implícito, mesmo que estratégico – não poderiam ser ignorados. Em conseqüência, como os escravos no Rio persistissem em buscar a intervenção real, o soberano se tornou parte do processo de manutenção do que o intendente descrevia como um “equilíbrio” entre os proprietários e os escravos na cidade. O próprio d. João nos dá um exemplo espetacular da habilidade e disposição da Coroa para limitar a autoridade dos proprietários de escravos quando ele decide intervir em um chicoteamento público com que sua comitiva se deparara durante um passeio.<sup>39</sup>

A questão das restrições reais aos proprietários de escravos tornou-se mais aguda no contexto da guerra. A manutenção da ordem e do “equilíbrio” era particularmente importante, diante da vulnerabilidade da monarquia tanto na Europa quanto na América: muitos afirmavam que a população escrava constituía um ponto fraco na defesa cultural e política contra Napoleão. Durante a Guer-

ra Peninsular, rumores e relatórios diziam que Napoleão enviara “emissários” ao Brasil com a intenção explícita de fomentar uma insurreição escrava. Para prevenir uma desordem mortal, argumentava o intendente, a Coroa deveria insistir para que os proprietários de escravos abor-dassem o castigo de uma forma mais paternalista e moderada.

A derrota de Napoleão, contudo, não dissolveu o espectro da insurreição. Relatórios e correspondência oficiais continuavam a alimentar os medos em relação à “reação das raças”, à “guerra doméstica”: havia negros e escravos, dizia o intendente, que “falam, e sabem do sucesso fatal da ilha de São Domingos”. Mesmo os oficiais que argumentavam que a ordem pública e política poderia se reconciliar com a escravidão levantavam dúvidas acerca das conseqüências a longo prazo da escravidão disseminada, e preocupavam-se com a hostilidade potencial dos ex-escravos e negros livres para com a elite proprietária de escravos. “Homens forros”, escreveu o intendente em um relatório, “são mais amigos dos outros negros seus parceiros, e de que descendem, e dos mulatos com quem mais convivem do que dos brancos”.<sup>40</sup> Considerando-se essas divisões aparentemente profundas entre a sociedade brasileira e a sua força de trabalho, a questão relativa a se o Brasil seria fonte de glória, prosperidade e segurança para a Coroa – como muitos diziam – permaneceu sem resposta durante longo tempo depois da travessia do Atlântico pela família real.

Alguns observadores do início do século XIX pensavam que o conflito seria evitado mudando-se a natureza da população escrava. Por exemplo, em 1822 um escritor anônimo alegava que o Brasil precisava diminuir a sua dependência do tráfico de escravos, estimulando a reprodução entre a população doméstica. Esperava-se que tal estratégia acentuasse a aquiescência dos escravos à sua vida no Brasil, diminuindo a influência das culturas africanas sobre eles: “(P)retender civilizar o Brasil, e promover a sua prosperidade e segurança, transplantando para ele a negraria da África, é um absurdo o mais extravagante e nocivo. Cada nova importação de escravos, são novos combustíveis que se acumulam no vulcão.”<sup>41</sup> Entretanto, outros críticos questionavam não apenas o tráfico de escravos e seus supostos efeitos, mas a própria instituição da escravidão. De fato, alguns escravos relacionavam explicitamente a transferência da corte real ao fim da escravidão: “Nosso Sinhô chegô, cativêiro já acabô”, era o seu canto à chegada de d. João no Rio de Janeiro.<sup>42</sup> Tais expectativas eram percebidas com excitação por funcionários da Coroa no Rio. “Todos sabem”, dizia o intendente poucas semanas depois da chegada da família real, “que os muitos milhares de escravos que existem no Brasil têm estado esperançados, de que a vinda de S.A. aqui os vinha libertar dos seus cativeiros”.<sup>43</sup>

Mas, embora o intendente e outros funcionários rejeitassem as reivindicações dos escravos, a lógica das esperanças

escravas – de que, uma vez que a escravidão tinha sido abolida na antiga metrópole, naturalmente seria erradicada na nova – era percebida por membros influentes da elite luso-brasileira. Seguindo-se à transferência da corte, tanto em ofícios e correspondência, quanto em trabalhos publicados, intelectuais do Estado começaram a renovar a análise crítica a que a instituição resistira durante o século XVIII.<sup>44</sup> Eles o fizeram em meio a desafios crescentes enfrentados pela escravidão em todo o mundo atlântico: o fim violento da escravidão no Haiti, o encerramento das atividades de comércio de escravos no império britânico, o fim da importação de escravos nos Estados Unidos e a restrição ao comércio de escravos ao sul do Equador, negociada no Congresso de Viena. Apesar da resistência aos esforços das forças britânicas no sentido de interromper o tráfico ao sul do Equador, os próprios portugueses chegavam à conclusão de que no longo prazo a escravidão não tinha mais futuro no Brasil. Como escreveu Maciel da Costa, funcionário real, em 1821, a “introdução dos escravos africanos” e a manutenção “indefinida” da escravidão se opunham à “prosperidade e segurança” do Estado.<sup>45</sup>

**A**s críticas à escravidão no século XIX argumentavam, assim como os textos cristãos do século XVIII, que essa instituição era injusta. A prática da escravidão “ofende os direitos da humanidade”, acusava Maciel da Costa. Dirigindo-se à Assembléia Constituinte de 1823, depois da Independência,

José Bonifácio de Andrada e Silva afirmava que a escravidão traía a moralidade cristã, e rejeitava o apelo feito por alguns defensores da escravidão ao “bárbaro direito público das antigas nações”.<sup>46</sup> Para Silva Lisboa, economista político que escreveu na metade da década 1810, a violação da “razão natural” perpetrada pela escravidão era simplesmente indesculpável: alegar que a escravidão trazia os africanos para o cristianismo não passava de “pretexto”.<sup>47</sup>

Juntamente com referências repetidas aos “horrores” e problemas morais da escravidão, esses críticos explicitavam a incompatibilidade entre escravidão e vitalidade e desenvolvimento econômicos, vistos como fundamentais depois da abertura dos portos brasileiros ao comércio com outras nações. De acordo com Maciel da Costa, a escravidão fazia parte de um sistema colonial antigo que, ao forjar uma economia quase exclusivamente agrícola, produzia dependência e, portanto, vulnerabilidade, em relação às demandas externas. Segundo ele, a “ciência econômica” havia provado a necessidade de se incentivar a atividade industrial, assim como o comércio e a agricultura.<sup>48</sup> As conseqüências econômicas negativas da escravidão também incluíam o cultivo de uma disposição à indolência entre a população como um todo. Andrada e Silva alegava, além disso, que a escravidão criava uma classe de proprietários de terra mais comprometida com o luxo do que com a “perfeição” da agricultura e da indústria por meio da inovação científica.<sup>49</sup>

Além dos aspectos econômico e moral, as críticas à escravidão do início do século XIX também se referiam aos problemas políticos e sociológicos produzidos por essa instituição. De acordo com o ministro exilado português Vila Nova Portugal, a escravidão privara o Brasil de um “povo” porque os escravos e seus descendentes eram incapazes de partilhar o “espírito nacional”.<sup>50</sup> De modo similar, Silva Lisboa alegava que o Brasil precisava de uma população “natural, cordata, e legítima”, em vez de uma que fosse “estrangeira, bárbara, e abusiva”.<sup>51</sup> Também para Maciel da Costa, o “vício radical” da escravidão corroía a noção de comunidade política. O *status* jurídico peculiar dos escravos contradizia o ideal de uma “verdadeira população”, que, ele explicava, jamais poderia consistir de um povo “sem pessoa civil, sem propriedade, sem interesses, nem relações sociais”. Os escravos, insistia ele, eram “desligados de todo vínculo social e, por conseqüência, perigosos”: eles eram “conduzidos unicamente pelo medo do castigo e, por sua mesma condição, inimigos dos brancos”.<sup>52</sup> Para Andrada e Silva, a corrupção que a escravidão trazia para a política residia no recurso perverso aos direitos de propriedade. Considerando que a propriedade “foi sancionada para bem de todos, qual o bem”, ele indagava, “obtem o escravo de perder todos os seus direitos naturais” e passar por uma transformação de “pessoa a cousa”? A resposta não formulada a esta pergunta é que era o “direito da força”, e não o “direito da propriedade” a estar em jogo na esca-

vidão. Um homem não pode ser “objeto de propriedade”, já que ele não é uma coisa. Um sistema político e social fundamentado numa contradição filosófica desse naipe era, continuava ele, “um edifício fundado em areia solta, que a mais pequena borrasca abate e desmorona”. Em suma, a escravidão era fonte de desordem potencialmente catastrófica e de corrupção. O comércio de escravos, “este comércio de carne humana”, era, declarava ele com uma potente metáfora, “um cancro que rói as entranhas do Brasil.”<sup>53</sup>

Mais especificamente, aquilo que os críticos do início do século XIX viam como a dimensão cultural da escravidão levou-os a duvidar de que uma nacionalidade unificada poderia ser forjada antes do fim da instituição. Como explicava Andrada e Silva, interesses imperiais desejavam que o brasileiro fosse “um povo mesclado e heterogêneo, sem nacionalidade, e sem irmandade, para melhor nos escravizar”.<sup>54</sup> A “multiplicação indefinida de uma população heterogênea, desligada de todo vínculo social”, colocava um “risco iminente e inevitável” para o Brasil porque, de acordo com Maciel da Costa, produzia um grupo de pessoas “inimigas da classe livre”. Embora Maciel da Costa alegasse que insurreições radicais como a haitiana representavam uma ameaça menor do que os esforços estrangeiros de fomentar a rebelião entre os escravos brasileiros, ele também alertava que se o Brasil “sucumbiu(sse)”, como ocorrera em Santo Domingo, significaria a “África transplantada para o Brasil”.<sup>55</sup>

Esse tipo de alternância entre referências às contradições filosóficas da escravidão e a diversidade cultural entre os próprios escravos sugere que, no discurso anti-escravista do início do século XIX, as origens africanas dos escravos eram a questão central. Esses mesmos críticos escreviam que os africanos eram “bárbaros por nascimento, educação e gênero de vida”; eles careciam de “talento”; constituíam uma “estrangeira, bárbara e abusiva” população no Brasil.<sup>56</sup> Mesmo Andrada e Silva, que sugeria a possibilidade de construir, por meio de um processo de “amalgamação”, “um todo homogêneo e compacto”, expressava preocupação com a “natureza” dos africanos, medo da sua falta de “civilização”, enquanto outros críticos defendiam a “bela raça dos homens portugueses”, “valentes cidadãos do nosso próprio sangue”, como base para o futuro político do Brasil.<sup>57</sup> De fato, nos anos de 1810, oficiais reais, incluindo o intendente de polícia, apoiavam programas de recrutamento de europeus “brancos” para virem ao Brasil com a intenção explícita de deslocar os escravos africanos.<sup>58</sup>

A despeito de tantas ansiedades, contudo, os críticos da escravidão do início do século XIX defendiam apenas “a gradual e prudente extinção da escravatura”.<sup>59</sup> Maciel da Costa apresentou seu texto como uma refutação das declarações da imprensa britânica de que o fim da escravidão no Brasil estava próximo, e incluía recomendações a respeito de como a população escrava poderia ser mantida sem mais importação (ele defendia o ca-

samento e um tratamento melhor dispensado aos escravos). Embora Silva Lisboa não partilhasse da oposição de Maciel da Costa à defesa britânica pelo fim da escravidão, da mesma forma ele insistia que o processo de extinção deveria ser gradual, relacionando-o aos projetos de imigração européia.<sup>60</sup> A Representação de Andrada e Silva incluía 32 artigos que serviriam para regular tanto a continuidade da prática da escravidão como a sua eventual abolição. O problema para todos esses críticos residia não apenas em quem realizaria o trabalho nas plantações brasileiras, mas também na natureza política e cultural do novo império americano e, depois de 1822, da “nação” que o Brasil iria se tornar.

Portanto, a solução para a crise pela qual passava a monarquia portuguesa alimentava uma outra crise. A transferência da corte para o Rio de Janeiro resolvia a crise gerada pela vulnerabilidade geopolítica de Portugal, oferecendo uma oportunidade de renovar a prosperidade imperial. Mas a realocação também exigia que se lidasse diretamente com legados do império no Brasil. Os funcionários presentes na cidade do Rio de Janeiro buscavam formas de reconciliar a escravidão com “a residência de Sua Alteza Real nesta cidade”. Policiar escravos e proprietários para garantir a ordem política e econômica, contudo, não erradicaria as preocupações da elite relativas às realidades econômica, política e social produzidas pela escravidão. A nova configuração do império criada pela transferência desfez-se quando o Brasil

declarou sua Independência em 1822, sob a égide do herdeiro soberano d. Pedro I. A elite residente no Brasil herdara uma noção do potencial americano e, por isso, batizou o novo Estado de “Império do Brasil” – mas herdara também um pessimismo em relação à população “heterogênea” do novo Estado e uma ambivalência em relação à escravidão, que lhe permitia criticá-la sem contudo aboli-la. No século XIX, as elites brasileiras continuavam a falar a respeito de uma eventual abolição, mas adiaram a ação até a chegada do final do século. Enquanto isso, a escravidão forneceu a base para uma lucrativa economia de exportação, ao mesmo tempo em que constituiu o que um legislador brasileiro descreveria como “uma tão negra mancha nas nossas instituições políticas”.<sup>61</sup> O embaraço em que se encontrava a elite pós-colonial proprietária de escravos foi bem resumido por

um de seus membros em fins da década 1830: a escravidão, ele observava, impassível, era um “contrato entre a violência e a não resistência (...) e os povos que o têm admitido na sua organização têm pago bem caro esta violação do direito natural”.<sup>62</sup> Dom João foi recebido como libertador pelos escravos do Rio de Janeiro, que pressupunham que a escravidão seria abolida na nova corte real, assim como ocorrera na antiga. Mas a incapacidade das elites em ampliar a “metropolização” para abarcar a escravidão africana implicou sua própria prisão nos grilhões das práticas coloniais.

**Este artigo foi publicado em *Common Knowledge*, v. 11, n. 2 (Spring), p. 264-282, 2005, sob o título “The crisis of empire and the problem of slavery: Portugal and Brazil, c. 1700-1820”. Copyright Duke University Press. Tradução de Viviane Gouvêa.**

## N

## O

## T

## A

## S

1. Antônio Rodrigues da Costa apud SOUZA, Laura de Mello e BICALHO, Maria Fernanda Baptista. *1680-1720: O império deste mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 97. Sobre o problema da imigração de Portugal, ver BOXER, Charles Ralph. *The golden age of Brazil, 1675-1750: growing pains of a colonial society* (1962). Nova York: St. Martins, 1995. p. 48-49.
2. SUBRAHMANYAM, Sanjay. *The Portuguese empire in Asia, 1500-1700: a political and economic history*. Londres: Longman, 1993. p. 164-179.
3. Citado em MAXWELL, Kenneth. *Pombal, paradox of the enlightenment*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995. p. 111.
4. Caetano de Brito e Figueiredo, Canção. In: CASTELLO, José Aderaldo de. *O movimento acadêmico no Brasil 1641-1820/22*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1969. v. 1, t. 3, p. 325.

5. CUNHA, Luiz da. *Instruções inéditas de D. Luis da Cunha a Marco Antônio de Azevedo Coutinho (1736)*. Coimbra, Portugal: Imprensa da Universidade, 1929. p. 208-209; MONTESQUIEU, Charles de Secondat, Baron de. *The spirit of the laws* (1748). Nova York: Cambridge University Press, 1989. p. 396.
6. MAXWELL, Kenneth. op. cit. p. 88-89, 114, 118-130.
7. SCHULTZ, Kirsten. *Tropical Versailles: empire, monarchy, and the Portuguese royal court in Rio de Janeiro, 1808-1821*. Nova York: Routledge, 2001. p. 25-27.
8. CARDIM, Pedro. Entradas solenes: rituais comunitários e festas políticas, Portugal e Brasil, séculos XVI e XVII. In: JANSCÓ, István e KANTOR, Iris (orgs.). *Festa: cultura e sociabilidade na América portuguesa*, v. 1. São Paulo: Hucitec, Edusp, Fapesp, Imprensa Oficial, 2001. p. 124.
9. Citado em SOUZA, L. M. e BICALHO, M. F. op. cit. p. 87.
10. MONTEIRO, Rodrigo. *O rei no espelho: a monarquia portuguesa e a colonização da América, 1640-1720*. São Paulo: Hucitec, Fapesp, 2003. p. 322-23.
11. COUTINHO, Rodrigo de Sousa. Memória (...) sobre o melhoramento dos domínios de Sua Majestade na América (1797). *Brasília* 4 (1949). p. 407. Sobre as idéias de Sousa Coutinho acerca da integração da elite brasileira para contrapor a insurreição americana, ver MAXWELL, Kenneth R. The generation of the 1790s and the idea of Luso-Brazilian empire. In: ALDEN, Dauril (ed.). *Colonial roots of modern Brazil*. Berkeley: University of California Press, 1973. p. 107-144. Sobre a conspiração republicana conhecida por Inconfidência Mineira, ver MAXWELL, Kenneth. *Conflicts and conspiracies: Brazil and Portugal, 1750-1808*. Cambridge: Cambridge University Press, 1973.
12. LAVRADIO, Luís de Almeida Portugal, Marquês de. Relatório do marquês de Lavradio, vice-rei do Rio de Janeiro, entregando o governo a Luís de Vasconcelos e Sousa, que o sucedeu no Vice-Reinado (1779). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, n. 16, janeiro de 1843, p. 424, 430; SOUSA, Luís de Vasconcelos e. Ofício do (...) com a cópia da relação instrutiva e circunstanciada para ser entregue ao seu sucessor. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, n. 13, abril de 1842, p. 34.
13. SILVA LISBOA, Balthazar da. *Anais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Seignot-Plancer, 1834-35. p. 140.
14. VILHENA, Luís dos Santos. *A Bahia no século XVIII* (Recopilação de notícias soteropolitanas e brasílicas (1802)). Salvador: Ed. Itapuã, 1969. t. 1, p. 134-36.
15. LAVRADIO, Luís de Almeida Portugal, Marquês de, op cit., p. 423-424, 430; VILHENA, L. S., op cit., p. 137-139. Sobre raça e serviço militar no Brasil, ver KRAAY, Hendrik. Race, State, and Armed Forces in Independence-era Brazil: Bahia, 1790s-1840s. Stanford, CA: Stanford University Press, 2001. p. 82-105.
16. RUSSELL-WOOD, A. J. R. Iberian expansion and the issue of black slavery: changing Portuguese attitudes, 1440-1770. *American Historical Review*, v. 83, n. 1, p. 16-42, february 1978. p. 29, 33.
17. BENCI, Jorge. *Economia cristã dos senhores no governo dos escravos (1700)*. São Paulo: Editorial Grijalbo, 1977.
18. VAINFAS, Ronaldo. *Ideologia e escravidão: os letrados e a sociedade escravista no Brasil colonial*. Petrópolis: Vozes, 1986. CARVALHO, José Murilo. Luso-Brazilian thought on slavery and abolition. *Itinerario* v. 17, n. 1, p. 79-91, 1993.
19. ROCHA, Manuel Ribeiro Rocha. *Etiópe resgatado, empenhado, sustentado, corrigido, instruído, e libertado...* (1758). Petrópolis: Vozes; São Paulo: CEHILA, 1992.
20. ANÔNIMO. Nova, e curiosa relação de hum abuzo emendado, ou evidencias da razaõ e hum dialogo entre hum letrado, e hum mineiro. Lisboa: Na Oficina de Francisco Borges de Sousa, 1764. Facsimile em *Boletim Internacional de Bibliografia Luso-Brasileira*, v. 8, n. 4, 1967.
21. ibidem. p. 2-4, 7.
22. COUTINHO, José Joaquim da Cunha Azeredo. *Analyse sobre a justiça do commercio do resgate dos escravos da costa da Africa* (1798). Lisboa: Na Nova Oficina de João Rodrigues Neves, 1808. p. 73-74. O texto original em francês foi publicado em Londres, em 1798; e em inglês, em 1807.
23. A articulação mais rigorosa dessa idéia encontra-se em MAXWELL, K. The Generation of the 1790s...

24. ANÔNIMO. op cit. p. 6.
25. Sobre as negociações e a diplomacia envolvidas na transferência da corte, ver MANCHESTER, Alan K. *British preeminence in Brazil, its rise and decline: a study in European expansion* (1933). Nova York: Octagon, 1964; MANCHESTER, Alan K. The transfer of the Portuguese court to Rio de Janeiro. In: KEITH, Henry H. e EDWARDS, S. F. (eds.). *Conflict and continuity in Brazilian society*. Columbia: University of South Carolina Press, 1969; ALEXANDRE, Valentim. *Os sentidos do império: questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime português*. Porto, Portugal: Ed. Afrontamento, 1998.
26. LISBOA, José da Silva. *Memória dos benefícios políticos do governo de El-Rey Nosso Senhor D. João VI*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1818. p. 115.
27. ibidem. p. 68, 114. Grifo do original.
28. Arquivo Histórico do Itamaraty (Rio de Janeiro, Brasil). Heliódoro Jacinto de Araújo Carneiro a Tomás Antônio Vila Nova Portugal. (Londres), march 3, 1818, lata 180, maço 1.
29. Carta de lei, 16 de dezembro de 1815. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1815; SANTOS, Luiz Gonçalves dos. *Memórias para servir à história do Reino do Brasil* (1825). Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1981. t. 2, p. 151.
30. Para os números dos censos contemporâneos, ver KRAAY, op cit., p. 18; KARASCH, Mary. *Slave life in Rio de Janeiro, 1808-1850*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1987. p. 61-62.
31. Correspondência anônima, e também do conde de Borba à condessa de Borba, transcrita em PEREIRA, Ângelo. *Os filhos de El-Rei D. João VI*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1946. p. 123, 140.
32. ANÔNIMO. *Plano em que se dão as idéas geraes de educação e se mostra o estado em que ella se acha no Brasil...* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1822. p. 20.
33. SILVA, Manuel Vieira da. *Reflexões sobre alguns meios propostos por mais conducentes para melhorar o clima da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1808. p. 18-19.
34. Paulo Fernandes Viana, intendente de polícia, citado em SCHULTZ, K. op cit. p. 122.
35. MARROCOS, Luiz Joaquim dos Santos. *Cartas de Luiz Joaquim dos Santos Marrocos*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Ministério de Educação, 1939. p. 42.
36. Sobre os esforços da intendência em policiar os escravos, ver ALGRANTI, Leila Mezan. *O feitor ausente: estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro, 1808-1822*. Petrópolis: Vozes, 1988; e SCHULTZ, K. op cit. p. 119-31.
37. Sobre petições dos escravos na corte real do Rio de Janeiro, ver SCHULTZ, K., op cit., p. 165-176.
38. Fernandes Viana, intendente de polícia, citado em SCHULTZ, K., op. cit., p. 167. Sobre os precedentes das petições de escravos no século XVIII, ver RUSSELL-WOOD, A. J. R. 'Acts of grace': Portuguese monarchs and their subjects of African descent in eighteenth-century Brazil. *Journal of Latin American Studies*, v. 32, n. 2, p. 307-332, maio de 2000.
39. Ver SCHULTZ, K. op cit. p. 174-75.
40. Fernandes Viana apud SCHULTZ, K. op cit. p. 122.
41. ANÔNIMO. Considerações sobre o estado de Portugal desde a sahida d'el rei de Lisboa em 1807 até o presente. Indicando algumas providencias para a consolidação do reino unido (1822). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 26 1873. p. 183.
42. KARASCH, M. op cit. p. 239.
43. Fernandes Viana citado em SCHULTZ, K. op. cit. p. 166.
44. ROCHA, Antonio Penalves. Idéias antiescravistas da ilustração na sociedade escravista brasileira. *Revista Brasileira de História*, v. 20, n. 39, p. 43-79, 2000.
45. COSTA, João Severiano Maciel da. Memória sobre a necessidade de abolir a introdução dos escravos africanos no Brasil, sobre o modo e condições com que esta abolição se deve fazer e sobre os meios de remediar a falta de braços que ela pode ocasionar (1821). In: SALGADO, Graça (org.). *Memórias sobre a escravidão*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1988. p. 15.

46. ANDRADA E SILVA, José Bonifácio de. Representação à Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil sobre a escravatura. In: *Escritos Políticos*. São Paulo: Ed. Obelisco, 1964. p. 51.
47. LISBOA, José da Silva op cit. p. 161, 165-66.
48. COSTA, J. S. M. op cit. p. 24-26.
49. ANDRADA E SILVA, J. B. op. cit.; LISBOA, José da S. op. cit. p. 163, 165-69; COSTA, J. S. M. op cit. p. 23-24.
50. PORTUGAL, Tomás António de Vilanova. Sobre a questão da escravatura, n.d. (1814). Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, MS I-32, 14, 22.
51. LISBOA, José da S. op cit. p. 163-64.
52. COSTA, J. S. M. op cit. p. 20-21.
53. ANDRADA E SILVA, J. B. op cit. p. 57-58.
54. ibidem. p. 48.
55. COSTA, J. S. M. da op cit. p. 13, 21-22. Os textos brasileiros contra a escravidão, observa Celia Maria Marinho de Azevedo, defendiam uma percepção das divisões sociais criadas pela escravidão em referência ao *Espírito das Leis*, de Montesquieu. Ver AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. *Abolitionism in the United States and Brazil: a comparative perspective*. New York: Garland, 1995. p. 10.
56. COSTA, J. S. M. op cit. p. 20-23; LISBOA, José da S., op cit., p. 163-64; LISBOA, José da S., Observações sobre a franqueza da indústria e estabelecimento de fábricas no Brasil (1810). In: ROCHA, Antonio Penalves (org.). *José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu*. São Paulo: Editora 34, 2001. p. 221.
57. ANDRADA E SILVA, José Bonifácio, op cit., p. 49; LISBOA, José da S. *Memória....*, op. cit. p. 171; COSTA, J. S. M. op cit. p. 27.
58. SCHULTZ, K. op cit. p. 208-9.
59. COSTA, Hipólito José da. *Correio Braziliense* v. 24 (1822). In: LIMA SOBRINHO, Barbosa (org.). *Antologia do Correio Braziliense*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Cátedra e Instituto Nacional do Livro, 1977. p. 606.
60. COSTA, J. S. M. op cit. p. 15; LISBOA, José da S. op cit. p. 164.
61. Deputado Montezuma, 23 de setembro de 1823, *Diário da Assembléia Geral, Constituinte, e Legislativa do Império do Brasil*, v. 2. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1823. p. 90. Sobre a fragilidade relativa das justificativas para a escravidão no século XIX, ver WEINSTEIN, Barbara. The decline of the progressive planter and the rise of subaltern agency: shifting narratives of slave emancipation in Brazil. In: JOSEPH, Gilbert (ed.). *Reclaiming the political in Latin American history: essays from the North*. Durham, NC: Duke University Press, 2001. p. 86-89.
62. TAUNAY, Carlos Augusto. *Manual do agricultor brasileiro* (1839). São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 50.

---

Recebido em 25/05/2007  
Aprovado em 10/06/2007

**Roberto Conduru**

Professor adjunto de História e Teoria da Arte na Uerj, com atuação nos Programas de Pós-Graduação em Artes e Educação. Membro do Comitê Brasileiro de História da Arte, pró-cientista Faperj/Uerj e pesquisador do CNPq.

# O Cativo na Arte

## Representações oitocentistas do comércio de escravos no Brasil



Analisando obras produzidas por Auguste François Biard, Jean-Baptiste Debret, Johann Moritz Rugendas, Paul Harro-Harring, Thomas Ender, W. Read e outros, no século XIX, que representam a comercialização de escravos, é possível refletir sobre alguns aspectos da condição social dos africanos e afro-descendentes que foram escravizados no Brasil, das práticas e meios de representação, bem como da arte nessa conjuntura.

*Palavras-chave: escravidão; mercado de negros; afro-brasilidade; arte no Brasil.*

The text focus on works which figures slave commerce made by Auguste François Biard, Jean-Baptiste Debret, Johann Moritz Rugendas, Paul Harro-Harring, Thomas Ender, W. Read and others, in the XIX century, to think the social condition of Africans and Afro-descendents as slaves in Brazil, the means of iconographic representation, as well as art in that social situation.

*Keywords: slavery; slave market; Afro-brazility; Brazilian art.*

“A carne mais barata do mercado é a carne negra”<sup>1</sup>

Com a vinda da corte portuguesa para a América do Sul, o estabelecimento da capital do império português no Rio de Janeiro e a abertu-

tura dos portos às nações amigas, em 1808, o Brasil passou a ser cada vez mais percorrido por portugueses e estrangeiros, independentes ou participantes de missões científicas e artísticas. Além de aumentar a produção e a difusão de conhecimentos sobre o ambiente físico e

cultural brasileiro, as ações e obras desses agentes resultaram muitas vezes em curtos-circuitos sócio-culturais, dando continuidade ao processo de expansão e autocrítica do pensamento europeu.

Da imensa iconografia produzida por europeus e nativos, artistas, cientistas e amadores, integrantes ou não das missões, uma boa parte dedica-se a representar aspectos da presença de africanos e afro-descendentes no Brasil. Nesse grupo também vasto de imagens sobressai um tema: a escravidão. Permeadas por saberes técnicos e artísticos pós-iluministas, as representações das práticas inomináveis de servidão dos negros explicitam imediatamente a tensão derivada do confronto do processo de esclarecimento supostamente em difusão na ex-colônia e a manutenção de estruturas arcaicas no vice-reino, depois no reino unido e, em seguida, na nova nação, durante o Império – tensão que persiste na República, ou seja, até hoje.

Nesse subconjunto, é possível e oportuno destacar algumas obras que representam uma cena crucial da escravidão: o comércio de seres humanos.<sup>2</sup> As figurações de africanos e afro-descendentes tratados como coisas, exibidos, postos à venda e adquiridos como mercadorias por outros humanos também são emblemáticas do processo de confronto dos agentes da razão ocidental com os horrores contra e/ou por ela produzidos.

Analisando obras produzidas por Auguste François Biard,<sup>3</sup> Jean-Baptiste Debret,<sup>4</sup> Johann Moritz Rugendas,<sup>5</sup> Paul Harro-Harring,<sup>6</sup> Thomas Ender,<sup>7</sup> W. Read<sup>8</sup> e ou-

tros, no século XIX, que representam a comercialização de escravos, é possível refletir sobre alguns aspectos da condição social dos africanos e afro-descendentes que foram escravizados no Brasil, das práticas e meios de representação, bem como da arte nessa conjuntura.

Selecionar as imagens não por autoria ou data de produção, mas agrupá-las em um conjunto delineado a partir de um tema, é constituir uma série que sugere a existência de um tipo específico em meio à variada tipologia imagética relacionada à afro-brasilidade. A análise dessas imagens com vistas à configuração do tipo precisa ressaltar os elementos comuns entre elas, que tendem a serem vistos como objetivos e, portanto, capazes de evidenciar a constância e uniformidade de determinadas práticas do comércio escravista, assim como dos modos de representá-las, pondo em questão o caráter dessas obras. Entretanto, mesmo que almeje a fixação do tipo, a análise deve atentar aos elementos inusitados e detalhes excepcionais que emergem aqui e ali nas obras, permitindo entrever olhares mais ou menos individuais de seus autores – “Suas produções são testemunhos reveladores de seus valores morais, de suas concepções estéticas e ideológicas diante da cena constrangedora da comercialização do homem pelo homem”<sup>9</sup> – e até, talvez, de maneira enviesada, dos sujeitos representados. Isto faz as obras funcionarem como brechas artísticas que deixam escapar vozes supostamente aprisionadas, sejam inflexões na tipologia representacional ou

notas de resistência ao processo de coisificação dos seres.

Assim, essas obras trazem consigo tensões e limites aos ideais e às práticas de emancipação *da e pela arte*: tanto os decorrentes de seu rebaixamento à condição de registro das estruturas sociais – a arte como modalidade da história e das ciências sociais, com suas realizações entendidas como documentos –, quanto os derivados dos confrontos com estruturas sociais arcaicas, violentas, os quais podem implicar a arte como alienação e/ou como denúncia social. Isto porque

as obras da série aqui configurada foram produzidas em momentos antecedentes ou posteriores ao fim do tráfico de africanos e africanas, participando, assim, do debate intenso e da campanha contra o comércio de escravos e a própria escravidão, mas também estão conectadas ao processo por meio do qual a arte procurou constituir-se como esfera autônoma em relação aos demais campos de ação e reflexão humana.

Além disso, tomar o tema da escravidão para repensar os influxos e intercâmbios culturais processados no Brasil a partir de



INTÉRIEUR D'UNE HABITATION DE CIGANOS.

Interior de uma residência de ciganos.

Jean-Baptiste Debret, *Voyage pittoresque et historique au Brésil*, 1834-1839

1808 é um modo de contornar efemérides. Articulando duas “datas redondas” – os 200 anos da vinda da corte portuguesa aos 120 da assinatura da Lei Áurea e à conseqüente abolição da escravidão no país –, é possível delinear reflexões anticelebrativas e críticas que discutam a continuidade contemporânea das relações sociais e figurações pretéritas.

\*\*\*

A questão central nessas obras de Biard, Debret, Rugendas, Harro-Harring, Ender, Read e outros é o comércio de seres, o que abrange, entre outros aspectos, a exibição e a avaliação das mercadorias, assim como o cerne da atividade comercial: o processo de venda e compra. Quanto à exposição das pessoas, o modo mais ou menos rígido de representá-lo é um dado a explicitar a coisificação dos seres. Não menos coisificados são os humanos representados no momento de exame e aquisição por outros.

*Interior de uma residência de ciganos*, de Debret, é dividida em planos: no primeiro, uma varanda, as ciganas refestelam-se; no pátio, há negros e negras trabalhando em diferentes atividades caseiras, um deles, inclusive, sofrendo castigo físico; ao fundo, meio amontoados, constituindo grupos, negros para serem vendidos. Se, nessa obra, Debret explicita o modo de armazenamento dos negros enquanto mercadoria, bem como suas possibilidades de uso no ambiente doméstico, em *Mercado da rua do Valongo*, o foco é o espaço comercial: a disposição das mercadorias e a comercialização em si. É direta a figuração dos negros dispostos um

ao lado do outro, sentados ou deitados em bancos que remetem o olhar contemporâneo às prateleiras dos atuais mercados: organizados por etnias com panos de diferentes cores (amarelo e rosa), como a atual setorização e diferenciação dos produtos por marcas e embalagens; vigiados pelo cigano, como, hoje, mercadorias, trabalhadores e consumidores são controlados pelas câmeras de vigilância de empresários abstratizados e invisíveis. Associado às comparações feitas por Debret em seu texto, sobre os ciganos como comerciantes de escravos e cavalos,<sup>10</sup> esse modo de representar indica claramente a condição entre a coisa e o animal que se atribuía aos negros naquela conjuntura social.

Já Ender resume a cena de sua obra à dinâmica de venda, avaliação, compra e testemunho, com poucos personagens: dois homens brancos negociam uma negra sob a observação de um religioso. Da mesma forma, *Venda de escravo*, de autor desconhecido,<sup>11</sup> concentra-se na negociação, com vendedor, comprador e um casal de negros. A crueza sintética dessas imagens explicita-se verbalmente no “Recibo de compra e venda de um escravo de nome Benedito, de nação crioulo”,<sup>12</sup> no qual a figura reitera de modo sucinto a operação de compra e venda atestada pelo documento.

A segmentação descritiva feita por essas obras acerca da comercialização de negros – armazenar, exibir, avaliar e negociar – mantém-se, internamente, na obra de Read, que pode ser dividida em duas partes pelo eixo vertical ao centro, ten-

do o vendedor como elo de comunicação entre elas: à esquerda, estão as mercadorias; à direita, a cena descrita no título – *Comerciante de Minas regateando*.

A cena multifocal de Rugendas –  *Mercado de negros* – embaralha exposição, venda e compra, pois há tanto conjuntos de mercadorias em exposição, quanto um provável comprador avaliando os negros à venda, além de um subgrupo constituído por um comerciante e um freguês que discutem um possível negócio. Harro-Haring também prefere mostrar o emaranhado de ações e sentidos presente na comercialização de negros: em sua cena, um jovem homem branco parece estar apresentando as qualidades de uma de suas mercadorias, uma mulher negra, a uma mulher branca, que cutuca outra negra e parece fazer perguntas – “e essa?”,

“não é melhor?”, “quanto custa?” –, enquanto outro homem, mais velho, permite-se apalpar outra negra posta à venda. Esta mistura é levada ao limite em *Venda de escravos no Rio de Janeiro*, de Biard, que é um verdadeiro aglomerado de coisas, animais e pessoas (vendedor, negros e compradores).

A questão não é só o que essas obras representam, mas, especialmente, como o fazem. Nesse sentido, importa a ambiência das cenas. Em *Interior de uma residência de ciganos*, Debret representa o cativoiro dos negros imiscuído à casa dos proprietários – do outro lado do largo pátio ensolarado, aberto e permeável ao interior da casa –, mostrando como a ordem aviltante perpassava o cotidiano, assim como hoje estão contíguas, naturalizadas, cenas de exploração de



MARCHÉ AUX NÈGRES.

Mercado de negros. Johann Moritz Rugendas, *Voyage pittoresque dans le Brésil*, 1835

humanos por humanos no cotidiano de diferentes espaços (casa, trabalho, praia, futebol, samba, quermesse etc.). No texto que complementa *Mercado da rua do Valongo*, Debret retoma a contigüidade entre loja e residência dos ciganos vendedores de escravos – “A porta aberta dá para um pequeno pátio que separa o armazém da moradia onde se encontram a dona da casa, a cozinha e os escravos domésticos” –,<sup>13</sup> corroborando a imagem de um espaço que se abre para dentro, sem escape.

Também a cena de Read configura a loja adjacente ao cativeiro como um ambiente fechado, um recinto tosco e lúgubre, com teto baixo, janela gradeada que impede o acesso à cidade e uma porta que conecta o espaço de comercialização ao de armazenamento – portanto sem indicar qualquer solução de liberdade para os negros. O espaço representado por Harro-Haring – confuso, com colunas e arcos de diferentes alturas – também é fechado, apesar de algumas aberturas que levam a elementos opacos, à clausura. Confusão e cerramento alcançam um tom mais alto na bagunça representada por Biard, na qual o espaço mal é definido por traços tênues, que emergem do amontoado de coisas e seres.

Em forte contraste, o espaço comercial retratado por Rugendas é claro e nada enclausurado, já que três arcos desiguais abrem a perspectiva para uma paisagem bucólica e deixam a luz entrar calidamente, configurando um ambiente aberto e sereno que faz perguntar se os negros não poderiam escapar, posto que estão

sem correntes ou outros modos de aprisionamento, se queriam fazê-lo, ou se sabiam impossível essa idéia, devido às práticas de vigilância, controle e punição difundidas *no e pelo* espaço. Sob a égide da Igreja Católica – uma cruz no topo de uma torre sineira ao longe, uma escultura da Virgem Maria com o menino Jesus sobre o arco de entrada do recinto avarandado –, a escravidão segue tranquilamente o seu curso. Nesse sentido, a pequena janela gradeada, localizada na parede à esquerda, relembra a condição de cárcere, contradizendo a clara limpidez do espaço, configurado um pouco dinamicamente devido à ordem não muito rígida de disposição das pessoas.

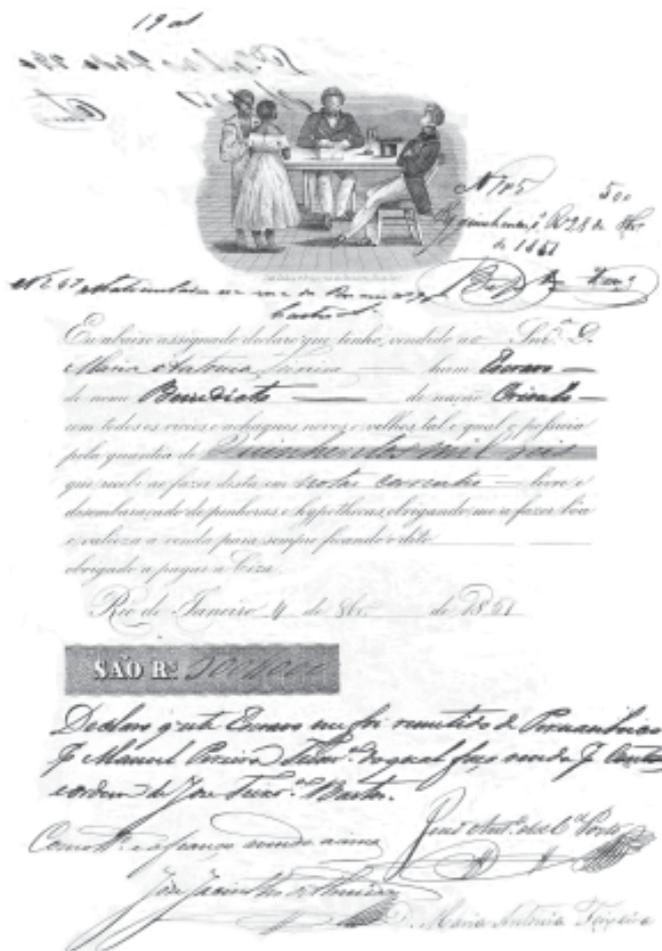
*Venda de escravo* e “Recibo de compra e venda de um escravo de nome Benedito, de nação crioulo” também configuram espaços opressores porque exíguos, indicados a partir dos seres e coisas poucas. Ender representa a venda de uma negra com ambiência mínima, praticamente no vazio: apenas um pedaço de chão é esboçado, com suaves sombras aquareladas que se estendem para além da cena. Menos que abstrair o lugar, a não caracterização do ambiente indica como em todo e qualquer terreno a conjuntura da escravidão persistia e prosperava, não se restringindo a esse ou àquele recinto, perpassando os espaços, as mentes, o futuro.

Nesses ambientes, são poucos os objetos representados, o que indica as condições precárias e infames a que eram submetidos os negros. Na aquarela de Ender, não há utensílios além dos elementos que as

peçoas trazem no corpo. No espaço lúgubre configurado por Harro-Haring, são poucas as coisas presentes – caixas, esteiras e trouxa –, em meio às quais estão dispostas as escravas à venda. Em *Venda de escravo* e no “Recibo de compra e venda de um escravo de nome Benedito, de nação crioulo”, os poucos objetos que delineiam as cenas referem-se aos brancos, com negros em pé ou recostados. Na obra de Read, os poucos objetos – mesa, cadeiras, livro de registros, pena, chicotes – também estão relacionados aos homens brancos, aos senhores, já que os negros sentam-se diretamente no chão, e apenas um deles parece estar sentado em uma esteira, meio à parte, vendo os acontecimentos, quase fora da cena, como um observador. Na litografia de Rugendas, há uma mesa, duas cadeiras, um banco, muitas esteiras e até um fogareiro. No banco e nas esteiras, estão deitados, sentados ou em pé os negros, embora uma negra e um negro apareçam sentados em cadeiras. Ela é uma vendedora de quitutes, provavelmente uma escrava ao ganho ou já alforriada, e portanto ocupa uma situação social diferenciada – evidenciando como a estratificação social permitia certa mobilidade, que implicava outros usos da cultura material. O homem sentado na cadeira parece ser mais um negro posto à venda, sugerindo um comerciante mais humano, que configurava um clima ameno e

até permitia aos negros reunirem-se em torno do fogo para cozinhar e conversar.

Os diversos elementos presentes na cena de Biard – móveis, instrumentos musicais, livros, objetos e outros utensílios domésticos – só servem para reiterar a coisificação dos negros na comercialização. Na casa de ciganos desenhada por Debret, as muitas coisas representadas pertencem obviamente aos proprietários, não havendo indícios delas no espaço onde os negros esperam para se-



Recibo de compra e venda de um escravo de nome Benedito, Rio de Janeiro, 1851

rem vendidos. Não é muito diferente o recinto por ele figurado como mercado, com o cigano sentado em uma grande cadeira com braços e espaldar adornados – uma “poltrona velha”, no dizer do autor –,<sup>14</sup> com uma moringa e um chicote ao lado, enquanto os negros estão dispostos em simples bancos ou no chão. Nesse espaço, contudo, destaca-se um pano pendurado no gradil de madeira que protege o sótão, o qual “serve de dormitório aos negros”: é amarelo, na versão aquarelada, e, portanto, poderia ser mais uma veste classificatória dos negros, mas parece pertencer menos ao lugar representado (a loja) do que ao meio de representação (a gravura). Funcionando como elemento que anima a simetria algo rígida da composição, uma voluta a quebrar o equilíbrio arquitetônico, essa peça de tecido denuncia uma vontade artística, expressiva, remetendo a obra para além do simples registro analítico-documental.

Naquele processo social e nessa série de imagens, a indumentária não é um elemento menor. A maioria dos negros e negras aparecem *seminus*, em forte contraste com as roupas e adereços dos brancos. Na obra de Ender, a mulher cobre-se com um pano amarrado à cintura e ostenta um fio no pescoço, enquanto os homens brancos têm trajés variados: diferentes calçados, calças, camisas, coletes, casacas, gravatas, chapéus, bengala, óculos, hábito, terço. Na litografia de Rugendas, reincide a representação dos negros *seminus*, envoltos com panos de diferentes modos, alguns portando fios, três com chapéus e a provável ne-

gra ao ganho com vestido e xale, sinalizando com as vestes as diferentes posições sociais dos negros, o que reaparece em *Venda de escravo*, com o casal envolto em pequenos pedaços de tecido e a mulher negra com fios e outros adereços. E nas imagens de Debret há negros envoltos em panos sumários esperando a venda e negros mais paramentados nas tarefas domésticas, embora quase todos estejam *seminus*, em contraste com a complexidade maior dos trajés de proprietários, vendedor e comprador. A obra de Read também permite ver como as roupas eram indícios de distinções étnico-culturais: os brancos recobertos de diferentes modos, caracterizando funções e posicionamentos sociais; os negros *seminus*, com panos mínimos, alguns com gorros. Na cena de Harro-Haring, as sombrinhas das compradoras são o elemento do vestuário que acentua a oposição entre os poucos trajés das negras – torços e vestidos curtos, que provocam a exibição forçada de coxas e seios – e a indumentária variada e rica das brancas, “fidalgamente trajadas”,<sup>15</sup> quase totalmente recobertas com chapéus, xales, bolsas, babados. Na obra de Biard e no “Recibo de compra e venda de um escravo de nome Benedito, de nação crioulo”, excepcionalmente, os negros aparecem vestidos, ainda que portem trajés bem mais simples do que os usados por vendedores e compradores.

O fato de mulheres e homens aparecerem ora cobertos, ora vestidos nas imagens de Rugendas e Debret induz a acreditar que a exposição dos corpos era fa-

cultativa e, portanto, uma atitude voluntária, deliberada, de pessoas apresentadas como seres amorais que viviam em condições quase animais. Contudo, ao apresentar majoritariamente seminus os corpos negros, essas obras levam a pensar que a exibição do corpo era obrigatória, fosse no real, nos acontecimentos registrados, ou ao menos na representação, nas cenas artisticamente compostas, de modo a constituir e reforçar a imagem dos negros como seres degenerados.

Tal reflexão chama a atenção para a sexualidade que perpassa muitas dessas cenas. Em sua economia sintética de grande força expressiva, a imagem de Ender explícita como a sexualidade é latente, implícita ao exame dos corpos – dentes, seios, musculatura etc. – feito, em princípio, para averiguar a saúde dos negros. Já Harro-Haring explícita o tenso jogo sexual que subjaz ao comércio de escravos: desde a nudez imposta às negras amarradas e, portanto, vulneráveis às investidas, passando pela mão do jovem vendedor que bolina sua mercadoria enquanto a exhibe, pela sombrinha da mulher que trata o corpo como objeto disponível a seu bel-prazer, culminando no comportamento declaradamente lúbrico do possível comprador idoso.

Essa estratégia de desumanização também sobressai das representações dos corpos negros, de seus traços, máscaras, poses, gestos, de “modo a marcar a distância entre o negro e o branco civilizado, padrão ideal de raça e cultura”.<sup>16</sup> Essa violência é evidente, seja quando acomoda as especificidades corpóreas dos su-

jeitos representados às proporções e poses dos modelos acadêmicos, como na obra de Rugendas, seja ao caracterizar os negros quase como animais. À medida que se repete na série, essa degradação revela-se menos um dado dos seres representados e mais um vício dos códigos de representação dos artistas e, portanto, da imagem que constituem do outro. Trata-se de uma degenerescência que acaba por entranhar-se na própria auto-imagem. Na obra de Read, enquanto os negros são representados com caricaturas animais típicas, evidentemente artificiais, os brancos revelam expressões variadas de alheamento: falso desinteresse, afetamento, displicência, enfado – sentimentos que denunciam o desconforto, mas também a naturalização de práticas abjetas e, portanto, algumas verdades da modernidade sócio-cultural em curso na sociedade brasileira. Semelhante é a imagem de alienação de uma mulher branca na obra de Harro-Haring, a qual parece estar um pouco alheia à cena de compra e venda de pessoas que presencia, como se aquilo não lhe dissesse respeito, como se ela não se beneficiasse daquele estado de coisas. Esses modos de representação explicitam uma questão inerente a essas obras: é possível ao espectador identificar-se nelas com alguém?

No entanto, as obras não figuram os negros apenas como coisas e quase-animais submissos, pois também falam de sua humanidade. Embora mostrem como eram objetificados, as imagens indicam como os seres escravizados resistiam, preservavam sua condição humana. Em-

bora lide com poucos elementos, Ender não deixa de representar o pudor e a recusa da negra em se exibir ao possível comprador e aos demais observadores, infinitos que são os corpos e olhares que o papel em branco faz imaginar nessa cena tão alusiva. Na representação de Harro-Haring, as negras também resistem ao jogo comercial e sexual, tentam fugir à violência com a dinâmica possível a seus corpos atados, recusando-se a assumir a condição de mercadoria e objeto sexual: uma mantém o corpo hirto e olha para o alto, altiva em relação aos seres que a tentam coisificar; outra vira o corpo e mira a direção oposta à mulher que a cutuca; a terceira gira o corpo o quanto pode, fugindo ao toque do homem que a bolina.

Na cena de Rugendas, as atitudes variam bastante: enquanto comerciante e freguês discutem um possível negócio, os cativos têm comportamentos variados. Em torno de um fogareiro, estão reunidas as mulheres, provavelmente trocando experiências de quando viviam em regiões diversas, com suas culturas particulares, e foram capturadas, separadas de seus familiares, misturadas a pessoas de outras sociedades, vendidas e trazidas ao Brasil, para serem novamente comercializadas, separadas e misturadas de acordo com a vontade de seus proprietários. Alguns homens estão de pé, sentados ou deitados sobre esteiras, aparentemente cordatos, à mercê do destino. Três encontram-se de pé e conversam com a vendedora de quitutes – trocam, provavelmente, experiências do

árduo viver dos negros escravizados nos dois lados do Atlântico. Outro, ainda, até parece entregar-se à contemplação, debruçado sobre a mureta, observando a paisagem bucólica ou a vida urbana do porto que o casario e a caravela sugerem, embora também possa estar planejando uma fuga, a conquista da liberdade, o retorno à África.

Debret explicita a humanidade que resiste ao cativo e extravasa essas representações do exótico. Assim, preocupa-se com a diversidade de reações dos negros frente à condição de escravos, tanto entre as nações quanto em cada uma delas, em desenho e texto, configurando em imagem o que descreve verbalmente:

O brasileiro discerniria pela fisionomia os caracteres distintivos de cada um dos negros colocados na fila à esquerda da cena. O primeiro atormentado por coceiras e que cede à necessidade de se esfregar, é velho e sem dúvida sem energia; o segundo, ainda sadio, é mais indiferente; o terceiro é de gênio triste; o quarto, paciente; o quinto, apático; os dois últimos, sossegados. (...) Os seis ao fundo, quase da mesma nação, são todos suscetíveis de fácil civilização.<sup>17</sup>

Para além dos jogos de comércio e sexo, que atualizam os valores dominantes na estrutura social vigente, como sintetizado magistralmente por Ender, certas obras falam de jogos praticados pelos seres escravizados. Na obra de Read, alguns negros jogam com coisas e entre si: uns são participantes, outros assisten-

tes, agachados ou em pé, de perto ou de longe – e os brancos não parecem se importar com isso, se é que o notam. Os cativos podem estar reinventando, com poucos elementos, a lúdica da vida, como se quisessem preservar o ânima e esquecer a cena contígua, a venda de um negro como eles, não passivos e alienados, mas silenciosamente resistentes frente ao seu destino social. No *Mercado da rua do Valongo*, de Debret, as crianças ao centro também parecem jogar entre si. Essa reincidência traz a pergunta: são brincadeiras esses jogos, práticas alienadas de divertimento infantil e adulto? Ou métodos de adivinhação característicos de crenças e ritos religiosos que pretendiam interferir no processo em curso, na vida? Isto, por sua vez, remete ao tópico da religião, que pode ser estendido à obra de Rugendas: é só comida ou também mandinga o que fazem as mulheres junto ao fogo naquele mercado de escravos? Apesar de não explicitá-lo visual ou verbalmente, Debret deixa indícios da persistência das práticas religiosas afro-descendentes quando fala de uma “espécie de dança”: “Nesse mercado, convertido às vezes em salão de baile por licença do patrão, ouvem-se urros ritmados dos negros girando sobre si próprios e batendo o compasso com as mãos” –,<sup>18</sup> embora permaneça a questão sobre esses ritos acontecerem apenas devido à tolerância dos comerciantes ou também em função da resistência dos negros.

Outro modo de evidenciar humanidade, escape e resistência à condição abjeta a que foram submetidos os negros, é uma

cena especial representada por Rugendas. No *Mercado de negros* por ele figurado, destaca-se o negro, à direita, que desenha sobre a parede, alheio ao que acontece à sua volta, enquanto alguns o observam, inclusive um provável comprador. A imagem indica um feito excepcional: sem maiores cerceamentos, um escravo representa à luz do dia; um cativo vale-se das artes plásticas como meio de auto-representação.

A situação não é de todo verossímil. Primeiro, porque os desenhos no muro não condizem com os modos de representar das culturas de onde provieram os africanos trazidos como escravos ao Brasil. Além disso, segundo se sabe, a representação dos africanos e afro-descendentes era restrita: em geral, representavam-se ou por meio dos códigos europeus, fosse incorporando-os ou infiltrando seu imaginário em cenas da religião católica, ou por meio de imagens utilizadas nas religiões de matrizes africanas, que praticavam mais ou menos às escondidas. A representação pública de suas vidas cotidianas na América dependeu de mãos e olhos alheios, esteve sob o controle de figuras como Carlos Julião, Jean-Baptiste Debret, Rugendas, Thomas Ender e outros, muitos outros, durante a escravidão, depois e, a rigor, até hoje, quando esse tipo de iconografia – cenas da vida exótica nos trópicos – ainda é produzida e consumida mundo afora.

Mas podemos pensar se Rugendas não pretendeu ir além do documento, da obrigação de retratar a situação imediatamen-

te visível, ultrapassando a realidade para representar, mais do que viu, o que sentiu. Com sua gravura, ele estaria nos dizendo: apesar da situação abominável, de todas as limitações e dores, os africanos e afro-descendentes escravizados souberam resistir e preservar sua cultura artística – não só a criação, mas também a fruição estética, suas práticas e saberes, sua humanidade. Isso evidencia igualmente como, na arte, a imagem transita entre realidade e ficção, entre a verdade, o verossímil e até, quem sabe, a mentira.

Tais considerações nos levam a pensar na veracidade dessa série de imagens, nos modos de representar, figurar e dar a ver. *Venda de escravo* tem um espaço

algo opressivo devido à profundidade rasa que comprime as figuras, a sociabilidade brasileira, e não só os negros. Embora seja mais arejada e equilibrada, a pequena imagem que ilustra o “Recibo de compra e venda de um escravo de nome Benedito, de nação crioulo” também oprime, por indicar a extensão infinita da ordem escravista, como na imagem de Ender. Já Read arma a sua cena com uma perspectiva um pouco incongruente, acentuada pelos barretes de madeira do teto, com múltiplos pontos de fuga, que determinam um espaço comprimido e disforme que faz levantar uma questão: em que medida a tensão na representação deriva do tema representado e não de uma suposta imperícia técnico-artística? Esse



VENDEUR D'HERBE DE RUDA

Vendedor de arruda. Jean-Baptiste Debret, *Voyage pittoresque et historique au Brésil*, 1834-1839

conflito é igualmente perceptível na má coadunação de elementos arquitetônicos, pessoas e coisas, assim como da perspectiva, na obra de Harro-Haring, a qual, assim, pode ser vista ao mesmo tempo em sentido oposto: vãos curvos e volumes roliços ecoariam as voltas e giros dos corpos seminus das negras, denunciando a violência sexual que domina a cena e estendendo ao espaço sua resistência ao aviltamento.

Se as imagens de Debret aqui tratadas parecem harmônicas em termos de delineamento de espaços e figuras, a obra de Rugendas apresenta algumas descon continuidades na proporção entre as coisas e seres representados, que contrasta com o tom brando com que ele configura sua cena. Sua litografia expõe com luz suave, sem dramaticidade, uma cena do terrível cotidiano da servidão: humanos vendidos por outros humanos. Embora tenha como pano de fundo uma paisagem plácida e esteja situada em um espaço arquitetônico equilibrado, harmonioso, a

situação não poderia ser mais abjeta. Trata-se de um adoçamento visual de estruturas, situações e atitudes brutais, passível de ser conectado ao modo como, atualmente, Sebastião Salgado concilia em suas fotos temas aviltantes e modos clássicos de representação – o que indica a persistência, na arte engajada na denúncia social, da prática de tornar o abjeto visualmente aceitável.

Complexa é a problemática da escravidão, do comércio de humanos por humanos, e igualmente a da arte. Porque, em última instância, essas imagens foram feitas para fim semelhante ao tema que retratam: serem exibidas também para avaliação, compra, mostra, juízo, aquisição – um processo sem fim –, dada a condição da obra de arte como mercadoria no processo de mercantilização de tudo e todos em curso. Portanto, não são apenas representações artísticas do cativo o que essas obras apresentam, pois elas implicam pensar também a arte como cativo e a arte cativa.

## N O T A S

1. YUKA, Marcelo; SEU JORGE; CAPPELLETTE, Wilson. A carne. Intérprete: Elza Soares. In: SOARES, Elza. *Do cóccix até o pescoço*. São Paulo: Maianga Discos, 2002.
2. O conjunto aqui reunido expande a seleção analisada em KOSSOY, Boris; CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O olhar europeu: o negro na iconografia brasileira do século XIX*. São Paulo: Edusp, 2002. p. 55-69.
3. BIARD, Auguste François. *Venda de escravos no Rio de Janeiro*. 11,1 x 17,2 cm. Ilustração do livro *Deux années au Brésil*. Paris: Hachette, 1862. Reproduzido em AGUILAR,

Nelson (org.). *Mostra do redescobrimento: negro de corpo e alma*. São Paulo: Associação Brasil 500 Anos Artes Visuais, 2000. p. 271.

4. DEBRET, Jean-Baptiste. *Interior de uma residência de ciganos*. 1834-1839. Ilustração do livro *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo, Edusp, 1978. p. 263. DEBRET, Jean-Baptiste. *Mercado da rua do Valongo*. 1834-1839. Ilustração do livro *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. op. cit. p. 259. DEBRET, Jean-Baptiste. *Loge (sic) da rua do Valongo*. c. 1820-1830. Aquarela, 17,5 x 26,5 cm, MEA 0231. Reproduzido em CARDOSO, Rafael; BANDEIRA, Julio; SIQUEIRA, Vera Beatriz. *Castro Maya colecionador de Debret*. São Paulo: Capivara; Rio de Janeiro: Museus Castro Maya, 2003. p. 233.
5. RUGENDAS, Johann Moritz. *Mercado de negros*. c. 1835. Litografia colorida à mão, 35,5 x 51,3 cm. Reproduzido em AGUILAR, Nelson (org.). *Mostra do redescobrimento: negro de corpo e alma*. op. cit. p. 267.
6. HARRO-HARRING, Paul. *Inspeção de negras recentemente chegadas da África*. 1840. Reproduzido em KOSSOY, Boris; CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O olhar europeu: o negro na iconografia brasileira do século XIX*. op. cit. p. 65.
7. ENDER, Thomas. *Uma negra é vendida*. c. 1817-1818. Aquarela e lápis, 15,5 x 16,8 cm. Reproduzido em WAGNER, Robert; BANDEIRA, Julio. *Viagem ao Brasil nas aquarelas de Thomas Ender: 1817-1818*. t. II. Petrópolis, RJ: Kapa, 2000. p. 595.
8. READ, W. *Comerciante de Minas regateando*. s.d. Publicado em A.P.D.G. *Sketches of Portuguese life, manners, costume and character*. Londres: B. Whittaker, 1826. p. 298. Reproduzida em KOSSOY, Boris; CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O olhar europeu: o negro na iconografia brasileira do século XIX*. São Paulo: Edusp, 2002. p. 59.
9. KOSSOY, Boris; CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. op. cit. p. 55.
10. DEBRET, Jean-Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1978. p. 258.
11. Anônimo. *Venda de escravo*. c. 1829. Aquarela, guache e tinta ferrogálica, 18 x 23,5 cm. Reproduzida em AGUILAR, Nelson (org.). *Mostra do redescobrimento: negro de corpo e alma*. op. cit. p. 271.
12. "Recibo de compra e venda de um escravo de nome Benedito, de nação crioulo". 4/10/1851. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Reproduzido em KOSSOY, Boris; CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O olhar europeu: o negro na iconografia brasileira do século XIX*. op. cit. p. 69.
13. DEBRET, Jean-Baptiste. op. cit. p. 261.
14. ibidem. p. 260.
15. KOSSOY, Boris; CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. op. cit. p. 56.
16. ibidem. p. 55.
17. DEBRET, Jean-Baptiste. op. cit. p. 260.
18. ibidem. p. 258.

---

Recebido em 03/01/2008  
Aprovado em 27/01/2008

**Paulo Mugayar Kuhl**

Professor do Instituto de Artes da Unicamp.

Doutor em História pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.

# Ópera e Celebração

## Os espetáculos da corte portuguesa no Brasil

O artigo trata dos espetáculos apresentados no Rio de Janeiro após a chegada da corte portuguesa ao Brasil. São abordados aspectos da celebração, da função do teatro e do papel dos espetáculos com música nas homenagens à família real. O caso de *O triunfo da América* é discutido em detalhes.<sup>1</sup>

*Palavras-chave:* ópera; Rio de Janeiro; corte portuguesa; século XIX.



The article deals with opera performances in Rio de Janeiro after the arrival of the Portuguese court. It discusses aspects of celebration, the function of theater and the role spectacles with music had in tribute ceremonies to the royal family. It also debates the particular case of *O triunfo da América*.

*Keywords:* opera; Rio de Janeiro; Portuguese court; nineteenth century.

A transferência da corte portuguesa para o Brasil em 1808 trouxe diversas mudanças para o país e deixou um rastro de documentos antes inusitados. No caso específico da ópera e do teatro, a presença da família real estimulou novos espetáculos e procedimentos até então

inéditos. A criação da Imprensa Régia dá igualmente um impulso, antes impossível, para as publicações, vindo daí boa parte da documentação sobre ópera que conhecemos hoje em dia: os libretos e as referências da *Gazeta do Rio de Janeiro*. Se até 1808 são poucas as menções a espetáculos, a partir

desse momento crescem paulatinamente as informações sobre o funcionamento dos teatros. Contudo, até o início da década de 1820, os registros das apresentações operísticas são muito seletivos: praticamente só se conhecem os espetáculos apresentados perante a família real em ocasiões de celebração, que não devem ser confundidos com a totalidade das produções.<sup>2</sup> Estas, de fato, ainda são pouco conhecidas e provavelmente continuarão assim, devido à escassez de documentos.

Um primeiro comentário deve ser feito sobre o repertório e sobre o que se entende por “ópera” neste contexto. Tradicionalmente, a palavra está associada a espetáculos inteiramente musicados, que, no âmbito luso-brasileiro, seriam mais propriamente as óperas italianas. Caberia ainda uma distinção entre serenatas, elogios e outros gêneros dramáticos “menores” com música. No presente artigo, entendemos ópera em sentido amplo, a saber, espetáculos teatrais, em italiano ou português, em que a música está presente, em sua totalidade ou não. O que nos interessa é a estrutura de tais espetáculos, que seguem as diversas convenções poéticas da ópera de matriz italiana, e a maneira como são percebidos pelo público carioca.<sup>3</sup>

Estudar a ópera da corte no Brasil, em meio às mais diversas crises políticas e econômicas pelas quais passava o país, pode parecer um esforço desesperado para compreender ou justificar uma atividade que a todo tempo se apresentava

como postiça ou não autêntica. Na verdade, a presença de um teatro de ópera italiana no Rio de Janeiro, a partir de 1813, nos moldes dos teatros europeus, com um repertório italiano razoavelmente atualizado, despertou, no mínimo, a curiosidade de alguns estrangeiros e, às vezes, as críticas de alguns brasileiros, pois eram infindáveis os problemas do país em geral e da cidade do Rio de Janeiro em particular. Como justificar a presença do teatro e os constantes subsídios que lhe eram dados? Como entender a presença da “monstruosa” ópera em um lugar que parecia não ter um teatro recitado em português merecedor de alguma atenção? A discrepância entre aquilo que a cidade do Rio de Janeiro era – tacanha na arquitetura segundo alguns, suja na visão de todos, com os mais variados problemas – e a riqueza da produção operística é uma constante nos escritos, sobretudo dos anos 1820. Se para outras atividades, como a criação de cursos superiores e de nível médio, ou a fundação do Jardim Botânico, de uma academia de ciências e até mesmo de belas-artes, já podia haver estranhamento, o que dizer da ópera?

As justificativas para a presença de um teatro de ópera no Rio de Janeiro são as mais variadas. A primeira, a mais simples, e talvez mais verdadeira, vem do próprio interesse da corte portuguesa pela música e pela ópera. Assim, no Brasil, o desejo de d. João era manter, tanto quanto possível, a seqüência de apresentações de óperas que conheceu em Portugal. Outra justificativa, tam-

bém comum, seria a necessidade de diversão. O preconceito moderno tende a rejeitar a abordagem da produção cultural como divertimento, assim como a associação entre obras de arte e homenagem aos soberanos, mas a justificativa é totalmente plausível no contexto da ópera nos séculos XVIII e XIX. O constante mau humor dos teóricos com relação à ópera, sobretudo no que diz respeito a seus exageros e defeitos, é diretamente proporcional ao sucesso junto ao público. A ópera, espalhada pelo mundo, era um dos espetáculos prediletos, ao mesmo tempo em que o teatro era o lugar privilegiado da vida em sociedade.

Outra explicação estaria ligada à necessidade de uma missão civilizatória no Brasil, mas aqui são necessárias algumas ressalvas. De fato, a ópera, enquanto espetáculo teatral, poderia até participar

de um eventual progresso cultural do Brasil, mas com um papel diferente, se comparado ao da Academia de Belas-Artes. Apesar de todas as dificuldades de instalação e funcionamento desta, o governo de d. João, e depois o de d. Pedro, preocupou-se em atribuir à pintura, à escultura e à arquitetura um papel fundamental na criação da imagem do rei, da monarquia e do Estado de modo geral.<sup>4</sup> A ópera pode até ter tido função semelhante, como no caso dos elogios cantados ou das ações dramáticas alegóricas com trechos musicais. Contudo, ópera no Brasil, durante muito tempo, foi ópera italiana, em italiano, sem um projeto governamental claro para a atividade. A necessidade de criação de uma ópera nacional só surgiu em um momento posterior, e talvez não se tenha realizado completamente. Desse modo, a ópera italiana não se insere em um grande projeto de construção, nem mesmo após a Independência.



Vista da sala de espetáculos na praça do Rossio.  
Jacques Étienne Victor Arago, *Voyage autour du monde*, 1824-1826

A posição ambígua do Teatro São João,<sup>5</sup> inaugurado em 1813, instituição particular que recebe a corte e suas comemorações, não ajuda a esclarecer o papel da ópera. Um dos interesses fundamentais do empresário era manter a saúde financeira da casa, ou seja, apresentar espetáculos que agradassem ao público. A comemoração no teatro poderia auxiliar tal tarefa, mas o empreendimento não podia contar apenas com a presença da família real. Conseqüentemente, o repertório deveria apresentar alguma variedade e tocar o gosto do público. É igualmente difícil para um observador moderno embrenhar-se no repertório apresentado no início do século XIX, pois parecemos estar em meio a nomes de fantasmas que, aparentemente, produziram incansavelmente numerosas óperas. Dentre todos, o único nome mais conhecido é o de Rossini. Este, contudo, ainda está muito mais associado a algumas comédias, como *O barbeiro de Sevilha*, ou a *Cenerentola*, enquanto, na época, sua marca mais importante esteve nas óperas sérias, como *Tancredi* ou *Semiramide*. Ao menos, Rossini, nos últimos trinta anos, vem sendo recuperado e estudado sistematicamente, mas o que dizer de compositores como Puccitta, Paer, Gnecco e tantos outros? E Marcos Portugal, esquecido, vilipendiado e desprezado? Certamente, a sombra criada pelas obras do compositor de Pésaro não ajudou a manter um interesse pelos outros nomes. O problema é justamente este: nomes. É quase impossível conhecer as obras desses compositores e, mesmo

quando delas nos aproximamos, nossa leitura e nossa escuta ainda são muito balizadas por tudo o que veio depois, dificultando ainda mais um exame aprofundado.

O período analisado tem atraído nos últimos anos o interesse de diversos pesquisadores das mais variadas áreas: historiadores da arte, da política, da música em geral. Alguns estudos sobre a ópera também apareceram e, sem dúvida, a maior referência ainda é a infatigável pesquisa de Ayres de Andrade sobre Francisco Manuel da Silva.<sup>6</sup> O autor rastreou numerosas informações sobre as mais diversas pessoas ligadas ao mundo musical brasileiro na primeira metade do século XIX. A única dificuldade para um pesquisador hoje em dia é a falta de referências precisas sobre os documentos utilizados pelo autor.

\*\*\*

Segundo os registros escritos, a função desejada para o teatro era muito clara: civilizar, educar e distrair. Já para o público em geral, pode-se supor que a finalidade principal era apenas a distração e o prazer. Essa tensão entre as recomendações de teóricos e legisladores e o público é antiga na história do teatro e das artes em geral. De um lado, existe a tentativa de se garantir a qualidade dos espetáculos, que é entendida como respeito a determinadas normas artísticas e morais; de outro, há diversos fatores que levariam à decadência de qualidade, especialmente o interesse de empresários em conquis-

tar o público, aliado à vulgarização do gosto. No Rio de Janeiro, no início do século XIX, a situação não é muito diferente. Não existe um comentário específico sobre a função da ópera, e sim com relação ao teatro. Isso se deve em parte à dificuldade de classificação do espetáculo operístico e também ao preconceito com relação à mistura de texto e música.

Na legislação sobre os teatros no Brasil, nas primeiras décadas do século XIX, sua função civilizatória é constantemente lembrada. No decreto de criação do Teatro São João, lê-se:

Fazendo-se absolutamente necessário nesta capital que se erija um teatro decente e proporcionado à popu-

lação e ao maior grau de elevação e grandeza em que hoje se acha pela minha residência nela, e pela concorrência de estrangeiros e de outras pessoas que vêm das extensas províncias de todos os meus estados (...).<sup>7</sup>

No decreto que concede a exclusividade ao São João, novamente a importância da casa é citada: “Querendo que o Real Teatro de São João possa permanecer com a decência e esplendor que convêm ao estado atual da cidade do Rio de Janeiro”.<sup>8</sup> O mesmo teor marca a decisão que concede uma loteria ao teatro que deve ser construído no Maranhão, “que além de servir para entretenimento ao povo, pode, sendo bem dirigido, concor-



**Praça do teatro. Thomas Ender,**  
*O velho Rio de Janeiro através das gravuras de Thomas Ender, s.d.*

rer muito para a sua civilização, e para emendar e corrigir os seus costumes: há por bem fazer-lhe mercê de poder anualmente extrair uma loteria”.<sup>9</sup>

Em 1822, quando é criada a comissão que deve examinar o teatro para melhorar seu funcionamento, afirma-se na decisão:

Desejando S. A. R. o príncipe regente que o Teatro de São João possa continuar como dantes no seu exercício e que os habitantes desta cidade não sejam privados de um divertimento que, servindo-lhes de inocente distração dos trabalhos da vida doméstica e pública, pode também concorrer mui eficazmente para reformar os costumes e aperfeiçoar a civilização (...).<sup>10</sup>

Quando, no mesmo ano, o Teatro São João precisa ser socorrido por um novo conjunto de extrações de loterias, a justificativa é: “desejando eu proteger este estabelecimento pelos atendíveis e conhecidos motivos por que os teatros são favorecidos em todas as nações civilizadas”.<sup>11</sup>

Para a criação de um teatro em Campos, novamente uma loteria é concedida, com a ressalva: “lembra (...) às autoridades competentes para se guardar a polícia necessária em tais estabelecimentos, cujo fim deve ser formar, e não corromper os costumes”.<sup>12</sup> Finalmente, após o incêndio no São João, a necessidade de sua reconstrução é justificada da seguinte maneira:

Tomando em consideração que os teatros são em todas as nações cultas

protegidos pelos governos como estabelecimentos próprios para dar aos povos lícitas recreações e até saudáveis exemplos das desastrosas conseqüências dos vícios, com que se despertem em seus ânimos o amor da honra e da virtude (...).<sup>13</sup>

Não se trata apenas de uma concepção legal da função dos teatros; certamente, a regulamentação jurídica das atividades teatrais é reflexo de uma necessidade de ordem prática, a saber, controlar a vida em sociedade em um local com grandes atrativos. A justificativa civilizatória também pode ser tomada como uma proposta retórica, mas não é exatamente o caso. Desde a chegada da corte portuguesa, diversas providências foram tomadas para a transformação do país em geral e da cidade do Rio de Janeiro em particular: a vinda de artistas estrangeiros para formação de uma escola, a criação de museus, de um jardim botânico, de academias militares e de ciências, a instituição de cursos variados (de primeiras letras, de direito etc.) e outras medidas, entre elas a criação e o funcionamento do teatro. Claro, o espírito civilizador português estava intimamente associado às tradições da corte e, no caso dos teatros, ao pensamento moralista de determinados autores, tais como L. A. Muratori e L. Riccoboni. Assim, cultura e civilização estão, nos casos português e brasileiro deste período, intimamente ligadas à corte e seus espetáculos e a questões morais e religiosas.

Nem sempre, contudo, os rumos tomados pelo teatro estariam de acordo com as propostas apregoadas pelos teóricos. Alguns autores da segunda metade da década de 1820 apontavam “abusos” do teatro e de seu repertório. Veja-se, por exemplo, uma carta de 18 de maio de 1827 enviada ao *Spectador Brasileiro*:

Depois de haver lido em diversos autores que o teatro é a escola dos bons costumes, vou assiduamente às representações da ópera bufa e baile pantomímico, com o fim de conhecer os princípios de moral que contêm os garganteados de um *castrati* (sic), e as piruetas da bela *Heloise*; porém minha assiduidade não me há tornado melhor em costumes, ainda que me persuado haver muito ganhado, debaixo de outros pontos de vista: com efeito vim a saber o que é *rabo de gato*, *pulo de tatu*, *passo de zéfiro* etc., e concebi admiração pelas árias de música italiana que jamais acabam. É verdade que a minha admiração teve por muitas vezes de sustentar terríveis choques, quer por causa dos cantores e cantarinas que de vez em quando deixam escapar notas discordantes de seu peito palpitante e enfraquecido, quer por causa de uma multidão de objetos chocantes postos debaixo dos meus olhos, quer enfim por causa das comodidades que, bem como os mais apaixonados, estimo encontrar em um lugar de reunião pública, onde vou procurar horas de recreio e de descanso.<sup>14</sup>

Aqui, as críticas e protestos eram tanto contra o virtuosismo vocal, como contra o repertório em si. Na verdade, são duas coisas intimamente ligadas: o repertório favorece o estrelismo, e este, as “árias intermináveis” e os “garganteados”. Note-se que é uma argumentação tradicional na história da crítica de ópera, revelando uma insatisfação perene e talvez insolúvel. A ópera, gênero híbrido e monstruoso, seria incapaz de cumprir a verdadeira missão do teatro; ou melhor, a ópera, como está, ou como esteve em determinados períodos, seria apenas uma distração, um apelo infundável aos prazeres do ouvido, sem regras próprias. Existe na tradição da história da crítica de ópera um saudosismo constante em relação a períodos “áureos”, como o dos pioneiros do final do século XVI e início do XVII, ou ainda os do início do século XVIII, ou de Gluck e suas reformas. Contudo, justamente esses compositores e suas obras não tiveram exatamente um grande sucesso perante o público. Ou seja, existe uma antinomia incontestável entre o público ignorante e as obras de qualidade. Não parece ser esse o caso do Rio de Janeiro no período estudado. Aparentemente, diante dos registros existentes, o teatro desempenhava sua função recreativa com brilhantura. Quanto à função educativa, a ópera parecia estar liberada de tal fardo, ao menos nesse momento.

Devemos ter em mente que os espetáculos, sobretudo aqueles em homenagem à família real, eram maiores que uma representação teatral. Em diversos

relatos, percebemos que grande parte da cidade do Rio de Janeiro envolvia-se nas festividades mais elaboradas: edifícios eram decorados, iluminavam-se os principais monumentos e ruas, retratos dos soberanos eram expostos, procissões eram realizadas, bandas e pequenas orquestras tocavam, as missas solenes possuíam música, poemas eram recitados ou escritos especialmente para a ocasião, os navios ancorados davam salvas com tiros de canhão. É importante enumerar esses detalhes para entendermos o funcionamento do espetáculo em si e sua íntima relação com a homenagem.

É difícil para a mentalidade contemporânea aceitar, e às vezes até mesmo tolerar, a promiscuidade entre a produção artística e o poder político. Entretanto, a maior parte da história das artes esteve, e às vezes continua, profundamente associada a uma determinada classe e ao poder. Mas ainda nos causa grande estranhamento ler os diversos poemas, libretos e textos em geral escritos em homenagem aos reis, rainhas, príncipes, princesas e demais “grandes do reino”. Aliás, o esquecimento em que se encontra boa parte da produção de óperas e serenatas no Brasil é fruto dessa mesma dificuldade. É estranho notar, mesmo com os usuais problemas de definição de gênero dramático, como parcela significativa da bibliografia sobre o assunto desconsidera a produção dos “prólogos dramáticos” e outras obras do gênero apresentadas no Brasil. A história da ópera italiana também está intrinse-

camente relacionada a comemorações, no entanto, o fato de a *Euridice* de Peri e Caccini ter sido apresentada como parte das comemorações do casamento de Henrique IV e Maria de Médicis não parece incomodar os historiadores, ainda que toda a estrutura do mito antigo tenha sido transformada especialmente para a ocasião.

A homenagem ao rei era uma obrigação dos poetas, não só por necessidade de sobreviver ou por subserviência: o rei é o representante da pátria e por isso deve ser homenageado, e o panegírico representa a gratidão, não a tentativa de se conseguir algo. Como afirma Ruedas de la Serna a respeito da relação entre poetas árcades e o poder real, “Uma das funções da Arcádia era, por isso, a de formar grandes oradores, panegiristas que, dominando os segredos da eloquência, fossem capazes de ‘comover, arrebatado e persuadir’ as pessoas, a fim de contribuir para o engrandecimento da monarquia portuguesa”.<sup>15</sup>

O próprio Garção, em sua *Oração terceira* (4 de março de 1763),<sup>16</sup> lembrava que uma das funções dos poetas era eternizar a ação dos bons reis e que os árcades deveriam lançar-se à empreitada de criar poesias para d. José, sobretudo porque era um rei digno de tal homenagem.

Se (a) nós para louvamos o nosso soberano nos fosse preciso tecer elogios mentirosos, invectivas contra os vícios, seria justo o nosso receio. Mas cantar as virtudes verdadeiras, ações notoriamente grandes; efeitos

de clemência, da justiça, da generosidade, não pode deixar de ser uma ação bem aceita daquele ânimo justo, que não costuma deixar a virtude sem prêmio.<sup>17</sup>

Feitas essas ressalvas, é possível então examinar o conjunto dos espetáculos no contexto das homenagens. Dentro do próprio teatro, sobretudo em alguns dias de maior comoção pública, a seqüência e o conjunto das homenagens também são significativos: vivas aos soberanos, poesias em comemoração à ocasião, hino nacional, um elogio dramático, a ópera propriamente dita, e nos intervalos apresentações de dança. Nem sempre todos os elementos estavam presentes, mas o conjunto das festividades seguia aproximadamente essa seqüência.

Vale lembrar que, em Portugal, já havia esse tipo de espetáculo, com algumas variações; às vezes, a homenagem e a comemoração estavam embutidas na própria trama da ópera, em outros casos fora dela, através de licenças finais e diversos outros recursos.<sup>18</sup> No Brasil, também no século XVIII, há exemplos de procedimentos como esse. Os dois únicos libretos do século XVIII conhecidos até o momento, referentes a apresentações no Brasil, dão uma idéia clara do que acontecia no teatro em uma noite de homenagem. *Aódia e Drama*, apresentados no Pará em 1793,<sup>19</sup> por ocasião do nascimento da princesa Maria Teresa, filha de d. João e d. Carlota Joaquina, mostram-nos uma seqüência clara da homenagem: as peças, com

música, serviram como prólogo a obras mais longas (não é certa a presença da música), seguidas pela exibição dos retratos dos homenageados, com a clara proposta de tornar presentes os ausentes, e pelos cantos de louvor.

Os dias de comemoração no Rio de Janeiro também eram aproveitados para se publicarem diversos despachos e para a concessão de graças. Note-se que, com isso, a comemoração em si nunca estava restrita à apresentação no teatro; como já se escreveu acima, a celebração ia desde o embelezamento da cidade até a publicação de despachos oficiais. Se Debret reconhecia o enfado nos longos elogios, lembramos que, para outros espectadores, a oportunidade de ir ao teatro e ver de perto a família real parecia sobrepujar qualquer defeito das apresentações.<sup>20</sup>

Contudo, diferentemente do que acontecia em Portugal no século XVIII, a ópera em si, no Brasil, mantinha suas características. Se nas apresentações da corte em Portugal, pelo menos até a abertura do Teatro São Carlos, as obras eram concebidas diretamente em função da homenagem, não só com licenças e elogios, mas também com a escolha de temas que de algum modo se relacionavam com a ocasião celebrada, no Brasil, seguindo um pouco as modificações ocorridas já no teatro de Lisboa, o corpo central da ópera mantinha-se intacto. Em Lisboa, ainda era possível encontrar exemplos de apresentações em que, quando a família real estava presente, o final, por exemplo, era

mudado, para atender aos costumes da corte.<sup>21</sup> No Brasil, pelo menos segundo os documentos disponíveis, já se respeitava mais a “integridade” da obra, mas a apresentação de retratos de membros da família real, mesmo quando estavam presentes, ao final dos espetáculos, perpetua uma antiga tradição. Ainda que aqui a função não seja, necessariamente, representar os ausentes, a solenidade é mantida.<sup>22</sup>

É importante lembrar que nem todas as datas eram celebradas no teatro, já que alguns aniversários eram comemorados no palácio real, com manifestações na cidade.<sup>23</sup> O beija-mão também acontecia ao final de diversas solenidades. As aparições no teatro aconteciam nas ocasiões mais importantes, como o aniversário do rei, da rainha ou do príncipe herdeiro, mas o calendário não seguia rigidamente as datas. De qualquer maneira, o teatro funcionava de fato como o espaço de sociabilidade por excelência. Maria Graham, em uma passagem de seu diário, afirma: “O dia, como de costume em qualquer ocasião de interesse público, findou no teatro”.<sup>24</sup> Vale lembrar que a viajante inglesa esteve no Rio de Janeiro em um período de grande fervor político, mas, segundo os testemunhos de outros escritores, o teatro era mesmo um lugar para a manifestação pública.

Um dado importante para o calendário de apresentações no Rio de Janeiro é que as óperas, pelo menos aquelas de que temos notícia, eram apresentadas nos aniversários da rainha, d. Maria, e de d. João (como príncipe regente ou rei), diferentemente do

que ocorria em Portugal, onde os aniversários e dias onomásticos dos consortes e príncipes em geral eram todos comemorados com apresentações. Isso nos conduz a uma outra questão: o Teatro São João funcionava como um teatro da corte ou tinha as características de um teatro particular? Do ponto de vista jurídico, era um teatro particular, recebia subsídios do Estado, mas deveria realizar suas atividades como qualquer outro empreendimento comercial. O problema é que os dados disponíveis sobre seu funcionamento, da inauguração em 1813 até por volta de 1820, apontam apenas apresentações ligadas à corte. Certamente, houve outras apresentações, mas, de acordo com os documentos, tem-se a impressão de que somente a corte usava o teatro, o que é falso. Há de fato uma mistura entre o domínio privado e o da corte, que se confunde com o próprio Estado. Em Lisboa, até a inauguração do Teatro São Carlos, a maior parte dos espetáculos de ópera acontecia nos teatros da corte (Ajuda, Salvaterra, Queluz), e eram apresentações promovidas e freqüentadas pela família real, contando também com convidados. O São Carlos era um teatro de particulares, freqüentado também pela corte; já no Rio de Janeiro, tudo devia ocorrer no Teatro São João. Assim, os registros de que dispomos nesse primeiro momento dizem respeito apenas a óperas e representações freqüentadas pela corte.

\*\*\*

Vejamos agora um caso específico, o primeiro de que se tem uma documentação razoável. Trata-se de *O triunfo da*

*América*, com música de José Maurício N. Garcia e texto de Gastão Fausto da Câmara Coutinho.<sup>25</sup> A obra foi apresentada em 13 de maio de 1810, como parte das comemorações do casamento da princesa da Beira, d. Maria Teresa, com d. Pedro Carlos de Bourbon e Bragança, e do aniversário do príncipe regente d. João. Na *Gazeta do Rio de Janeiro* do mesmo dia, nos "Avisos", há a informação de que "saiu à luz *O triunfo da América*, drama que se recitou no Real Teatro do Rio de Janeiro, composto e oferecido a S. A. R. o príncipe regente N. S., por d. Gastão Fausto da Câmara Coutinho".<sup>26</sup> No libreto, não há indicação da data de apresentação, mas o Padre Perereca confirma a apresentação do drama no dia 13 de maio.<sup>27</sup> A *Gazeta* de 19 de maio, ao comentar a festa do casamento, relata: "À noite houve ópera, a que foram convidados todos os membros do corpo diplomático, e coros de música debaixo das janelas do Real Palácio".<sup>28</sup> Não há indicação precisa quanto à obra, ao compositor ou ao libretista, e a redação do texto torna difícil a identificação do local: só os coros foram apresentados sob as janelas do Real Palácio? Tampouco existem no libreto referências ao compositor ou à música, mas no texto há indicações de alguns personagens que cantam, como a Vingança, com a nítida separação entre o recitativo e a ária de partida:

(...) Tão afrontosos títulos vos movam,  
Que eu, justa como vós, não soffro  
injúrias.

(*canta*)  
Sou como o raio  
Baixando à terra,  
Farpada serra  
Faço estalar.  
A mágoa extrema,  
Que esta alma encerra,  
Exige guerra,  
Quer-se vingar.  
(*vai-se*)<sup>29</sup>

O mesmo para a América:

Vai doce Gratidão, que eu já te sigo.  
(*canta*)  
A negros desgostos,  
Pungentes fadigas,  
Promessas amigas  
Vão hoje dar fim.  
Renascem as d'oiro  
Idades antigas,  
Ó príncipe abrigas  
Teus fados assim.  
(*vai-se*)<sup>30</sup>

A indicação dos coros nas páginas 29, 31 e 32 também indica a presença de música no espetáculo. Em nenhum documento foram encontradas referências ao compositor, mas Cleofe Person de Mattos indica o nome de José Maurício Nunes Garcia.<sup>31</sup> Sérgio Dias transcreveu a partitura do Palácio de Vila Viçosa, que indica ser autógrafa.<sup>32</sup> Jean-Baptiste Debret dá a seguinte informação: "As conveniências políticas determinaram, em fins de 1810 (sic), o casamento da princesa dona Maria Teresa, filha mais velha de d. João VI, com o infante dom Carlos de Espanha, seu primo (...). Houve representação de gala no teatro real e profusa iluminação em toda a cidade".<sup>33</sup>

Trata-se do primeiro texto conhecido para teatro de autoria de Gastão Fausto da Câmara Coutinho, depois responsável, entre outros, pelo *Juramento dos Numes*.<sup>54</sup> Pelo que se depreende do conjunto de seus escritos, o autor estava intimamente ligado a uma tradição calcada nas poéticas clássicas, com especial interesse na *Ars poetica* de Horácio. É igualmente possível perceber, a partir de seus textos, um extenso conhecimento de variados autores, inclusive de libretistas e teóricos da ópera. O autor não escreveu exatamente libretos de óperas, ou pelo menos não teve a intenção de qualificar seus textos para o teatro com cenas de música dessa maneira.

*O triunfo da América* é um drama para se recitar; trata-se de um “drama” por conter ação das personagens Fado, América, Vingança, Poesia, Gratidão e as Parcas. A ação propriamente dita é antecedida por um elogio ao príncipe regente. Uma preocupação constante em diversos textos desse período era Napoleão e as conseqüências das guerras na Europa, como pode ser verificado nos artigos da *Gazeta do Rio de Janeiro*. No caso do *Triunfo*, o “Tirano Usurpador” aparece no elogio para ser contraposto à figura de d. João, que soube conduzir o povo lusitano a um destino melhor. É precisamente este o tema da obra: diante das atrocidades regicidas e expansionistas dos franceses, a transferência da corte para o Brasil surge como um feito valoroso a ser cantado.

A Vingança surge e se diz responsável pelo fim de Tróia e pela conseqüente fun-

dação de Roma, além de outras realizações. Já aqui é possível pensar na vinda da corte como o auspício de uma nova Roma. No encontro com a América, esta diz não querer a presença da Vingança em suas terras, para em seguida narrar um estranho sonho em que, entre outras coisas, apareceu-lhe um deus anunciando a chegada da corte. Novamente, a América diz que sua terra é de pureza, e que a Vingança não tem lugar. Em outra cena, surge a Gratidão narrando seu sofrimento: ela havia escolhido a grande pátria das letras, a França, a “nova Atenas”, como refúgio, mas lá encontrou apenas regicidas. O sofrimento é deixado de lado por causa da comemoração e da homenagem a d. João. O Fado ordena que a Poesia cante os feitos do monarca, para que nunca sejam esquecidos:

Não vinga o nome dos heróis  
prestantes  
Se a musa esquiva lhe denega  
encômios,  
Se apiedada não vai no délio bosque;  
No momento fatal que iguala os entes,  
Seus feitos ilustrar, bordar seus fados  
Com lápis diamantino, em prancha  
de ouro;  
Quantos, quantos heróis de glória  
dignos,  
Antes dos Titos, antes dos Trajanos,  
Jazem nas sombras de perpétua noite,  
Porque a musa não quis remissa e  
frouxa  
Dar-lhes renome no porvir cerrado!<sup>55</sup>

A Poesia está receosa e vacila, pois sabe que tudo é corrompido pelo Fado.

Este afirma que tudo mudou; a Vingança quer entender o que se passou, e o Fado explica:

Os mistérios recônditos que palpo  
Vedados aos mortais, e a ti vedados,  
De aparentes matizes se ataviam,  
Nos sorrisos do bem, o mal se encobre,  
Dos reveses do mal, o bem ressurge.<sup>36</sup>

Assim, da grande transformação, a princípio percebida como um mal, surge a possibilidade de um futuro promissor:

Daqui dentre os dois rios espaçosos  
Que não temem rivais, e os não conhecem,  
Por todo o continente, e além dos mares,  
Se mova o leme do governo luso,  
Daqui nasça a cadeia portentosa  
De nunca ouvidas, prósperas façanhas,  
Tais os meus planos são, e assim o ordene.<sup>37</sup>

A ordem final do Fado é que a Vingança destrua os franceses, ao mesmo tempo em que prevê um feliz retorno a Portugal:

Tempo virá (que o Fado é competente  
Futuros revelar) em que risonho  
Volvas do Tejo às lúcidas areias;  
Lá te esperam mandando a vista aos mares  
Teus generosos filhos que não sabem  
Jamais degenerar, que de ti dignos,  
E apartados de ti, jamais souberam  
Riscar teu nome dos briosos peitos.<sup>38</sup>

O texto não se distancia da grande tradição em que episódios da história recente são transportados a uma outra dimen-

são, na qual personagens alegóricos decidem os destinos dos governantes e da humanidade. Diferentemente das óperas em que se busca um espelhamento entre as personagens, a ocasião e os homenageados,<sup>39</sup> aqui a relação é mais direta. O universo em que a ação se desencadeia é mitológico e alegórico, mas as citações e referências aos homenageados e criticados são nominais. Paiva, nos discursos, uma teoria do bom monarca e das boas ações do governo, sempre contrapostas aos excessos da tirania, cujo exemplo maior é Napoleão. São igualmente lembrados, na última cena, os portugueses ilustres e corajosos no combate aos franceses; novamente, tais homens são comparados a deuses da mitologia. Note-se que, apesar de o espetáculo ter sido apresentado também como homenagem a um casamento, não se faz referência a isso.

Na verdade, no decorrer do texto, existe pouca ação; as falas são extremamente discursivas e a ação torna-se mais lenta. A proposta do espetáculo é a homenagem: desde o início, com a citação do trecho das *Bucólicas*,<sup>40</sup> passando pelo elogio, seguindo os diversos discursos de exaltação a d. João e aos portugueses, o objetivo é dar um sentido preciso e positivo à transferência da corte. O “trunfo” da América é justamente a grande transformação e o novo início que poderia significar a presença da corte no Rio de Janeiro. A América apresenta-se como uma terra pura, talvez inculta, uma “selvática bruteza”, na fala da Vingança, mas o lugar de um novo começo. Isso

não deve ser lido como um afago aos habitantes do Brasil ou uma consolação para os males da corte; nas diversas interpretações do significado da vinda dos portugueses para a colônia, sabe-se que a vontade de construir um novo império com sede na América já era um plano antigo, que, nesse novo momento, poderia ser realizado.

As partes musicais são a ária da América (“A negros desgostos”), o coro da cena cinco (“Ó príncipe regente”) e o coro final (“Salve ditoso”). A ária da Vingança perdeu-se ou não foi escrita. A lista dos “atores” indica nomes ligados ao teatro recitado;<sup>41</sup> sabe-se, contudo, que eles cantavam, e a ária da América indica a necessidade de uma boa cantora. O espetáculo terminava, segundo a indicação do libreto, com o cenário

representando a cidade do Rio de Janeiro, a esquadra portuguesa fundeada, ouvindo-se a salva de tiros das fortalezas, e finalmente com a exposição dos retratos da família real.

\*\*\*

A ópera era um dos elementos centrais na vida social carioca, tanto por estar envolvida com cerimônias da corte, como por sua capacidade de atrair o público. Mesmo com a escassez de documentos relativos a outras apresentações, é possível supor que os espetáculos de ópera tinham grande repercussão junto aos frequentadores dos teatros cariocas. O próprio fato de, após o incêndio do Teatro São João, terem sido montadas “Academias de Música”, em uma sala improvisada nas ruínas, revela que as pessoas acorriam às apresentações e, de certa



HIDEAU D'AVANT SCÈNE EXÉCUTÉ AU THÉÂTRE DE LA COUR, POUR LA RÉPRÉSENTATION D'APPARAT,

Pano de boca executado no Teatro da Corte para a coroação de d. Pedro I.  
Jean-Baptiste Debret, *Voyage pittoresque et historique au Brésil*, 1834-1839

maneira, delas precisavam. Para a corte portuguesa, a necessidade era patente: desde o século XVIII, espetáculos de ópera estiveram intimamente ligados ao calendário da família real e, conseqüentemente, do Estado português. Mesmo no Brasil, enquanto colônia que aos poucos saía de um longo período de dormência, a corte quis ver seus espetáculos representados; e mais, não satisfeito com as instalações da Casa da Ópera, d. João promove a construção de um novo teatro. Para um observador a distância, as contradições da empreitada parecem óbvias; talvez também o fossem na época, mas esse quase inexplicável desejo de ópera italiana e de espetáculos em português parecia sobrepor-se aos vari-

ados problemas econômicos e políticos. O controle da qualidade dos espetáculos, ou pelo menos a intenção, estava igualmente presente, e coube, em determinado momento, a Marcos Portugal. Figura curiosa do mundo operístico, o compositor, que saiu de Portugal para a Itália, depois retornando à terra natal, veio ao Brasil para nunca mais compor uma ópera. Boa parte dos documentos relativos a todos esses assuntos desapareceu, deixando espaço para diversas conjecturas e questões ainda não solucionadas. Sempre resta a impressão de ter existido mais do que conhecemos, e não é sem prazer que verificamos a forte presença da ópera em um momento tão conturbado da história do Brasil.

## N O T A S

1. Este artigo faz parte de uma pesquisa mais ampla sobre a ópera da corte portuguesa no Brasil, financiada pela Fapesp (processo nº 99/06621-8).
2. Para detalhes sobre o repertório, cf. KÜHL, Paulo Mugayar. *Cronologia da ópera no Brasil: século XIX* (Rio de Janeiro). Campinas: Cepab-IA-Unicamp, 2003. Disponível em: <<http://www.iar.unicamp.br/cepab/opera/cronologia.pdf>>. Acesso em: 4 out. 2007.
3. Os gêneros poéticos e musicais das obras de homenagem inserem-se numa longuíssima tradição de inspiração italiana cujo modelo fundamental fora sempre Metastasio. Quais então os critérios a serem considerados na tentativa de classificar as obras? A presença de seres mitológicos? A presença da homenagem? O tama-

- nho do espetáculo? O número de atos? O conteúdo alegórico? Para detalhes, cf. JOLY, Jaques. *Les fêtes théâtrales de Métastase à la cour de Vienne (1731-1767)*. Clermont-Ferrand: Faculté des Lettres et Sciences humaines de l'Université de Clermont-Ferrand II, 1978.
4. Cf. LIMA, Valéria A. Esteves. *A viagem pitoresca e histórica de Debret: por uma nova leitura*. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas, 2003.
  5. Para detalhes sobre os teatros cariocas, antes e depois da chegada da corte, cf. CAVALCANTI, Nireu. *O Rio de Janeiro setecentista*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004; LIMA, Evelyn F. W. *Arquitetura do espetáculo: teatros e cinemas na formação da Praça Tiradentes e da Cinelândia*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2000.
  6. ANDRADE, Ayres de. *Francisco Manuel da Silva e seu tempo: 1808-1865, uma fase do passado musical do Rio de Janeiro à luz de novos documentos*. Rio de Janeiro: Coleção Sala Cecília Meireles, 1967. Títulos recentes sobre a música no período são: GIRON, L. Antônio. *Minoridade crítica: a ópera e o teatro nos folhetins da corte*. São Paulo: Edusp; Rio de Janeiro, Ediouro, 2004; MONTEIRO, Maurício. *A construção do gosto: música e sociedade na corte do Rio de Janeiro, 1808-1821*. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 2001; PACHECO, Alberto J. V. *Cantoria joanina: a prática vocal carioca no início do século XIX sob influência da corte portuguesa*. Tese (Doutorado em Música) – Instituto de Artes, Unicamp, Campinas, 2007.
  7. Decreto de 28/05/1810.
  8. Decreto de 30/08/1817.
  9. Decisão nº 41 de 13/09/1817.
  10. Decisão nº 48 de 22/05/1822.
  11. Decreto de 26/12/1822.
  12. Decisão nº 10 de 25/01/1823.
  13. Decreto de 26/08/1824.
  14. Carta de leitor publicada no *Spectador Brasileiro*, em 18/05/1827, assinada por O Conseqüente.
  15. RUEDAS DE LA SERNA, Jorge Antonio. *Arcádia: tradição e mudança*. São Paulo: Edusp, 1995. p. 19.
  16. GARÇÃO, Correa. *Obras poeticas e oratorias*. Roma: Typographia dos Irmãos Centenari, 1888. p. 503-512.
  17. GARÇÃO, Correa. op. cit. p. 509.
  18. Para detalhes, cf. KÜHL, Paulo Mugayar. *Os libretos de Gaetano Martinelli e a ópera de corte em Portugal (1769-1795)*. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 1998.
  19. ARAGÃO E LIMA, José Eugênio de. *Aódia*. Drama recitado no Teatro do Pará antes da ópera nele representada pelos auxiliares do regimento denominado da cidade em aplauso do fausto nascimento de Sua Alteza Real A Sereníssima Senhora d. Maria Tereza Augusta sucessora do reino e dos domínios de Portugal. Lisboa: Oficina de Simão Tadeu Ferreira, 1794. Do mesmo autor: *Drama*. Recitado no Teatro do Pará ao princípio das óperas e comédia nele postas pelo doutor juiz presidente da Câmara, e vereadores, do ano de 1793. Em aplauso do fausto nascimento de Sua Alteza Real A Sereníssima Senhora d. Maria Tereza Princesa da Beira e Presuntiva herdeira da coroa de Portugal. Lisboa: Oficina de Simão Tadeu Ferreira, 1794. Ambos os textos podem ser lidos em versão eletrônica na página <<http://www.iar.unicamp.br/cepab/libretos/libretos.htm>>.
  20. Cf. Maria Graham, que em seu *Diário* manifesta a curiosidade de conhecer o príncipe e a princesa no teatro. GRAHAM, Maria. *Diário de uma viagem ao Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1990. p. 220-221.
  21. Ruders, narrando suas experiências em Lisboa, descreve seu espanto diante da mudança do final na ópera *Gli Orazi e i Curiazi*: “A Catalani entrou nela (a tragédia) pela primeira vez mas nessa noite estava incomodada no peito e quase sem voz. O final da peça surpreendeu-me, embora eu soubesse que ela era dada em honra de S. A. R. o príncipe regente. Precisamente no momento em que Marcus Horatius (Prann), no

auge da cólera, devia apunhalar a irmã Horatia (Catalani), apareceu a imagem do regente de Portugal, ao fundo, num transparente, e essa aparição produziu um tal efeito que Prann já não pôde matar a Catalani, e que Crescentini, anteriormente assassinado por ele, surgiu em cena, juntamente com toda a companhia: atores, atrizes, dançarinos e dançarinas, entre as quais La Hutin, representando não sei que deusa casta, se fazia notar pelos seus longos cabelos flutuantes, que lhe chegavam às curvas das pernas, e que ao dançar espalhavam por todo o teatro uma nuvem de pó. E assim, após um momento de canto e dança, entremeados de genuflexões, caiu o pano, pondo fim a toda essa balbúrdia. / Para dar ensejo aos demais habitantes da cidade, de ver como as coisas se passam diante da corte, ao dia seguinte foi levado à cena o mesmo espetáculo, com a mesma soberba iluminação e o mesmo a-propósito final, só com a diferença de ser pago” (carta de 24/11/1801). RUDERS, Carl Israel. *Viagem em Portugal: 1798-1802*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1981. p. 240.

22. Não se conhecem os retratos expostos. Provavelmente, eram pinturas ou desenhos realizados em tecido, uma vez que quadros a óleo deviam ser muito grandes para serem vistos pelo público; além disso, a iluminação do teatro provocaria muitos reflexos nas obras, dificultando ainda mais a visão.
23. A *Gazeta do Rio de Janeiro*, em tais ocasiões, usava um texto que mais parecia uma fórmula: “Concorreu ao paço o corpo diplomático e grande número de pessoas das classes mais distintas para terem a honra de cumprimentarem a SS. AA. RR. por tão dignos motivos; pelos quais estiveram embandeiradas as fortalezas e embarcações surtas neste porto, e deram as salvas de costume”.
24. GRAHAM, Maria. op. cit. p. 218.
25. O libreto pode ser lido em COUTINHO, Gastão F. da C. *O triunfo da América*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1810. Disponível em: <<http://www.iar.unicamp.br/cepab/libretos/triunfo.htm>>. Acesso em: 4 out. 2007.
26. *Gazeta do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 13 maio. 1810, Seção Avisos.
27. SANTOS, Luiz Gonçalves dos (Padre Perereca). *Memórias para servir à história do reino do Brasil*. t. I. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1981. p. 255.
28. *Gazeta do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 19 maio 1810.
29. COUTINHO, Gastão F. da C. op cit. p. 16.
30. *ibidem*, p. 20.
31. Cf. MATTOS, Cleofe P. de. *José Maurício Nunes Garcia: biografia*. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, 1997. p. 76.
32. In: BERNARDES, Ricardo (org.). *Música no Brasil: séculos XVIII e XIX*. v. III: Corte de D. João VI. Obras profanas de José Maurício Nunes Garcia, Sigismund Ritter von Neukomm, Marcos Portugal. Rio de Janeiro: Funarte, 2002. p. 69-89.
33. DEBRET, Jean-Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. t. III. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1989. p. 60.
34. Enquanto não for encontrado um libreto da *Ulissea*, atribuído por C. P. de Mattos ao autor, a lista de suas obras é a seguinte: *Parabéns ao príncipe regente nosso senhor e à pátria pelos presságios felizes da restauração de Portugal*. Dedicados ao sereníssimo senhor infante Almirante general pelo autor d. Gastão Fausto da Câmara Coutinho, primeiro-tenente da Real Armada. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1808; *O triunfo da América*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1810; *O juramento dos Numes*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1813; *Resposta defensiva e analítica à censura que o redator do Patriota fez ao drama intitulado O juramento dos Numes*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1813; *Recenseamento ao pseudo-exame que o redator do Patriota fez à Resposta defensiva e analítica do autor do Juramento dos Numes (...)*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1814; *O challe* (Drama familiar em dois atos). Lisboa: Imprensa de Alcobia, 1823; *O estalajadeiro de Milão* (Drama joco-sério em três atos). Lisboa, 1824; *Leonide* (Comédia famosa intitulada (...), em três atos). Lisboa: 1823; *Paráfrase da Epístola aos Pisões, comumente denominada Arte poética de Quinto Horacio Flacco, com anotações sobre muitos lugares*. Lisboa: Typographia de José Batista Morando, 1853.
35. COUTINHO, Gastão F. da C. op cit.
36. *idem*.

37. idem.

38. idem.

39. Cf. JOLY, Jacques. Un'ideologia del sovrano virtuoso. In: *Dagl'Elisi all'inferno: il melodramma tra Italia e Francia dal 1730 al 1850*. Florença: La Nuova Italia, 1990. p. 84-94.

40. "De ti o início, a ti o fim; os cantos que encetei / a teu mandado, aceita-os; dá que em torno às tuas tēmporas / deslize, de permeio à hera, o louro da vitória". In: VIRGÍLIO. *Bucólicas*. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: Ed. da UNB, 1982. p. 129.

41. O Fado, Domingos Botelho; A América, Joaquina Lapinha; A Vingança, Rita Feliciano; A Poesia, Francisca de Assis; A Gratidão, Maria Cândida.

---

Recebido em 05/10/2007

Aprovado em 25/10/2007

**Karen Macknow Lisboa**  
Professora adjunta da Universidade  
Federal de São Paulo. Doutora em História Social.

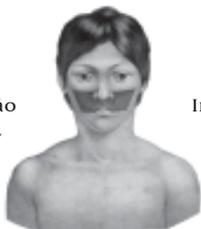
# Da Expedição Científica à Ficcionalização da Viagem

Martius e seu romance  
indianista sobre o Brasil

Neste texto, discute-se a dimensão indianista do romance de formação *Frey Apollonio*, do naturalista botânico alemão C. F. von Martius (escrito em 1831 e publicado em 1992), analisando-o no contexto da intertextualidade de autores brasileiros e franceses, no que tange às caracterizações da literatura indianista como representante de uma literatura nacional e do que era "brasileiro".<sup>1</sup>

*Palavras-chave: literatura de viagem; indianismo; romance de formação; romantismo;*

*Carl F. von Martius.*



In this essay we discuss the *indianismo* of the Bildungsroman *Frey Apollonio*, from the Bavarian naturalist C. F. von Martius (written in 1831, published in 1992).

Against the background of a Brazilian literature early in the 19th century, we analyze the novel in regard to the dialogue between Brazilian and French authors about the prospect of the *indianismo* in literature as an example of a Brazilian national literature.

*Keywords: travel literature; indianismo; Bildungsroman; romanticism; Carl F. von Martius.*

"(...) a gente quer passar um rio a nado, e passa; mas vai dar na outra banda é num ponto muito mais baixo, bem diverso do que em que primeiro se pensou." Guimarães Rosa, *Grande sertão: veredas*

“U m novo descobrimento do Brasil”. Com essas palavras, Sérgio Buarque de Holanda se refere à vinda de numerosos estrangeiros à colônia portuguesa na América do Sul após a abertura dos portos em 1808 e, conseqüentemente, a derrocada do antigo sistema colonial. São comer-

cientistas, artistas, imigrantes, naturalistas, diplomatas, mercenários, educadoras, vindos de diferentes regiões do Velho Mundo e dos EUA, que, motivados por diferentes objetivos, investigam minuciosamente o país.<sup>2</sup> Essa abertura de fronteiras inédita conferiu ao país um caráter cosmopolita, especialmente nas principais cidades portuárias, e de internacionalização, tributários dos interesses neocolonialistas das nações hegemônicas européias, sobretudo da Grã-Bretanha.<sup>3</sup>

Politicamente, a inversão do *status* colonial resulta, em 1815, na elevação do Brasil a Reino Unido de Portugal e Algarves, cuja sede passa a ser o Rio de Janeiro. No contexto das negociações de paz na Europa pós-guerras

napoleônicas e do rearranjo do concerto das nações, firma-se o casamento entre os Bragança e a Casa da Áustria: o herdeiro do trono, d. Pedro, terá d. Leopoldina, arquiduquesa da Áustria, como sua legítima esposa. É esse episódio histórico, em 1817, que motiva a Coroa austríaca a enviar, no séquito de d. Leopoldina, um grupo de naturalistas e estudiosos em missão científica ao reino nos trópicos.<sup>4</sup>

Já na Baviera, o rei Maximiliano José I, que era sogro de Francisco I da Áustria, pai de Leopoldina, fazendo bom uso dos laços sangüíneos e de corte, não perde a oportunidade de enviar os seus súditos Carl Friedrich Phillip von Martius e Johann Baptist von Spix com o séquito da arquiduquesa. Martius, botânico jovem e



VÖGEL-ZEICHN AM RIO DE S. FRANCISCO.

Aves na lagoa junto ao São Francisco. J. B. Spix e K. F. Ph Von Martius, *Reise in Brasilien*, 1823-1831

promissor, e Spix, experiente zoólogo, estavam incumbidos pela Real Academia de Ciências de Munique, sob os auspícios do rei, de realizar uma audaciosa expedição pelo Brasil.<sup>5</sup> Ao longo de três anos, percorreram cerca de dez mil quilômetros, que resultaram nos fascinantes volumes *Reise in Brasilien*,<sup>6</sup> publicados em Munique entre 1823 e 1831. No presente texto, porém, não nos deteremos a falar sobre essa relevante obra, e sim sobre *Frey Apollonio*, um romance escrito por Martius e ambientado na Floresta Amazônica, por onde viajou, com Spix, durante nove meses.

Em 1831, quando da edição do terceiro volume da *Reise in Brasilien*, Martius terminava o manuscrito de *Frey Appolonio: ein Roman aus Brasilien*, seu primeiro e, provavelmente, único romance. Essa obra, que assina como Suitram, anagrama do seu nome, aguardou mais de 160 anos para ser editada. Em 1992, ela vem a lume ao mesmo tempo na Alemanha e no Brasil, em versão traduzida.<sup>7</sup> Conforme o editor e tradutor, Erwin Theodor, *Frey Apollonio* pode ser compreendido como o “primeiro romance do Brasil, dentro e fora do país”, uma vez que este gênero, em sua forma mais apurada, teria chegado “tarde” por aqui. Esse caráter pioneiro será por nós questionado mais adiante. Theodor considera que o naturalista segue os cânones da literatura romântica, desvelando-se sua obra como um genuíno *Bildungsroman*, ou seja, um romance de formação, tão apreciado na virada do século XVIII e primeiras décadas do XIX.<sup>8</sup>

O livro narra os episódios de uma missão catequizadora – que malogrou – conduzida por Apolônio, um velho frei capuchinho. Obedecendo a uma ordem superior, o experiente frei fora incumbido de catequizar os índios Mura, no rio Japurá. Em sua missão, Apolônio é acompanhado por Riccardo, um comerciante de origem florentina que, além de procurar salsaparrilha, deveria proteger o ancião. E a eles juntou-se Hartoman, o naturalista alemão, *alter ego* de Martius, cujo objetivo era estudar a natureza e a população indígena.

#### FIÇÃO E RELATO DE VIAGEM

Conforme Martius escreveu em um breve prefácio assinado com seu anagrama (infelizmente, incluído apenas de forma parcial na versão traduzida), o romance fundamenta-se em acontecimentos reais. “Seus personagens viveram”, revela o autor, “conheci-as e tomei parte ativa de sua existência, ou então lhes ouvi narrar as experiências”.<sup>9</sup> A ação principal desenrola-se na viagem pelo Amazonas adentro, chegando até o rio Japurá – nos limites do Brasil com a atual Colômbia –, ponto mais ocidental que Martius realmente pôde atingir. De fato, a figura de frei Apolônio aparece no volume dois de *Viagem pelo Brasil*. Foi esse capuchinho italiano que inspirou o personagem central do livro. O comerciante Riccardo, fiel companheiro de viagem de Hartoman, lembra o capitão Zani, experiente guia que conduziu os naturalistas Spix e Martius na expedição pela região amazônica. E o personagem Hartoman é o

*alter ego* de Martius. Trata-se de um apelido – assim revela um diário inédito do autor – que lhe foi conferido em uma hospedaria, quando de sua morada em Munique na juventude.<sup>10</sup> Gregório, o índio companheiro, também participou de uma etapa da viagem, de 1817 a 1820. E a índia Esperada, que morre vítima de varíola, talvez seja uma abstração da menina miranha que, com um menino da tribo dos juris, foi levada pelos naturalistas à Europa. Ambos morreram alguns meses depois em Munique. Já para os personagens incas Pachacutec,<sup>11</sup> sua irmã e o pai Tsomei, não há indicações biográficas que os relacionem diretamente a Martius.

Nota-se que os personagens principais do livro, com exceção de Gregório e Esperada, não eram originários do Brasil, contrariando a referência ao país que consta no subtítulo da obra, como uma opção do editor. Neste ponto, talvez seja importante mencionar que nem Martius estava certo de como chamaria o romance, oscilando entre “Brasil”, ou “do Brasil”, como, por exemplo, *Frey Apollonio, Menschen und Naturgemälde: ein Roman aus Brasilien, nach Erlebnissen und Erzählungen von Carl Hartoman* (ou seja, *Frei Apolônio, quadros humanos e da natureza: um romance do Brasil, segundo vivências e narrativas de Carl Hartoman*), e a região da bacia do rio Amazonas, como *Frey Apollonio, Bilder vom Amazonasstrome, aus den Papieren C. Hartoman's* (*Frei Apolônio, quadros do rio Amazonas, segundo apontamentos de C. Hartoman*).<sup>12</sup>

Em uma possível polêmica na escolha do título, uma vez que ignoramos o favorito de Martius, há uma diferença de sentido entre as variantes que fazem menção ao *Brasil* e as que se referem à *bacia do Amazonas*. Enquanto a primeira sugere a abstração de uma territorialidade nacional e, por conseguinte, poderia ser interpretada como uma imagem de Brasil, a segunda prioriza uma região geográfica específica, com características próprias, regionais e não nacionais. Em todas as opções, no entanto, prevalece a indicação de que se trata de apontamentos de viagem do naturalista Hartoman, indicando, nesse sentido, a preocupação com a verossimilhança que o autor queria emprestar a sua obra.

#### A TEMÁTICA DO ROMANCE

**F**rei Apolônio é um nobre português cujas desgraças forçaram sua emigração da terra pátria, resultando em uma peregrinação pelo mundo que, de início, era laica, mas se tornou religiosa. O personagem passa por uma série de sofrimentos e provações que o transformam, sintetizando a crença no progresso da alma humana. Termina seus dias dedicando-se à catequese de índios amazonenses. Riccardo é o imigrante florentino que, marcado por inúmeras aventuras e acidentes ocorridos em solo europeu, consegue sua sorte no Novo Mundo. Hartoman é o naturalista viajante alemão cuja estadia na região amazônica é temporária, em função dos seus objetivos científicos. Tsomei e seus filhos Pachacutec e Oéli são incas – não da re-

gião do Amazonas para além das fronteiras brasileiras, e sim das montanhas de Quito – que se refugiaram na solidão da selva amazônica brasileira. Lá se estabeleceram para escapar da força destruidora do colonizador europeu.

Há ainda um vulto misterioso (Abraham/Santom) que, inexplicavelmente, surge e desaparece. No final da narrativa, após sua morte, revela-se aos leitores e personagens que era o filho de Apolônio, nascido nas “Arábias”. A bela índia Esperada, catequizada e fiel ao seu missionário, e o índio Gregório, “companheiro de Martius”, são os únicos personagens nativos, que assumem certa relevância. O destino trágico de Esperada faz com que não consiga se salvar de um surto de varíola que assola a missão de Apolônio, deixando entrever o aspecto trágico do encontro entre os europeus e a população indígena.

Os efeitos da colonização européia na América e a contradição do processo civilizador eurocêntrico formam o pano de fundo da trama. Discutem-se as diferenças entre a Europa e o Novo Mundo, questiona-se a crença na superioridade cultural do branco, idealiza-se o ambiente natural dos trópicos, recorrendo ao tema da lassitude do mundo europeu de cuja realidade se deseja escapar. A paixão pela natureza selvagem e as oscilações anímicas, provocadas pela percepção do indivíduo como uma totalidade submetida a uma força misteriosa condutora dos destinos humanos, são projetadas na pujança da mata equatorial. Esta se torna um espaço romântico de meditações e

palco de encontro e vivências inusitadas entre os personagens.

Ao longo de toda a obra, o deslocamento geográfico de Hartoman conduz a narrativa, pontuando o tempo presente e o espaço físico no qual os personagens se encontram. As longas conversas entre os três principais personagens – Hartoman, Apolônio e Riccardo – articulam, segundo José Paulo Paes, uma estrutura dialógica de tipo platônico.<sup>13</sup> Nelas são rememorados os dramas individuais de cada protagonista, evocando um tempo passado. Amores malogrados, guerras, revoluções e fugas, bem como aparições sobrenaturais e coincidências misteriosas mapeiam o percurso de suas vidas. Diferenças religiosas (o protestantismo de Hartoman, o catolicismo de Apolônio, o deísmo de Riccardo, a ambigüidade do credo de Abraham/Santom, o “paganismo” dos índios), culturais (as diferentes origens dos personagens) e raciais reiteram a concepção de um mundo cosmopolita, por meio do qual o leitor migra das matas equatoriais ora para a Europa, ora para o Oriente, proporcionando uma diluição do espaço geográfico e temporal da narrativa. Ainda segundo Paes, a linha de argumentação desses diálogos não segue linearmente das premissas às conclusões, mas, sim, constrói-se em um vai-e-vem de afirmações e contestações em que se desenha um “campo de forças” do qual Hartoman consegue extrair a sua lição, de acordo com os ditames de um romance de formação.<sup>14</sup>

Em suma, em *Frey Apollonio*, nota-se a recorrência de três assuntos: a especi-

ficidade da natureza tropical, as tensões e oposições entre os europeus e os índios, e a comparação entre o Novo e o Velho Mundo. Dada a extensão dessas temáticas, concentramos o presente texto na questão indígena.

#### O CONTEXTO DA OBRA

Antes de avançar na análise, é preciso lembrar que essas temáticas inserem-se num contexto maior. Ou seja, é possível perscrutar

esses assuntos, sobretudo o primeiro e o segundo, em outras obras do período, questionando desde já o pioneirismo de *Frei Apolônio*, considerado por Theodor “o primeiro romance do Brasil”.<sup>15</sup> Apoiando a nossa reflexão nos estudos de Antonio Cândido, podemos concordar com Theodor que, nessas primeiras décadas do século XIX, não há um movimento literário no Brasil independente dos vínculos europeus e também ex-metropolitanos. Cândido advoga que a “literatura brasileira

adquire consciência da sua realidade – ou seja, da circunstância de ser algo diverso da portuguesa – depois da Independência”, embora essa consciência emanasse muito mais de um desejo do que da verificação objetiva de um estado de coisas. “Com efeito, pouco havia nas débeis letras de então que permitisse falar em literatura autônoma – seja pelas características das obras, seja pelo número reduzido de autores, seja, principalmente, pela falta de articulação palpável de obras, autores e leitores de um sistema coerente.”<sup>16</sup> Esta consciência vislumbrava a independência espiritual dos laços com Portugal e, inspirada no historicismo, segundo o qual a literatura é entendida como consequência direta dos fatores do meio e da época, defendia a idéia de que cada país e cada povo possuía a sua própria literatura, com características peculiares. Antonio Cândido sugere que a grande hipótese de trabalho dos literatos do



*Caramurú, e sua consorte Paraguáçu.*

José de Santa Rita Durão, *Caramuru*, 1781

início do século XIX, que norteia o movimento romântico no Brasil, seria a idéia de que o país tem uma natureza e uma população diferentes das de Portugal e também uma organização política distinta – sendo a literatura relativa ao meio físico e humano, ela teria que ser diferente da de Portugal. “Ser bom, literariamente, significava ser *brasileiro*; ser *brasileiro* significava incluir nas obras o que havia de específico do país, notadamente a paisagem e o aborígine. Por isso o indianismo aparece como timbre supremo de brasilidade.”<sup>17</sup>

Segundo o crítico, uma das referências básicas da literatura romântica brasileira encontra-se no poema épico *Caramuru*, do “brasileiro” Santa Rita Durão, publicado em Lisboa no ano de 1781. Para os nossos fins, vale a pena reproduzir, ainda conforme esse autor, os elementos que caracterizam *Caramuru* e sua recepção nos meios literatos europeus. Trata-se de uma epopéia religiosa, antipombalina (a civilização se identificava com o catolicismo e se devia ao catequizador, em particular o jesuíta); apresenta-se uma visão grandiosa e eufórica da natureza – o *locus amoenus* se encontrava por todo o país; o homem natural, ou seja, o índio, “aparece vivendo, sob certos aspectos, num estado de pureza, cuja perfeição o europeu admira, não custando ver que seus princípios morais e a conduta decorrente são uma espécie de depuração dos ideais do branco”.<sup>18</sup>

Em síntese, há um movimento ambíguo na obra, que, de um lado, simboliza a lusitanização do país por meio da iniciativa dos portugueses e, de outro, o nativismo

representado pela incipiente consciência de uma individualidade própria do colono português e do índio, dotado de uma bondade natural, ainda que antropófago. Foi justamente a sua temática indianista e nativista que os românticos aproveitaram, conforme se pode acompanhar na *Histoire littéraire* do francês Ferdinand Denis.<sup>19</sup> A seu ver, *Caramuru* seria o “grande exemplo de literatura nacional”, independente de suas qualidades literárias. O rebate foi ouvido primeiramente na França, onde, em 1829, é traduzido em prosa por François Eugène Garayde Monglave. E logo em seguida, em 1830, portanto antes que Martius finalizasse seu romance, dois autores de “ínfima categoria literária”, Daniel Gavet e Philippe Boucher, publicaram *Jakaré-Ouassou ou les toupinambas*,<sup>20</sup> romance diretamente ligado ao tema do *Caramuru* e considerado o “primeiro romance indianista de assunto brasileiro”. Nele, encontram-se os elementos que caracterizariam a ficção indianista brasileira: “índio nobre e índio vil; branco nobre e branco vil; colonizador piedoso e colonizador brutal; amores impossíveis entre branca e índio; linguagem figurada e poética, para dar o *tom* da mente primitiva”.<sup>21</sup>

Essa dimensão pioneira da ficção indianista entre os autores franceses tem mais um precursor. Em 1823, Édouard Corbière publica as *Élegies brésiliennes*, inspiradas em cantos regionalistas colhidos por algum viajante (talvez o próprio Ferdinand Denis) no sertão da Bahia. Para Cândido, os poemas de Corbière formariam o “primeiro livro pré-romântico a tratar o aborígine brasileiro por certos ângulos, retomados em

seguida por outros franceses”, como Ferdinand Denis e os autores de *Jakaré-Ouassou*.<sup>22</sup> E o próprio Denis, antecipando as sugestões que fará em sua *Histoire littéraire*, publica, em 1824, as *Scènes de la nature sous les tropiques suivies de Camoens et Jose Índio*. No texto, inclui um episódio romanesco, “Os machakalis”, uma ficção indianista que repercutiu entre os autores brasileiros. Em 1826, ao publicar a *Histoire littéraire*, Denis não somente formula suas idéias para uma literatura brasileira, mas também sintetiza as preocupações da literatura francesa contemporânea com a brasileira, popular, primitiva, medieval, cristã, sublinhando a necessidade de que vindouros poetas e escritores brasileiros explorassem a natureza e a temática indianista:

Que os poetas dessas regiões (Novo Mundo) contemplem a natureza, que se inspirem de sua grandeza, e em poucos anos eles se tornarão iguais a nós, talvez nossos mestres (...). Que o poeta dessas belas regiões (...), após haver lançado um olhar compassivo para os séculos decorridos, ele a retome (a lira), e lamente as nações aniquiladas, excite uma piedade tardia mas favorável aos restos das tribos indígenas, e que esse povo exilado, diferente por sua cor e seus costumes, não seja esquecido nos cantos do poeta; que ele adote uma nova pátria – e ele mesmo a cante (...).<sup>23</sup>

Nota-se, portanto, que os assuntos “brasileiros” serviram de substrato igualmente aos franceses para a criação de obras ficcionais, quer seja na poesia, quer

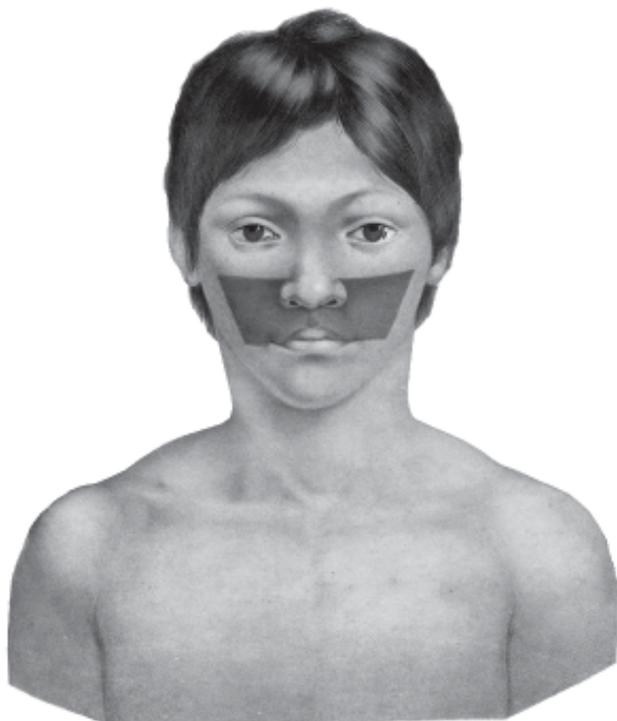
seja na prosa, ainda antes de Martius ter publicado o seu romance “brasileiro”. Pioneirismos à parte, o que aqui nos interessa sublinhar é o fato de que os europeus produziram obras inspiradas em temáticas, por assim dizer, brasileiras ou em autores brasileiros, como Santa Rita Durão. Também Martius, homem erudito e que conhecia a bibliografia sobre o Brasil, faz uma menção ao poeta de *Caramuru*, que “cantou o descobrimento do Brasil”.<sup>24</sup> No entanto, não sabemos se ele leu todos esses autores franceses. Em todo caso, é notória a comunhão temática que se manifesta na literatura de língua francesa e alemã: a exuberante natureza tropical, o indianismo e a caracterização das especificidades do Brasil, ou de uma região do Brasil, em oposição à Europa. No caso de Martius porém, com a particularidade de que o romance não exerceu nenhum tipo de impacto na Europa, tampouco no Brasil, por não ter sido publicado. Diferente dos autores franceses e dos próprios relatos de viagem e do conjunto da obra científica de Martius (em parte em co-autoria com Spix), que tiveram ampla recepção no meio letrado brasileiro.<sup>25</sup>

#### À DIMENSÃO INDIANISTA DO ROMANCE

Como afirmamos anteriormente, nosso propósito é entender as dimensões indianistas do romance *Frei Apolônio*. Conforme as sugestões de José Paulo Paes, a obra toma forma por meio de uma estrutura dialógica do tipo platônico, possibilitan-

do o confronto entre as diversas posições dos personagens e o seu aprendizado. É possível perscrutar um triângulo dialógico Hartoman-Riccardo-Apolônio, no qual cada um representa um tipo de discurso diante do que os europeus devem e podem fazer na América: o discurso utilitário de Riccardo, o idealista de Hartoman e o catequético de Apolônio.

Desse modo, o utilitarismo de Riccardo sintetiza-se na opinião de que o importante na irradiação da civilização no Novo Mundo não é a religião cristã, como acham Apolônio e Martius, mas sim, por assim dizer, os progressos tecnológicos. A essa



JURI

Índio Juri. J. B. Spix e K. F. Ph von Martius, *Reise in Brasilien*, 1823-1831

visão pragmática, opõem-se Hartoman e Apolônio. Para o naturalista, o pujante mundo natural é visto como um obstáculo para o progresso humano movido pela história: “a natureza, de tão viçosa, sobrepõe-se à história, não permitindo que ela reclame seus direitos, e o homem vê-se despojado de sua dignidade e relevâncias históricas”. Por isso, advoga que somente o “verdadeiro europeu” tem condições de levar a sua “pátria a todos os cantos, todos os mares e todas as regiões”, impulsionado pelo seu caráter de “humanidade cristã” e desta forma concorrendo para o processo civilizador.<sup>26</sup> Frei Apolônio comunga com esta visão idealista

e eurocêntrica de Hartoman, sendo ele próprio porta-voz da missão européia no Novo Mundo. Ele estava convicto de que sua permanência nas selvas do Brasil poderia “surtir efeitos, capazes de beneficiar ainda os netos” da população indígena. Apostava que a “benção do cristianismo e da cultura européia” somente se asseguraria com o convívio diário com os “semi-selvagens”, praticando “justiça” e “amor”.<sup>27</sup>

Riccardo entra em confronto com o discurso catequético de Apolônio e com a visão inicialmente depreciativa que Hartoman possui acerca dos índios. No capítulo “Selvagem”, trava-se discussão exemplar em que as diferentes posturas se revelam. O naturalista Hartoman, ainda muito absorvido nas teses que demonstram a

inferioridade natural dos indígenas americanos,<sup>28</sup> defende a opinião de que eles vivem num “desolador embotamento espiritual”. Em contrapartida, Riccardo procura mostrar ao viajante que é “injusto (...) medir o caráter e a vida das pessoas de acordo com as suas opiniões”. E considera ser um dever cristão reconhecer os índios e não condená-los. Embora deixe transpirar certa tolerância, o comerciante não escapa de seu etnocentrismo, focado no nítido interesse utilitarista e pragmático, senão explorador e colonialista: acredita que a Providência teria criado os índios a favor do “branco”, do contrário não seriam tão solícitos, não seriam seus fiéis remadores, não ajudariam no trabalho da terra, e a própria viagem exploratória perderia, para Hartoman, o seu maior atrativo, o aspecto “exótico” e “bizarro”. Estas observações deixaram o naturalista aborrecido, apesar de reconhecer a sua pertinência.<sup>29</sup>

Em outra ocasião, a polêmica entre ambos é retomada. Martius reitera o seu olhar piedoso sobre os indígenas, por reconhecer a sua “boa índole” e, ao mesmo tempo, a sua incapacidade de sair de uma vida “uniforme e espiritualmente pobre” para atingir um “estado mais elevado da existência”. Se para Martius essa percepção evoca dor e tristeza, para Riccardo ela nada mais é que uma constatação preconceituosa dos europeus diante dos indígenas. No seu entender, os índios eram muito felizes, “talvez mais felizes do que nós europeus, na camisa de força de nossa assim chamada cultura; felizes são no gozo de uma natureza

rica, nunca adversa, nem madrasta”. Vivem afastados de todas aquelas necessidades, “verdadeiras ou imaginárias”, de todos os “prazeres reais ou falsos” que mantêm os europeus acorrentados. E reitera: “esses índios não são infelizes, ou o são apenas onde nós, mais por egoísmo do que por humanitarismo, resolvemos cuidar de sua felicidade”.<sup>30</sup>

Riccardo traz argumentos suficientes para relativizar a pretensa felicidade do europeu. Polemiza igualmente com as concepções que defendem a inferioridade natural dos índios e a sua ausência de perfectibilidade,<sup>31</sup> discussão na pauta do dia nos círculos pensantes do século XIX. Critica os missionários que não conseguiram enxergar o índio como “nosso semelhante” e considera mesmo que a catequização é supérflua, tendo em vista que os índios, por meio de sua vida simples e prazerosa, teriam uma “relação sagrada com o seu Criador”.<sup>32</sup> E, comparando-os com os europeus, não os vê como “inferiores”. Havia, na Europa, exemplos suficientes de ignorância e imoralidade. Acredita até ter encontrado mais virtudes entre muitos desses “índios rudes, não iluminados por nenhum fulgor do Evangelho”. Indo ao encontro do que Antonio Cândido identifica como um dos elementos básicos nas ficções indianistas, o discurso de Riccardo apresenta os índios como figuras depuradas dos ideais brancos: neles bateria um “coração mais meigo, mais receptivo às verdadeiras sensações de alegrias humanas e familiares do que em muitos europeus”. Mais uma vez, as palavras do comerciante

te teriam abalado a cabeça do naturalista alemão, que, a partir daquele momento, acreditava ser “um observador imparcial da vida familiar dos índios”.<sup>33</sup>

Apesar dessa imagem idealizada dos indígenas, Riccardo não rejeita a necessidade de “civilizar” o índio e nele inculca a noção de propriedade e do cultivo da agricultura, além dos valores europeus: “nada é mais importante do que acostumá-lo ao desempenho das habilidades européias na conquista do seu sustento de existência”.<sup>34</sup>

Hartoman também contesta as posições de Apolônio. O naturalista expõe de início, claramente, o quanto considera os indígenas debilitados, aduzindo sua visão decadentista: “a humanidade americana parece-me ser uma imensa ruína. São restos decadentes de poderosa construção, erguida há tempo – há milhares de anos provavelmente –, colossal, grave e fantástica”. Recusando qualquer possibilidade de superar essa degeneração, e duvidando mesmo da eficiência da educação cristã, adverte: “o (que) quer que tente fazer com esses homens vermelhos, não conseguirá desenvolver nesse material humano nem nova humanidade e nem recuperar a sua antiga e nobre civilização”.<sup>35</sup> Apolônio, obviamente, não aceita esta tese, querendo convencê-lo dos resultados positivos obtidos até aquele momento graças ao esforço das missões religiosas. Acredita que três séculos não foram suficientes para realizar a grande obra, por isso urge ter “paciência”. Diante da desconfiança de Hartoman de que os índios, em verdade, não teriam “necessidade íntima do cristianismo, ou de

qualquer religião que seja”, Apolônio apresenta uma série de argumentos baseados na sua experiência de catequese e no conhecimento que tinha dos mitos e das línguas indígenas, provando sua suscetibilidade ao cristianismo. Hartoman passou, daí por diante, a enxergar os “selvagens” sob uma “luz mais amena” e respeitar a “velha máxima de que ‘todos os homens são irmãos’ (...), vindo a encarar a missão apostólica de seu amigo com maior confiança”.<sup>36</sup>

Mas os trágicos acontecimentos que acometem a missão de Apolônio no Japurá e na aldeia de Guri põem em cheque os resultados da obra catequizadora. O contato com os muras, razão principal da missão, malogrou. E, entre os coretus, o número de neófitos teria aumentado rapidamente, até o cacique, que se cristianizou, ser assassinado pelo próprio povo, por ter sido considerado um traidor. Apolônio decide voltar para Guri, porém encontra a aldeia assolada pela varíola, e vários índios mortos, entre eles a jovem Esperada.

Aos olhos de Hartoman, antes ainda de reavaliar as suas teorias decadentistas sobre os índios americanos, Esperada emerge, por assim dizer, como uma esperança (o nome dela não é fortuito), de um lado, no sucesso da atuação da “humanidade cristã” na colônia e, de outro, na capacidade dos “selvagens” de absorver a “civilização”. Explorando mais uma vez a temática da depuração dos ideais europeus projetados nos índios, Esperada não somente seria mais bela, mas também “pura, inocente e

diáfana, como um ser paradisíaco". Ela representa a perfeita imagem do "autóctone" submisso, que de bom grado aceita uma relação paternalista com o frei Apolônio, a ponto de admirá-lo devotamente.<sup>37</sup> A sua admiração se estende a Hartoman, a quem prestou ajuda. Alfabetizada e interessada em leituras, tornou-se uma assistente do naturalista, "tão hábil quanto curiosa". Sua adulação seria tamanha, que não somente queria aprender alemão, mas também que ele a levasse ao seu país, "onde tudo é bonito e maravilhoso, como no paraíso".<sup>38</sup> Contudo, como já mencionado, Esperada não sobrevive a um surto de varíola que viceja em sua aldeia. Com ela enterram-se simbolicamente as esperanças dos brancos para com o destino dos indígenas.

**M**as eis que no romance surge um contraponto a esse desolado cenário: os personagens incas Tsomei e Pachacutec. Hartoman refere-se a Pachacutec como sendo "um indivíduo excepcional, extremamente raro entre a raça vermelha". Nota sua diferença em relação aos outros índios que conheceu, por recusar com muito ódio nos olhos a aguardente que Hartoman lhe oferece – tradicional meio que os brancos usavam para chegar-se aos índios. E pela primeira vez desde que se encontrava entre os "selvagens" sentiu medo. No primeiro diálogo entre o naturalista e o inca, em espanhol, há uma dimensão anticolonialista e antieuropeia, reiterada mais tarde pelas palavras de Tsomei. Pachacutec alerta Hartoman de que os brancos só trouxeram para os índios do

Japurá "veneno, inimizade, perjúrio e escravidão".<sup>39</sup> Por isso merecem ser odiados pelo seu povo.<sup>40</sup>

Hartoman é finalmente recebido na aldeia de Tsomei. O que antes havia notado de especial em Pachacutec era válido para todos os seus habitantes. Um "sopro de civilização" os elevaria acima dos "selvagens comuns". A indumentária branca, os adornos de penas coloridas, a beleza cativante da irmã de Pachacutec – alta e clara – e as ricas plantações cultivadas pelos habitantes da aldeia fizeram com que Hartoman se sentisse "transportado a outro país", resultado de mais um quadro do olhar depurado de valores europeus: virtudes, ordem, beleza e idealização da vida natural, porém já sedentária. Tsomei revela a Hartoman a sua origem – eram refugiados das montanhas de Quito, onde os europeus haviam destruído a sua cultura.<sup>41</sup>

O encontro com esses indígenas deixou profunda impressão no viajante. À noite, ele foi acometido por terríveis visões que recontavam a história da América. Nessas imagens apareceram

[...] horríveis figuras daqueles conquistadores, em cujas veias ardia o fogo do inferno, cujos membros férreos eram capazes de debelar a própria dor com a mesma indiferença com que liquidavam a vida do inimigo. Pizarro e Almagro e o terrível monge de Valverde atravessaram assim o mar dos cadáveres americanos em estertores, e até onde alcançavam os olhares do jovem (Hartoman), (...) em toda parte o mesmo e pungente qua-

dro de destruição e morte: em toda parte a luta do homem contra o homem. (...) A morte havia recolhido aquela raça e tudo era silêncio nos campos e nas florestas do Novo Mundo.<sup>42</sup>

A resistência indígena se cristaliza, na prática, quando Apolônio e Hartoman procuram Tsomei para lhe pedir apoio em sua missão “benfazeja” de levar igreja e escola aos muras. Este logo os adverte, lembrando que não é índio de seu “rebanho” e que ninguém de seu povo havia pedido o “estabelecimento de sua Igreja” naquelas paragens:

Vede bem onde estais, padre! Não vos procurei, vós me procuraste. (...) Dirijo-me a vossos cabelos brancos, e não a vossa boca, pois a boca do europeu enganou os vermelhos desde que chegou a este país. Sobre grelhas de ferro serrastes o meu sangue, flagelastes meu suor por vil dinheiro. Não pode haver sociedade entre nós.<sup>43</sup>

Apolônio reconheceu que “de nada adiantava opor-se a tal energia”, mesmo se tentasse lhe explicar que ele, como o próprio Tsomei, pertencia aos melhores de seu povo, de forma que os “pecados” que os outros europeus cometeram contra os índios não deveriam distanciá-los. Enfim, o malogro da missão era inevitável. O mesmo já não se pode dizer acerca da missão científica de Hartoman. Enquanto Tsomei e Pachacutec recusam qualquer relação e colaboração com Apolônio, a atividade de Hartoman não sofre qualquer objeção: “esse jovem ali, que procura er-

vas medicinais na nossa selva, tem a minha permissão”.<sup>44</sup> Que por trás das palavras ingênuas de Tsomei soa a voz interessada do naturalista bávaro que viaja em missão oficial financiada pela Coroa e a Real Academia de Ciências de Munique, não surpreende. Aqui se defende a idéia de uma ciência pretensamente neutra, cujos objetivos estariam desvinculados de interesses econômicos e (geo)políticos e que, por isso, pode se sobrepor à religião e estar a serviço da humanidade. Essa neutralidade, obviamente, a história já se encarregou espírito.<sup>45</sup>

Agora sim, aparentemente mais desprendido de seus preconceitos europeus, Hartoman experiencia uma “identificação afetiva” com os índios, segundo a qual se fecundaria a identificação entre o europeu e o “selvagem”. E esta poderia ser a atitude básica para um olhar menos eurocêntrico.<sup>46</sup>

No entanto, o problema da colonização e o choque entre os brancos e os índios não se resolvem. Quando Hartoman já estava se distanciando da costa brasileira, avista uma pequena ilha lindamente arborizada. Ao aportar nela, encontra um lugar de “paz e alegria”. Hartoman faz uma criteriosa descrição da idílica vida que levariam esses ilhéus. “Pela primeira vez lhe era dado ver na realidade o que até agora só conhecia como fábula aformoseante, como representação poética idealizante do paraíso”. Sua população, entretanto, não era formada por índios puros, mas sim por mestiços de sangue branco que “jactavam-se de serem cristãos”. Voltando atrás em suas opiniões,

o naturalista acha que “esses seres, aparentados com os *índios* pelo sangue, eram muito mais felizes, porque sofreram transformações mais profundas no espírito”. E aposta que esse seria o fruto de seus corações iluminados pelo cristianismo.<sup>47</sup>

Nota-se que, em *Frei Apolônio*, esta imagem utópica deve, por um lado, resolver o impasse criado pelo malogro da missão de Apolônio e pela paulatina transformação da consciência de Hartoman face à violência da colonização europeia na América e, por outro, neutralizar ora o pragmatismo utilitarista, ora as opiniões quase anticolonialistas e idealizantes acerca da bondade natural dos indígenas de Riccardo. Vale recordar que, na epopéia religiosa de *Caramuru*, a civilização se identifica com o catolicismo e a religião serve de “argamassa que liga as partes e solve as contradições” da trama colonizadora.<sup>48</sup> Em *Frei Apolônio*, também se projeta uma resolução apoiada na religião cristã, não necessariamente católica, cuja eficiência, porém, se daria graças à miscigenação entre o branco e o índio. Até que ponto esse processo de mistura racial implicaria a sobreposição da cultura europeia em detrimento da indígena não é uma questão relevante na paradisíaca ilha de Hartoman. Já para Martius, a questão da miscigenação, como se sabe, será assunto em ulteriores textos. Mais de uma década após o término de *Frei Apolônio*, o naturalista sugere, no tratado “Como se deve escrever a história do Brasil”, que a mistura racial entre brancos, índios e negros seria um fenômeno

que particularizaria a nação brasileira em formação, corroborando o seu processo civilizador, em que os portugueses ocupariam o papel de maior relevância absorvendo os negros e indígenas.<sup>49</sup>

Para concluir este breve ensaio, pode-se afirmar que, em *Frei Apolônio*, o “timbre supremo da brasilidade”, repetindo as palavras de Antonio Cândido, reside certamente na temática da natureza tropical, que não foi o nosso objeto de análise. E ele ecoa menos na idealização do índio brasileiro – e mais no idealizar de uma sociedade composta por mestiços de brancos e índios, cristianizados e europeizados. Essa talvez seja, no contexto da literatura romântica estrangeira sobre o Brasil, a particularidade do romance *Frei Apolônio*. Além disso, a dimensão indianista do romance escapa das fronteiras brasileiras ao introduzir a imagem depurada do indígena inca. Por ser considerado aos olhos europeus de Hartoman como culturalmente “superior” ao “selvagem brasileiro”, é ele o representante da “raça vermelha” capaz de formular um discurso de resistência, pautado, no entanto, nos valores europeus e não de fato indígenas. Aqui vale citar J. C. Mariategui, que, ao caracterizar a “literatura indianista” no Peru (que, no Brasil, Cândido chama de indianista), sublinha que ela não nos pode dar uma “versão rigorosamente realista do índio. Ela deve idealo e estilizá-lo. Também não pode nos dar a sua própria alma”, porque ela não é verdadeiramente indígena,<sup>50</sup> ainda que Martius tenha tentado compreender a sua cultura por meio de observações etnoló-

gicas. E Hartoman, no romance, aponta para uma possível rotação na perspectiva eurocêntrica em relação ao indígena.

Enquanto a literatura indianista no Brasil imperial, inspirada em autores europeus, foi tomando cada vez mais corpo, com a preocupação de forjar na imagem do (extinto) índio (tupi) o símbolo da brasilidade, no campo da política indigenista observase um vácuo, um vazio que se manifesta na guerra “justa” travada contra os botucudos, considerados bugres, na escravização ilegal de índios em geral e na morosidade para aprovar uma legislação que regulamentasse o funcionamento dos aldeamentos. Nesse sentido, se a literatura indianista não nos pode mostrar “a alma indígena”, a discussão acerca de sua “perfectibilidade” e capacidade de absorver o cristianismo (tese de Apolônio) e

a civilização por meio do convívio com os brancos (tese de Riccardo), ou do seu cruzamento com os brancos (tese de Martius), não estava tão despreendida do contexto político e das intenções de integrar ou assimilar, ou exterminar o índio da sociedade.

Por fim, a dúvida de Martius acerca do título do romance talvez fosse decorrência de uma tensão que enxergava entre uma idéia de Brasil, representada pela Amazônia, cuja população autóctone “brasileira” estaria condenada ao desaparecimento, e uma idéia de Amazônia, que abrigaria almas de todas as partes do mundo, emprestando àquela região uma dimensão internacional e cosmopolita, o que faria jus ao momento histórico pelo qual a antiga colônia portuguesa na América estaria passando após 1808.

## N O T A S

1. Uma versão preliminar deste estudo encontra-se em LISBOA, Karen M. A utopia da grande literatura: “Frey Apollonio”, um romance do Brasil. In: MONTEIRO, John M.; BLAJ, Ilana (orgs.). *História & utopias: textos apresentados no XVII Simpósio Nacional de História*. São Paulo: ANPUH, 1996. p. 340-45. Agradeço a Enrique Amayo as sugestões feitas a esta versão.
2. HOLANDA, Sérgio Buarque de. A herança colonial: sua desagregação. In: \_\_\_\_ (org.). *História geral da civilização brasileira*. 4. ed. t. II. v. 1. São Paulo: Difel, 1976. cap. 1. p. 13.
3. MOTA, Carlos Guilherme. Europeus no Brasil à época da Independência. In: \_\_\_\_ (org.). *1822: dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1972. p. 60.
4. A missão científica de d. Leopoldina contou com o botânico Emanuel Pohl, o mineralogista Rochus Schüch, o naturalista Giuseppe Radi, o zoólogo Johann Natterer, o entomologista Johann Christian Mikan, o botânico Heinrich Wilhelm Schott, o pintor Thomas Ender, o caçador Ferdinand Wilhelm Sochor, e os desenhistas G. K. Frick, Johann Buchberger e Franz Joseph Frühbeck.
5. Johann Baptist von Spix nasceu em 1781, em Höfstadt an der Aisch. Estudou filosofia, teologia e medicina em Würzburg, doutorando-se em medicina e especializando-se em zoologia. Antes de viajar ao Brasil, realizou expedições científicas na França, Itália e Suíça. Foi membro de várias academias científicas. Morreu em 1826, seis anos após o

retorno da viagem pelo Brasil, e não pôde concluir suas pesquisas. Carl Friedrich Philipp von Martius nasceu em 1794, em Erlangen. Estudou medicina, doutorando-se em botânica. Foi professor da Universidade de Munique e membro de várias academias científicas, entre elas o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Além de sua monumental obra botânica, escreveu textos sobre etnografia e historiografia brasileira. Ao contrário de Spix, Martius ainda viveu muito tempo (morreu em 1868), tornando-se, por assim dizer, um especialista sobre o Brasil, sobretudo no campo da botânica e da etnografia indígena. Sem sombra de dúvida, a viagem pelo Brasil serviu de inesgotável fonte para suas pesquisas e textos literários. Para mais dados sobre os autores, ver LISBOA, Karen M. *A nova Atlântida de Spix e Martius: natureza e civilização na "Viagem pelo Brasil" (1817-1820)*. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 1997.

6. SPIX, J. B.; MARTIUS, C. F. P. von. *Reise in Brasilien auf befehl Sr. Majestät Maximilian Joseph I. Königs von Baiern in den Jahren 1817-1820*. Theil 1-3 und Atlas. München; Leipzig: M. Lindauer, I. J. Lentner, Friedrich Fleischer, 1823-1831. A versão brasileira, *Viagem pelo Brasil*, foi editada em 1938, pelo IHGB, com tradução de Lúcia Furquim Lahmeyer, e teve várias reedições.
7. MARTIUS, C. F. F. von. *Frey Apollonio: ein roman aus Brasilien*. Berlin: Dietrich Reimer Verlag, 1992. A tradução: \_\_\_\_\_. *Frei Apolônio: um romance do Brasil*. Organização e tradução de Erwin Theodor. São Paulo: Brasiliense, 1992. Não há razões evidentes que expliquem por que Martius não publicou o romance. Segundo Theodor, ele corrigiu anos mais tarde uma cópia do manuscrito, de outro punho, que talvez devesse ser encaminhado para alguma editora. THEODOR, Erwin. Nachwort. In: MARTIUS, C. F. F. von. op. cit. p. 155. Vale lembrar que Martius, a essa altura da vida, já galgara razoável importância nos meios acadêmicos, o que talvez o inibisse de publicar literatura ficcional.
8. THEODOR, Erwin. Apresentação. In: MARTIUS, C. F. F. von. op. cit. p. VI-VII.
9. MARTIUS, C. F. F. von, apud THEODOR, Erwin. Apresentação. In: MARTIUS, C. F. F. von. op. cit. p. XI.
10. THEODOR, Erwin. op. cit. p. XIII.
11. Vale ressaltar que, na história pré-colombiana, a figura de Pachacutec ocupa um importante lugar. Como soldado e guerreiro, ampliou o poderio inca, fundando o Império Incaico. Como imperador (de 1438 a 1471), fez uma série de reformas técnico-administrativas. O significado de seu nome deixa entrever o seu relevante papel na formação do império: o reformador da terra. No romance, porém, não há referências diretas ao período ou à figura histórica do líder.
12. THEODOR, Erwin. Nachwort. In: MARTIUS, C. F. F. von. op. cit. p. 155-56.
13. PAES, José Paulo. Utopia e distopia nas selvas amazônicas. *Nossa América*, São Paulo, n. 2, 1993. p. 59-60.
14. idem.
15. Ver nota 7.
16. CANDIDO, Antonio. Estrutura literária e função histórica. In: \_\_\_\_\_. *Literatura e sociedade*. 3. ed. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1973. p. 169-192.
17. ibidem. p. 170-171, grifo no original.
18. ibidem. p. 176-178.
19. DENIS, Ferdinand. *Resumé de l'histoire littéraire du Portugal suivi du resumé de l'histoire littéraire du Brésil*. Paris: Lecointe et Durey, 1826.
20. GAVET, Daniel; BOUCHER, Philippe. *Jakaré-Ouassou ou les toupinambas*. Paris: Chronique Brésilienne, Timothée de Hay, 1830.
21. CANDIDO. op. cit. p. 185-188, grifo no original.
22. CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira*. v. I. 6. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981. 2v. p. 282-286.
23. DENIS, Ferdinand apud HAZARD, Paul. As origens do romantismo no Brasil. Tradução de Fernando Nery. *Revista da Academia de Letras*, Rio de Janeiro, v. XXV, n. 69, set. 1927. p. 31-33.
24. SPIX, J. B.; MARTIUS, C. F. P. von. *Viagem pelo Brasil*. v. I. São Paulo: Edusp; Itatiaia, 1982. 3v. p. 247.

25. Aqui vale mencionar o minucioso estudo de Flora Süssekind acerca da recepção e transculturação da literatura de viagem europeia no Brasil e a fundação de nossa literatura romântica oitocentista. SÜSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
26. MARTIUS, C. F. P. von. op. cit. p. 11.
27. ibidem. p. 67.
28. Dados os limites deste texto, não aprofundaremos as questões relativas à “irradiação das luzes” setecentistas e à decorrente “redescoberta” da América, fomentando discussões para sustentar a argumentação eurocêntrica de idéias detratadoras sobre o continente americano. As longas polêmicas que daí emergiram, tanto no pensamento europeu como no americano, até o século XIX, o historiador italiano Antonello Gerbi denominou a “disputa do Novo Mundo”. Essa disputa, a seu ver, dividiu-se em dois momentos: o primeiro lança as teses da “debilidade” ou “imaturidade” natural do continente americano com a *Histoire naturelle, générale et particulière*, do conde de Buffon. As idéias deste naturalista francês, bem como as de seus maiores interlocutores, os abades Cornélius de Pauw e Guillaume Raynal, alicerçam os marcos inaugurais da controvérsia, ao impor a imagem da inferioridade e da debilidade da terra e do homem autóctone americano (meridional), da degradação irreversível, como uma das “regras mais importantes desse primeiro passado humano do Novo Mundo”, conforme reitera Michèle Duchet. Segundo Gerbi, a revisão das concepções buffonianas, feitas por ele mesmo e por retificações do meio científico, finalizam a fase inicial da disputa. A segunda etapa é sinalizada pela formulação de novas interpretações da natureza e do “selvagem” americano. Enquanto a Europa impõe o seu papel de propulsora das Luzes ao resto do mundo, o cenário da polêmica aumenta com a independência dos Estados Unidos, o movimento *Sturm und Drang*, as guerras de independência política nas colônias hispânicas e o romantismo europeu. Nessa segunda fase, o entusiasmo de Alexander von Humboldt pela natureza tropical do Novo Mundo opõe-se às teses detratadoras do filósofo Hegel, marcando os pólos extremos da discussão. GERBI, Antonello. *La disputa del Nuevo Mundo*. 1. ed. Tradução de Antonio Alatorre. México, DF: Fondo de Cultura Económica, 1960. DUCHET, Michèle. *Antropología y historia en el siglo de las luces*. Tradução de Francisco Gonzalez Aramburo. México, DF: Siglo Veintiuno, 1975. p. 179. Para mais detalhes sobre as idéias de Spix e Martius no contexto da polêmica sobre o Novo Mundo, ver LISBOA, Karen. op. cit.
29. MARTIUS, C. F. P. von. op. cit. p. 24-25.
30. ibidem. p.160-164.
31. Conforme K. Heinz Kohl, coube a Rousseau a conceituação do princípio da perfectibilidade humana. Marco distintivo entre o mundo animal e a espécie humana, a *perfectibilité* é condição imprescindível para a história da humanidade. Esse princípio revela a capacidade do ser humano de desenvolver, com a ajuda das condições externas, todas as demais capacidades. Por outro lado, a liberdade da espécie humana em relação às imposições da natureza também podem significar a perda da conquista dessas capacidades, levando à decadência. Rousseau atribui a esse princípio um duplo significado, pois pode ser a razão de todo bem ou mal do progresso. Nesse sentido, a história da humanidade não é previsível e pode alcançar o “paraíso” ou decair na “catástrofe”. KOHL, Karl Heinz. *Entzauberter Blick*. Frankfurt a/M.: Suhrkamp, 1986. p. 181 e ss. Esse conceito-chave na teoria humanista de Rousseau perpetua-se no pensamento do século XIX, cujos teóricos, contudo, defendiam a perfectibilidade como um “acesso ao ‘estado de civilização’ e à ‘virtude’”. SCHWARCZ, Lília M. *O espetáculo das raças*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 44-45.
32. ibidem. p. 10.
33. ibidem. p. 160-164.
34. ibidem. p. 18.
35. Essa concepção decadentista acerca do paradeiro dos indígenas americanos Martius advogará no tratado “Como se deve escrever a história do Brasil”. A questão da possibilidade ou não de os “índios” serem civilizáveis acompanha toda a sua obra, desde o relato de viagem até os estudos etnográficos. Martius ora aceita a idéia da perfectibilidade dos índios, o que implicaria a sua capacidade de se civilizar por meio da educação, ora os rebaixa à subcategoria de semi-humanos, afastando-os da espécie humana, ora os vê condenados ao extermínio por razões naturais. Para mais detalhes, ver LISBOA, Karen M. op. cit. p. 143-168 e MARTIUS, C. F. P. von. Como se deve escrever a história do Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 24, 1845, p. 381-403.

36. MARTIUS, C. F. P. von. op. cit. p. 91-97.
37. ibidem. p. 55.
38. ibidem. p. 85-86. Significativo nos parece o fato de que, ao contrário do ocorrido na viagem de Spix e Martius, aqui a personagem indígena formula o desejo de sair da floresta para conhecer a civilização. Esperada pode ser vista como uma idealização da menina miranha, que foi embarcada à força para a Europa e cujo trágico destino é completamente recalcado no romance.
39. Se Martius conhecia a *Nueva cronica y buen gobierno*, de Guaman Poma de Ayala, escrito nas primeiras décadas do século XVII, não sabemos. Pois somente no início do século XX ela é publicada para um público maior. É interessante lembrar que nela descrevem-se a história do imperador Pachacutec (e de outros) bem como os usos e costumes incas. Segundo a análise de Mary Luise Pratt, o texto de Guaman Poma pode ser visto como uma "auto-etnografia", em que o autor utilizou-se de recursos literários e lexicais europeus e quechuas para falar sobre a própria história e cultura numa perspectiva anticolonialista e de resistência. PRATT, Mary Luise. *Os olhos do império, relatos de viagem e transculturação*. Tradução de Jêzio Hernani Bonfim Gutierrez. Bauru: Edusc, 1999. p. 33-35. Como já aduzido acima, a figura de Pachacutec no romance não é o imperador, mas o nome é significativo, sobretudo se considerado um possível conhecimento da obra de Guaman Poma por parte de Martius.
40. MARTIUS, C. F. P. von. op. cit. p.123-131.
41. ibidem. p. 123-131.
42. ibidem. p. 132-133.
43. ibidem. p. 140-141.
44. ibidem. p. 142.
45. ibidem. p. 216.
46. Neste ponto vale lembrar a análise de Claude Lévi-Strauss, para quem J. J. Rousseau pode ser considerado o fundador das ciências do homem e aquele que antecipou por um século os ditames da antropologia moderna, justamente por orientar a observação sobre a humanidade a partir de um "duplo princípio": "o da identificação com o outro, e mesmo com o mais 'outro' de todos os outros, ou seja, um animal; e o da recusa da identificação consigo mesmo, isto é, a recusa de tudo o que pode tornar o eu 'aceitável'". LÉVI-STRAUSS, Claude. Jean-Jacques Rousseau, fundador das ciências do homem. Tradução de Tânia Jatobá. In: \_\_\_\_\_. *Antropologia estrutural II*. 3. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989. p. 47.
47. MARTIUS, C. F. P. von. op. cit. p. 217-19, grifo no original.
48. CANDIDO, Antonio. Estrutura literária e função histórica. op. cit. p. 179.
49. Para mais detalhes, ver GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o IHGB e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, 1988, p. 5-27. LISBOA, Karen M. op. cit. p. 179 e ss.
50. MARIATEGUI, José Carlos. O processo da literatura. In: \_\_\_\_\_. *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*. Tradução de Salvador Obiol de Freitas et al. São Paulo: Alfa Omega, 1975. p. 245-46.

---

Recebido em 10/09/2007  
Aprovado em 29/09/2007

**Maria Elizabeth Brêa Monteiro**

Pesquisadora do Arquivo Nacional.  
Mestre em História Política pela Uerj.

# Entre a Brandura e a Força

O artigo analisa os principais diplomas legais relativos às populações indígenas que vigoraram durante a presença da corte portuguesa no Brasil e reflete sobre o ideário, na forma de memórias e planos, que inspirou ou subsidiou a formulação da legislação indigenista nesse período.

*Palavras-chave: política indigenista; indigenismo; legislação indigenista; século XIX.*



This article analyses the principal legal diplomas related to the indigenous populations that were in effect during the stay of the Portuguese Court in Brazil and reflects about the ideas, expressed by memories and plans, that inspired or subsidized the formulation of the indigenous legislation in this period.

*Keywords: indigenous politics; "indigenismo"; indigenous legislation; nineteenth century.*

A transferência do poder real para o Brasil, em 1808, em virtude da invasão napoleônica de Portugal, promoveu, entre outras iniciativas para modernizar e europeizar a colônia, a intensificação do caráter repressivo das leis contra as populações indígenas.

Nesse período, os índios, como um todo, após esforços espontâneos ou induzidos de ajustamento e de integração à sociedade dominante, foram relegados a um estado de marginalidade e de progressiva diminuição populacional, tornando-se insignificantes como entidades demográficas ou culturais e inexistentes como

sujeitos de direito. O inexorável processo de diminuição numérica dos grupos indígenas, que levou muitos deles à extinção, teve seqüência desde meados do século XVIII e por todo o XIX, chegando, em meados do XX, ao seu ponto máximo. As profundas transformações ocorridas no século XIX, em todos os níveis da vida do país – econômico, demográfico, sociocultural, político-administrativo –, constituem, em grande medida, a origem e explicação das condições atuais da feição indígena deste país.

Ao tratar a problemática indígena no século XIX, é indispensável correlacionar os valores e os interesses dominantes da estrutura agrária do país, que começa a se desenvolver em grandes fazendas pri-

vadas, com a presença de índios em várias regiões impedindo ou dificultando a expansão dessas empresas agrárias. Trata-se de um período dinâmico em termos de expansão das fronteiras, de incremento das atividades econômicas e de incorporação de novas áreas ao circuito comercial, fortemente influenciado pelas prescrições fisiocratas de crescimento econômico com base na agricultura, na qualidade da força de trabalho e na capacidade de acumulação de capitais para reinvestimento em atividades produtivas.

Os problemas concernentes aos indígenas não serão eventos isolados, limitados a determinados grupos, áreas ou situações, mas fenômenos genéricos e universais, afetando, de uma forma ou de



Família de Botocudos.

Alcide Dessalines d'Orbigny, *Voyage pittoresque dans les deux Amériques*, 1836

outra, toda ou quase toda a população indígena remanescente, entregue à justificação da missão civilizadora que cabia às coroas européias, tanto no plano interno como nos outros continentes, submetidos a uma irreversível onda de expansão colonial européia.

Desde a conquista do continente americano, e em particular do território brasileiro, a questão indígena se define pela dominação de mão-de-obra. Aldear os índios, reuni-los e sedentarizá-los, sob domínio missionário ou leigo, era prática comum desde meados do século XVI, com vista a abastecer os colonos de braços para o trabalho. O estabelecimento de aldeamentos o mais próximo dos empreendimentos particulares ou públicos era garantia de custos menores e reserva de mão-de-obra, tornando, por conseguinte, constantes os descimentos<sup>1</sup> para as regiões a serviço da expansão econômica na colônia.

Ao longo da história colonial, a escravidão dos índios foi abolida várias vezes. No século XVIII, o Diretório Pombalino (1755-1798) se configurou como a expressão mais clara e favorável à liberdade dos índios. Todavia, declarada ou disfarçada, a escravidão indígena perdurou até pelos menos meados do século XIX.

Nessa perspectiva, quanto mais distantes dos centros de produção e exportação, menos intensa a economia, mais rarefeita a população colonial e mais "selvagens" os índios. Nas franjas geográficas das produções agrícolas, pecuárias e extrativistas desenvolvem-se relações de tensão entre índios e colonos, cujos

efeitos vão variar entre a possibilidade de adaptação ou a eventualidade da destruição de populações e extinção de povos autônomos.

Na Amazônia, a escravização nas formas mais tradicionais – apresamento direto, estímulo à guerra indígena para compra de prisioneiros – continuava. Sabia-se da sobreexploração dos índios pelos diretores e pelos que os empregavam. Em geral, pagava-se a eles menos do que aos outros trabalhadores, comprava-se mais barata sua produção e lhes vendiam mais caras as mercadorias.

Na capitania do Rio de Janeiro, a presença dos índios Coroados e Puris era a maior ameaça à ocupação portuguesa dos seus sertões, em especial no médio vale do rio Paraíba. A região para onde a criação de gado ganhava impulso, dada a necessidade crescente de abastecimento das minas de ouro, no século XVIII, e, mais tarde, o aumento do mercado interno decorrente da instalação da sede do reino, além da circulação de produtos agrícolas como fumo, farinha de mandioca, charque, toucinho, fumo, usados na troca mercantil intercolonial e atlântica, sofre transformações significativas com a montagem de fazendas de café e a ampliação da produção açucareira de Campos.<sup>2</sup>

No século XIX, ocorre uma mudança no caráter da questão indígena, que passa a ser identificada, com maior intensidade, com a posse, ocupação e disputa de terras e a conquista de espaço, não descurando, contudo, do quesito mão-de-obra. Ao serem os índios aldeados, cada aldeamento recebia terras para a sobre-

vivência física e a integração dos índios com o mundo colonial. O alvará de 23 de novembro de 1700 mandava demarcar uma légua em quadra para cada aldeia. A partir do século XIX, as dimensões dessas terras atribuídas aos aldeamentos passam a variar em função de sua localização, disponibilidade de mão-de-obra, importância econômica da região em que se localizavam, entre outros requisitos.

O incremento da população nas áreas litorâneas força a expansão da colonização para novas regiões. Os últimos territórios indígenas ocupados em áreas próximas à costa são metodicamente invadidos. Já em 1806, na Bahia, fazia-se guerra de extermínio contra os índios “bravos” e aldeamentos para aqueles considerados “mansos”.<sup>3</sup> A classificação dos índios em duas categorias – domésticos e bravos – consiste em uma estratégia legitimadora para a promoção de guerras justas ou de projetos de educação para ensinar-lhes práticas agrícolas ou outros ofícios, fazendo, assim, com que perdessem sua índole bárbara, sujeitando-os às leis e elevando-os, por conseguinte, à condição humana.<sup>4</sup> A essa subdivisão, sobrepõe-se uma outra classificação, que distingue os grupos indígenas em Tupi e Tapuia. Os primeiros são aqueles com os quais já se fazia contato desde a chegada dos portugueses ao continente e que, em sua grande maioria, eram considerados assimilados e figuravam como símbolo da brasilidade em diferentes manifestações artísticas e literárias. Por Tapuia, denominavam-se, ge-

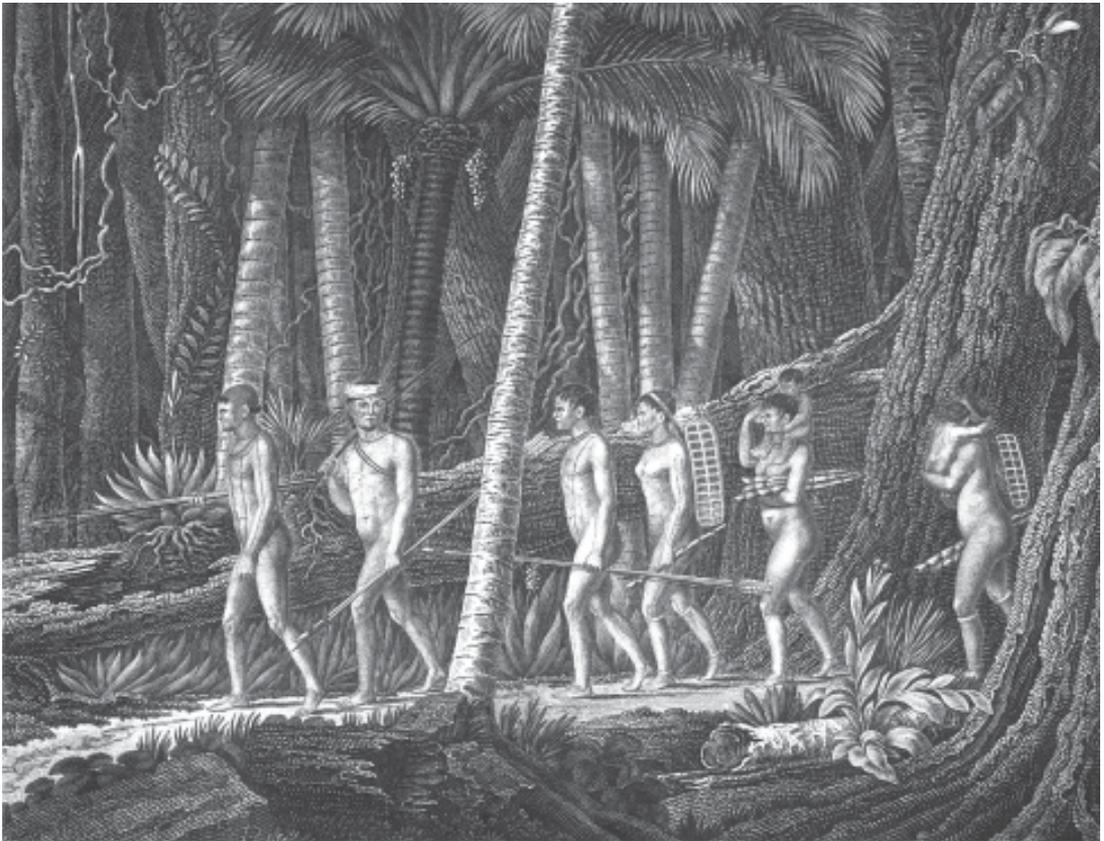
nericamente, os grupos de língua não tupi, que viviam, em sua maior parte, afastados do litoral. A conquista de seus territórios se fez com maior truculência e os portugueses consideravam-nos incivilizáveis. Eram, pois, identificados como Tapuia os Botocudos, Coroados, Kayapo, Mura. O inglês Henry Koster, que viveu no Nordeste entre 1809 e 1820, registra, em seu livro *Viagens ao Nordeste do Brasil*, em relação aos índios do Maranhão: “Os índios não podem ser escravizados, ou, pelo menos, já não são caçados como gado bravo, prática antigamente comum. O nome que se dá, aqui e em Pernambuco, a todos os índios selvagens é Tapuia, e Caboclo é aplicado ao índio domesticado”.<sup>5</sup>

A carta régia de 13 de maio de 1808,<sup>6</sup> mandando fazer a “guerra ofensiva” aos Botocudos<sup>7</sup> de Minas Gerais, contém os elementos básicos da nova política de opressão e renova quase literalmente os argumentos utilizados nos séculos XVI e XVII para a destruição dos Aimorês e outros grupos. Considerando ainda a carta régia de 1º de abril de 1809, que regulamenta as ações oficiais e privadas na condução das expedições punitivas, e o aviso de d. Rodrigo de Souza Coutinho, conde de Linhares, de 19 de fevereiro de 1811, “aprovando as medidas tomadas sobre fundação de novas colônias nas terras ocupadas pelos Índios Botocudos Antropófagos”, percebe-se que essas medidas partem da convicção de que os Botocudos do rio Doce entravavam o desenvolvimento regional e a interiorização dos colonos, tendo em vis-

ta o seu comportamento belicoso e ar-  
redio, o que se constituía em um perigo  
permanente. Os métodos até então uti-  
lizados para dominá-los não tinham al-  
cançado o resultado almejado, só res-  
tando o uso da força “enquanto durasse  
sua ferocidade”, descrita como práticas  
animalescas, diante das quais nada va-  
lem quaisquer “meios humanos” para  
civilizá-los e aldeá-los.

Em relação à Amazônia, as decisões so-  
bre os indígenas subordinavam-se estrita-  
mente aos interesses do domínio colo-  
nial, que devia ser assegurado e amplia-  
do pela abertura de vias de comunica-  
ção e comércio, pelo aumento e diversi-

ficação da produção, pela expansão da  
população branca e, principalmente, pela  
subjugação dos grupos indígenas hostis  
ou resistentes ao regime de trabalho ser-  
vil. Informações de Martius<sup>8</sup> e do cônego  
André Fernandes de Souza<sup>9</sup> não deixam  
dúvidas sobre a extensão e gravidade da  
violência com que eram habitualmente  
tratadas as populações indígenas dessa  
região, no final do século XVIII e começo  
do seguinte. Os índios eram transferidos  
habitualmente de suas aldeias tradicionais,  
separados de suas comunidades e famíli-  
as, e descidos para os centros regionais,  
onde eram empregados em trabalho ser-  
vil ou simplesmente vendidos e tratados  
como escravos.



Os Puris em suas florestas. Maximilien Alexander Philipp,  
prinz von Wied-Neuwied, *Voyage au Brésil dans les années 1815, 1816 et 1817, 1821-1822*

A carta régia datada de 5 de setembro de 1811, que aprova o plano do desembargador Joaquim Teotônio Segurado, de abertura das comunicações entre Goiás e Pará e da colonização dos territórios incultos que se estendem entre as duas capitanias, expressa claramente sua inspiração na ação contra os Botocudos de Minas Gerais e explicita a violência com que essas populações deveriam ser tratadas. Esse diploma legal aprovava a constituição de uma sociedade de comércio, com todos os privilégios e facilidades para a implantação da navegação regular do Tocantins e o estabelecimento de colônias ao longo desse rio, ficando franqueado, se necessário, o uso da força contra aqueles grupos indígenas que insistissem em não viver tranquilos e sujeitos às leis e em cometer hostilidades contra os fiéis vassallos do príncipe regente. Para aqueles, só se poderia aplicar a força armada,

(...) meio de que se deve lançar mão para conter e repelir as nações Apinagé, Chavante, Cherente e Canoeiro, porquanto, suposto que os insultos que elas praticam tenha(m) origem no rancor que conservam pelos maus tratamentos que experimentaram da parte de alguns comandantes das aldeias, não resta presentemente, outro partido a seguir senão intimidá-las, e até destruí-las se necessário for, para evitar os danos que causam”.<sup>10</sup>

Nesse mesmo ano, a carta régia de 5 de novembro dirigida ao governador da capitania de São Paulo ordena providên-

cias de igual teor contra os índios Kaingang.

A essas disposições legais, segue-se uma série de outras, cuja tônica é a repressão. Restabelece-se o sistema de bandeira, quer de tropas de linha, quer de particulares. Abre-se um período de caça ao índio, indiscriminada e fora de controle, na medida em que se oferecem vantagens de toda ordem aos que se lançassem a este tipo de banditismo ou “pioneirismo”. O índio capturado nessas entradas era automaticamente dado a seu apresador por 15 anos, o que equivale a uma sentença de morte, uma vez que a taxa de sobrevivência em cativeiro era bastante baixa devido aos maus tratos, ao peso do trabalho e a toda sorte de privações. Cabe citar, mais uma vez, a carta régia de 1º de abril de 1809, que une o batismo à escravidão. O momento do batismo sela o tempo em que o índio – criança ou adulto – viverá em cativeiro.

(...) quando seja obrigado a declarar a guerra aos índios, que então proceda a fazer e deixar fazer prisioneiros de guerra pelas bandeiras que ele primeiro autorizar a entrar nos campos, pois sem essa permissão nenhuma bandeira poderá entrar, nem fazer prisioneiros os índios que encontrar, bem entendido que esta prisão ou cativeiro só durará 15 anos contados desde o dia em que forem batizados e desse ato religioso que se praticará na primeira freguesia por onde passarem se lhes dará certidão na qual se declare isso mesmo exce-

tuando porém os prisioneiros homens e mulheres de menor idade pois que nesses o cativoiro dos 15 anos se contará ou principiará a correr aos homens da idade de 14 anos, e nas mulheres da idade de 12 anos, declarando também que o proprietário do índio guardará sempre a certidão para mostrar o tempo de cativoiro que ele deve sofrer, e ficará exposto a declarar-se livre o índio, se acaso perder a certidão e não puder tirar outra, bem entendido que os serviços do índio prisioneiro de guerra poderão vender-se de uns a outros proprietários pelo espaço de tempo que haja de durar o seu cativoiro, e segundo mostrar a certidão que sempre o deve acompanhar.<sup>11</sup>

Essas medidas davam margem a abusos sem limites. A compra de crianças indígenas, chamadas *kurukas*, por uma bagatela ou seu rapto para venda eram práticas freqüentes.<sup>12</sup> Saint-Hilaire, quando de sua passagem por Minas Gerais na década de 1820, registra que, nas margens do rio Jequitinhonha, já não havia crianças nas tribos que maior comunicação tinham com os portugueses.<sup>13</sup> Acreditava-se que a entrega dessas crianças indígenas a famílias de fazendeiros importantes e altos funcionários da administração provincial era o único meio de civilizá-las inteiramente, já que deixariam de conviver com seus pais e seus hábitos bárbaros.<sup>14</sup>

Os efeitos de tal política fixaram-se permanentemente por meio da institu-

cionalização das funções do “bugreiro”, caçador profissional de índios que alcançou maior importância e notoriedade na guerra aos Kaingang de São Paulo e Paraná e nas lutas contra os índios de Goiás, Mato Grosso, Maranhão e Pará. O major graduado Francisco de Paula Ribeiro, comandante, no Maranhão, das tropas militares de controle dos índios selvagens e encarregado de executar as ordens do príncipe regente, com expressas determinações sobre como dominar os índios que impediam a expansão econômica em diversas regiões do Brasil, pondera como essas cartas régias eram favoráveis aos índios selvagens, pois lhes davam a chance de fazer as pazes e, no caso de serem atacados e dominados, de poderem ser conduzidos a viver em aldeias sob a proteção do Estado. Caso contrário, tropas de fazendeiros fariam esses ataques de uma forma mais violenta e arrasadora, freqüentemente levando os prisioneiros à escravidão.<sup>15</sup>

Apesar da inflexível tendência que caracteriza o seu governo no que respeita a índios, d. João VI adota, em casos especiais, uma atitude mais branda com grupos sabidamente pacíficos e cuja atração possa trazer benefícios ou atender a interesses da população regional. Encontram-se, nessa categoria, os índios de diversas vilas do Ceará, Pernambuco e Paraíba que, “tendo consideração à fidelidade e amor à minha real pessoa, marcharam contra os revoltosos que, na vila do Recife, tinham atentado levantar-se contra a minha real soberania”. Como recompensa, foram distinguidos por um

tratamento benigno pelo governo, sendo dispensados do pagamento de vários subsídios impostos e quotas à Fazenda Pública e aos seus diretores.<sup>16</sup>

Percebe-se que as questões que, provavelmente, mais influíram para que a política indigenista durante a regência e posterior reinado de d. João VI tivesse essas características são ditadas por preocupações oriundas, por um lado, da área econômica, e, por outro, de uma inquietação de natureza político-militar. Os motivos de ordem econômica que impuseram a adoção de uma política indigenista explicitamente repressiva decorreram da expansão da ocupação efetiva ou, pelos menos, dos direitos de propriedade privada sobre novas áreas, que, em muitos casos, tinham que ser conquistadas aos índios.

**C**onvém ressaltar que a preocupação do Estado com a questão indígena, nas áreas de fronteira, decorre do estabelecimento de conflitos entre segmentos populacionais que disputavam o mesmo território. O grande objetivo de sua intervenção, na verdade, não era evitar o extermínio dos grupos indígenas, mas criar mecanismos que evitassem o retardamento da conquista do novo espaço e a perda dos investimentos particulares e estatais realizados até então, ameaçados pela posição dos índios de se recusarem a abandonar seus territórios e se engajar como trabalhadores nas atividades produtivas de interesse dos colonizadores.<sup>17</sup>

Estreitamente associada aos interesses econômicos expressos na conquista de

territórios e na abertura de novas vias de comunicação estava a opção em instalar quartéis e destacamentos ao longo dos caminhos de penetração.<sup>18</sup> Essa política era uma das peças de um projeto mais amplo de criação de incentivos à conquista e colonização dos sertões, cuja relevância residia em garantir, simultaneamente, terra, mão-de-obra e segurança aos que se propusessem a enfrentar tal empreendimento. A conquista e a incorporação de terras eram a meta estabelecida, em detrimento de preocupações quanto à preservação dos seus ocupantes originais, vistos como estorvos ou obstáculos à expansão. Cabe mencionar que, na maioria dos casos, os quartéis que se instalavam ao longo dos rios e rotas de passagem não dispunham de infra-estrutura que pudesse fazer frente a qualquer tipo de ataque mais violento. Essas unidades não passavam, em geral, de “simples cabanas onde ficavam 4 a 5 soldados, completamente isolados na mata”, o que sugere um exagero em relação à capacidade ofensiva dos índios, inspirada no preconceito e na necessidade de “limpar” os sertões da presença indígena.<sup>19</sup> Tanto os quartéis como a ferocidade das populações indígenas eram, em grande medida, construções ideológicas que atendiam a interesses econômicos e políticos.

Nos territórios dos atuais estados de Minas Gerais e Espírito Santo, a justificativa para os quartéis e destacamentos instalados a partir de 1808 residia na necessidade de estabelecer uma linha de defesa das propriedades e da vida dos

colonos, que tomou um ritmo mais acelerado com a chegada da família real ao Brasil e a ampliação dos incentivos econômicos, o aumento do mercado de consumo interno, do investimento na rede viária, e a maior agilidade administrativa, decorrente da premência em transformar a colônia na sede do governo metropolitano. Era fundamental intensificar a comunicação entre as províncias adotando métodos persuasivos de aproximação com as populações indígenas, que se resumiam, na prática, na oferta de comida e de instrumentos como machados e facões, combinada a práticas violentas, quando necessário.

Além de militares, as tropas eram compostas por índios aldeados e por vadios e degredados. A opção pelos índios decorria do desconhecimento da área a ser conquistada pelos colonos e da falta de recursos para a compra de armas, munição e equipamentos. Esses índios “mansos e aliados” surgiam como alternativa para a solução desses óbices à expansão e à conquista: conheciam bem o espaço físico, os hábitos e técnicas de combate dos opositores e as formas de obter alimentos nas matas, além de usarem armamentos e munições de fácil e gratuita reposição, como os arcos e as flechas.<sup>20</sup>

Com relação às guerras intertribais, a política adotada era a de estimular ações que acentuassem o antagonismo entre os vários grupos, para torná-los irreconciliáveis. O uso bélico dos índios se estendeu a alvos não tradicionais: índios “mansos” eram parte das tropas que, em

1808, iam combater os Botocudos em Minas Gerais, no Espírito Santo e no sul da Bahia, e recebiam metade do soldo dos outros pedestres.<sup>21</sup>

Havia em Curitiba aldeias de “índios caçadores” incumbidos pelo governo de combater os selvagens e rechaçá-los das terras cultivadas. No Pará e no atual Amazonas, os Mundurucu foram extensamente utilizados para combater os Mura e, mais tarde, os Cabanos.

Outro uso freqüente dos índios era no apoio às instalações militares e às novas rotas comerciais entre as várias províncias. Nessas rotas, estabeleciam-se aldeias das quais se esperavam que abrissem e mantivessem estradas, fornecessem canoeiros, fizessem lavouras capazes de abastecer os viajantes e servissem, em geral, de apoio e de mão-de-obra.

Enfim, o Estado usava os índios como povoadores em lugares distantes, o que, em tempos remotos favorecera as relações com grupos nas fronteiras. Em 1809, após haver declarado guerra aos índios de Guarapuava, d. João acrescenta:

Não é conforme aos meus princípios religiosos, e políticos o querer estabelecer minha autoridade nos Campos de Guarapuava, e território adjacente por meio de mortandades e crueldades contra os índios, extirpando as suas raças, que antes desejo adiantar, por meio da religião e civilização, até para não ficarem desertos tão dilatados e imensos sertões, e que só desejo usar da força com

aqueles que ofendem os meus vassallos, e que resistem aos brandos meios de civilização que lhes mando oferecer.<sup>22</sup>

A decretação de guerra ofensiva no Espírito Santo decorreu de uma decisão do governo central, para evitar que os índios combatidos em Minas Gerais buscassem refúgio naquela capitania e, assim, garantir o comércio pelo rio Doce. Diante das limitações econômicas e demográficas, a Coroa portuguesa passou a financiar o empreendimento nessa capitania, inclusive como uma forma de superar o desinteresse e a resistência dos moradores capixabas em se deslocarem para o sertão.<sup>23</sup> Criavam-se novos estímulos aos colonos, garantido-lhes acesso às terras conquistadas. As terras tomadas aos índios eram consideradas devolutas, e caberia aos comandantes das divisões a designação e a demarcação dos terrenos entre os colonos que se responsabilizassem pelo registro do título da sesmaria concedida. Pela carta régia de 2 de dezembro de 1808, “sobre a civilização dos índios, a sua educação religiosa, navegação dos rios e cultura dos terrenos”, o príncipe regente determina, com base nas observações do governador e capitão-general da capitania de Minas Gerais, algumas providências “mui saudáveis tanto para promover a civilização dos índios que têm mostrado querer viver pacificamente aldeados debaixo da proteção de minhas leis, logo que viram cessar a tirania dos índios Botocudos, como também para favorecer o estabelecimento de alguns sujeitos que

têm concorrido para erigir fábricas de mineração e trabalhos de agricultura nestes terrenos novamente restaurados”. Entre essas providências, destacam-se:

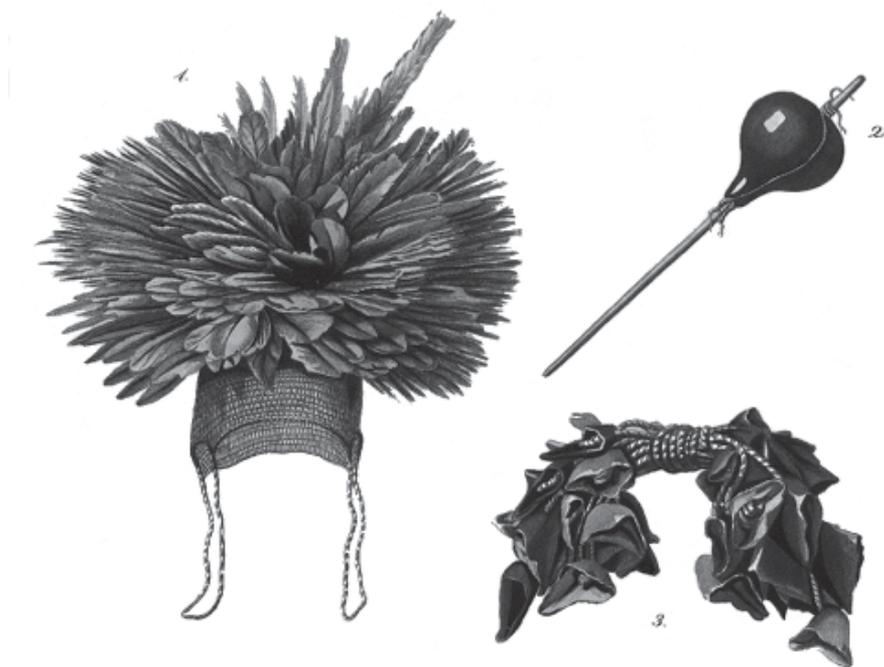
(...) em primeiro lugar: que no território resgatado das incursões dos índios Botocudos, ou ainda outros quaisquer, considereis como devolutos todos os terrenos que, tendo sido dados em sesmarias anteriormente, não foram demarcados, nem cultivados até a presente época (...). Em segundo lugar: que daqui em diante permitais a cada um dos comandantes nas suas respectivas Divisões que possam demarcar e assinalar terrenos proporcionais às fabricas dos que forem entrando, ficando depois estes novos proprietários que entrarem de posse, obrigados a procurar o título legítimo das sesmarias (...).<sup>24</sup>

A firme deliberação em conceder, para instalação de colônias agrícolas, terras “infestadas” pelos temíveis Botocudos suscitou a carta régia de 13 de julho de 1809, dirigida ao capitão-general de Minas Gerais, Pedro Maria Xavier de Ataíde e Melo, solicitando o alargamento para dez anos do prazo para regularização das sesmarias.

Nessa linha, vê-se a provisão da Mesa do Desembargo do Paço, de 3 de agosto de 1819, que concedia a Caetano José Teixeira licença para erigir, às suas custas, uma vila em terras de sua propriedade, situadas às margens do rio Grajaú, confluente do Mearim, “com franca navegação para o mar”, onde havia uma aldeia dos índios Akroás.

Alguns testemunhos da época mostram o caráter fortemente impositivo das reivindicações de grandes proprietários agrários, oriundos, principalmente, da nobreza imigrada, que, naturalmente, deveria ter grande influência nas decisões do governo português.<sup>25</sup> O botânico francês Auguste Saint-Hilaire, em sua "Segunda viagem a São Paulo", registra que, no período imediatamente após a vinda da família real portuguesa para o Brasil, foram extraordinariamente aumentadas as concessões de terras, o que favoreceu o enriquecimento de famílias próximas ao círculo da corte ou das quais d. João dependia dos serviços. O local a que o au-

tor se refere nessas considerações sobre a política agrária do governo é uma parte da capitania do Rio de Janeiro, próxima à fronteira de Minas, onde está hoje situado o município de Valença. Em 1819, quando Saint-Hilaire percorreu pela primeira vez a região, havia ali a aldeia das Cobras e, praticamente, nenhum outro morador, senão indígenas. Na segunda viagem, em 1822, o autor contou mais de sessenta casas e uma pequena igreja de pedra em processo de construção, dando-se ao povoado o nome da vila de Valença. A aldeia indígena e suas terras passaram a constituir a sede de um distrito que se estende entre o



*Ornements et ustensiles des Camacans*

Ornamentos e utensílios dos camacans. Maximilien Alexander Philipp, prinz von Wied-Neuwied, *Voyage au Brésil dans les années 1815, 1816 et 1817, 1821-1822*

Paraíba e o rio Preto. O autor fornece outros dados sobre a região:

A venda da Aldeia das Cobras é propriedade de dois franceses que há muito tempo habitam neste distrito, muito me elogiaram sua fertilidade. Estes homens haviam feito, pelas próprias mãos, considerável plantação de café nas terras do desembargador Loureiro, homem desmoralizado por causa dos costumes e a falta de probidade. Achando que não cumpria as cláusulas a que se obrigara para com eles, e temendo alguma trapaça, venderam as plantações por 200\$000 réis, antes que produzissem. E asseguram que, neste ano, comprador ou o próprio Loureiro, que ficou em seu lugar, lucrarão dois mil cruzados.<sup>26</sup>

Concomitante à legislação referente às populações indígenas, uma série de memórias e de planos é formulada nesse período, com o objetivo de apresentar recomendações acerca das estratégias mais adequadas sobre como lidar com essa categoria étnica, que compõe periféricamente a população brasileira.

O professor régio Luís dos Santos Vilhena, em “Reflexões políticas sobre as 24 colônias pertencentes a Portugal, e muito principalmente as do Estado do Brasil na América meridional”, defende o desenvolvimento da agricultura como um dos pilares para o crescimento da colônia e o emprego “mais (da) arte do que (da) força” no trato com as populações indígenas que habitavam todo o território brasileiro. Para

Vilhena, a persuasão por meio do ensino de práticas agrícolas, da introdução de ferramentas e do convencimento sobre a superioridade da cultura européia seria mais eficaz para que os índios entendessem “que não pretendemos as suas terras, mas sim sua amizade, o seu trato, não o seu mal, mas fazer-lhes todo o bem possível”.

Seria prudência o fazê-los ver trabalhar em diferentes ofícios para excitar-lhes o amor da agricultura, havendo cuidado ao princípio em dar-lhes saída ao supérfluo das suas colheitas por troca daqueles gêneros de que mais necessitassem ou apeteceassem. E este seria um dos meios mais eficazes para avivar-lhes a curiosidade (e persistência) no trabalho: de dia em dia iriam necessariamente sentindo novas necessidades e, sem que o pressentissem, se veriam engolfados no luxo e se viriam a abrir duas grandes portas, uma para a agricultura, e para o comércio a outra.<sup>27</sup>

A “Memória sobre a civilização dos índios e distribuição das matas”, escrita em 1816 pelo desembargador Antonio José da Silva Loureiro, é um exemplo dos objetivos que se tentaram impor à política indigenista no período. Nesse documento, Loureiro procura dar solução a duas questões relevantes: submeter os índios e tomar ou converter suas terras em grandes propriedades:

A Civilização dos Índios, no meu pensar, é objeto mui fácil, logo que se descortinem as matas, reduzindo-se os terrenos à agricultura, é mes-

mo de suma necessidade a civilização dos índios, não só porque dela resultam grandes vantagens à agricultura, mas mesmo por um motivo político, que não está fora das vistas de V. Maj<sup>e</sup>, a quem a história das nações é tão presente.<sup>28</sup>

A motivação política aludida pelo desembargador está em consonância com o temor de uma rebelião em cadeia que, começada entre grupos indígenas autônomos, se estendesse aos escravos, mestiços e brancos pobres. Nesse mesmo manuscrito, Antonio Loureiro pondera, ainda, sobre o sistema de distribuição de terras públicas, que ele considera moroso, dispendioso e um obstáculo ao desenvolvimento da agricultura.

Outros personagens de destaque na estrutura política da corte se ocuparam em pensar a questão indígena. Para se compreender o contexto no qual a legislação indigenista se aplica e se legitima, destaca-se a “Memória dos benefícios políticos do governo d’El-Rei Nosso Senhor, d. João VI”, de José da Silva Lisboa,<sup>29</sup> visconde de Cairu, publicada no Rio de Janeiro em 1818, em que propugna o fim do tráfico de escravos negros da África e defende o emprego da mão-de-obra indígena, “de que já se vão vendo excelentes resultados para a lavoura e comércio, devem multiplicar os braços úteis, e vigorosos dos naturais do país, a quem se franqueiam os meios e estímulos legítimos de trabalho regular, e amor de governo”.<sup>30</sup>

Em “Memória sobre a necessidade de abolir a introdução dos escravos africanos no Brasil, sobre o modo e condi-

ções com que esta abolição se deve fazer e sobre os meios de remediar a falta de braços que ela pode ocasionar” (1821), João Severiano Maciel da Costa,<sup>31</sup> futuro marquês de Queluz e homem de formação liberal na Faculdade de Direito de Coimbra, faz críticas ao comércio de escravos e à permanência do sistema escravista, e dedica um artigo à função das populações indígenas como mão-de-obra:

Parecerá a muita gente que os índios que temos avilados, por isso que já conhecem alguma coisa os cômodos da sociedade civil, deverão gozar da plenitude dos direitos e prerrogativas da liberdade social como os mais cidadãos. Todavia, nós, que os conhecemos e tratamos e governamos, somos de opinião contrária. Não tendo sido educados como convinha, pois que não foram habituados a um trabalho regular nem aprenderam a tirar um partido fácil da agricultura, se os deixarem a si sós, com a preguiça natural e hereditária, que é para eles o sumo bem e sem nenhuma ambição de uma vida mais folgada e cômoda, nada farão.<sup>32</sup>

A despeito de os motivos das ações dirigidas aos índios serem de ordem fundiária ou para apresamento de mão-de-obra, o que se observa é a conquista do espaço, quer pela extinção dos índios, quer pelo controle sobre essas populações. Percebe-se que a destruição dos índios se deu, sobretudo, por processos mesquinhos e sem vozes dissonantes. Os últimos anos da colônia e a instalação da

Coroa portuguesa serviram como preâmbulo para um debate que se intensificará no Império, em torno não dos fins de uma política indigenista, e sim dos seus meios. A questão consistia em exterminar sumariamente os índios, distribuí-los aos moradores ou cativá-los com brandura.

\*\*\*

As possíveis esperanças de que a independência do Brasil trouxesse uma ordem mais justa foram frustradas pelo governo de d. Pedro I, que, em relação aos índios, adotou uma política tão opressiva quanto a de seu pai, a despeito dos projetos indigenistas de cunho mais liberal levados às Cortes de Lisboa e à Assembléia Constituinte do Império do Brasil por políticos influentes, como José Bonifácio de Andrada e Silva,<sup>33</sup> nas quais não encontraram apoio, nem mereceram discussão quanto ao mérito de suas proposições. O desinteresse quase unânime com que foram recebidos os projetos relativos à “civilização dos índios”, tanto em Lisboa quanto no Rio de Janeiro, revelam que o crescimento e a expansão das populações de origem europeia no Brasil tornavam dispensável e pouco atraente o

engajamento do índio como força de trabalho, mesmo no regime de servidão assegurado pela permissiva legislação colonial de d. João VI, mantida durante o Primeiro Império. Nesse sentido, não é de se estranhar que a Constituição de 1824 sequer mencione a questão indígena, que se tornou competência das Assembléias Legislativas Provinciais. A permanência desses velhos interesses pode também ser constatada pela leitura do *Regulamento interino para o aldeamento e civilização dos índios Botocudos do rio Doce da província do Espírito Santo*, enviado ao presidente daquela província em 28 de janeiro de 1824, por João Severiano Maciel da Costa, marquês de Queluz, constituinte em 1824, ministro de Pedro I, Ministro de Estrangeiros no gabinete de 1827, além de outras funções de destacada importância política. Dado o considerável número de índios Botocudos existentes nas margens do rio Doce, o ministro Maciel da Costa afirmava, em ofício, ser essencial “contentar e aproveitar já aldeando-os e dispondo-os para a civilização, no que tanto ganham a humanidade, religião e o estado”,<sup>34</sup> o que, sem dúvida, se coadunava com os compromissos de seu autor.

## N O T A S

1. Para a compreensão da prática dos descimentos e de outras categorias classificatórias, como *tapuio* e *mestiço*, ver MOREIRA NETO, Carlos de Araujo. *Índios da Amazônia: de maioria a minoria (1750-1850)*. Petrópolis: Vozes, 1988. p. 37-72.
2. FRAGOSO, João Luiz Ribeiro. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992. (Prêmio Arquivo Nacional de Pesquisa, 1). FLORENTINO, Manolo; FRAGOSO, João Luiz Ribeiro. *Arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária elite mercantil em uma economia colonial tardia Rio de Janeiro, c.1790-c.1840*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

3. Há registros de aldeamentos no rio de Contas para os índios Gren (Guerén); ao sul de Ilhéus, os Tupiniquim foram reunidos pelos jesuítas no aldeamento Nossa Senhora da Escada de Olivença. Os Mongoió, no Saco do Rio Pardo e no Santo Antonio da Cruz, nas proximidades de Vitória da Conquista; os Kamakan, em São Pedro de Alcântara (Ferradas) e no Catolê; os Kariri-Sapuya, em Pedra Branca e Santa Rosa (atuais municípios de Santa Terezinha e Pau-Brasil). Para uma análise política de aldeamentos indígenas no sul da Bahia, ver PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. *Caminhos de ir e vir e caminho sem volta: índios, estradas e rios no sul da Bahia*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1982.
4. Ver carta régia encaminhada ao governador e capitão-general da capitania de Minas Gerais, em 2 de dezembro de 1808, que dispõe sobre a civilização dos índios, sua educação religiosa, navegação dos rios e cultura dos terrenos.
5. KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. 2. ed. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1978. p. 184.
6. Ver <[www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br](http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br)>.
7. Nome genérico e depreciativo empregado para diferentes grupos indígenas autônomos que viviam nas florestas do vale do rio Doce, Mucuri, Jequitinhonha, Prado, a poucos mil quilômetros da sede do governo central.
8. SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Karl F. P. von. *Viagem pelo Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938. 3v.
9. SOUZA, André Fernandes de. Notícias geográficas da capitania do Rio Negro no grande rio Amazonas. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 10, p. 411-504, 1848.
10. CUNHA, M. C. da. (org.). *Legislação indigenista do século XIX: uma compilação, 1808-1889*. São Paulo: Edusp; Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1992. p. 80.
11. *ibidem*, p. 70-71.
12. Um *kuruka* custava cerca de cem mil réis, enquanto um escravo africano era vendido a um valor seis vezes maior.
13. SAINT-HILAIRE, Augustin François César Prouvençal de. *Viagem ao Espírito Santo e rio Doce*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1974.
14. PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. *O tempo da dor e do trabalho: a conquista dos territórios indígenas nos sertões do leste*. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, 1998.
15. GOMES, Mercio. *O índio na história: o povo Tenetehara em busca da liberdade*. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 201.
16. O decreto de 25 de fevereiro de 1819 concede “aos índios de diversas vilas do Ceará Grande, Pernambuco e Paraíba diversas graças e mercês pelo serviço prestado contra os revoltosos da Vila do Recife”.
17. Ver PARAÍSO, M. H. B. *op. cit.*
18. Os quartéis tinham sob seu controle alguns destacamentos, que eram estruturas simples, quase precárias, onde ficavam lotados poucos soldados e, em caráter excepcional, algum oficial.
19. EGLER, Walter Alberto. A zona pioneira ao norte do Rio Doce. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 13, n.2, p. 223-264, abr.-jun. 1951. p. 234.
20. Ver decreto que “manda organizar um Regimento de Milícias Guaranis a cavalo e três Companhias de Cavalaria Milicianas, na província de Missões”, datado de 9 de julho de 1811.
21. Ver carta régia sobre a guerra aos índios Botocudos, de 13 de maio de 1808.
22. Carta régia que aprova o plano de povoar os campos de Guarapuava e de civilizar os índios bárbaros que infestam aquele território, de 1º de abril de 1809.
23. De acordo com a historiadora Janaina Amado, a categoria sertão é entendida como uma área extensa, afastada do litoral, de natureza ainda indomada, habitada por índios selvagens e animais bravios, sobre a qual as autoridades tinham pouca informação e controle insuficiente. Define-se, assim, como sertão qualquer espaço pouco habitado, não incorporado à civilização, em que o “progresso” ainda não chegou. A distância não se restrin-

ge meramente a uma conotação geográfica. A idéia de distância está associada ao afastamento do poder público e dos projetos modernizadores. AMADO, Janaina. Região, sertão, nação. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 15: História e Região, p. 145-151, jan.-jun. 1995.

24. CUNHA, M. C. da. op. cit. p. 66-67.
25. Um importante porta-voz dessa aristocracia agrária é o bispo fluminense dom José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, autor de *Concordância das Leis de Portugal e das Bulas Pontifícias das quais umas permitem a escravidão dos pretos da África e outras proibem a escravidão dos índios do Brasil, 1808* (Arquivo Nacional, 1988, Publicações Históricas, 89).
26. SAINT-HILAIRE, Augustin François César Prouvençal de; TAUNAY, Affonso d' Escragnoille. *Segunda viagem a São Paulo e quadro histórico da província de São Paulo*. São Paulo: Livraria Martins, (1953). p. 23-24.
27. VILHENA, Luís dos Santos. *Pensamentos políticos sobre a colônia*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1987. (Publicações Históricas, 87). p. 70.
28. Ver MOREIRA NETO, C. A. *Os índios e a ordem imperial*. Brasília: CGDOC/Funai, 2005. p. 241.
29. Foi deputado da Real Junta de Comércio e desembargador da Casa de Suplicação.
30. LISBOA, José da Silva. *Memória dos benefícios políticos do governo de El-Rey Nosso Senhor D. João VI*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1818. p. 176.
31. Foi membro do Conselho de d. João VI e governador da Guiana Francesa, quando esteve ocupada por tropas portuguesas. Mais tarde, no governo de Pedro I, foi ministro do Império e encarregado da pasta de Estrangeiros. No exercício das funções do primeiro cargo, o marquês de Queluz teve, necessariamente, que tratar em detalhe de problemas político-administrativos das populações indígenas brasileiras.
32. COSTA, J. S. M. da et. al. *Memórias sobre a escravidão*. Introdução de Graça Salgado. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; Brasília: Fundação Petrônio Portella, Ministério da Justiça, 1988. (Publicações Históricas, 88). p. 41.
33. O texto do projeto de José Bonifácio "Apontamentos para a civilização dos índios bravos do Império do Brasil" encontra-se digitalizado no sítio eletrônico <<http://www.obrabonifacio.com.br>>.
34. COSTA, J. S. Maciel da. Ofício de encaminhamento do Regulamento. Palácio do Rio de Janeiro em 28/01/1824. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 6, 1844. p. 488-489.

---

Recebido em 29/04/2008  
Aprovado em 17/05/2008

## O Museu D. João VI

**Sonia Gomes Pereira**

Historiadora da arte, museóloga e professora titular da Escola de Belas Artes da UFRJ. Coordena o Projeto de Revitalização do Museu D. João VI da EBA/UFRJ, apoiado pela Petrobras.



Este artigo apresenta a história e descreve o acervo do Museu D. João VI da Escola de Belas Artes da UFRJ. Enfatiza, ainda, o projeto para sua revitalização, realizado com patrocínio da Petrobras, que altera seu conceito museológico básico, investindo na organização de uma reserva técnica que será disponibilizada ao público para pesquisa.

*Palavras-chave: Museu D. João VI; museu universitário; ensino artístico.*

This article focus on the history and the collection of the D. João VI Museum, which belongs to the School of Fine Arts of the Federal University of Rio de Janeiro. Besides, it emphasizes its revitalization project sponsored by Petrobras that intends to change its basic musicological concept, opening the technical reserves to the public for research.

*Keywords: D. João VI Museum of the School of Fine Arts; university museum (Federal University of Rio de Janeiro); artistic teaching.*

### A LONGA TRAJETÓRIA DA ACADEMIA E ESCOLA DE BELAS ARTES

A criação da Academia de Belas Artes, em 1816, foi um dos inúmeros atos de d. João VI, durante a permanência da corte portuguesa no Brasil, que visavam conferir ao

país e a sua capital, o Rio de Janeiro, uma infra-estrutura digna de uma nação moderna para os padrões da época. Criada no bojo da contratação da chamada Missão Francesa, a academia teve, no entanto, de esperar dez anos para ser efetivamente aberta, em 1826, já como Academia Imperial de Belas Artes, ocu-

pando um prédio neoclássico construído pelo arquiteto Grandjean de Montigny, na travessa das Belas Artes. O prédio foi demolido, e parte de sua fachada – o pórtico com frontão – foi levada para o Jardim Botânico do Rio de Janeiro, onde se encontra até hoje, ao fundo da alameda de palmeiras imperiais.

Os atritos entre artistas franceses e portugueses, além das dificuldades próprias daqueles tempos de mudanças políticas importantes, dificultaram as primeiras décadas de vida da academia. Mas, a partir de 1834, com a direção do pintor Félix-Émile Taunay, ela consolidou sua posição de primeira escola oficial dedicada ao ensino artístico no Brasil, com a criação das Exposições Gerais – mais tarde chamadas de Salões – e dos Prêmios de Viagem ao Exterior. Sobretudo no reinado de Pedro II, a instituição alcançou muito prestígio, especialmente em razão do impacto das grandes encomendas oficiais, em geral pinturas históricas que narravam fatos importantes da história do país, tanto antiga, como a expulsão dos holandeses, quanto recente, como a Guerra do Paraguai. Dessa forma, a academia desempenhou um papel importante no projeto de construção do imaginário da nação recém-independente.<sup>1</sup>

Com a República, é transformada em Escola Nacional de Belas Artes, em 1890. E, pouco depois, em 1908, transfere-se para a nova sede, um prédio eclético projetado pelo arquiteto Adolfo Morales de Los Rios, pai. O prédio da ENBA, construído simultaneamente com a Biblioteca Nacional e o Teatro Municipal, forma-

va um conjunto de caráter monumental, que marcava o final da recém-aberta avenida Central (hoje Rio Branco), parte prioritária do projeto de modernização do Rio de Janeiro no mandato do prefeito Pereira Passos. Junto àqueles dois, o prédio da ENBA constituía um final monumental para a seqüência de edifícios ecléticos que ladeavam a avenida Central desde o seu início, na praça Mauá.<sup>2</sup>

A escola permaneceu nesse local até 1975, quando, já incorporada à Universidade Federal do Rio de Janeiro, foi transferida para o *campus* da Ilha do Fundão, passando a ocupar parte do prédio da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – uma construção moderna, projeto do arquiteto Jorge Moreira –, que hoje é mais conhecida como o prédio da Reitoria.

Atualmente, a Escola de Belas Artes, além dos cursos tradicionais, como pintura, escultura e gravura, oferece outros, característicos da sociedade moderna, tais como desenho industrial e comunicação visual. São, ao todo, oito cursos de graduação e dois de pós-graduação, reunindo um conjunto de cerca de 1.800 alunos. Assim, é nesse ambiente bastante animado – típico de uma escola de artes – que se encontra o Museu D. João VI.

A COLEÇÃO DA ACADEMIA/ESCOLA, O MUSEU NACIONAL DE BELAS ARTES E O MUSEU D. JOÃO VI

No decorrer dessa longa trajetória, a antiga academia/escola reuniu um extenso acervo de obras de arte. Uma parte provinha da coleção real trazida pela corte portuguesa

em 1808. Outra veio para o Brasil, em 1816, com Joaquim Lebreton, o chefe da Missão Francesa. Mas o maior conjunto é oriundo da própria academia, fruto de suas diversas atividades: exercícios de alunos, “envios” dos pensionistas,<sup>3</sup> cópias de obras dos mestres mais importantes da tradição européia, material didático usado nos ateliês, obras vencedoras de concursos, como o Prêmio de Viagem ao Exterior, as seleções para contratação de professores e as Exposições Gerais ou Salões.

Em 1937, mesmo ano em que foi criado o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, a enorme coleção da academia/escola foi desmembrada. A maior parte – e também a que foi considerada a mais nobre na época – passou a constituir o Museu Nacional de Belas Artes. O restante, em geral de caráter mais didático, continuou nas salas de aula e nos ateliês da ENBA. Mas tudo continuava no mesmo prédio da avenida Rio Branco. O MNBA ocupava a parte da frente, voltada para a Rio Branco, e a ENBA, a parte posterior, voltada para as ruas México e Araújo Porto Alegre. Nos relatos de muitos artistas, aparecem referências à convivência estimulante entre a ENBA e o MNBA nessa época, assim como à circulação dos alunos e jovens artistas pela vizinhança: a Biblioteca Nacional, o Teatro Municipal, as livrarias e, naturalmente, os bares.

Transferidas para a Ilha do Fundão em 1975, essas obras continuaram inicialmente nas salas e nos ateliês da escola. Mas, em 1979, o então diretor, profes-

sor Almir Paredes Cunha, preocupado com a sua conservação, resolveu reuni-las, criando um museu, a que foi dado o nome D. João VI, em homenagem ao criador da instituição mais que centenária. O museu foi organizado pela museóloga Ecylla Castanheira Brandão, e seu mobiliário expositivo, desenhado por Almir Gadelha – ambos professores da ENBA –, ocupando um amplo espaço no segundo andar do prédio da reitoria, junto à própria escola, que ocupa quatro andares (primeiro, segundo, sexto e sétimo) do mesmo prédio.

Assim, desde sua fundação, o Museu D. João VI dedica-se basicamente à preservação e ao acesso àquele acervo por um público universitário, em especial professores e alunos da Escola de Belas Artes, que o utilizam como complemento a diversas disciplinas, tais como Desenho, Restauração, História da Arte, entre outras.

O acervo, tanto museológico quanto arquivístico, tornou-se uma referência importante para pesquisadores da arte brasileira do século XIX e boa parte do XX. Essa vocação para a pesquisa tem-se destacado de forma crescente ao longo dessas décadas, atraindo estudiosos de fora da UFRJ, de outros estados e, eventualmente, do exterior, interessados na pesquisa *in loco* de suas fontes primárias, em grande parte ainda inexploradas.<sup>4</sup>

Além disso, o Museu D. João VI tem divulgado o seu acervo por meio da participação em várias exposições de importância nacional – como a *Mostra dos 500*

Anos –, assim como atendido regularmente às solicitações de fotografia do seu acervo para fins editoriais. As peças de destaque do museu para esses fins têm sido os desenhos arquitetônicos de Grandjean de Montigny; as telas provenientes dos Prêmios de Viagem ao Exterior – especialmente de Vitor Meireles e Pedro Américo; a coleção de aquarelas de José Reis de Carvalho; uma sanguínea de Portinari; entre outros.

### O ACERVO DO MUSEU D. JOÃO VI

O acervo histórico-artístico atualmente conservado pela Escola de Belas Artes da UFRJ compreende, na verdade, três coleções complementares: uma biblioteca de obras raras, um arquivo e uma coleção de obras de artes visuais.



Carta manuscrita do pintor francês Eugene Delacroix, de 1857, aceitando ser membro correspondente da Academia Imperial de Belas Artes

A biblioteca de obras raras engloba cerca de quatro mil livros, entre eles o de Grandjean de Montigny sobre a arquitetura toscana, escrito em 1815.

O arquivo inclui dois grupos de documentos. O primeiro corresponde a 118 livros, com cerca de duzentas páginas cada, contendo os registros manuscritos da documentação regular da academia/escola – como as atas da Congregação, as matrículas nos cursos e os programas e julgamentos dos diversos concursos –, com um total estimado de 23.600 páginas. O segundo grupo refere-se à documentação avulsa – reunida em 120 caixas, com entre dez e 15 envelopes, cada um com cerca de vinte documentos que podem somar três a quatro páginas, estimando-se um total de 118.000 páginas –, que compreende correspondências, certidões, declarações relativas aos professores e alunos da instituição, como é o caso da carta enviada em 1857 pelo pintor Eugène Delacroix, membro correspondente da academia em Paris.

O museu propriamente dito agrega um acervo assim constituído: oitocentas gravuras, 837 desenhos, 65 desenhos arquitetônicos, 480 pinturas, 560 esculturas, 595 diplomas de premiação, 253 porcelanas, 167 fotografias, 47 têxteis, 22 móveis, 4.928 moedas/medalhas e nove vitrais. Esse conjunto de obras compreende, na verdade, duas coleções distintas: a Coleção Didática e a Coleção Jeronymo Ferreira das Neves.

A Coleção Didática abrange a maior parte do acervo do Museu D. João VI. São

obras que tiveram e ainda têm funções didáticas ou são resultantes das atividades pedagógicas de uma escola de artes.

O sistema pedagógico acadêmico continua certamente um caráter teórico e ideológico, que manteve sempre sua adesão às diretrizes dominantes da tradição artística ocidental, mas o ensino em si caracterizava-se pelo pragmatismo, em que importavam, sobretudo, a relação direta entre mestre e aluno e a experiência prática no ateliê.

Os métodos do ensino artístico acadêmico apoiavam-se essencialmente na prática da cópia, tanto de obras da Antigüidade greco-romana, quanto dos grandes mestres do Renascimento, além do estudo da figura humana, envolvendo estudos de anatomia e de modelo vivo.

A aferição da aprendizagem do aluno era feita por meio de concursos, com provas práticas que iam desde as mais simples, para iniciantes, até o grau máximo: o concurso para o Prêmio de Viagem ao Exterior. A contratação de professores era igualmente realizada através de concursos, em que os candidatos deviam produzir obras sobre um mesmo tema proposto pelo júri.

Durante grande parte do século XIX, predominaram as obras de temas históricos ou retratos. No entanto, a partir da passagem do XIX para o XX, outros gêneros tornaram-se importantes, como as paisagens, as naturezas-mortas e as cenas do cotidiano. Ao lado desses temas estritamente artísticos, há no acervo obras que evidenciam a importância do



**Estudo para cena do dilúvio**, gravura de Aléxis François Girard utilizada como recurso pedagógico para exercício de cópia na Academia Imperial de Belas Artes, Museu D. João VI

desenho e da pintura na documentação de expedições científicas.

A segunda coleção do acervo, a Coleção Jeronymo Ferreira das Neves, foi doada à ENBA em 1947. De caráter bastante eclético, reúne pinturas, esculturas, gravuras, tecidos, móveis, imaginária, porcelana, prataria, numismática e livros raros, em sua maioria de origem européia. Destacam-se nesse conjunto as obras do século XV – como o medalhão italiano de cerâmica esmaltada, proveniente do ateliê de Luca della Robbia, e uma pintura flamenga, atribuída a Quentin Metsys – e peças do século XVI – como uma pintura anônima, provavelmente espanhola, e o políptico português, atribuído ao Mestre do Tríptico de Morryson.

#### A PESQUISA SOBRE O ACERVO DO MUSEU D. JOÃO VI

Desde a sua criação em 1979, como referido anteriormente, o Museu D. João VI atende a professores e alunos da graduação e da pós-graduação e pesquisadores de todo o país e, eventualmente, do exterior.

Trata-se de um acervo importante para a memória da produção artística brasileira nos séculos XIX e XX, pois é notório que a academia/escola de Belas Artes desempenhou, ao longo de sua trajetória de mais de 180 anos, um papel central na história das artes visuais do nosso país, sendo referência obrigatória tanto na formulação do ensino oficial, quanto no funcionamento do sistema das artes, sobretudo através da sua vinculação aos salões e às premiações,

e constituindo um interlocutor indispensável, mesmo para seus opositores.

Representa, portanto, um estudo de caso privilegiado, uma vez que revela toda a problemática da arte brasileira nos séculos XIX e XX: a relação com o Estado e a participação em projetos políticos; a interação com os movimentos artísticos europeus e a construção da modernidade possível no Brasil; a questão do ensino artístico e, posteriormente, a inserção no ambiente universitário.<sup>5</sup>

A consciência das limitações e lacunas da historiografia tradicional e das possibilidades de outras leituras na reavaliação crítica da academia/escola<sup>6</sup> levou a pós-graduação da Escola de Belas Artes – depois Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais (mestrado e doutorado) – a investir desde os anos 90 numa linha de pesquisa sobre a história do ensino artístico no Brasil, tomando como estudo de caso a sua própria trajetória como instituição.

A motivação para o interesse nesse estudo é evidente. Por um lado, é a nossa própria história – no sentido em que ainda vivemos, na escola de hoje, os sucessos e as limitações de um sistema de ensino artístico que, apesar de muito reformado, guarda linhas de continuidade com o passado. Por outro lado, as fontes privilegiadas para esse estudo – grande parte das obras e dos documentos ligados diretamente às questões de ensino – encontram-se na própria escola, no Museu D. João VI.

Várias iniciativas foram tomadas pela pós-graduação da EBA nessa frente de traba-

lho. Foi desenvolvida uma série de pesquisas avançadas – dissertações, teses e pesquisas de pós-doutoramento com professores, alunos e pesquisadores ligados à escola (alguns destes últimos por meio de bolsas da Capes, CNPq e Faperj).<sup>7</sup>

Em 1996, com o apoio do CNPq e da Capes, foi realizado o seminário *180 anos da EBA*, de 20 a 22 de novembro, com a participação de pesquisadores de vários estados, sendo os *Anais* desse evento publicados em 1997.<sup>8</sup>

Em 2001, foi lançado o livro *185 anos da Escola de Belas Artes*, divulgando pesquisas desenvolvidas em dissertações, teses e estágios de pós-doutorado de professores, alunos e pesquisadores ligados à EBA.<sup>9</sup>

Mas, neste artigo, eu gostaria de focar melhor dois projetos visando uma inserção mais direta no Museu D. João VI: o projeto “180 anos da Escola de Belas Artes: 1816-1996”, desenvolvido de 1995 a 1999 com o apoio do CNPq, e o projeto “Memória da arte brasileira dos séculos XIX e XX: revitalização do Museu D. João VI da EBA/UFRJ”, iniciado em agosto de 2005 com o patrocínio da Petrobras.

#### O PROJETO CNPQ DE 1995 A 1999: INFORMATIZAÇÃO DOS ACERVOS MUSEOLÓGICO E ARQUIVÍSTICO DO MUSEU D. JOÃO VI

Com o apoio do CNPq, foi desenvolvido o projeto de pesquisa “180 Anos da Escola de Belas Artes: 1816-1996”, de agosto de 1995 a julho de 1999. A base de desenvolvimento do projeto foi a realização de um

inventário científico e sistemático dos acervos museológico e arquivístico. Em uma primeira etapa, a realização desse inventário possibilitou a publicação do *Catálogo do acervo de artes visuais*, em 1996.<sup>10</sup>

Como havia sido criado um padrão de registro único, foi possível, em um segundo momento, a organização de um Banco de Dados Informatizados que permitiu agilizar a identificação e a localização das peças do acervo, além de possibilitar o cruzamento de informações entre diversas categorias – autoria, título, datação, técnica e material –, otimizando o acesso do pesquisador às fontes primárias.

Esse projeto contou com uma equipe formada por professores, funcionários e alunos da Escola de Belas Artes e do Núcleo de Computação Eletrônica – ambos da UFRJ –, assim como de técnicos externos – a maioria museólogos e arquivistas, provenientes, respectivamente, da Escola de Museologia da Unirio e do Arquivo Nacional. A partir da idéia do professor Carlos Zilio de que era preciso dar maior visibilidade externa ao acervo do Museu D. João VI, e com a colaboração da então coordenadora, professora Cybele Vidal Neto Fernandes, foi elaborado o projeto “180 anos da Escola de Belas Artes: 1816-1996”. Seu desenvolvimento foi coordenado pelas professoras Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira e Sonia Gomes Pereira e, em sua segunda etapa, contou com a participação da funcionária Jurema Palmeira.<sup>11</sup>

O PROJETO PETROBRAS A PARTIR DE 2005: CONSERVAÇÃO, REVITALIZAÇÃO E DIVULGAÇÃO DO MUSEU D. JOÃO VI

Entre os 3.736 projetos inscritos no Programa Petrobras Cultural 2004/2005, apenas 141 foram contemplados, após um processo de seleção pública. Entre eles, “Memória da arte brasileira dos séculos XIX e XX: revitalização do Museu D. João VI – UFRJ”. Após a aprovação no Ministério da Cultura, na rubrica da Lei Rouanet, foi implantado a partir de agosto de 2005, com término previsto para dezembro de 2007.<sup>12</sup>

O edital do Programa Petrobras Cultural destacava dois objetivos para a área de Preservação e Memória: identificação, pesquisa, conservação e disponibilização de acervos e coleções representativas da memória da produção artística no Brasil e publicação de obras de referência para a memória das artes no Brasil.

Assim, atendendo a essas especificações, o nosso projeto estruturou-se em torno de quatro pontos básicos: a higienização do acervo; a atualização e disponibilização do Banco de Dados Informatizados, contendo o inventário dos acervos museológico e arquivístico; a reorganização da reserva técnica; e a edição de um novo catálogo do museu.

A higienização do acervo museológico foi realizada entre agosto de 2005 e setembro de 2006.<sup>13</sup> A atualização dos inventários informatizados estendeu-se de abril de 2006 a abril de 2007, resultando na disponibilização de um banco de dados *on-line*, no sítio do museu.<sup>14</sup>

No momento, estamos empenhados nas últimas tarefas: a reorganização da reserva técnica, que deve ser finalizada, assim como a edição do novo catálogo.

A questão da reserva técnica do Museu D. João VI acabou tomando dimensões muito mais amplas do que as imaginadas na elaboração original do projeto Petrobras, pois envolvia a tomada de decisão sobre um velho problema que afligia o museu: a necessidade de uma solução para as infiltrações no teto de suas instalações.

Como já foi dito, desde sua criação em 1979, o museu passou a ocupar um amplo espaço no segundo andar do prédio



Higienização do acervo do Museu D. João VI, realizada pelo Projeto Petrobras. Desenho de modelo vivo, conhecido como “academia”

da reitoria da UFRJ. O local, com cerca de 1.200 m<sup>2</sup>, foi dividido basicamente em três setores: as salas da Seção Técnica, a Reserva Técnica e a ampla Exposição Permanente, onde um circuito cronológico apresentava as etapas mais importantes da história da academia/escola: a chegada da Missão Francesa; a primeira geração de artistas brasileiros formados pela academia; a geração da passagem do século e a ENBA; e a história mais recente da EBA.

No entanto, a partir do final da década de 1980, o museu começou a apresentar problemas de infiltração em sua cobertura, constituída por pequenas cúpulas de concreto e acrílico, comprometendo também a iluminação do espaço. Desde então, vários projetos foram feitos para que a universidade empreendesse as obras de recuperação, mas o seu custo elevado e as dificuldades orçamentárias impediram a solução do problema.

Finalmente, em 2006, foi decidido pela Congregação da EBA o deslocamento do museu para um outro local, no sétimo andar do mesmo prédio da reitoria. No entanto, a mudança que está sendo implantada não é apenas de lugar, mas, sobretudo, de conceito museológico. É exatamente esse ponto que nos parece importante discutir com mais detalhes.

Ao longo dos quase trinta anos de existência do Museu D. João VI, algumas constatações puderam ser feitas. A primeira e mais evidente são as enormes dificuldades financeiras para a manutenção de um museu numa instituição pública voltada prioritariamente para o ensi-

no. Basta dizer que a nossa escola possui atualmente cerca de 1.800 alunos, como já foi citado, envolvendo a necessidade de manutenção de salas de aula, ateliês, oficinas, laboratórios – muitos com exigência de equipamentos sofisticados e que se tornam ultrapassados com uma velocidade cada vez maior. As verbas, portanto, são sempre insuficientes para toda essa demanda, tanto do ensino propriamente dito quanto do museu.

A segunda constatação diz respeito à utilização do acervo – até em razão de sua localização num *campus* universitário afastado do centro da cidade e, portanto, fora do circuito de consumo cultural da cidade. Assim, a perspectiva de revitalização não poderia se colocar nos mesmos padrões da maioria dos museus e espaços culturais da cidade, em que o apelo à visitação geral é um elemento importante nos seus critérios de julgamento para utilização de recursos e estabelecimento de prioridades.

No nosso caso, o museu é, essencialmente, universitário, voltado para o uso de professores e alunos da instituição e para os pesquisadores, que têm um interesse direto em suas fontes primárias. Mais que isso, o museu atende a uma escola de artes, e o seu acervo deve servir ao seu propósito original, aquele que promoveu a própria constituição da coleção: servir de instrumento de estudo e observação aos alunos para a compreensão da tradição artística que embasou a trajetória da arte ocidental e até mesmo para a discussão sobre os métodos de formação do artista.

Desta forma, o acervo do Museu D. João VI serve às aulas de Desenho e História da Arte, e é usado como laboratório nas disciplinas ligadas à restauração, contribuindo na formação dos alunos de graduação e como apoio à pesquisa aos alunos de pós-graduação, pois, para todos os profissionais no campo da visualidade, é importante a compreensão tanto da tradição quanto da contemporaneidade.

Ainda como museu universitário, atende a estudiosos de todo o Brasil e mesmo do exterior, uma vez que seu acervo é importante para a compreensão da arte brasileira dos séculos XIX e XX. Além



**Equipamentos (trainéis deslizantes para pinturas e estantes para esculturas) da nova Reserva Técnica do Museu D. João VI, adquiridos pelo Projeto Petrobras**

disso, tem servido de base para uma das principais linhas de pesquisa da pós-graduação da escola, com uma produção significativa de dissertações, teses e publicações sobre a história da instituição e a questão do ensino artístico.

O projeto museológico do novo Museu D. João VI foi feito pela professora Sonia Gomes Pereira e apóia-se em duas premissas básicas. A primeira, como já foi dito, é a disponibilização da reserva técnica ao público. A segunda, o acondicionamento e a apresentação do acervo na nova reserva técnica, inicialmente seguindo o critério do meio artístico (desenho, pintura, gravura, escultura etc.) e, depois, o critério temático (exemplos, temas históricos, mitológicos, alegóricos, decoração arquitetônica, ornamento vegetal, estudo anatômico e assim por diante). Essa decisão é sustentada pela convicção de que o acervo do Museu D. João VI, salvo algumas exceções, tem mais importância como coleção, como série de objetos, do que propriamente pelas obras individualmente. Além disso, no meu próprio trabalho de pesquisa, tem ficado cada vez mais claro que, no universo do ensino e da produção acadêmica, as escolhas dos artistas eram muito mais tipológicas do que artísticas.<sup>15</sup> O projeto, portanto, investiu na compra de trainéis deslizantes, estantes e mapotecas para armazenamento do acervo, além de equipamentos para controle climático e de segurança da nova reserva técnica. O projeto museográfico do novo Museu D. João VI é da arquiteta Marize Malta, também professora da EBA/UFRJ. Em segundo lugar, ao manter unidos o museu, o Arquivo e a Biblioteca de Obras

Raras, a escola agrupa, em um mesmo espaço, um verdadeiro centro de memória da instituição – facilitando, dessa forma, não apenas os cuidados com conservação e vigilância, mas o acesso dos usuários ao seu acervo histórico e artístico.

Assim, graças ao patrocínio da Petrobras, está sendo possível à Escola

de Belas Artes da UFRJ trabalhar no sentido de garantir a preservação de seu acervo e ampliar as possibilidades de utilização dessas fontes primárias para os pesquisadores – não apenas desta universidade ou do Rio de Janeiro, mas de todo o Brasil e mesmo do exterior – interessados no estudo da arte brasileira dos séculos XIX e XX.

## N O T A S

1. GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos históricos: caminhos da historiografia*, São Paulo, n. 1, p. 5-27, 1988. SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. A Academia Imperial de Belas Artes e o projeto civilizatório do Império. In: PEREIRA, Sonia Gomes (org.). *180 anos da Escola de Belas Artes*. Rio de Janeiro: PPGAV/EBA/UFRJ, 1997. p. 127-146.
2. PEREIRA, Sonia Gomes. *A reforma urbana de Pereira Passos e a construção da identidade carioca*. 2. ed. Rio de Janeiro: Pós-Graduação da EBA/UFRJ, 1998.
3. O vencedor do Prêmio de Viagem ao Exterior recebia uma pensão para permanecer alguns anos na Europa (em geral na Itália ou na França) estudando no ateliê de algum mestre afamado. A cada ano, devia cumprir obrigações, com grau crescente de dificuldade: esses exercícios eram enviados para o Brasil para serem analisados pelos professores da academia. Dessa avaliação dos “envios” dependia a manutenção da pensão.
4. Vários pesquisadores de outros estados têm utilizado as fontes primárias do Museu D. João VI para o desenvolvimento de suas pesquisas. Como exemplo, podemos citar: DIAS, Elaine Cristina. *Félix-Émile Taunay: cidade e natureza no Brasil*. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.
5. A maior parte da historiografia sobre a arte brasileira foi escrita sob o ponto de vista modernista. Assim, a sua relação com o passado estruturou-se, de um lado, na mitificação do período colonial e, de outro, na condenação e no desprezo pela arte do século XIX, considerada, *grosso modo*, acadêmica, mero pastiche da arte européia, sobretudo francesa. Essa abordagem trouxe alguns problemas sérios. Um deles foi a falta de proteção ao patrimônio do século XIX, muitas vezes demolido com o aval dos próprios órgãos encarregados de sua preservação. Outro problema foi a crítica apaixonada e militante que fez com que a maioria dos estudos sobre a trajetória dessa instituição fosse marcada pelo maniqueísmo: a rejeição *a priori* de tudo o que tivesse a ver com a academia/escola, ou então a sua defesa incondicional, freqüentemente em um discurso laudatório vazio. É importante enfatizar que essa reavaliação não deve tomar, na minha opinião, a conotação de pura e simples reabilitação da arte acadêmica, mas, sim, estar inserida em um cenário mais amplo de reavaliação crítica de toda a arte do século XIX, que vem sendo processada desde os anos 60 na Europa e nos Estados Unidos e a partir dos anos 80 no Brasil.

6. PEREIRA, Sonia Gomes. Academia Imperial de Belas Artes no Rio de Janeiro: revisão historiográfica e estado da questão. *Revista Arte & Ensaios*, Rio de Janeiro, n. 8, p. 72-83, 2001.
7. Seria impossível listar as teses e dissertações que têm sido desenvolvidas no âmbito do Programa de Pós-graduação em Artes Visuais da EBA/UFRJ sobre a história do ensino artístico. A título de exemplo, destaco algumas pesquisas mais recentes: SÁ, Ivan Coelho de. *Academias de modelo vivo e bastidores da pintura acadêmica brasileira: a metodologia de ensino do desenho e da figura humana na matriz francesa e sua adaptação no Brasil do século XIX ao início do século XX*. Rio de Janeiro: PPGAV/EBA/UFRJ, 2004; UZEDA, Helena Cunha de. *Ensino acadêmico e modernidade: o curso de arquitetura da Escola Nacional de Belas Artes 1890-1930*. 2006. Tese (Doutorado em Artes Visuais) – Escola de Belas Artes, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006; OLIVEIRA, Ana Slade Carlos de. *Arquitetura moderna brasileira e as experiências de Lucio Costa na década de 1920*. 2007. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais) – Escola de Belas Artes, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007; VALLE, Arthur Gomes. *A pintura da Escola Nacional de Belas Artes na 1ª República (1889-1930): da formação do artista aos seus modos estilísticos*. 2007. Tese (Doutorado em Artes Visuais) – Escola de Belas Artes, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007. Várias dessas pesquisas têm sido divulgadas, de forma resumida, pela *Revista Arte & Ensaios*, do Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais da EBA/UFRJ.
8. 180 anos da Escola de Belas Artes. In: PEREIRA, Sonia Gomes (org.). SEMINÁRIO EBA 180, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: PPGAV/EBA/UFRJ, 1997. Apresentação.
9. PEREIRA, Sonia Gomes (org.). *185 anos da Escola de Belas Artes*. Rio de Janeiro: PPGAV/EBA/UFRJ, 2001. p. 221.
10. MUSEU D. JOÃO VI. *Catálogo do Acervo de Artes Visuais do Museu D. João VI*. Rio de Janeiro: Pós-graduação da EBA/UFRJ/CNPq, 1996. p. 286.
11. A equipe era integrada por 12 bolsistas do CNPq de diversas categorias: apoio técnico, aperfeiçoamento e iniciação científica. Vários desses bolsistas eram alunos da UFRJ, além de alguns técnicos externos à universidade, mas todos museólogos – como Ivan Coelho de Sá, Maria Cristina Negrão, Ruth Nina Levy, entre outros – ou arquivistas – como Celina Coelho, do Arquivo Nacional. O sistema para o Banco de Dados Informatizados foi elaborado pelo professor Pedro Manoel da Silveira, do Núcleo de Computação Eletrônica da UFRJ. O apoio do CNPq possibilitou a compra, em 1998, de equipamentos (seis computadores, duas impressoras e três aparelhos de ar-condicionado) para o desenvolvimento do projeto e a instalação da sala de consulta para os pesquisadores.
12. A partir da sugestão da diretora da EBA/UFRJ, professora Angela Ancora da Luz, apresentamos à Petrobras o projeto, que é coordenado pela professora Sonia Gomes Pereira.
13. A higienização do acervo foi realizada sob a coordenação da museóloga Mariza Vilela e da equipe formada por Cristina Rios de Castro e Vera Lúcia Carminatti, com a participação de Cecília Barreto Pinto e Hilário Ferreira da Silva – todos alunos da EBA/UFRJ. Atualmente, o acervo de pintura está recebendo um tratamento de conservação, liderado pela restauradora Maria Alice Castelo Branco e pela equipe formada por Cristina Rios de Castro, Vera Lúcia Carminatti e Andréia da Silva Santos, com a participação de Hilário Ferreira da Silva – todos alunos da EBA/UFRJ.
14. O endereço do sítio é <www.museu.eba.ufrj.br>. A conferência do acervo foi realizada, inicialmente, por Reginaldo Rocha, e depois por Cristina Rios de Castro e Vera Lúcia Carminatti – todos alunos da EBA/UFRJ –, além dos funcionários do Museu D. João VI: Ana Maria Moura de Alencar (coordenadora do museu), Danilo Basto Silva e Hamilton Malhano. Para a expansão do Banco de Dados e elaboração do *site*, contamos com o analista de sistemas Alexandre Wrigg e a *designer* Martha Werneck, ambos alunos da UFRJ.
15. PEREIRA, Sonia Gomes. Desenho, composição, tipologia e tradição clássica: uma discussão sobre o ensino acadêmico do século XIX. *Revista Arte & Ensaios*, Rio de Janeiro, n. 10, p. 40-49, 2003. PEREIRA, Sonia Gomes. A historiografia da arquitetura brasileira no século XIX e os conceitos de estilo e tipologia. *Revista Estudos Ibero-Americanos*, Rio Grande do Sul, n. 2, p. 143-154, 2005. PEREIRA, Sonia Gomes. História, arte e estilo no século XIX. *Revista Concinnitas*, Rio de Janeiro, n. 8, p. 128-141, 2005.

# B I B L I O G R A F I A

ABREU, João Capistrano de. *Ensaio e estudos* (Crítica e história), 2ª série. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

\_\_\_\_\_. *Capítulos de história colonial e os caminhos antigos e o povoamento do Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

AGUILAR, Nelson. *Mostra do Redescobrimento: negro de corpo e alma*. São Paulo: Associação Brasil 500 Anos Artes Visuais; Fundação Bienal de São Paulo, 2000.

ALEXANDRE, Valentim. *Os sentidos do império: questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime Português*. Porto: Afrontamento, 1993.

ALGRANTI, Leila Mezan. *D. João VI: os bastidores da Independência*. São Paulo: Ática, 1987.

\_\_\_\_\_. *O feitor ausente: estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro, 1808-1822*. Petrópolis: Vozes, 1988.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003. (Prêmio Arquivo Nacional de Pesquisa, 16).

ANDRADE, Ayres de. *Francisco Manuel da Silva e seu tempo: 1808-1865, uma fase do passado musical do Rio de Janeiro à luz de novos documentos*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1967. 2 v. (Coleção Sala Cecília Meireles, v. 1).

ANKERSMIT, Frank. R. Commemoration and national identity. In: MARTINS, Estevão de Rezende (org.). *Textos de História – Memória, Identidade e Historiografia*, Brasília, v. 10, n. 1 e 2, p. 15-40, 2002.

- ASSUNÇÃO, Paulo. *Ritmos da vida: momentos efusivos da família real portuguesa nos trópicos*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008. (Prêmio D. João VI de Pesquisa, 3º lugar).
- AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. *Abolicionismo: Estados Unidos e Brasil, uma história comparada*. São Paulo: Annablume, 2003.
- BANDEIRA, Julio; WAGNER, Robert. *Viagem ao Brasil nas aquarelas de Thomas Ender, 1817-1818*. Petrópolis: Kapa, 2000.
- BARREIRO, José Carlos. Para além de uma história das elites. *Espaço Plural – Centro de Estudos, Pesquisas e Documentação da América Latina (Cepedal)*, Marechal C. Rondon, PR, ano III, n. 7, p. 31, 2001.
- BERNARDES, Ricardo (org.). *Música no Brasil: séculos XVIII e XIX*. Rio de Janeiro: Funarte, 2002.
- BEOZZO, José Oscar. *Leis e regimentos das missões: política indigenista no Brasil*. São Paulo: Loyola, 1983.
- BOISVERT, Georges. *Un pionnier de la propagande libérale au Portugal: João Bernardo da Rocha Loureiro (1778-1853)*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian; Centro Cultural Português, 1982.
- BOXER, Charles Ralph. *A Idade de Ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
- BRANCO, Pandiá H. de T. Castello. A corte portuguesa no Brasil. In: ANAIS DO PRIMEIRO CONGRESSO DE HISTÓRIA NACIONAL. Rio de Janeiro: IHGB; Imprensa Nacional, 1915-1917. v. 1. p. 417- 436.
- CALMON, Pedro. *O rei do Brasil: a vida de d. João VI*. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1943.
- \_\_\_\_\_. *História do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1947. v. 4: O império (1800-1889).
- CANDIDO, Antonio. Estrutura literária e função histórica. In: \_\_\_\_\_. *Literatura e sociedade*. 3. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973. p. 169-192.
- \_\_\_\_\_. *Formação da literatura brasileira*. 6. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981. 2 v.
- CARVALHO, José Murilo. Luso-Brazilian thought on slavery and abolition. *Itinerario*, v. 17, n. 1, p. 403-428, 1993.
- CASTELLO, José Aderaldo. *O movimento academicista no Brasil, 1641-1820/22*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1969. v. 1, t. 3.
- CATROGA, Fernando. *Memória, história e historiografia*. Coimbra: Quarteto, 2001.

- CAVALCANTI, Nireu. *O Rio de Janeiro setecentista: a vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da corte*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. Política indigenista no século XIX. In: \_\_\_\_\_ (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura; Fapesp, 1992.
- \_\_\_\_\_(org.). *Legislação indigenista do século XIX: uma compilação: 1808-1889*. São Paulo: Edusp; Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1992.
- DIAS, Maria Odila da Silva. *O fardo do homem branco: Southey, historiador do Brasil: um estudo dos valores ideológicos do império do livre comércio*. São Paulo: Editora Nacional, 1974.
- \_\_\_\_\_. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005.
- DUCHET, Michèle. *Antropologia y historia en el siglo de las luces*. Trad. de Francisco Gonzalez Aramburo. México, DF: Siglo Vientiuno, 1975.
- EBEL, Ernst. *O Rio de Janeiro e seus arredores em 1824*. Trad. e notas de Joaquim de S. Leão Filho. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1972.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990/1993. 2 v.
- FREYRE, Gilberto. *Casa grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 21. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.
- GERBI, Antonello. *O Novo Mundo: história de uma polêmica (1750-1900)*. Trad. de Bernardo Joffily. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- GIRON, L. Antônio. *Minoridade crítica: a ópera e o teatro nos folhetins da corte (1826-1861)*. São Paulo: Edusp; Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.
- GOMES, Mercio P. *O índio na história: o povo Tenetehara em busca da liberdade*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- GRAHAM, Maria. *Diário de uma viagem ao Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1985; São Paulo: Edusp, 1990.
- GUERRA, François-Xavier. *Modernidad y independencias: ensayos sobre las revoluciones hispanicas*. 3 ed. México: Fondo de Cultura Económica, 2000.
- GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o IHGB e o projeto de uma história nacional. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 3-27, 1988.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- HAZARD, Paul. As origens do Romantismo no Brasil. *O Estado de São Paulo*, Suplemento Literário, 19 jul. 1958.

- HOBSBAWM, E. W. The historian between the quest for the universal and the quest for identity. *Diogenes*, n. 168, p. 51-63, 1994.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. A herança colonial: sua desagregação. In: \_\_\_\_\_ (org.). *História geral da civilização brasileira*. 4. ed. São Paulo: Difel, 1976. t. II, v. 1.
- \_\_\_\_\_. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- IGLÉSIAS, Francisco. *Historiadores do Brasil: capítulos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.
- JANSCÓ, István; KANTOR, Iris (org.). *Festa: cultura e sociabilidade na América Portuguesa*. São Paulo: Hucitec; Edusp; Fapesp; Imprensa Oficial, 2001. v. 1.
- JOLY, Jacques. *Les fêtes théâtrales de Métastase à la cour de Vienne (1731-1767)*. Clermont-Ferrand: Faculté des Lettres et Sciences humaines de l'Université de Clermont-Ferrand II, 1978.
- \_\_\_\_\_. Un'ideologia del sovrano virtuoso. In: \_\_\_\_\_. *Dagl'Elisi all'inferno: il melodramma tra Italia e Francia dal 1730 al 1850*. Florença: La Nuova Italia, 1990. p. 84-94.
- KARASCH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- KOHL, Karl Heinz. *Entzauberter Blick*. Frankfurt a/M.: Suhrkamp, 1986.
- KOSSOY, Boris; CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O olhar europeu: o negro na iconografia brasileira do século XIX*. São Paulo: Edusp, 2002.
- KRAAY, Hendrik. *Race, State, and Armed Forces in Independence-era Brazil: Bahia, 1790s-1840s*. Stanford: Stanford University Press, 2001.
- KÜHL, Paulo Mugayar. *Os libretos de Gaetano Martinelli e a ópera de corte em Portugal (1769-1795)*. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 1998.
- \_\_\_\_\_. *Cronologia da ópera no Brasil: século XIX (Rio de Janeiro)*. Campinas: Cepab-IA-Unicamp, 2003. Disponível em: <<http://www.iar.unicamp.br/cepab/operacronologia.pdf>>.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. Jean-Jacques Rousseau, fundador das ciências do homem. Trad. de Tânia Jatobá. In: \_\_\_\_\_. *Antropologia estrutural II*. 3. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989. p. 41-51.
- LIGHT, Kenneth. A viagem da família real para o Brasil (1807-1808). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, ano 158, n. 397, p. 1.035-1.044, out.-dez. 1997.

- LIMA, Evelyn F. W. *Arquitetura do espetáculo: teatros e cinemas na formação da Praça Tiradentes e da Cinelândia*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2000.
- LIMA, M. de Oliveira. D. *João VI no Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2006.
- \_\_\_\_\_. *Formação histórica da nacionalidade brasileira*. 4. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2006.
- LIMA, Valéria A. Esteves. *A viagem pitoresca e histórica de Debret: por uma nova leitura*. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas, 2003.
- LISBOA, Karen M. A utopia da grande literatura: “Frey Apollonio”, um romance do Brasil. In: MONTEIRO, John M.; BLAJ, Ilana (org.). *História & utopias: textos apresentados no XVII Simpósio Nacional de História*. São Paulo: ANPUH, 1996. p. 340-345.
- \_\_\_\_\_. *A nova Atlântida de Spix e Martius: natureza e civilização na “Viagem pelo Brasil” (1817-1820)*. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 1997.
- LUCCOCK, John, *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Trad. de Milton de S. Rodrigues. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo, Edusp, 1975.
- MALERBA, Jurandir. *A corte no exílio: civilização e poder no Brasil às vésperas da Independência (1808-1821)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- MANCHESTER, Alan. A transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro. In: KEITH, Henry H.; EDWARDS, S. F. *Conflito e continuidade na sociedade brasileira: ensaios*. Trad. de José Lourenço de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970. p. 177-217.
- \_\_\_\_\_. *Preeminência inglesa no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1973.
- MARIATEGUI, José Carlos. O processo da literatura. In: \_\_\_\_\_. *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*. Trad. de Salvador Obiol de Freitas et al. São Paulo: Alfa Omega, 1975. p. 166-181.
- MARTINS FILHO, Enéas (org.). *O Conselho de Estado português e a transmigração da família real em 1807*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1968.
- MARTIUS, C. F. P. von. *Frei Apolônio: um romance do Brasil*. Org. e trad. de Erwin Theodor. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- MATTOS, Cleofe P. de. *José Maurício Nunes Garcia: biografia*. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, 1997.
- MAXWELL, Kenneth. *Conflicts and conspiracies: Brazil and Portugal, 1750-1808*. Cambridge: Cambridge University Press, 1973.

- \_\_\_\_\_. *Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- \_\_\_\_\_. A geração de 1790 e a idéia do império luso-brasileiro. In: \_\_\_\_\_. *Chocolates, piratas e outros malandros: ensaios tropicais*. São Paulo: Paz e Terra, 1999. p. 157-207.
- MEIRELLES, Juliana Gesuelli. *Imprensa e poder na corte joanina: a Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1821)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008. (Prêmio D. João VI de Pesquisa, 1º lugar).
- MONTEIRO, Maurício. *A construção do gosto: música e sociedade na corte do Rio de Janeiro, 1808-1821*. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 2001.
- MONTEIRO, Rodrigo. *O rei no espelho: a monarquia portuguesa e a colonização da América, 1640-1720*. São Paulo: Hucitec; Fapesp; Instituto Camões, 2002.
- MONTEIRO, Tobias. *História do império: a elaboração da independência*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981. 2 v.
- MORAES, Rubens Borba de (dir.). *Obras econômicas de J. J. da Cunha Azeredo Coutinho (1794-1804)*. Apres. de Sérgio Buarque de Holanda. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966.
- MOREIRA NETO, Carlos de Araujo. *Índios da Amazônia: de maioria a minoria (1750-1850)*. Petrópolis: Vozes, 1988.
- \_\_\_\_\_. *Os índios e a ordem imperial*. Brasília: CGDOC-Funai, 2005.
- MOREL, M. Civilizados e radicais no século XIX. *Jornal do Brasil*, Caderno Idéias, p. 5, 9 dez. 2000.
- MOTA, Carlos Guilherme. *1822: dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- NEVES, José Acúrsio das. *História geral da invasão dos franceses em Portugal e da restauração deste reino*. Porto: Afrontamento, 1989. t. III, IV, V. (Coleção Obras Completas de José Acúrsio das Neves, v. 1).
- NEVES, Lúcia Maria Bastos P. das. O medo dos “abomináveis princípios franceses”: a censura dos livros nos inícios do século XIX no Brasil. *Acervo – Revista do Arquivo Nacional*. Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 113-119, jan.-jun. 1989.
- \_\_\_\_\_. O império luso-brasileiro redefinido: o debate político da independência (1820-1822). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 156, n. 387, p. 297-307, abr.-jun. 1995.
- \_\_\_\_\_. MACHADO, Humberto Fernandes. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

- NORA, Pierre et al. *Les lieux de mémoire*. v. 1: La République. Paris: Gallimard, 1984. 3 v.
- NORTON, Luís. *A corte de Portugal no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.
- NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1986.
- \_\_\_\_\_. SOUSA, Laura de Mello (org.). *História da vida privada no Brasil*. v. 1: Cotidiano e vida privada na América portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- \_\_\_\_\_. ALENCASTRO, Luis Felipe (org.). *História da vida privada no Brasil*. v. 2: Império: a corte e a modernidade nacional. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- O'NEIL, Thomas. *A vinda da família real portuguesa para o Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2007.
- ODÁLIA, Nilo (org.). *Varnhagen*. São Paulo: Ática, 1979.
- \_\_\_\_\_. *As formas do mesmo: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna*. São Paulo: Ed. da Unesp, 1997.
- PACHECO, Alberto J. V. *Cantoria joanina: a prática vocal carioca no início do século XIX sob influência da corte portuguesa*. Tese (Doutorado em Música) – Instituto de Artes, Unicamp, Campinas, 2007.
- PAES, José Paulo. Utopia e distopia nas selvas amazônicas. *Nossa América*, São Paulo, Fundação Memorial da América Latina, n. 2, p. 59-60, 1993.
- PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. *O tempo da dor e do trabalho: a conquista dos territórios indígenas nos sertões do leste*. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 1998. 5 v.
- PEREIRA, Ângelo. *Os filhos de el-rei d. João VI*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1946.
- \_\_\_\_\_. *D. João VI: o príncipe e o rei: a retirada da família real para o Brasil*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1953. v. 1.
- PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI e XVIII). In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura; Fapesp, 1992. p. 115-132.
- PIÉMONT-SARDAIGNE, J. Godechot. In: TULARD, Jean (éd). *Dictionnaire Napoléon*. Nouvelle édition, revue et augmentée. Paris: Arthème Fayard, 1999. 2 v.

- PRATT, Mary Luise. *Os olhos do império, relatos de viagem e transculturação*. Trad. de Jézio Hernani Bonfim Gutierre. Bauru: Edusc, 1999.
- RICOEUR, P. Entre mémoire et histoire. *Projet*, Paris, n. 248, p. 7-16, 1996.
- ROCHA, Antonio Penalves. Idéias antiescravistas da ilustração na sociedade escravista brasileira. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, n. 39, v. 20, p. 37-68, 2000.
- RUDERS, Carl Israel. *Viagem em Portugal: 1798-1802*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1981.
- RUEDAS DE LA SERNA, Jorge Antonio. *Arcádia: tradição e mudança*. São Paulo: Edusp, 1995.
- RUSSELL-WOOD, A. J. R. Iberian expansion and the issue of black slavery: changing Portuguese attitudes, 1440-1770. *American Historical Review*, v. 83, n. 1, p. 107-149, fev. 1978.
- \_\_\_\_\_. "Acts of grace": Portuguese monarchs and their subjects of African descent in eighteenth-century Brazil. *Journal of Latin American Studies*, v. 32, n. 2, p. 307-332, maio. 2000.
- SALGADO, Graça (org.). *Memórias sobre a escravidão*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1988.
- SAMPAIO, Patrícia Melo. Administração colonial e legislação indigenista na Amazônia portuguesa. In: PRIORE, Mary Del; GOMES, Flavio dos Santos (org.). *Os senhores dos rios*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003. p. 123-139.
- SANTOS, Luiz Gonçalves dos. *Memórias para servir à história do Reino do Brasil (1825)*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1981. t. 2.
- SCHULTZ, Kirsten. *Tropical Versailles: Monarchy, Empire, and the Portuguese royal court in Rio de Janeiro, 1808-1821*. Nova York: Routledge, 2001.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- \_\_\_\_\_. AZEVEDO, Paulo César de; COSTA, Ângela Marques da. *A longa viagem da Biblioteca dos Reis: do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- \_\_\_\_\_. *O Sol do Brasil: Nicolas-Antoine Taunay e as desventuras dos artistas franceses na corte de d. João*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- SEMINÁRIO Internacional D. João VI: um rei aclamado na América. *Anais*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2000.
- SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira (dir.). *Nova história da expansão portuguesa: o império luso-brasileiro*. Lisboa: Estampa, 1991.

- SILVA, Luiz Geraldo. O espetáculo da monarquia. *Espaço Plural*, Centro de Estudos, Pesquisas e Documentação da América Latina (Cepedal), ano III, n. 7, p. 1-30, 2001.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Cultura e sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821)*. São Paulo; Brasília: Companhia Editora Nacional, 1977.
- \_\_\_\_\_. A Intendência Geral da Polícia: 1808-1821. *Acervo – Revista do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 187-204, jul.-dez. 1986.
- \_\_\_\_\_. *Vida privada e cotidiano no Brasil na época de d. Maria I e d. João VI*. Lisboa: Estampa, 1993.
- \_\_\_\_\_. *A cultura luso-brasileira: da reforma da Universidade à independência do Brasil*. Lisboa: Estampa, 1999.
- SOARES, Carlos Eugenio Líbano. *A capoeira escrava e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro (1808-1850)*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2001.
- SOBRINHO, Barbosa Lima (org.). *Antologia do Correio Braziliense*. Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1977.
- SOUSA, Otávio Tarquínio de. *A vida de d. Pedro I*. São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, 1988. 3 v.
- SOUTHEY, Robert. *História do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981. 3 v.
- SOUZA, Iara Lis Carvalho. O rei na América. *Espaço Plural*, Centro de Estudos, Pesquisas e Documentação da América Latina (Cepedal), v. 3, n. 7, p. 4-6, 2001.
- SOUZA, Laura de Mello; BICALHO, Maria Fernanda Baptista. *1680-1720: o império deste mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, C. F. P. von. *Viagem pelo Brasil (1817-1820)*. Trad. de Lúcia Furquim Lahmeyer, revisão de Ramiz Galvão, Basílio de Magalhães e Ernest Winkler. São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, 1981. 3 v.
- SUBRAHMANYAM, Sanjay. *The Portuguese empire in Asia, 1500-1700: a political and economic history*. Londres: Longman, 1993.
- SÜSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- TELLES, Angela M. C. da Motta. *Grandjean de Montigny: da arquitetura revolucionária à civilização nos trópicos*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008. (Prêmio D. João VI de Pesquisa, 2º lugar).
- TODOROV, Tzvetan. *Los abusos de la memoria*. Barcelona: Paidós, 2000.
- VAINFAS, Ronaldo. *Ideologia e escravidão: os letrados e a sociedade escravista no Brasil colonial*. Petrópolis: Vozes, 1986.

- \_\_\_\_\_. (org.). *Dicionário do Brasil colonial: 1500-1808*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- \_\_\_\_\_. (org.). *Dicionário do Brasil imperial: 1822-1889*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.
- VARNHAGEN, F. A. de. *História geral do Brasil*. 3. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1978. 3 v.
- WEHLING, Arno. *Estado, história, memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- WEINSTEIN, Barbara. The decline of the progressive planter and the rise of subaltern agency: shifting narratives of slave emancipation in Brazil. In: JOSEPH, Gilbert (ed.). *Reclaiming the political in Latin American history: essays from the north*. Durham: Duke University Press, 2001.

# I M A G E N S

## APRESENTAÇÃO

Embarque da família real para o Brasil em 1807. *Álbum comemorativo da Exposição de Estampas Antigas sobre Portugal por artistas estrangeiros dos séculos XVI a XIX, realizada nos Museus Nacionais de Arte Antiga, de Lisboa e de Soares dos Reis*. Porto: Maranus-Empresa Industrial Gráfica do Porto Ltda., 1946. OR 1582 Bib.

## CHEGADA DA CORTE – 200 ANOS: ROMANTISMO E CIENTIFICISMO

### **Francisco José Calazans Falcon**

Vista da cidade do Rio de Janeiro tomada da Igreja de N. S. da Glória. DEBRET, Jean-Baptiste. *Voyage pittoresque et historique au Brésil, ou séjour d'un artiste français au Brésil, depuis 1816 jusqu'en 1831...* Paris: Firmin Didot Frères, 1834-1839. OR 1909.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. *Estatutos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, instalado no Rio de Janeiro no dia 21 de outubro de 1838, sob os auspícios da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional: debaixo da imediata proteção de S.M.I. o Senhor D. Pedro II, reformados em Assemblêia Geral de 10 de novembro de 1839. Rio de Janeiro: Typ. de J.E.S. Cabral, 1839. 13 p.; 21cm. (Wanderley Pinho). FOR 0987.

Rio, visto do morro da Glória. GRAHAM, Maria Dundas. *Journal of a voyage to Brazil and residence there during part of the 1821, 1822, 1823*. London: Longman Group Limited, 1824. OR 0595 Bib.

Recibo de carga do brigue escuna Aurora. Salvador, 10 de março de 1818. Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação. Caixa 373 – p. 21.

Abertura dos Portos Brasileiros ao Comércio Exterior. Salvador, 29 de janeiro de 1808. Alfândega da Bahia. Códice 212.

## ALEGRIAS E INFORTÚNIOS DOS SÚDITOS LUSO-EUROPEUS E AMERICANOS: A TRANSFERÊNCIA DA CORTE PORTUGUESA PARA O BRASIL EM 1807

### **Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves e Guilherme Pereira das Neves**

Assinatura de Napoleão Bonaparte. Tratado de paz entre França e Portugal estabelecendo o fechamento dos portos portugueses na Europa aos navios da Inglaterra e fixando os limites entre a Guiana Francesa e o Brasil. Paris, 9 de outubro de 1801. Negócios de Portugal. Códice 740.

Selo do tratado de paz entre França e Portugal estabelecendo o fechamento dos portos portugueses na Europa aos navios da Inglaterra e fixando os limites entre a Guiana Francesa e o Brasil. Paris, 9 de outubro de 1801. Negócios de Portugal. Códice 740.

Carta do marquês de Alorna aconselhando o príncipe d. João a sair de Portugal. Castelo Branco, 3 de maio de 1801. Negócios de Portugal. Painel 25, caixa 712.

Gravura alegórica à retirada providencial da corte portuguesa. PEREIRA, Ângelo. *Os filhos de El-Rei D. João VI: reconstituição histórica com documentos inéditos que, na sua maioria, pertenceram ao Real Gabinete*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1946. OR 4385.

Vista geral da cidade do Rio de Janeiro. DEBRET, Jean-Baptiste. *Voyage pittoresque et historique au Brésil*, ou séjour d'un artiste français au Brésil, depuis 1816 jusqu'en 1831... Paris: Firmin Didot Frères, 1834-1839. OR 1909.

#### SOBRE O TAMANHO DA COMITIVA

##### **Jurandir Malerba**

D. Carlota Joaquina do Brasil. PEREIRA, Ângelo. *Os filhos de El-Rei d. João VI: reconstituição histórica com documentos inéditos que, na sua maioria, pertenceram ao Real Gabinete*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1946. OR 4385.

Planta da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Impressão Régia, 1812. Ministério da Viação e Obras Públicas. 4Y Map 534.

Papéis relativos à vinda da família real para o Brasil (Relação das pessoas que vieram e das naus que fizeram o transporte), 1808. Negócios de Portugal. Códice 730.

Frente principal do edifício para o sul, que faz o centro na rua do Ouvidor. José da Silva Moniz, primeiro arquiteto dos Paços Reais e encarregado das Obras Públicas por Carta do Príncipe Regente. Rio de Janeiro, 1812. Proveniência desconhecida. F2 Map 373.

#### A CRISE DO IMPÉRIO E A QUESTÃO DA ESCRAVIDÃO: PORTUGAL E BRASIL, c.1700-c.1820

##### **Kirsten Schultz**

Africanos de Benguela e Angola. RUGENDAS, Johann Moritz. *Voyage pittoresque dans le Brésil*. Paris: Engelmann & Cie., 1835. OR 2119 Bib.

A lady going to visit. KOSTER, Henry. *Travels in Brazil*. London: Longman, 1816. OR 0951.

O mercado de escravos. CHAMBERLAIN, Sir Henry. *Vistas e costumes da cidade e arredores do Rio de Janeiro em 1818-1820*. Rio de Janeiro: Kosmos, 1943. OR 1985 Bib.

Ó CATIVEIRO NA ARTE: REPRESENTAÇÕES OITOCENTISTAS DO COMÉRCIO DE  
ESCRAVOS NO BRASIL

**Roberto Conduru**

Interior de uma casa de ciganos. DEBRET, Jean-Baptiste. *Voyage pittoresque et historique au Brésil*, ou séjour d'un artiste français au Brésil, depuis 1816 jusqu'en 1831... Paris: Firmin Didot Frères, 1834-1839. OR 1909.

Mercado de negros. RUGENDAS, Johann Moritz. *Voyage pittoresque dans le Brésil*. Paris: Engelmann & Cie., 1835. OR 2119 Bib.

Recibo de compra e venda de um escravo de nome Benedito, de nação crioulo, Rio de Janeiro, 4 de outubro de 1851. Litografia Ludwig & Briggs. *Família Rego Martins Costa*. AP 56, caixa 1, pacote 1.

Vendedor de arruda. DEBRET, Jean-Baptiste. *Voyage pittoresque et historique au Brésil*, ou séjour d'un artiste français au Brésil, depuis 1816 jusqu'en 1831... Paris: Firmin Didot Frères, 1834-1839. OR 1909.

ÓPERA E CELEBRAÇÃO: OS ESPETÁCULOS DA CORTE PORTUGUESA NO BRASIL

**Paulo Mugayar Kúhl**

Vista da sala de espetáculos na praça do Rossio. ARAGO, Jacques Étienne Victor. *Voyage autour du monde: fait par ordre du Roi sur les corvettes de S. M. l'Uranie et la Physicienne*, pendant les années 1817, 1818, 1819 et 1820. Paris: Imprimerie en Taille-Douce de Langlois, 1824-1826. OR 2126 Bib.

Praça do teatro. ENDER, Thomas. *O velho Rio de Janeiro através das gravuras de Thomas Ender*. São Paulo: Melhoramentos, s.d. ACG06053.

Pano de boca executado para a representação extraordinária dada no Teatro da Corte por ocasião da coroação de dom Pedro I, imperador do Brasil. DEBRET, Jean-Baptiste. *Voyage pittoresque et historique au Brésil*, ou séjour d'un artiste français au Brésil, depuis 1816 jusqu'en 1831... Paris: Firmin Didot Frères, 1834-1839. OR 1909.

DA EXPEDIÇÃO CIENTÍFICA À FICIONALIZAÇÃO DA VIAGEM: MARTIUS E SEU  
ROMANCE INDIANISTA SOBRE O BRASIL

**Karen Macknow Lisboa**

Aves na lagoa junto ao São Francisco. SPIX, J. B. e VON MARTIUS, K. F. P. *Reise in Brasilien... in den Jahren 1817 bis 1820...* München: Gedruckt bei M. Lindauen, 1823-1831. Álbum 46, prancha 43.

DURÃO, José de Santa Rita . *Caramuru*: poema épico do descobrimento da Bahia. Lisboa: Regia Officina Typographica, 1781. OR 0022 Bib 1781.

Índio Juri. SPIX, J. B. e VON MARTIUS, K. F. P. *Reise in Brasilien... in den Jahren 1817 bis 1820...* München: Gedruckt bei M. Lindauen, 1823-1831. Álbum 46, prancha 7.

#### ENTRE A BRANDURA E A FORÇA

##### **Maria Elizabeth Brêa Monteiro**

Família de Botocudos. D'ORBIGNY, Alcide Dessalines. *Voyage pittoresque dans les deux Amériques: résumé general de tous les voyages.* Paris: Chez L. Tenré, Libraire-Éditeur, 1836. OR 1433.

Os Puris em suas florestas. PHILIPP, Maximilien Alexander, prinz von Wied-Neuwied. *Voyage au Brésil dans les années 1815, 1816 et 1817.* Paris: Arthus Bertrand, Libraire, 1821-1822. OR 1753 Atlas Bib.

Ornamentos e utensílios dos camacans. PHILIPP, Maximilien Alexander, prinz von Wied-Neuwied. *Voyage au Brésil dans les années 1815, 1816 et 1817.* Paris: Arthus Bertrand, Libraire, 1821-1822. OR 1753 Atlas Bib.

#### O MUSEU D. JOÃO VI

##### **Sonia Gomes Pereira**

Carta manuscrita do pintor francês Eugene Délacroix, de 1857, aceitando ser membro correspondente da Academia Imperial de Belas Artes. Arquivo do Museu D. João VI/EBA/UFRJ.

Estudo para cena do dilúvio. Gravura de Aléxis François Girard utilizada como recurso pedagógico para exercício de cópia na Academia Imperial de Belas Artes. Museu D. João VI/EBA/UFRJ.

Higienização do acervo do Museu D. João VI, realizada pelo Projeto Petrobras. Desenho de modelo vivo, conhecido como "academia".

Equipamentos (trainéis deslizantes para pinturas e estantes para esculturas) da nova Reserva Técnica do Museu D. João VI, adquiridos pelo Projeto Petrobras.

Todas as imagens utilizadas nos artigos, à exceção do Perfil Institucional, foram selecionadas no acervo arquivístico e bibliográfico do Arquivo Nacional.

# Instruções aos Colaboradores

- I. A revista *Acervo*, de periodicidade semestral, dedica cada número a um tema distinto, e tem por objetivo divulgar e potencializar fontes de pesquisa nas áreas de ciências humanas e sociais e documentação. *Acervo* aceita somente trabalhos ainda inéditos em português, sob a forma de artigos e resenhas.
- II. Todos os textos recebidos são submetidos ao Conselho Editorial, que pode recorrer, se necessário, a pareceristas.
- III. O editor reserva-se o direito de efetuar adaptações, cortes e alterações nos trabalhos recebidos para adequá-los às normas da revista, respeitando o conteúdo do texto e o estilo do autor. Os textos em língua estrangeira são traduzidos para o português.
- IV. O material para publicação deve ser encaminhado em uma via impressa e uma em disquete ou por intermédio de e-mail com arquivo anexado, no programa Word 7.0 ou compatível.
- V. Os textos devem ter entre 10 e 15 laudas (fonte Times New Roman; corpo 12; entrelinha 1,5 linha), excetuando-se as resenhas, com aproximadamente cinco laudas. Devem conter de três a cinco palavras-chave e vir acompanhados de resumo em português e inglês, com cerca de cinco linhas cada. Após o título do artigo, constam as referências do autor (instituição, cargo, titulação).
- VI. Devem ser enviadas também de três

a cinco imagens em preto e branco, com as respectivas legendas e referências, preferencialmente com indicação, no verso, sobre sua localização no texto. As ilustrações devem ser remetidas em alta resolução (tamanho da imagem: mínimo de 10x15cm; resolução: 300dpi; formato: TIF).

VII. As notas figuram no final do texto, em algarismo arábico, dentro dos padrões estipulados pela ABNT. A citação bibliográfica deve ser completa quando o autor e a obra estiverem sendo indicados pela primeira vez. Ex: ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1991. p. 28.

VIII. Em caso de repetição, utilizar ORTIZ, Renato, op. cit., p. 22.

IX. A bibliografia é dispensável. Caso o autor considere relevante, deve relacioná-la ao final do trabalho. Essas referências serão publicadas na seção BIBLIOGRAFIA, figurando em ordem alfabética, dentro dos padrões da ABNT, conforme os exemplos abaixo:

Livro: FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

Coletânea: REIS FILHO, Daniel Aarão e SÁ, Jair Ferreira de (orgs.). *Imagens da revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda de 1961 a 1971*. São Paulo: Marco Zero, 1985.

Artigo em coletânea: LUZ, Rogerio. Cinema e psicanálise: a experiência ilusória. In: *Experiência clínica e experiência estética*. Rio de Janeiro: Revinter, 1998.

Artigo em periódico: JAMESON, Fredric. Pós-modernidade e sociedade de consumo. *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo: n° 12, jun. 1985, p.16-26.

Tese acadêmica: ANDRADE, Ana Maria Mauad de Sousa. *Sob o signo da imagem: a produção da fotografia e o controle dos códigos de representação social da classe dominante no Rio de Janeiro, na primeira metade do século XIX*. 1990. Tese (Doutoramento em história), Universidade Federal Fluminense, Niterói.

X. Caso o artigo ou resenha seja publicado, o autor terá direito a cinco exemplares da revista.

XI. As colaborações poderão ser enviadas para o seguinte endereço:

Revista *Acervo*

Arquivo Nacional – Coordenação Geral de Acesso e Difusão Documental  
Praça da República, 173, Bloco B, sala B002, Centro – Rio de Janeiro – RJ – Brasil – CEP: 20211-350

XII. Informações sobre o periódico podem ser solicitadas pelo telefone (21) 2179-1253 ou via e-mail (difusaoacervo@arquivonacional.gov.br).